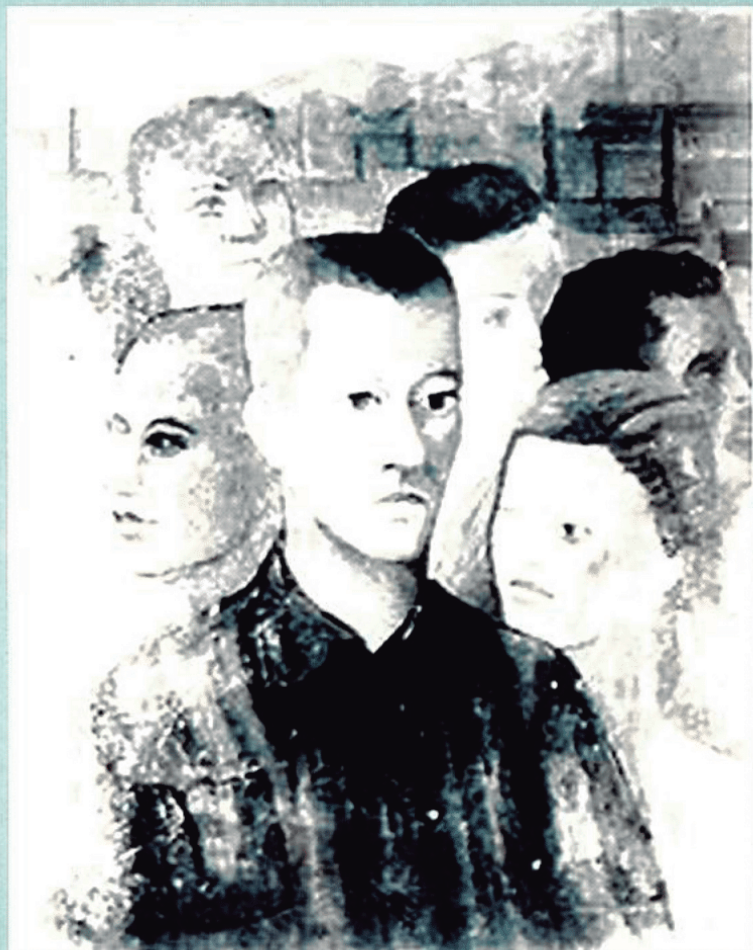


IDÉIAS

Ano 9 (1)

2002

NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL



SUMÁRIO

DOSSIÊ: NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

- 7 Apresentação
Armando Boito Jr.
- 13 Neoliberalismo e relações de classe no Brasil
Armando Boito Jr.
- 49 Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra
na década neoliberal
Claudinei Coletti
- 105 A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo
Andréia Galvão
- 155 A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo
Patrícia Vieira Trópia
- 203 ONGs, movimento sindical e o novo socialismo utópico
Sandra Regina Zarpelon
- 245 PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil
Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez, Danilo Enrico Martuscelli e Fernando Ferrone Corrêa

297

RESUMOS/ABSTRACTS

305

Normas para apresentação dos artigos

DOSSIÊ

NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

*Armando Boito Jr.**

I

Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil é o primeiro resultado de um Projeto Integrado de Pesquisa que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), com o apoio do CNPq e do Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP) da Unicamp.

Esta coletânea contém uma parte da nossa pesquisa. Nosso objetivo é fazer um balanço dos movimentos populares no período neoliberal. Conseguimos cobrir uma gama diversificada de movimentos, contemplando aqueles que têm mais força e longevidade. Examinamos, ao longo das páginas que seguem, as modificações ocorridas nas relações de classe na sociedade brasileira em decorrência da implantação do modelo capitalista neoliberal, a luta pela terra e pela reforma agrária encabeçada, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a atuação das principais correntes do movimento sindical – CUT e Força

* Departamento de Ciência Política do IFCH/UNICAMP. Coordenador do Projeto Integrado de Pesquisa Neoliberalismo e Trabalhadores: política, ideologia e movimentos sociais do Cemarx – IFCH/UNICAMP.

Sindical – e a ação das organizações não-governamentais – as ONGs. Acrescentamos à coletânea uma análise inicial das concepções e estratégias de alguns dos principais partidos de esquerda frente ao modelo capitalista neoliberal – foram considerados o PT, o PCdoB e o PSTU. Os textos foram escritos entre julho e outubro de 2002, em plena campanha eleitoral que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, e retratam, portanto, o estado de coisas no final da “era FHC”.

Nosso balanço não é exaustivo. Dois movimentos que gostaríamos de ter analisado nesta coletânea tiveram de ficar de fora por dificuldades de ordem prática – o movimento popular por moradia e as ações e movimentos antiimperialistas, como a campanha contra a ALCA e os movimentos genericamente chamados “movimentos antiglobalização”. Esses movimentos voltam-se contra dois aspectos do capitalismo periférico brasileiro que foram agravados pelo modelo neoliberal – os problemas da moradia e da dependência. Fica para futuras publicações o exame desses e de outros movimentos e lutas sociais.

II

Nosso trabalho de pesquisa coletiva combina a colaboração intelectual com a independência de cada um para desenvolver os seus respectivos projetos individuais. Não há consenso entre os pesquisadores sobre as análises dos movimentos sociais estudados, o que não impede que o nosso projeto tenha alguns pressupostos, enfoques e teses gerais que são comuns a todos os trabalhos.

Nossa hipótese mais geral é que o neoliberalismo logrou, a despeito do seu caráter antipopular, implantar uma nova hegemonia burguesa no Brasil. Nesse aspecto, há uma diferença fundamental entre o processo político dos anos 80 e o dos anos 90. Os anos 80 foram anos de crise: crise da forma ditatorial que o Estado burguês assumira no Brasil e crise da política desenvolvimentista, isto é, do

bloco no poder do período ditatorial. Já os anos 90 foram os anos de recomposição da hegemonia burguesa – a crise do *impeachment* ficou circunscrita a uma crise de governo, não abalando a hegemonia neoliberal então em fase de construção. As propostas de abertura comercial, de privatização e desregulamentação, que são os pilares do neoliberalismo, ganharam muita força e permitiram as vitórias das candidaturas burguesas neoliberais em 1989, 1994 e 1998. Dizemos que o neoliberalismo tornou-se hegemônico porque, na década de 1990, a plataforma neoliberal não só unificou politicamente a burguesia brasileira, como produziu um impacto popular, obtendo, inclusive, o apoio de parte dos trabalhadores.

As análises dos diferentes movimentos sociais permitem vislumbrar a complexidade e a heterogeneidade do quadro no qual se dá a hegemonia burguesa neoliberal. É uma hegemonia que obtém adesão do sindicalismo conservador (Força Sindical), que impõe recuos e gera hesitações no campo do movimento sindical combativo (CUT) e dos partidos de esquerda, mas que, ao mesmo tempo, enseja a revolta e a ação ofensiva em outros segmentos do movimento popular – o MST, o movimento por moradia, os movimentos “antiglobalização”. Esse quadro complexo decorre das próprias características da hegemonia neoliberal, que é uma hegemonia burguesa que poderíamos denominar regressiva. Essa denominação visa indicar que, ao contrário da situação caracterizada por Antonio Gramsci, na qual a supremacia ideológica apóia-se em concessões materiais às classes trabalhadoras, a hegemonia burguesa neoliberal não contempla interesses econômicos mínimos dos trabalhadores. Justamente por isso, a hegemonia regressiva, além de gerar apenas uma adesão superficial e muitas vezes passiva, também fomenta a luta e a revolta de determinados segmentos dos trabalhadores. A hegemonia regressiva do neoliberalismo é, por isso, instável, mas ela tem sido forte o suficiente para possibilitar a implantação e a consolidação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”, sem que tenha sido necessária até aqui a eliminação da democracia burguesa.

A tese da hegemonia neoliberal diverge da análise catastrofista que se tem feito do neoliberalismo. Estamos nos referindo ao tipo de análise que vem anunciando, há mais de uma década, a ruína iminente e completa do modelo capitalista neoliberal. É certo que a derrota eleitoral do governo FHC e dos partidos conservadores na eleição presidencial de 2002 indicam a existência de uma ampla insatisfação popular. Porém, não parece claro que a população insatisfeita identifique no modelo capitalista neoliberal a origem dos seus problemas e tampouco se pode esquecer que Lula e o PT cresceram eleitoralmente graças também ao rebaixamento de suas propostas e à moderação de seu discurso. Não sabemos se a eleição de Lula porá fim a esse período. A hegemonia neoliberal poderá revelar-se capaz de sobreviver à alternância dos partidos no poder, obstruindo o caminho da ruptura.

III

Há alguns pressupostos teóricos e metodológicos e algumas preocupações do nosso projeto que convém indicar, ainda que brevemente, ao leitor.

Os movimentos populares são tratados aqui como expressão, em última instância, de interesses de classe. A luta por melhores salários, organizada pelo movimento sindical, ou a luta pela terra, organizada pelo MST e por outros agrupamentos de trabalhadores rurais, são expressão, respectivamente, dos interesses de trabalhadores assalariados e de camponeses. Isso não significa que a luta reivindicativa dos trabalhadores seja a mesma coisa que a luta pelo socialismo. Parte importante do movimento sindical trava essa luta de uma perspectiva política e ideológica burguesa. Porém, a luta reivindicativa decorre do lugar de classe ocupado pelos trabalhadores e essa luta pode vir a fazer parte, dependendo das condições históricas, do processo de constituição dos trabalhadores num coletivo de classe anticapitalista.

A análise dos movimentos populares deve considerar tanto o entorno no qual se desenvolvem esses movimentos, quanto a história que os antecede e que os condiciona. Os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais e as possibilidades de vitória desses movimentos são determinados, não só pela inserção socioeconômica dos trabalhadores, mas também pelo quadro amplo, complexo e multifacetado das relações de classe vigentes, pela conjuntura política e econômica e pelo Estado. A análise desses movimentos não pode, portanto, se restringir ao universo (aparentemente) fechado do sindicato, da fábrica ou do assentamento rural. Tal análise não deve, tampouco, incorrer no erro teórico e metodológico do “presentismo”, que também tem marcado os estudos recentes sobre as classes trabalhadoras. Esse “presentismo” decorre, em primeiro lugar, do impacto cultural do pós-modernismo. Muitos cientistas sociais, inclusive no campo do pensamento crítico, não conseguem mais perceber o presente como história, e acreditam poder restringir suas pesquisas e reflexões ao momento atual, dispensando a referência ao passado para explicar as características e tendências do presente. Outra fonte dessa postura “presentista” é a crença segundo a qual teríamos ingressado numa sociedade de novo tipo, graças à “globalização”, à revolução tecnológica e a outras mudanças reais ou fictícias. A consideração da história do capitalismo e do movimento operário e popular no Brasil não mais seria necessária para a análise de um presente que seria completamente novo.

Nossa pesquisa, ao contrário, fala das lutas sociais nos quadros do capitalismo neoliberal no Brasil; evidencia que, para se compreender a hegemonia regressiva do neoliberalismo e a resistência dos trabalhadores, é necessário considerar o conjunto das classes e frações de classe em presença e discernir, nas estruturas e lutas do presente, a herança que nos legaram o desenvolvimentismo, o populismo e o movimento operário e popular do século XX.

NEOLIBERALISMO E RELAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL

Armando Boito Jr^{*}

A implantação do modelo capitalista neoliberal alterou as relações de classe e de poder existentes na sociedade brasileira.

O neoliberalismo desmontou o protecionismo típico do período desenvolvimentista e reduziu a já precária rede de direitos sociais herdada do populismo. As principais políticas que corporificaram esse desmonte foram a abertura comercial e financeira, a política de privatização, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho. Assim como essa política econômica e social expressa interesses de classe e de frações de classe numa dada correlação de política de forças, do mesmo modo, tal política interfere, numa ação de retorno, sobre a composição, o poder e os interesses das classes sociais em presença, bem como sobre as alianças, frentes e apoios com os quais cada classe e fração pode contar na luta por seus interesses. As mudanças nas relações de classe e de poder decorrem, antes de mais nada, dos processos econômicos e sociais induzidos pela política neoliberal.

^{*} Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da mesma universidade.

ral. Apenas para ilustrar essa afirmação, lembraríamos que a abertura comercial e financeira reduziu o poder econômico e a influência política da burguesia industrial interna e, associada a outros elementos característicos do cenário dos anos 90, provocou, no campo das classes trabalhadoras, a redução e a desconcentração do segmento industrial do operariado brasileiro. Mas, as mudanças nas relações de classe e de poder decorrem, também, de aspectos políticos e ideológicos associados ao neoliberalismo. A ascensão da ideologia do Estado mínimo, associada à política de ajuste fiscal, permitiu, no plano das classes dominantes, a expansão de uma poderosa e heterogênea burguesia ligada aos serviços de saúde, educação e demais áreas abandonadas pelo Estado e, no campo das classes trabalhadoras, dividiu politicamente os assalariados e confinou os trabalhadores do setor público numa posição de defensiva e de isolamento.

A necessidade de examinarmos o quadro geral das relações de classe numa coletânea que examina as lutas populares no Brasil decorre do fato desse quadro ser o “ambiente” no qual se desenvolvem os movimentos populares – esse quadro condiciona os objetivos, as condições de luta e as possibilidades de vitórias de tais movimentos. O exame desse quadro permite “medir” a correlação política de forças e avaliar as condições e o potencial das lutas sociais no Brasil de início do século XXI. Como ensinam os esclarecedores conceitos de crise política nacional e de crise política revolucionária desenvolvidos por Lenin, as oportunidades abertas para a luta popular dependem, dentre outros fatores, da existência de conflitos no interior da classe dominante, ao passo que a unidade política dessa mesma classe dificulta a organização e a luta popular. Ora, de um lado, o neoliberalismo tornou a burguesia brasileira mais unida e mais conservadora, e, de outro lado, ele produziu divisões políticas novas no campo das classes trabalhadoras. Tais fatos têm criado muitas dificuldades para o avanço do movimento popular no Brasil das décadas de 1990 e de 2000.

A burguesia brasileira: unidade política, conflitos econômicos e transformações

O exame das relações entre a política neoliberal e os interesses da burguesia brasileira tem suscitado formulações simétricas e opostas.

Uma importante corrente crítica da atual política econômica, formada pelos herdeiros do pensamento da Cepal dos anos 50 e 60, apresenta o neoliberalismo como sinônimo de desindustrialização das economias latino-americanas. Esses estudos demonstram que a abertura comercial provocou uma retração quantitativa e uma mudança qualitativa no parque industrial brasileiro e latino-americano. A participação do produto industrial no conjunto do PIB caiu e o setor de bens de capital sofreu um encolhimento maior que o dos demais setores industriais. Esses economistas falam de uma regressão mercantil nas economias latino-americanas. Em algumas dessas análises, a burguesia industrial aparece, implícita ou explicitamente, como o setor social mais prejudicado pelo neoliberalismo. Essa política seria fruto da miopia dos governantes e de seus economistas ou emanação direta e exclusiva dos interesses do capital financeiro internacional. É esse tipo de análise que está fomentando a retomada de um discurso nacionalista, ou neonacionalista. Essa análise é muito difundida e aceita nas direções do PT e da CUT e, na conjuntura mais recente, tem encontrado guarida também no Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. No Brasil, tal análise foi desenvolvida, principalmente, por economistas da Unicamp e da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹.

Uma debilidade dessa análise de tipo neodesenvolvimentista é que ela não esclarece porque a grande burguesia industrial, através

¹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Luciano Coutinho - "O desempenho industrial sob o Real". In: Aloizio Mercadante (org.), *O Brasil pós-Real*. Campinas, Edição do Instituto de Economia da Unicamp, 1998; "Desindustrialização" e "Desindustrialização escancarada", *Folha de S. Paulo*, edições de 18 de fevereiro e 07 de julho de 1996, respectivamente.

da (ainda) poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), permanece integrada na frente conservadora que implantou e mantém o modelo capitalista neoliberal no Brasil. A despeito de Lula e o PT sempre terem insistido nos danos que o neoliberalismo acarreta para a indústria nacional, devido à “excessiva” abertura do mercado brasileiro e devido à política de juros altos, a grande burguesia industrial apoiou candidaturas neoliberais contra a candidatura Lula nas eleições presidenciais de 1989, de 1994 e de 1998. É certo que na campanha eleitoral de 2002 houve uma pequena modificação, mas ela não altera nosso argumento. Em primeiro lugar, porque o empresariado industrial apoiou a candidatura neoliberal de José Serra, tendo apenas diminuído sua tradicional hostilidade à candidatura Lula. Em segundo lugar, não muda nosso argumento porque o que se observou na campanha eleitoral de 2002 foi muito mais um movimento de Lula em direção aos grandes industriais do que o inverso. Lula continuou sua pregação por uma nova política industrial, mas, ao mesmo tempo, assumiu durante a campanha o compromisso público de não tocar na nova dependência financeira, de manter os superávites primários necessários para o pagamento dos juros da dívida e de realizar algumas das reformas neoliberais que o governo FHC não logrou realizar.

Há um outro tipo de análise do neoliberalismo, também de inspiração crítica, que consideramos igualmente equivocado. O seu erro é simétrico e oposto ao erro dos economistas da Cepal. Trata-se das análises que consideram tal política como um pacote de medidas que *favorece indistintamente o conjunto da burguesia brasileira*. Essa idéia encontra-se, muitas vezes, em estado prático, sem que seja explicitada e desenvolvida. Ela domina soberana os estudos críticos sobre trabalhadores e sobre sindicalismo no Brasil. Os estudiosos progressistas do movimento sindical, constatando os grandes e inúmeros malefícios que a política neoliberal trouxe para os trabalhadores, concluem, sem mais exame, que tal política atende aos interesses da burguesia *tout court*. Essa análise está presente

também nos textos e documentos de algumas organizações trotskystas, como a corrente petista O Trabalho e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Há autores que procuraram desenvolver tal análise de modo sistemático. Sustentam que a burguesia, hoje, converteu-se, ou está em vias de se converter, num bloco homogêneo sem fissuras². No interior de cada país, teriam acabado, ou se encontrariam em processo de extinção, as divisões de fração na classe burguesa (capital industrial, capital bancário, grande capital, médio capital etc.), e no plano internacional, teriam acabado as divisões entre as diferentes burguesias nacionais. Tal homogeneização da classe burguesa teria origem em dois processos distintos e interligados: a) a formação de um novo capital financeiro que se encontra unido ao capital industrial, não de modo orgânico como o capital financeiro de velho tipo, mas apenas através de aplicações difusas e voláteis nas bolsas de valores, novidade que diluiria as antigas barreiras que separavam as frações burguesas, e b) o processo de fusão de capitais por cima das unidades econômicas nacionais tanto no topo do sistema imperialista como na sua periferia, o que diluiria as antigas barreiras que separavam as burguesias de diferentes países. Assim, na «era da globalização», teria surgido, ou se encontraria em fase adiantada de formação, uma «burguesia global homogênea». Nesse enfoque, a política neoliberal aparece como uma política que atende, indistintamente, os interesses do conjunto da burguesia, pensada como um bloco homogêneo, em escala nacional e internacional.

As questões levantadas por esse tipo de análise são muitas e complexas. Iremos apenas indicar alguns problemas. Essa perspectiva ignora ou subestima os conflitos no interior da burguesia. Ocorre que os partidos burgueses no Brasil não têm apresentado, no período de implantação e de avanço do neoliberalismo, uma

² Cito como exemplo o texto de Jorge Miglioli, “Globalização: uma nova fase do capitalismo?”, *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

atuação homogênea. Diante desse fato, a análise homogeneizadora concebe tais os conflitos da cena política, não como conflitos econômicos entre diferentes setores da burguesia, mas como meros conflitos entre correntes de opinião que dividiriam, por razões de circunstâncias e até pessoais, os representantes políticos da burguesia. Ignora-se, também, o fato básico representado pela persistente divisão da burguesia brasileira em associações corporativas distintas, muitas delas influentes e poderosas, que possuem concepções próprias e divergentes a respeito da política econômica e atuam com objetivos políticos diferenciados – basta lembrar as diferenças entre associações como a Febraban, a Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Grosso modo, as duas análises que indicamos anteriormente pecam por não conseguir pensar, ao mesmo tempo, a relação de unidade e de luta que diferentes frações da burguesia podem entreter – e que de fato entretêm – com o neoliberalismo. Tratemos de desenvolver essa idéia.

Para compreender essa situação complexa, precisamos desagregar a política neoliberal em cada uma de suas partes componentes e cotejar cada uma delas com os distintos interesses da burguesia³. Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira. Os interesses da grande maioria dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses não são contempla-

³ Para analisar as relações da burguesia brasileira com o neoliberalismo retomarei, com algumas modificações e atualizações, a análise que desenvolvi no meu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Xamã, 1999. Ver o capítulo intitulado “Neoliberalismo e bloco no poder: contradições e hegemonia no interior da burguesia brasileira”, p. 49-76.

dos pelo neoliberalismo. Todos os três círculos abarcam apenas interesses da burguesia e do imperialismo, mas cada um deles abarca, sucessivamente, do círculo maior ao menor, interesses de fração cada vez mais restritos. Vejamos.

O círculo externo e maior abarca os interesses do imperialismo e de toda a burguesia – é o círculo da desregulamentação do mercado de trabalho, da redução de salários e da redução ou supressão de gastos e direitos sociais. Todas as empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, tiram proveito, em grau maior ou menor, de maneira direta ou indireta, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. Esse é o círculo de ferro da unidade burguesa, que tem assegurado, pelo menos até o presente momento, o apoio do conjunto da burguesia ao neoliberalismo.

Já o segundo círculo, o da política de privatização, favorece uma fração da burguesia brasileira – o capital monopolista – e o imperialismo, e, ao mesmo tempo, marginaliza o pequeno e o médio capital. A política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grandes grupos arremataram, a preço vil, e pago em grande parte com as chamadas “moedas podres” e empréstimos favorecidos do BNDES, empresas lucrativas dos setores siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes e de mineração, além de empresas de serviços urbanos – como as empresas de energia elétrica, de telefonia, de transporte e outras. Dizemos que esse círculo é mais restrito porque as normas do processo brasileiro de privatização barraram o acesso do pequeno investidor aos leilões de privatização. É apenas um seleto grupo de grandes empresas que se beneficia com as privatizações. Esses grandes grupos monopolistas nacionais e seus associados estrangeiros serviram-se do discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista.

A política de privatização repercutiu na composição da burguesia brasileira e na correlação de forças entre as suas diferentes frações. Ela está fazendo desaparecer a fração que poderíamos deno-

minar burguesia nacional de Estado: os agentes da cúpula da burocracia estatal que controlavam as empresas públicas dos setores de mineração, industrial, bancário, de serviços urbanos etc.. Salta à vista o fato de que essa fração burguesa tem aceitado praticamente sem luta o processo de privatização, que, no entanto, pode, no limite, eliminá-la enquanto fração da classe dominante. A burguesia nacional de Estado ocupou uma posição privilegiada no bloco no poder durante a ditadura militar. O ambicioso II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado no governo Geisel, era centrado na expansão dessa burguesia. O processo de democratização debilitou essa fração burguesa, que foi identificada, pelos liberais, como a principal beneficiária da ditadura. Posteriormente, a burguesia de Estado tornou-se um dos alvos privilegiados da campanha política e ideológica da frente neoliberal. Essas dificuldades explicam, em parte, seu silêncio atual. Mas isso não é tudo. Parece-nos que a burguesia nacional de Estado está perdendo pouco com a venda das estatais, pois tudo indica que ela está se transformando em burguesia privada, graças às regras do processo brasileiro de privatização – os antigos diretores de estatais estão se tornando acionistas e diretores das empresas privatizadas. O declínio da burguesia nacional de Estado enquanto fração da classe dominante explica o declínio do velho nacionalismo militar na cena política brasileira, nacionalismo que associava a segurança nacional à afirmação do Brasil como potência industrial de médio porte.

Se o segundo círculo de nossa série, o círculo das privatizações, é mais restrito que o primeiro, pois o médio capital está excluído do processo de privatizações, o terceiro círculo é mais exclusivista ainda, pois divide o próprio grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder. Trata-se do círculo menor, aquele que fica no centro da figura, e que representa a política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, duas políticas que se encontram associadas. Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito. A grande burguesia indus-

trial interna tem algo a perder com essa política. Nossa idéia, portanto, é que, embora o conjunto da fração monopolista, juntamente com o capital imperialista, devam ser considerados hegemônicos, o capital bancário e o capital imperialista constituem o setor da fração monopolista cujos interesses são priorizados pela política neoliberal. A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária contempla, ao mesmo tempo, os investimentos financeiros estrangeiros e os *grandes* bancos nacionais – um reduzido grupo de apenas 25 bancos controla 81% do ativo total do setor bancário brasileiro e durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso a lucratividade do setor bancário foi sempre mais elevada que a do setor industrial⁴. A política de juros altos favorece o setor bancário principalmente de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse setor, dispondo de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal detentor dos títulos da dívida pública; de outro lado, pelo fato de fazer parte dessa política não apenas o estabelecimento de uma taxa básica de juros elevada, mas também a concessão de total liberdade aos banqueiros para estipularem, ao seu bel-prazer, os juros que irão cobrar dos empréstimos que concedem ao setor produtivo e ao consumidor – crédito no cheque especial, crédito para consumo, para investimento etc.

O setor industrial, aí compreendido inclusive o setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira, é prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial. Os juros altos significam custos para a indústria e a abertura comercial, a despeito de seus efeitos serem algumas vezes contraditórios, tem, no geral, retirado mercado da indústria local. É certo que os grandes bancos privados nacionais estão diversificando seus investimentos, penetrando no setor industrial e arrematando empresas do setor produtivo estatal. É verdade também que alguns grandes grupos econômi-

⁴ Armando Boito Jr, *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 58.

cos vinculados à indústria começaram a atuar na área financeira. Porém, como atestam a própria existência e a atuação das associações corporativas dos grandes banqueiros e dos grandes industriais, esses setores do capital monopolista permanecem fundamentalmente distintos e possuem interesses específicos. Ao longo da década de 1990, a Fiesp desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial “exagerada” dos governos neoliberais. Esse posicionamento do principal organismo corporativo do grande capital industrial é revelador das relações contraditórias e complexas da burguesia industrial com a política neoliberal, e das oscilações políticas que decorrem dessas contradições. De um lado, há resistência, ainda que limitada, de setores da burguesia industrial a aspectos importantes da política neoliberal – a abertura comercial e a política de juros. De outro lado, porém, a grande burguesia industrial apóia ativamente a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais. A atuação dos industriais tem consistido em repassar para as classes populares o prejuízo que lhes é imposto pelos bancos e pelo imperialismo. A Fiesp, a cada novo aperto nos juros e na concorrência externa, solicita, como uma espécie de compensação, novas privatizações e novos cortes nos direitos sociais⁵.

Portanto, a antiga burguesia industrial interna, que foi a maior beneficiária da política desenvolvimentista do pós-30, perdeu poder econômico e político. Muitas de suas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro, aossadas que estavam pela política de abertura e de juros altos, outras se converteram em montadoras de componentes importados – como foi o caso de boa parte do setor eletro-eletrônico. Essa burguesia industrial interna, apesar de sua base autóctone de acumulação, não se comporta como uma burguesia nacional e parece muito mais interessada em renegociar os termos da política neoliberal com os bancos e com o capital financeiri-

⁵ Ver Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil...*, op. cit., p. 66-67.

ro internacional do que em romper com esse modelo. Essa insatisfação foi administrada com alguma dificuldade durante os dois mandatos de FHC. As divergências entre o grande capital industrial e o grande capital bancário repercutiram no interior do governo FHC constituindo duas correntes políticas diferenciadas: a corrente neoliberal extremada, que foi amplamente dominante no governo e que controlou o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e a corrente neoliberal mais moderada, que foi minoritária; a primeira, que congregou nomes como os de Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga, expressava os interesses específicos do setor bancário, enquanto a segunda, que teve como expoentes Sérgio Mota, Luis Carlos Mendonça de Barros e José Serra, vocalizava os interesses do setor industrial da grande burguesia. Em 2002, a frente oposicionista interveio nessa disputa. Como já indicamos, Luís Inácio Lula da Silva e o PT exploraram amplamente essa insatisfação do grande capital industrial durante a campanha eleitoral. A pregação do PT contra a “especulação” e a favor da “produção”, contra as altas taxas de juros, por reforma tributária que desonere a produção e seu discurso pelo crescimento econômico, discurso que tem silenciado sobre a distribuição da renda, todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula – uma estratégia semelhante àquela do Partido Comunista Brasileiro em meados do século passado.

Por último, interessa falar de um novo setor da burguesia brasileira que, se não foi criado pelo neoliberalismo, desenvolveu-se de forma inaudita desde o advento da política neoliberal. Trata-se do setor que poderíamos denominar *nova burguesia de serviços*, que cresce explorando comercialmente atividades e serviços sociais antes assegurados pelo Estado. Essa fração está ligada, principalmente, à exploração dos serviços de saúde e de educação e, mais recentemente, à previdência privada. O crescimento da nova burguesia de serviços é um subproduto necessário da redução dos gastos e dos direitos sociais. A política governamental tem consis-

tido em deixar essas empresas de educação e saúde obterem taxas de lucro muito altas, de modo a se expandir celeremente, como vem de fato ocorrendo, para que desempenhem uma função da qual o Estado pretende desvencilhar-se. Exemplos típicos são o do ensino superior privado e o da medicina privada.

A gestão Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação liberou o preço das mensalidades cobradas pelas universidades particulares, ampliou o repasse de verbas públicas para tais empresas e instituições através do crédito educativo e das agências públicas de fomento ao ensino e à pesquisa e abriu um programa de crédito subsidiado no BNDES dirigido exclusivamente para as universidades privadas para que elas pudessem construir novos *campi* ou expandir os *campi* já existentes – as universidades públicas foram expressamente excluídas desse programa. Mecanismos semelhantes de fomento, baseados no repasse de dinheiro público, foram utilizados para aumentar a lucratividade e expandir o setor de saúde privada – hospitais, empresas de seguro e de planos de saúde etc. A expansão da medicina privada foi grande: enquanto em 1989 havia quatorze milhões de brasileiros associados a convênios privados de saúde, no ano de 1996, o montante de associados havia saltado para 39 milhões; no mesmo período, o número de empresas de medicina privada passou de 300 para 870⁶.

Um trunfo da nova burguesia de serviços é que o imperialismo e todas as frações burguesas presentes no bloco no poder estão unidos na pressão pela redução dos gastos sociais do Estado e, nessa medida, convergem na defesa, mesmo que indireta, dos interesses da nova burguesia de serviços. Ademais, o neoliberalismo está propiciando a legitimação social dessa nova fração burguesa. A apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a mercantilização da saúde, da educação e da velhice. É possível afirmar que essa nova burguesia de serviços é, hoje, um dos setores mais reacionários da burguesia brasileira. Isso porque qualquer

⁶ Armando Boito Jr., *Política neoliberal...*, op. cit., p. 69.

política reformista, que queira melhorar e expandir os serviços públicos de saúde e de educação, estará pondo em risco a própria existência desse setor.

A política neoliberal alterou o perfil da burguesia brasileira, fortaleceu alguns setores, debilitou outros e criou também interesses e setores novos. Além disso, alterou a posição relativa desses setores no interior do bloco no poder. O que tentamos indicar é que o neoliberalismo representa a hegemonia política do grande capital nacional e estrangeiro associados ao capital financeiro internacional e que, mesmo no interior desse clube restrito, há uma hierarquia. De fato, a política neoliberal prioriza o grande capital bancário em detrimento do grande capital industrial e, mais recentemente, colocada diante de conflitos entre o capital financeiro internacional e o grande capital bancário nacional, no processo de desnacionalização do setor bancário, tem evidenciado suas ligações preferenciais com o capital financeiro internacional. Já o pequeno e médio capital, de base principalmente nacional, é o setor da burguesia que ganha menos com o neoliberalismo. Ele ocupa uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Se vier a surgir um movimento burguês de oposição ao neoliberalismo, tal movimento deverá ter essa fração burguesa como principal base social. Mas isso é apenas uma conjectura. Até o presente, a burguesia, no seu conjunto, está politicamente unida em torno da plataforma neoliberal, mesmo se no plano econômico-corporativo algumas frações burguesas apresentem críticas a aspectos particulares da política neoliberal.

Os trabalhadores: classe aliada e classe apoio do bloco no poder neoliberal

É comum, no pensamento crítico brasileiro e latino-americano, considerar que o capitalismo neoliberal atende apenas os interesses da burguesia e só encontra apoio nessa classe social. Consideramos

essa visão equivocada. A verdade é que o neoliberalismo encontrou também uma base social de apoio junto a importantes setores das classes trabalhadoras. A política e a ideologia neoliberal obtiveram um impacto popular, permitindo falar numa hegemonia ideológica do neoliberalismo, hegemonia regressiva, passiva e instável, mas que foi muito importante para que a frente neoliberal lograsse implantar e consolidar as “reformas orientadas para o mercado” no Brasil. Na campanha eleitoral de 2002, nem mesmo a candidatura da coligação liderada pelo PT ousou propor a reversão dessas reformas.

A alta classe média, que corresponde a um setor abastado ou, ao menos, remediado dos trabalhadores assalariados e dos profissionais liberais, aderiu ao neoliberalismo. Essa fração da classe média é uma importante aliada do bloco no poder. A política social do neoliberalismo é vista pela alta classe média como uma política que atende aos seus interesses. Essa política, como é sabido, desenvolve uma espécie de “cidadania dual”: confina a massa trabalhadora nos serviços sociais públicos decadentes e reserva os serviços sociais privados para os setores de renda elevada. Essa segmentação é bem vista pela alta classe média tanto por razões ideológicas quanto por razões econômicas. A classe média brasileira é profundamente elitista. Não pretende conviver com trabalhadores pobres – dividir um quarto de hospital com um trabalhador manual ou colocar os seus filhos nas escolas em que estudam crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda. Esse *apartheid* social também lhe interessa por razões econômicas. A cidadania dual no sistema escolar assegura à alta classe média uma espécie de reserva de mercado: os que podem pagar caro pela educação frequentam os melhores colégios, são aprovados nos vestibulares das melhores universidades e têm acesso privilegiado aos postos de trabalho mais bem remunerados. Igualizar as condições de ensino, implantando-se um sistema único de ensino público, laico e gratuito, representaria, para essa fração superior da classe média, um aumento da concorrência no mercado de trabalho e uma “promis-

cuidade” indesejável. Estamos dizendo que uma parcela importante da classe média, a sua parcela superior, é a favor do neoliberalismo porque é contra a universalização dos direitos sociais, isto é, porque é contra a implantação, no Brasil, de um Estado de bem-estar. Essa é uma parte dos trabalhadores que tem interesse econômico real em apoiar o neoliberalismo.

A aliança da alta classe média com o bloco no poder neoliberal aparece de diferentes maneiras na cena social e política. De maneira ativa, essa aliança aparece no fato de a alta classe média votar nos candidatos dos partidos da base governista do período FHC e também na ação dessa fração de classe na criação e manutenção de uma grande parte das Organizações Não-Governamentais, as ONGs. É verdade que existem vários tipos dessas associações e que muitas delas estão fora do universo da alta classe média. Porém, a sua parte estritamente filantrópica tem crescido junto à alta classe média e também junto à burguesia. São associações que procuram compensar, no plano meramente ideológico, as perdas provocadas pelo capitalismo neoliberal no terreno do emprego, dos salários, da educação etc. Outra manifestação ativa desse setor social aliado do bloco no poder neoliberal são os movimentos e entidades que militam pelo aumento da repressão policial contra a população pobre, alegando o crescimento da criminalidade. Em muitas cidades brasileiras, tais movimentos têm solicitado ou favorecido medidas excepcionais que apontam para um Estado de emergência. Uma manifestação passiva, mas nem por isso menos importante, do apoio da alta classe média ao modelo capitalista neoliberal é o silêncio da alta classe média diante dos elevados preços que é obrigada a pagar pelos serviços de saúde, de educação e à previdência privada. Esses gastos representam, hoje, uma grande fatia do orçamento dessa fração, mas, nem por isso, surgiram movimentos ou iniciativas desse setor social contra a nova burguesia de serviços.

Mas a parte mais delicada e complexa do problema para os intelectuais críticos não é a fração bem remunerada da classe média.

Essa fração, pela sua própria posição sócio-econômica, está mais ou menos próxima da burguesia e faz parte da minoria da população que auferir uma renda elevada. A situação fica mais difícil, e também mais polêmica, quando se considera que também entre os trabalhadores de baixa renda o neoliberalismo logrou obter uma base social, e isso a despeito de essa política contrariar frontalmente os interesses mais elementares da grande massa da população. De fato, ao contrário da fração superior da classe média, a baixa classe média e a classe operária, os desempregados, subempregados e trabalhadores autônomos não têm razões econômicas para aderir ao neoliberalismo e, no entanto, parte importante desses setores sociais aderiu à política neoliberal. Fizeram-no por motivos ideológicos e, por isso, devemos considerar que tais setores sociais não são propriamente uma classe aliada do bloco no poder, mas apenas uma classe apoio desse mesmo bloco⁷.

Aqui, precisamos nos referir à formação histórica da cidadania e do Estado capitalista no Brasil. Essas referências irão nos ajudar a entender o impacto popular de uma política antipopular. Iremos considerar dois elementos: o tipo de cidadania que se implantou no Brasil e o caráter clientelista do Estado brasileiro.

⁷ *Classe apoio* é uma noção criada por Nicos Poulantzas no seu livro *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1968. Poulantzas cria a noção de classe apoio para designar uma classe ou uma fração das classes trabalhadoras que apoia um determinado bloco no poder sem que a política desse bloco atenda seus interesses econômicos e sociais. Tal apoio tem motivação fundamentalmente ideológica. Poulantzas afirma que a classe apoio é atraída por uma determinada forma de Estado – o exemplo que ele dá é o caso da ideologia bonapartista de culto ao Império presente no campesinato francês, que converteu o campesinato em classe apoio do Segundo Império (1852-1870). Nós usamos classe apoio num sentido mais livre, realçando apenas a predominância da ideologia sobre os interesses econômicos. Tal aplicação nos foi sugerida pelas discussões ocorridas durante o desenvolvimento do projeto integrado de pesquisa *Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil*, do Cemarx da Unicamp.

A política social brasileira, desde que começou a existir como tal na década de 1930, sempre marginalizou amplos setores da população trabalhadora. O populismo inaugurou em 1930 um processo gradativo de implantação dos direitos trabalhistas e sociais, isto é, da dimensão social da cidadania no Brasil – a cidadania na República Velha restringia-se a um pacote mínimo e precário de direitos civis e políticos. Porém, a política social populista não chegou a implantar uma cidadania social ampla e igualitária. Num país com população majoritariamente rural, como era o Brasil até os anos 60 do século passado, o populismo excluiu os trabalhadores rurais do acesso aos direitos sociais. Fez mais. Nas cidades, vinculou os direitos sociais ao emprego regulamentado, excluindo, portanto, os desempregados e os trabalhadores informais, e segmentando e hierarquizando esses direitos de acordo com o *status* profissional de cada um – a aposentadoria, o atendimento médico-hospitalar, a política salarial, tudo dependia da condição do trabalhador como industrial ou comerciante, bancário ou portuário, “celetista” ou servidor público e assim por diante. Sob a ditadura militar e após a democratização, parte dos direitos sociais foram estendidos ao campo mas, já então, crescia o desemprego, o subemprego e o mercado de trabalho informal – essas chagas que foram ampliadas pelo neoliberalismo. Ora, essa população sobrando está, no modelo brasileiro de cidadania baseado no emprego regulamentado e na profissão, excluída dos direitos sociais.

A cidadania social *restrita e hierarquizada* está ligada, de diferentes maneiras, ao clientelismo do Estado brasileiro. Em todas as formações sociais capitalistas, a burocracia do Estado burguês serve, em grau maior ou menor, de abrigo para membros decadentes da classe dominante ou como moeda na compra de apoio político. Num país como o Brasil, de capitalismo periférico e de revolução burguesa inacabada, essa característica parasitária do Estado burguês é muito mais marcante. Durante o período populista, os cargos públicos foram distribuídos como prêmio de consolação para os membros decadentes das famílias dos proprietários de terra,

fenômeno muito visível no Nordeste, e utilizados também como moeda para compra de apoio político de dirigentes do movimento sindical e popular. Nos anos 50 do século passado, ficaram conhecidas as análises que falavam da existência de um “Estado cartorial” no Brasil. Durante a ditadura militar, setores burgueses e de classe média locupletaram-se com a distribuição de cargos e empregos públicos – nas empresas estatais, nas universidades federais, na estrutura administrativa etc.. Em todas essas épocas, sempre houve um ou mais partidos políticos que faziam da distribuição de cargos um recurso de poder. As grandes massas trabalhadoras não participaram e não participam dessa distribuição de prebendas, embora produzam a riqueza que é distribuída aos burocratas do Estado. O Estado clientelista pode, por causa disso, tornar-se alvo da insatisfação popular.

Nossa hipótese é que ao longo da história republicana acumulou-se uma revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania *restrita* e *hierarquizada* e contra o Estado clientelista, e que essa revolta converteu-se, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal. O neoliberalismo “confiscou” essa revolta difusa e a dirigiu para o objetivo de construção de um “Estado mínimo” no Brasil. Transformou a revolta contra o caráter excludente e desigual da cidadania e contra o clientelismo em base de massa para a política de redução da cidadania e dos serviços públicos e sociais. É por isso que utilizamos o termo “confiscar”: uma força conservadora logra se apropriar de uma revolta popular legítima e consegue direcioná-la para um objetivo reacionário.

A conversão de parte da baixa classe média, de parte do operariado, dos desempregados e dos autônomos em classe apoio do bloco no poder neoliberal aparece de diferentes maneiras. Aparece de modo ativo e organizado na ação de uma central como a Força Sindical, que faz do privatismo neoliberal a sua bandeira. Essa central sindical, enraizada, fundamentalmente, no operariado industrial do setor metalúrgico, de vestuário e da alimentação, elegeu o funcionário público e os serviços públicos como inimigos, no seu

discurso e na sua prática – tal fato explica, de resto, porque essa central só reúne, praticamente, sindicatos de trabalhadores do setor privado. A Força Sindical defende a privatização das empresas públicas e a desregulamentação dos direitos sociais. Um outro indicador do impacto popular do neoliberalismo aparece no processo eleitoral dos anos recentes. Os candidatos neoliberais obtiveram grande votação nas camadas mais pobres da população brasileira nas eleições presidenciais das décadas de 1980 e de 1990 – estamos nos referindo à camada compreendida na faixa de renda de zero a cinco salários mínimos, segmento considerado em todas pesquisas de intenção de voto no Brasil. Somente agora, nas eleições presidenciais de 2002, as pesquisas de intenção de voto indicaram que a candidatura Lula estava obtendo maioria entre os eleitores que se situam naquela faixa de renda, e, mesmo assim, Lula obtinha nessa faixa um escore um pouco inferior ao escore que ele obtinha no conjunto do eleitorado. É necessário que os intelectuais críticos encarem esses fatos e reflitam sobre o seu significado para contribuir para a luta contra o capitalismo neoliberal no Brasil; tapar o sol com a peneira não ajuda.

Hipoteticamente, a esquerda poderia ter organizado a revolta popular difusa que se acumulara contra o caráter restrito e hierarquizado da dimensão social da cidadania e contra o clientelismo do Estado brasileiro. Poderia ter dirigido essa revolta de um modo progressista, visando a ampliação e a igualização da cidadania – não a sua destruição – e a democratização do Estado – não a destruição dos serviços públicos; a esquerda revolucionária poderia ter concebido essa tarefa como um elo entre a reforma e a revolução. No entanto, grande parte da esquerda continuava dependente ideologicamente do populismo e do desenvolvimentismo. Uma parcela minoritária, e mais atrasada, estava mesmo comprometida economicamente com esse modelo. Usufruí, e ainda usufrui, do empreguismo no setor público; era, e ainda é, beneficiária do “Estado cartorial” brasileiro, justamente o Estado que era alvo da revolta difusa das massas populares. Por isso, quando Fernando

Collor de Mello apresentou-se como o “caçador de marajás”, ele tocou, sabendo-o ou não, num ponto muito sensível para grande parte dos trabalhadores e indicou um caminho pelo qual a burguesia poderia colocar parte da esquerda em grandes dificuldades. Talvez ele apenas repetisse o que estava previsto no discurso antiestatista genérico e enganoso do credo neoliberal. Mas essa pregação tinha solo histórico para prosperar. O privatismo neoliberal logrou, assim, iludir parte das massas populares, e convertê-la em classe apoio do bloco no poder neoliberal.

As classes trabalhadoras: os que estão fora do sistema de alianças e em oposição ao bloco no poder

Nosso balanço indicou, até aqui, os trunfos do neoliberalismo: a) a unidade política que se estabeleceu, a despeito dos conflitos corporativos, no campo do imperialismo e da burguesia, b) a aliança com a alta classe média e c) a conversão de parte dos setores populares em classe apoio do bloco no poder. É esse quadro que permite falarmos em hegemonia neoliberal no Brasil. Mas essa hegemonia apresenta debilidades de fundo. Já salientamos que tal hegemonia é regressiva, ou seja, ela não se assenta sobre uma melhoria das condições de vida da população trabalhadora, como se assentavam, por exemplo, o Estado de bem-estar na Europa Ocidental e, ainda que em menor grau, o Estado populista na América Latina. O paradoxo da hegemonia neoliberal é, justamente, que ela provoca a deterioração das condições de vida das classes populares⁸. Pois bem, a política econômica e social do neoliberalismo, que tem prejudicado a grande maioria dos trabalhadores, os tem lançado, por essa razão, em ações de resistência e de luta contra o neoliberalismo.

⁸ Fiz um balanço detalhado dos efeitos negativos da política neoliberal sobre as condições de vida e de trabalho da população no meu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 77-110.

A resistência e a luta da maioria das classes trabalhadoras contra o bloco no poder neoliberal aparece no plano político, no plano sindical e em novos movimentos sociais. Não poderemos repertoriar e analisar todas essas manifestações. Faremos apenas a indicação de suas bases sociais e de algumas de suas características. Ressaltemos uma idéia geral: estão fora da frente neoliberal o operariado industrial mais organizado, a maioria da baixa classe média, o campesinato – principalmente o campesinato pobre – e ampla e variada gama de trabalhadores de baixa renda, subempregados, desempregados e autônomos de diversos tipos.

O operariado mais organizado e com maior poder de pressão sindical (como os metalúrgicos e os petroleiros) e a baixa classe média sindicalmente organizada (como os bancários e a massa do funcionalismo público) formam uma frente de trabalhadores assalariados que tem expressado, através da luta reivindicativa, a sua oposição ao bloco no poder neoliberal e à sua política econômica e social. É verdade que, mesmo nesses setores, encontramos exceções – a mais flagrante é representada pelos metalúrgicos de São Paulo, que são a principal base operária da Força Sindical; mas, no geral, aqueles setores da classe operária e da baixa classe média estão fora e contra o arranjo de poder que sustenta o neoliberalismo. Essa oposição aparece, fundamentalmente, na luta dos sindicatos organizados na Central Única dos Trabalhadores, a CUT, por melhoria no emprego e nos salários, contra a privatização, contra a abertura comercial, e na crítica e agitação desses sindicatos contra o setor financeiro e contra os governos neoliberais.

Porém, a luta desses setores encontra algumas dificuldades que são, do ponto de vista do neoliberalismo, outros tantos trunfos de que ele dispõe frente ao movimento popular. O desemprego provocado pela própria política neoliberal e a ampla difusão dessa ideologia no Brasil minaram a luta sindical.

A importância do desemprego como um dos fatores responsáveis pelo refluxo do movimento sindical fica clara se considerarmos o fato de que o desemprego abateu-se de modo particular-

mente agudo sobre alguns dos setores mais ativos do sindicalismo cutista. Os metalúrgicos do ABCD e os bancários foram particularmente afetados. A redução de postos de trabalho nesses setores foi muito grande. O ABCD e os bancos suprimiram empregos devido aos novos métodos de organização do trabalho, às fusões e à renovação tecnológica e ao baixo crescimento econômico dos últimos anos; a indústria do ABCD foi também atingida pela abertura comercial e pela descentralização da indústria automobilística – os investimentos novos foram para o Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e interior do Estado de São Paulo. A supressão de postos de trabalho nas empresas metalúrgicas e nos bancos colocou esses dois pilares do sindicalismo cutista dos anos 80 na defensiva, ao atemorizar os trabalhadores que se mantiveram empregados.

A mudança na conjuntura ideológica também atingiu negativamente o sindicalismo combativo. No geral, todo o sindicalismo cutista ressentiu-se da difusão da ideologia neoliberal. Em primeiro lugar, porque a resistência sindical ocorre num terreno menos favorável. A CUT tem de atuar num campo sindical dividido pela ação de centrais que aderiram ao neoliberalismo, dentre as quais a Força Sindical é a mais importante mas não é a única. Para dar dois exemplos dessa dificuldade, a luta da CUT contra a privatização e quase todas as suas tentativas de organizar greves políticas de protesto contra a política econômica neoliberal foram sabotadas ativamente, e em vários casos com sucesso, pela Força Sindical. Em segundo lugar, a direção da CUT e alguns de seus principais sindicatos não passaram incólumes diante da ofensiva ideológica do neoliberalismo. Algumas idéias e propostas cutistas dos anos 90 revelam a presença de valores e concepções neoliberais no interior dessa central. A CUT substituiu a estratégia de ação sindical de massa e de oposição, que comandou a atuação dessa central ao longo dos anos 80, pela estratégia sindical dita propositiva dos anos 90. Essa estratégia sindical tem levado o sindicalismo cutista a conciliar com a política econômica do governo. Ela representou

um rebaixamento da plataforma reivindicativa da central e uma valorização do acordo com governo e com os empresários, em detrimento da ação grevista e de massa. Na base da central, muitos sindicatos fecharam-se num insulamento corporativo servindo, em alguns casos, de base de apoio para os pleitos dos empresários do “seu” setor junto ao governo – como ocorreu com a câmara setorial da indústria automotiva. Não iremos, contudo, nos alongar nesse tema, que é objeto de um dos ensaios desta coleção.

Outro setor do sindicalismo combativo especialmente afetado pela difusão da ideologia neoliberal foi o sindicalismo do funcionalismo público. No final da década de 1980, o sindicalismo do setor público era o movimento em ascensão no cenário sindical brasileiro. O número de greves e de grevistas no setor público cresceu muito em 1987, 88 e 89, superando de longe o número de grevistas no setor privado. Ora, do mesmo modo que Fernando Collor de Melo inaugurou sua política de desindustrialização elegendo as montadoras do ABCD como alvo – sua afirmação de que os carros fabricados no Brasil eram “carroças” foi seguida da abertura do mercado brasileiro para os carros importados –, ele também partiu para a ofensiva contra o funcionalismo público. Tentou um corte de pessoal no setor federal, colocando milhares de funcionários públicos “à disposição”, insuflou a população contra os servidores públicos – lembremos novamente da “caça aos marajás” – e endureceu as relações do governo federal com os grevistas do setor público. Esse terceiro pilar do sindicalismo também foi, desse modo, vitimado pela ofensiva neoliberal desde o seu início. Ao longo da década de 1990, a difusão da ideologia neoliberal colocou os funcionários públicos numa situação defensiva. Caracterizados como privilegiados e improdutivos, os funcionários públicos encontraram dificuldades crescentes para organizar a luta sindical e grevista, mormente num setor em que a greve golpeia, ao menos no plano imediato, a população usuária dos serviços.

Consideremos, agora, um terceiro segmento social. Grande parte da população trabalhadora de baixa renda criou novas formas

de luta contra a política neoliberal. Algo contraditório ocorre com o crescimento do desemprego. Esse fenômeno, que debilita o movimento sindical, tem sido, em certa medida, a base para o crescimento de outros movimentos sociais e para o aumento da insatisfação política. Esses movimentos podem ser chamados, seguindo sugestão de René Mouriaux, *movimentos de urgência*, pelo fato de serem movimentos sociais que lutam por condições mínimas e urgentes para assegurar a simples sobrevivência física de seus membros⁹.

O campesinato pobre organizou-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, e atraiu para a luta pela reforma agrária inclusive uma parte dos trabalhadores urbanos desempregados e subempregados. O MST passou a recrutar trabalhadores nos bairros periféricos e nas favelas das regiões metropolitanas. Mas o grosso do movimento é o campesinato pobre, sem terra ou com pouca terra, uma vez que o campesinato remediado está organizado fundamentalmente na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, e lutando por política de preços e de financiamento agrícola. Os desempregados e subempregados engrossaram também os movimentos dos sem-teto. Os trabalhadores sem-teto são pessoas empregadas com baixo salário ou desempregadas. No que respeita à situação de moradia, são inquilinos ameaçados de despejo, moradores de cortiços, moradores de favelas e moradores de rua. O seu principal método de luta é a ocupação de edifícios e de terrenos desabitados. Os sem-teto utilizam dois tipos de ocupação. A de tipo estratégico, em que a ocupação é uma ação direta de expropriação com o objetivo de converter um edifício ou terreno desabitado em local de moradia definitiva do grupo que realiza a ocupação, e a de tipo tático, que é um tipo de ocupação cujo objetivo é demonstrar a força do movimento e chamar atenção dos

⁹ Ver René Mouriaux, “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa”, entrevista concedida a Andréia Galvão, revista *Crítica Marxista*, n. 14, São Paulo, Boitempo, 2002.

governos para o problema da moradia, pois os movimentos de moradia têm uma plataforma de política social para o setor da habitação que encaminham aos governos municipais, estaduais e federal. Em São Paulo, um dos principais objetivos políticos da *União dos Movimentos de Moradia* é fazer o governo do Estado aplicar o *Programa de Ação nos Cortiços* (PAC).

É sabido que o MST é um movimento reivindicativo altamente politizado. Ele faz uma crítica sistemática ao modelo capitalista neoliberal e elege o governo federal como o principal inimigo político dos trabalhadores. Estabelece, portanto, uma relação clara e sistemática entre as carências do campesinato e o modelo de capitalismo vigente no Brasil e coloca como objetivo a eliminação desse modelo econômico e das forças políticas que o representam. O mesmo não se passa com os movimentos dos sem-teto. Os diversos movimentos de sem-teto, que cresceram muito em diversas cidades brasileiras e particularmente na cidade de São Paulo ao longo da década de 1990, encontram-se, na sua maioria, despolitizados. São, contudo, movimentos que lutam por um objetivo que colide com a política neoliberal e são, potencialmente, movimentos transformadores, pois têm como obstáculo para a realização de seus interesses a urbanização capitalista excludente das metrópoles brasileiras. Os inimigos dos movimentos dos sem-teto são os grandes proprietários e rentistas do solo urbano e a reivindicação pela qual lutam aponta para a necessidade de uma ampla reforma urbana que mexeria com grandes interesses do capitalismo brasileiro. Deve-se destacar também que existe luta política e ideológica entre as associações que dirigem o movimento dos sem-teto, havendo aquelas cujas direções são mais pragmáticas e outras com direções mais radicalizadas¹⁰.

¹⁰ Para conhecer as ações e direções mais politizadas do movimento dos sem-teto, ver Luís Gonzaga da Silva (Gegê), “A luta pela moradia popular”, entrevista realizada por Hector Benoit, revista *Crítica Marxista*, n. 10, São Paulo, Boitempo, 2000; “O assentamento Anita Garibaldi – entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)”, entrevista também realizada por Hector Benoit e publicada em *Crítica Marxista*, n. 14, 2002.

Os movimentos de urgência possuem algumas características comuns. São populações que tiveram suas vidas transtornadas pelo neoliberalismo. Perderam a terra, o emprego, a renda ou a moradia. Lançadas numa situação crítica, partiram para ação direta: ocupação de terra para plantar, ocupação de edifícios para morar e confisco – ou “saque” – de mercadorias em rodovias e supermercados. Esses novos movimentos são uma grande ameaça para o neoliberalismo. Eles avançam entre os trabalhadores que, potencialmente, poderiam integrar a classe apoio da política neoliberal; esses movimentos lutam para converter tais trabalhadores em opositores do neoliberalismo. Esse, por sua vez, não está aparelhado ideologicamente para enfrentar os movimentos de urgência. Diante do movimento sindical, seja do setor público ou do setor privado, os governos neoliberais procuram estigmatizar as reivindicações apresentando-as como mais uma regalia desejada por um setor já privilegiado da população. É o conhecido refrão do “corporativismo”, termo com o qual os governos neoliberais procuram isolar a luta sindical dos trabalhadores. Porém, como diante dos movimentos do campesinato pobre e dos trabalhadores subempregados e desempregados tais acusações caíam no descrédito, os governos neoliberais são obrigados a retroceder para o velho discurso autoritário e policialesco das classes dominantes brasileiras, que consiste em criminalizar o movimento popular – basta lembrar que, durante os governos FHC, várias lideranças do MST foram alvo de ação na Justiça por “formação de quadrilha”.

A oposição do operariado organizado, da baixa classe média, do campesinato e dos novos pobres ao modelo capitalista neoliberal apareceu também no plano eleitoral. Tal se verificou nas eleições para os legislativos e para os executivos e expressou-se na votação obtida por diversos partidos e candidatos que tiveram uma orientação crítica frente ao neoliberalismo. Mas o voto opositorista con-

centrou-se nas sucessivas candidaturas presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva do PT. A votação em Lula no primeiro turno das eleições presidenciais cresceu de modo constante e significativo nas quatro ocasiões em que ele disputou a chefia do executivo federal. Lula obteve 15 milhões de votos no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, 17 milhões no primeiro turno da eleição de 1994, 21 milhões em 1998 e saltou para 39 milhões de votos no primeiro turno da eleição de 2002. Em termos percentuais, a sua candidatura passou de 17% dos votos válidos no primeiro turno da eleição de 1989 para 46% na de 2002.

Para a candidatura Lula, convergiram a revolta, mas também as hesitações e incongruências do oposicionismo popular. Lula chegou ao governo defendendo a reforma agrária, que é uma aspiração do campesinato pobre, mas defendendo também as reformas tributária, da CLT e da Previdência Social. Esta parte do texto não é o lugar para examinar o conteúdo político da reforma tributária. A proposta do PT acena muito mais para a desoneração do “setor produtivo”, ou seja, das burguesias industrial e agrária, do que para a implantação de uma estrutura tributária progressiva que viabilize a distribuição da renda. Tal proposta segue, portanto, a estratégia que já mencionamos de dividir o bloco no poder. Quanto à CLT e à Previdência Social, é certo que ambas contêm elementos que, de um ponto de vista popular, merecem modificação. A CLT contém toda a legislação sindical, que regulamenta a estrutura sindical corporativa de Estado, e a Previdência Social brasileira é um exemplo da cidadania restrita e hierarquizada por conter regimes de aposentadoria profundamente desiguais. Porém, as propostas de reforma do PT para essas duas áreas, embora colocadas ainda em termos muito genéricos, permitem detectar a presença de elementos ideológicos do neoliberalismo, que podem levar a uma flexibilização de normas do direito do trabalho asseguradas pela CLT e a uma redução dos direitos relativos à aposentadoria. A partir da análise que apresentamos nesta parte do nosso texto, é necessário destacar que essas concepções decorrem tanto da decisão da dire-

ção do PT de evitar o confronto com o modelo capitalista neoliberal, quanto de tendências ideológicas presentes entre os próprios trabalhadores.

A unidade da burguesia e do imperialismo como obstáculo ao movimento popular

Vimos que as classes trabalhadoras dividiram-se frente à política neoliberal, enquanto a burguesia, ao contrário, está politicamente unificada, com o imperialismo norte-americano, na defesa das grandes linhas dessa mesma política. Para se compreender a importância dessa situação e o quanto ela é desfavorável para os trabalhadores é preciso lembrar que ela representa um quadro relativamente novo.

No plano internacional, até meados do século passado, havia uma situação de crises e conflitos agudos e recorrentes *no topo do sistema imperialista*, situação que foi superada graças à reunificação do topo desse sistema. A reconstrução da Europa com aporte de capital norte-americano, os avanços e a consolidação da política de unificação européia e, mais recentemente, a recuperação econômica dos EUA ao longo da década de 1990, são fatores que contribuíram para a reunificação dos países imperialistas em torno da superpotência do norte. Nos anos 80 e 90, o declínio, a crise e, finalmente, a desagregação da União Soviética reforçaram enormemente essa tendência. Tal desagregação possibilitou, inclusive, uma segunda onda neoliberal, que alcançou alguns países da Ásia e da América Latina que tinham permanecido fora da primeira onda de “reformas orientadas para o mercado”. No plano da política internacional, o imperialismo norte-americano passou a agir às soltas, libertou-se das amarras de contenção. Caminhamos para uma espécie de re colonização que restringe muito as opções da luta popular no cenário internacional, inclusive, e talvez principalmente, na América Latina.

No terreno da luta ideológica, o fim da URSS também golpeou fundo a luta dos trabalhadores. Há muito tempo, o modelo soviético deixara de ser exemplo para grande parte do movimento operário e socialista internacional. Porém, a desagregação final do que restara da grande Revolução de Outubro teve um impacto muito grande. Difundiu-se a crença, tão explorada e tão superficialmente “explicada” pelos pensadores pós-modernos, segundo a qual vivemos um presente sem futuro. Consolidou-se o conformismo e o fatalismo. Idéias como aquelas que falam em “fim das utopias” e em “fim da história” não são idéias que povoam apenas o debate acadêmico. Na verdade, esse debate reflete um sentimento difuso de que não há alternativa viável ao capitalismo neoliberal. Apenas recentemente, esse quadro dá sinais de que pode mudar. Estamos assistindo ao ressurgimento de antigos movimentos populares e o aparecimento de novas lutas sociais. Em diversas partes do mundo está ocorrendo uma certa recuperação do movimento sindical, em diversos países da América Latina há uma reativação, ainda que muito desigual, do movimento camponês, em várias partes do mundo, tem se desenvolvido o heterogêneo, mas ativo, “movimento antiglobalização” e começam a surgir, inclusive no centro do sistema, grandes manifestações populares contra o novo ciclo de guerras iniciado em 1991 pelo imperialismo norte-americano¹¹. A eleição de Luis Inácio Lula da Silva está situada nesse novo quadro.

No nível da política nacional, um dos principais obstáculos à luta dos trabalhadores brasileiros contra o capitalismo neoliberal tem sido a unidade política da burguesia brasileira. Retomemos a análise feita no item anterior e vejamos como ela repercute na análise da luta popular.

Até aqui, passados mais de dez anos de experiência neoliberal no Brasil, a unidade *política* da burguesia foi mantida. Os conflitos

¹¹ A idéia da existência de um novo ciclo de guerras imperialistas é desenvolvida por João Quartim de Moraes em “Império, guerra e terror”, revista *Crítica Marxista*, n. 14, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

entre o grande e o médio capital, entre a velha burguesia nacional de Estado e a grande burguesia privada e entre a indústria e as finanças mantiveram-se no terreno estritamente *corporativo*. Quando afloraram na cena político-partidária o fizeram com pouca força – uma força insuficiente para romper a grande aliança político-partidária em torno do neoliberalismo, embora suficiente para abalar a unidade da base parlamentar dos governos neoliberais na apreciação de propostas específicas. Apenas no curso das eleições presidenciais de 2002, um partido político importante da base governista, o PFL, desgarrou-se da frente governamental. Esse será um sinal de que estamos ingressando num novo período, de crise no bloco no poder? Poderiam conflitos como esse, associados à recente recuperação do movimento popular citada mais acima, abrir uma crise política nacional? Criar a possibilidade real de rompimento com o neoliberalismo? Ainda é cedo para tentarmos uma resposta.

Tem sido ignorado o fato de que a unidade político-partidária da burguesia ao longo de toda a década de 1990 é um dado fundamental do processo político brasileiro e uma situação nova na história do período pós-1930. Na época desenvolvimentista e populista (1930-1964), sempre houve uma fração burguesa organizada em um partido político poderoso em oposição ao desenvolvimentismo e ao populismo – basta lembrar a existência e atuação da União Democrática Nacional, a UDN, no período 1946-1964. A burguesia compradora, que, no período anterior à Revolução de 1930, beneficiava-se do comércio de exportação e importação típico da antiga divisão internacional do trabalho, não aceitou sem luta a perda da hegemonia no interior do bloco no poder e a política industrialista do período pós-1930. Mais recentemente, na época desenvolvimentista e ditatorial-militar (1964-1984), a média burguesia nacional, organizada no Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, manteve-se em oposição à política econômica da ditadura. Oposição conciliadora, é verdade, mas o antigo MDB nunca se integrou ao regime militar e à sua política.

Os conflitos políticos que dividiram a burguesia brasileira no período populista e no período ditatorial-militar favoreceram enormemente a luta operária e popular. O maior reajuste da história do salário mínimo no Brasil, o reajuste de 100% decretado por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1954, numa conjuntura em que a inflação anual encontrava-se na casa de 20%, foi possível justamente porque o governo necessitava de apoio popular para se defender da UDN que preparava o golpe de Estado que ocorreria em agosto daquele ano. Generalizando, podemos afirmar que Getúlio Vargas tinha necessidade de expandir os direitos sociais para angariar um apoio, mesmo que difuso e inorgânico, dos setores populares urbanos e conseguir, com isso, levar de vencida a resistência da antiga burguesia compradora e do capital estrangeiro à sua política de industrialização. Num período mais próximo de nós, na crise da ditadura militar, a primeira greve geral de uma categoria operária na década de 1970, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1979 que desencadeou o movimento que iria originar a CUT e o PT, essa greve pôde contar, em seus momentos mais críticos, com a cobertura política dos dirigentes nacionais do antigo MDB, cobertura essa que embaraçou a ação repressiva da ditadura militar contra os grevistas e contribuiu para dificultar as tentativas então em curso de “fechamento” do regime militar. Involuntariamente ou não, agindo contra o regime militar, o MDB favoreceu, de inúmeras maneiras, a organização do PT, da CUT e a legalização dos partidos comunistas e trotskistas.

Em contraste com esses cenários, hoje, a unidade política da burguesia em torno do neoliberalismo é um obstáculo de monta ao movimento popular. Os partidos de esquerda ficaram isolados no Congresso Nacional, as organizações e lutas populares enfrentam um bloco burguês muito mais coeso. É essa coesão política que explica, de resto, um dos recursos de poder mais importantes do neoliberalismo: a posição unânime da mídia na defesa das “reformas orientadas para o mercado”.

Como explicar essa unidade política a despeito dos conflitos econômicos que, como vimos, dividem as frações da burguesia? Em primeiro lugar, devido ao fortalecimento econômico, político e militar do imperialismo norte-americano, a principal fonte de pressão externa para a implantação do modelo neoliberal na América Latina. As burguesias nativas da América Latina preferem, principalmente numa situação como a atual, acomodar seus interesses aos interesses norte-americanos. Em segundo lugar, a unidade política da burguesia em torno do neoliberalismo explica-se pelo caráter antioperário e antipopular dessa política. O neoliberalismo tem, como já vimos, algo importante a oferecer para todas as frações burguesas: a degradação dos salários, das condições de trabalho e a redução dos direitos sociais. Em terceiro lugar, tal unidade explica-se pelo fato de a burguesia estar, desde 1989, acossada pelo perigo da formação de um governo reformista, organizado por uma frente de partidos de esquerda liderada pelo PT. Daí assistirmos, ao longo dos anos 90, uma pulsação característica: por ocasião das eleições presidenciais, a unidade político-partidária da burguesia se fortalece, passadas as eleições, tão logo a candidatura da frente de esquerda é derrotada, os conflitos corporativos reaparecem com mais força. Por tudo isso, no geral, os conflitos no interior da burguesia têm permanecido como conflitos de baixa intensidade – a divisão na base partidária do governo durante a campanha eleitoral de 2002 foi uma novidade, cuja dimensão e profundidade, contudo, ainda desconhecemos.

Não é possível prever se, alteradas algumas das condições apontadas acima, algum setor da burguesia poderá passar para o campo da oposição ao neoliberalismo. De qualquer modo, para o movimento operário e popular, a primeira condição para poder orientar sua luta é conseguir identificar o interesse específico de cada setor da burguesia e o tipo de crítica que cada um faz ou poderá fazer ao neoliberalismo. Parte desses interesses e dessas críticas é pouco mais do que uma nostalgia do antigo “milagre econômico” da ditadura militar – reserva de mercado para a grande in-

dústria interna, com arrocho salarial e crédito subsidiado. Outra parte é mera “briga de brancos” ou “de bancos” – estamos pensando no discurso “nacionalista” dos banqueiros brasileiros quando estão, por exemplo, disputando a privatização de um banco estatal com bancos estrangeiros, como ocorreu por ocasião da privatização do Banespa. A burguesia agrária, sobre a qual nada dissemos até aqui, está sendo prejudicada pelo ajuste fiscal imposto pelo FMI, ajuste que tem restringido o crédito agrícola. Porém, esse prejuízo provocado pela política neoliberal não deve aproximar os proprietários de terra dos movimentos populares. Mais do que os créditos, os grandes proprietários prezam a manutenção da grande propriedade, o que retira de suas críticas ao neoliberalismo qualquer conteúdo progressista. O único setor do bloco no poder que pode, eventualmente, propiciar aliados, ainda que eventuais, ao movimento operário e popular parece mesmo ser o pequeno e médio capital nacional.

Considerações finais

O pensamento crítico e os marxistas precisam dedicar mais atenção às transformações que a política neoliberal acarretou nas relações de classe no Brasil. A análise crítica do neoliberalismo exige essa reflexão. Alguns textos clássicos do marxismo, como os trabalhos de Gramsci sobre o *Risorgimento*, de Dimitrov sobre o fascismo e de Poulantzas sobre a crise das ditaduras no sul da Europa na década de 1970, poderão fornecer indicações teóricas para essa reflexão. Os marxistas brasileiros precisam, também, refletir sobre o impacto popular do neoliberalismo e as dificuldades que tal fato cria para a luta contra o modelo neoliberal e contra o capitalismo no Brasil.

Estamos encerrando a redação deste texto em outubro de 2002, logo após a vitória da candidatura Lula à Presidência da República. Essa vitória tem uma grande importância na história política do

Brasil. Um partido organizado por movimentos sociais e por correntes progressistas venceu a eleição presidencial num país elitista como o Brasil e numa situação internacional em que as vitórias da reação são a regra. A situação, contudo, é complexa e, em certa medida, contraditória. A vitória do PT traduziu a insatisfação popular com o neoliberalismo, mas esse partido não apresentou, durante a campanha eleitoral, um programa alternativo ao modelo econômico neoliberal. Vimos ao longo deste texto que a correlação de forças é de fato desfavorável e que as dificuldades para um governo de esquerda são muito grandes. Mas, mais que um recuo tático, a direção do PT parece ter decidido deslocar-se definitivamente para uma posição de centro esquerda cujo objetivo é alterar apenas aspectos muito secundários do modelo neoliberal. Quais aspectos seriam esses? Com apoio de quais classes e frações de classe o PT poderá contar se persistir nessa direção?

A direção do PT procurou, em primeiro lugar, ganhar a confiança do conjunto da burguesia e dos trabalhadores organizados para a proposta de pacto social. Para a burguesia, apresentou-se como a única força capaz de moderar as lutas sociais num momento de deterioração econômica, de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de situações críticas em diversos países da América Latina. Em segundo lugar, a direção petista procurou credenciar-se, preferencialmente, como representante dos interesses da grande indústria no conflito existente no interior do bloco no poder entre o grande capital industrial e o grande capital bancário. A direção do PT sempre falou em se aproximar dos “empresários” em geral, mas fez um esforço prioritário, desde o início da campanha, para se aproximar especificamente da Fiesp e dos grandes industriais paulistas; foi mais no final da campanha que tentou envolver também grandes empresários do setor bancário, mas esses vieram em segundo lugar e visivelmente relutantes. É necessário frisar que essa manobra não foi um oportunismo de campanha eleitoral. Há muito que o PT vem retomando o discurso desenvolvimentista pelo crescimento econômico *tout court* (relegando a um

plano secundário a idéia de crescimento com distribuição de renda), defendendo uma nova onda de substituição de importações e criticando a abertura “excessiva” do mercado brasileiro e a política de juros altos. Em terceiro lugar, a campanha explorou as contradições existentes entre o bloco no poder e os trabalhadores, mas o fez de modo genérico e sem colocar como objetivo a superação do modelo econômico existente.

Tal estratégia do Partido dos Trabalhadores, aponta, no seu conjunto, para uma espécie de social-liberalismo: um modelo capitalista neoliberal com um pouco mais de espaço para os interesses da burguesia industrial e também com mais políticas sociais compensatórias, tais como bolsa escola, renda cidadã e distribuição de cestas básicas ou de cupons para aquisição de alimentos. Isso representa uma grande mudança na história desse partido. O programa que empolgou o PT na década de 1980, que era o projeto social-democrata de implantação de um Estado de bem-estar no Brasil, parece, pelo menos temporariamente, arquivado. A velha social-democracia fundava sua estratégia na generalização dos direitos sociais e dos serviços públicos garantidos em lei e financiados pelo Estado; o social-liberalismo funda a sua estratégia nos “projetos” e “programas” sociais restritos, condicionados, incertos e financiados pela parceria do Estado com o “terceiro setor”. É para esse segundo modelo que apontam o programa, o discurso e as iniciativas e alianças do PT. Saber se há espaço econômico e político para o governo do PT avançar na direção de um maior crescimento econômico e industrial e de uma ampliação dos “programas” e “projetos” sociais da era FHC é uma outra questão.

Os planos da direção do PT não são a única variável interveniente na conjuntura. A sorte do governo petista dependerá também do comportamento do movimento popular, da ação da grande burguesia e das reações do imperialismo norte-americano. Há muitos exemplos de governos que são obrigados a ir além de seus tímidos planos iniciais. O movimento popular passou um cheque em branco ao PT, ou vai lutar para que ele atenda suas reivindicações? A

média burguesia interna poderá se descolar da frente neoliberal? A grande burguesia manterá sua lua-de-mel com Lula, ou passará a fustigar o seu governo? O imperialismo, e particularmente a sua agência financeira, o FMI, concederá uma margem de manobra ao governo Lula ou manterá a linha inflexível que impõem aos países da periferia?

O governo do PT colocará um ponto final na hegemonia neoliberal, ou essa hegemonia sobreviverá à alternância dos partidos no poder?

São Paulo, 31 de outubro de 2002.

ASCENSÃO E REFLUXO DO MST E DA LUTA PELA TERRA NA DÉCADA NEOLIBERAL

*Claudinei Coletti**

1. Introdução

Os anos 90, diferentemente da década de 1980, foram anos difíceis para a mobilização das classes trabalhadoras no Brasil. O receituário neoliberal, aqui aplicado a partir do governo Collor, significou um duro golpe para a esmagadora maioria dos movimentos sociais, aí incluído, principalmente, o movimento sindical combativo articulado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Se, por um lado, na década de 1980, o movimento sindical cutista apresentara, através de mobilizações grevistas que envolviam inúmeras categorias de trabalhadores, uma grande capacidade político-organizativa – pelo menos no que diz respeito aos trabalhadores urbanos –, por outro lado, na década de 90, tais mobilizações grevistas declinaram muito na cena

* Mestre em Ciência Política, doutorando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e autor do livro *A estrutura sindical no campo*. Campinas (SP), Ed. da Unicamp, 1998.

política brasileira, em grande medida devido ao aumento crescente dos índices de desemprego, que passou a assombrar os trabalhadores brasileiros e a inibir sua capacidade de reivindicação sindical. É exatamente nesse contexto, adverso ao movimento sindical, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vai não somente se fortalecer, como transformar-se no movimento social popular mais importante no Brasil dos anos 90 e no principal foco de resistência ao projeto neoliberal aqui implementado.

Nosso *objetivo geral* neste trabalho será analisar a trajetória do MST no primeiro e no segundo mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, utilizando o período anterior (governos Sarney, Collor e Itamar) como “pano de fundo”, apenas para efeitos comparativos. Analisando mais detidamente o período pós-1995 poderemos observar, por um lado, um avanço expressivo do movimento durante o primeiro mandato de FHC (1995-98), por outro lado, uma série de dificuldades e mesmo um certo refluxo do movimento nos anos recentes.

Isso significa que, a nosso ver, ressaltar a importância do MST na última década não implica afirmar que sua trajetória política nesse período tenha sido linear e marcada por avanços contínuos. Pelo contrário, ao debruçarmo-nos sobre essa questão, observamos uma trajetória marcada por avanços e recuos do movimento.

Se nosso objetivo geral, como dissemos há pouco, é discutir a trajetória do MST nos anos recentes, mais especificamente durante o governo FHC, nosso *objetivo específico* será analisar, em primeiro lugar, quais fatores poderiam explicar a expansão do MST no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, numa conjuntura, repetimos, de crise e refluxo para a maioria

dos movimentos sociais, principalmente para o movimento sindical combativo. Ou, em outros termos: por que a hegemonia neoliberal encontrou dificuldades em penetrar o MST, submetendo-o aos seus ditames? Em segundo lugar, procuraremos discutir as dificuldades recentes do MST, aí incluídas as estratégias utilizadas pelo governo FHC, em seu segundo mandato, para isolar o movimento, desmoralizá-lo diante da opinião pública e colocá-lo na defensiva.

Antes de chegarmos a esse objetivo específico, entretanto, faremos uma exposição sobre o número de ocupações de terra e de assentamentos realizados pelo governo federal, de 1985 até 2001, e discutiremos, de forma extremamente sucinta, a trajetória, os avanços e dificuldades do MST desde sua fundação oficial (governo Sarney) até o governo Itamar.

2. Números de ocupações de terras e de assentamentos

Fundado oficialmente em 1984, o MST tem lutado por terra, pela reforma agrária e por justiça social, num país que possui um dos maiores índices de concentração de terras e de renda do planeta, e tem organizado em suas fileiras os pequenos agricultores sem-terra, os desempregados ou subempregados rurais, além dos desempregados urbanos sem perspectivas de encontrar emprego nas cidades. Seus principais instrumentos de luta são as ocupações de terra, os acampamentos, as marchas, as ocupações de prédios públicos, os saques e as manifestações públicas, todos utilizados como instrumentos de pressão sobre o governo por desapropriações de terras e por assistência técnico-financeira aos assentados. Atua hoje em 23 estados do país, com 585 acampa-

mentos envolvendo um total de 75.730 famílias, e em 1.490 assentamentos envolvendo 108.849 famílias, segundo os últimos dados fornecidos pelo próprio movimento¹.

Os assentamentos rurais são, em grande medida, o resultado da pressão exercida pelas ocupações de terra e pelos acampamentos dos sem-terra. Os números de *ocupações* e de *assentamentos*, neste sentido, representam um indicativo fundamental da capacidade de ofensiva política do movimento e dos resultados que essa ofensiva consegue alcançar no plano mais imediato². As Tabelas 1 e 2, a seguir, mostram o número de ocupações e de assentamentos realizados desde o governo de José Sarney (1985-1989) até os anos recentes. Não obstante as discrepâncias que esses números apresentam, segundo a fonte de dados que tomamos como referência, eles permitem que formulemos uma discussão inicial sobre as várias etapas pelas quais passou o MST. Utilizaremos os dados dessas tabelas durante todo o nosso texto.

¹ “Acampamentos” são áreas provisórias nas quais os sem-terra se instalam, geralmente localizadas à beira das estradas ou numa área próxima à terra pretendida, onde são construídos barracos improvisados (geralmente de lona preta), que servem de moradia aos sem-terra até conseguirem a terra definitiva. Os “assentamentos”, por sua vez, são as terras desapropriadas pelo governo, demarcadas e entregues aos sem-terra. Uma família é considerada “assentada” quando recebe seu lote demarcado com uma infra-estrutura básica (água, luz etc.) e créditos para construir a casa, comprar alimentos e iniciar a produção.

² “No plano mais imediato”, porque uma coisa é conseguir a terra, outra é viabilizá-la economicamente e consolidar o assentamento. As dificuldades econômicas e mesmo a inviabilidade de um assentamento podem transformar, num segundo momento, a vitória pela conquista da terra em derrota.

Tabela 1. Ocupações de terra no Brasil - 1987-2001

ANO	número total de ocupações, segundo a CPT	número total de famílias envolvidas, segundo a CPT	número de ocupações ligadas ao MST	porcentagem das ocupações do MST sobre o n° total de ocupações	n° de "invasões" de terras, segundo o governo
1987	67	11.772			
1988	72	9.986			
1989	80	16.030			
1990	49	8.234			
1991	77	14.720			
1992	81	15.538			
1993	89	19.092			
1994	119	20.516			
1995	146	30.476			
1996	398	63.080	176	44%	397
1997	463	58.266	173	38%	502
1998	599	76.482	132	22%	446
1999	593	78.258			455
2000	393	64.497	190	48%	226
2001	194	26.120	82	42%	157

Fontes: Setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Cadernos *Conflitos no Campo*, 1987-2001.

Dataluta: Banco de dados da luta pela terra, 1999 (apud Bernardo Mançano Fernandes, *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000, p. 261).

Incra/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para os quadros em branco, não há dados disponíveis.

Tabela 2. Famílias assentadas pelo governo federal - 1985-2001

PERÍODO/ANO/ GOVERNO	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO DADOS DO GOVERNO	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO A ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO O IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas)
1985-1989 (gov. Sarney)	115.070		
1990-1992 (gov. Collor)	494		
1993-1994 (gov. Itamar)	36.481		
1995 (gov. FHC)	42.912	32.699	
1996	62.044	19.800	
1997	81.944	60.425	
1998	101.094	76.027	
1999	85.226	25.831	53.197
2000	108.986		36.061
2001	102.449	23.573*	

Fontes: – de 1985 a 1994 – Incra/Ministério Extraordinário da Política Fundiária (apud Sérgio Leite, “Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados”, in João Pedro Stédile (org.), *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 159).

– de 1995 a 2001 – Incra/Ministério do Desenvolvimento Agrário; Relatório da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) dirigido à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em setembro de 2001; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).³

* até 07.12.2001, segundo o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, baseado nos dados do próprio Incra (in: *Conflitos no Campo-Brasil-2001*. Goiânia, CPT Nacional, p. 139).

Para os quadros em branco não há dados disponíveis.

³ É interessante observar que os números apresentados pela ABRA são baseados nos Relatórios Anuais de Atividades do INCRA e os números apresentados pelo IPEA são baseados, também, nos balanços detalhados do INCRA. O que se observa pela análise realizada pela ABRA é que os números do governo são inflados porque contabilizam, como novos assentamentos, as famílias assentadas em anos anteriores – objeto, portanto, de ações de consolidação de projetos –, as regularizações fundiárias, as famílias em imóveis que ainda se encontram em fase de imissão na posse pelo INCRA e, até mesmo, assentamentos que ainda nem saíram do papel.

3. O MST nos governos Sarney, Collor e Itamar

As mobilizações sociais no campo ressurgiram na cena política brasileira no final da década de 70, num momento de crise do regime ditatorial militar e de retomada das mobilizações sociais urbanas, das quais as greves dos metalúrgicos do ABCD paulista foram o melhor exemplo.

Várias lutas no campo, num primeiro momento isoladas, anunciavam a constituição de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em setembro de 1979, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, 110 famílias haviam ocupado as glebas Macali e Brilhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorrera a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu, organizaram-se para lutar contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra.

Esses movimentos isolados, a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada aos setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja Luterana do Brasil, haviam promovido, na primeira metade dos anos 80, vários encontros regionais entre suas lideranças, que desembocaram num Encontro Nacional ocorrido em janeiro de 1984 em Cascavel, município do Estado do Paraná, no qual foi fundado o MST como um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária. Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR), o MST realizava seu 1º Congresso Nacional, com a participação de 1500 delegados representantes de vinte estados brasileiros.

É interessante observarmos, ainda que de forma breve, a trajetória política do MST nos anos 80, particularmente durante o governo Sarney, pois foi exatamente nesse momento que o movimento

consolidou-se e adquiriu um caráter nacional, mais abrangente do que no período anterior, quando estivera muito restrito aos estados do Sul⁴. Nesta breve análise é importante comparar as posturas do MST com as assumidas pelo sindicalismo oficial rural representado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura e pelos cerca de 2500 sindicatos de trabalhadores rurais, naquele momento, existentes no País.

O governo Sarney, a partir de uma série de compromissos assumidos por Tancredo Neves durante sua campanha à presidência da República, propusera um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo objetivo era assentar 1.400.000 famílias durante seu governo. Fato curioso é que exatamente no momento em que o MST constituía-se como uma organização de âmbito nacional (1984/85), a CONTAG realizava seu IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (maio/1985), no qual hipotecava um apoio irrestrito ao PNRA do governo Sarney⁵ e defendia o Estatuto da Terra como instrumento inicial de reforma agrária, neste caso, contra os sindicalistas e lideranças ligados à CUT e ao MST que pregavam a recusa desse instrumento legal, com o argumento de que o objetivo primeiro do Estatuto era exatamente combater a reforma agrária que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores. As resoluções e reivindicações defendidas no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, por sua vez, indicavam que os sem-terra depositavam poucas esperanças na “Nova República” de Sarney: reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as

⁴ Diz o editorial do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, de dezembro de 1985, referindo-se ao I Congresso do movimento, realizado no início daquele ano: “A partir do Congresso, o Movimento se espalhou. Podemos dizer, hoje, que o Movimento não é mais somente dos sulistas, mas dos sem-terra de todo o Brasil”.

⁵ Tal plano foi, inclusive, lançado no IV Congresso da CONTAG, com a presença do advogado paraense Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) do governo Sarney.

propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. “Além disso, as *ocupações de terras ociosas ou públicas* foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: *'terra não se ganha, se conquista'*”⁶. Refletindo sobre esse momento em que o MST realizava seu I Congresso, João Pedro Stédile chega a afirmar que

movimento teria acabado se aderisse à Nova República naquele Congresso. O MST era fraco, estava apenas no seu início. Se a gente se juntasse com uma força maior e reformista, a organização tinha acabado. (...) Recuperamos para as massas que só com a ocupação a reforma agrária poderia avançar. A turma saiu do Congresso e começaram a pipocar grandes ocupações por todo o país. (...) Enquanto o presidente José Sarney e o ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, estavam no Congresso da Contag prometendo mil coisas, ocupamos 18 fazendas numa semana no oeste catarinense, com 5.000 famílias.⁷

Ora, essa proposta política e as ações de ocupação de terra realizadas pelo MST, consideradas radicais pelos setores conservadores da sociedade brasileira, tiveram como contrapartida o surgimento, em junho de 1985, da União Democrática Ruralista (UDR), entidade de direita que congregava os proprietários rurais – sobretudo os pecuaristas – e propunha-se a defender, com armas se preciso fosse, a propriedade da terra contra as “invasões” patrocinadas pelos sem-terra.

⁶ Leonilde S. de Medeiros, *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989, p. 167-170, os grifos são meus.

⁷ João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, *Brava gente - a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 52.

Para nós, o importante a ressaltar nesse momento histórico é que o MST, de um lado, e UDR, de outro, acabaram politizando a luta pela terra no Brasil, em dois sentidos: 1º) as várias instâncias do aparelho de Estado – executivo, legislativo e judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária no Brasil, geradora de conflitos e de violência no campo, não-resolvida até aquele momento; e 2º) os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais, constituindo-se, os primeiros, como fração autônoma de classe e os segundos, como classe social distinta, isto à medida que extrapolavam as suas existências econômicas e colocavam-se em confronto nos níveis político e ideológico⁸.

A força política da bancada ruralista – defensora dos interesses dos grandes proprietários de terras ligados à UDR, à Confederação Nacional da Agricultura e à Sociedade Rural Brasileira –, no Congresso Constituinte, fez com que a Constituição de 1988, além de representar, para a solução do problema agrário brasileiro, um recuo em relação ao Estatuto da Terra, remetesse para a legislação ordinária a regulamentação da desapropriação de terras improdutivas. Resultado: somente em 1993, durante o governo Itamar Franco, é que foi aprovada a regulamentação da lei agrária (lei 8629, de 25.02.93), ou seja, entre 1988/93 nem sequer os mecanismos legais para as desapropriações existiam. Por outro lado, o adesismo da CONTAG ao PNRA do governo Sarney e o fracasso deste Plano deram mais razão ainda às posturas e práticas do MST, retirando, pelo menos naquele

⁸ Diz Poulantzas, referindo-se a essa questão e ao próprio Marx: “*de fato, o problema real que desta vez Marx coloca a propósito de uma formação social é que uma classe não pode ser considerada como classe distinta e autônoma [ou fração autônoma] – como força social – no seio de uma formação social senão quando a sua relação com as relações de produção, a sua existência econômica, se reflete sobre os outros níveis por uma presença específica*”. Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1986, p. 75-76, o trecho é grifado pelo autor.

momento, a legitimidade da CONTAG como representante da luta efetiva pela terra no Brasil.

Os dados da Tabela 1 mostram que a média de ocupações de terra de 1987 a 1989 foi de 73 ocupações por ano⁹ e que o número de famílias envolvidas nessas ocupações teve um salto expressivo em 1989, quando 16.030 famílias participaram dessas ações, contra 9.986 famílias ocupantes de terras em 1988. Ora, a nosso ver, esses números podem ser interpretados, em primeiro lugar, como um aumento da adesão dos trabalhadores sem-terra à forma de luta empreendida pelo MST, em segundo lugar, como uma intensificação das ações do MST, àquela altura completamente ciente das verdadeiras intenções do governo Sarney (não-cumprimento das metas do PNRA e não-realização da reforma agrária) e do retrocesso que a Constituição de 1988 representava no que respeita à possibilidade de se realizar uma reforma agrária no Brasil¹⁰. Já a Tabela 2 dá-nos uma idéia dos resultados das ocupações e do Plano Nacional de Reforma Agrária: segundo dados do Incra e do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, de 1985 a 1989, foram assentadas 115.070 famílias, contra uma meta inicial prevista no PNRA de assentar 1.400.000 famílias, ou seja, mesmo adotando o número do governo, provavelmente superestimado – porque costuma incluir as regularizações de assenta-

⁹ Não há dados para o período anterior a 1987. Embora a CPT tenha começado a fazer seu levantamento anual a partir de 1985, nos relatórios de 1985 e 1986 não constam dados sobre ocupações.

¹⁰ Diz o editorial do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, de setembro de 1988: “Terminados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte confirmou-se aquilo que nós, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vínhamos denunciando: a nova Constituição será um retrocesso na questão da reforma agrária. Simplesmente liquidaram com a possibilidade de sua realização. Não esperávamos outra coisa de um Congresso constituído, na sua grande maioria, por latifundiários e representantes de grandes grupos econômicos. (...) Essa lei, feita com o objetivo de prejudicar os trabalhadores rurais,(...) terá efeito contrário: crescerão as mobilizações, a consciência política, a diversificação das formas de luta e a qualificação das ocupações”.

mentos feitos anteriormente – os assentamentos ficaram em cerca de 8% do total inicialmente previsto¹¹. Mas esse período, repetimos, foi uma fase importante de expansão, de consolidação e de aprendizagem política para o MST. Isto vale também para o movimento sindical combativo articulado em torno da CUT, que experimentou uma enorme expansão na segunda metade dos anos 80.

O governo Collor e o início do processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil significaram um retrocesso político para as classes trabalhadoras, implicando um refluxo para a esmagadora maioria dos movimentos sociais populares. O melhor exemplo disso foi o movimento sindical combativo, que passou para a defensiva, pois como já observou Armando Boito Jr., “seu enfraquecimento era estratégico para a consolidação do neoliberalismo”¹². No governo Collor, a recessão econômica e o início do processo de uma nova onda de abertura do País aos produtos e capital estrangeiros, jogaram um papel fundamental no dismantelamento da capacidade reivindicativa do sindicalismo combativo: em 1989, a economia brasileira, ainda sob o governo Sarney, havia crescido 3,3%; em 1990, já sob o governo Collor, *decrecera* 4,4%, em 1991 cresceu 1,1% e em 1992 voltou a decrescer. Ora, recessão econômica é quase um sinônimo de desemprego e não há, via de regra, movimento sindical que consiga manter a ofensiva política num momento de alto índice de desemprego.

Para o MST as coisas também não foram fáceis. Nesse primeiro momento dos anos 90, o movimento enfrentou dificuldades, a ponto de João Pedro Stédile, uma das principais lideranças dos sem-terra, caracterizar essa fase como um “momento de crise do MST”. Isto devido ao fato de o governo Collor ter restringido ao máximo as políticas públicas para a agricultura (crédito, assistência

¹¹ No *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de março de 1990, fala-se em 80 mil famílias assentadas durante o governo Sarney.

¹² Armando Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999, p. 120.

técnica etc.), ter acabado com o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), ter esvaziado as atribuições do Incra, passando os assentamentos para a órbita do Ministério da Agricultura (com Antonio Cabrera à frente deste ministério), e ter reprimido duramente o movimento (invasão de secretarias estaduais do MST pela Polícia Federal, apreensão de documentos, prisões, instalação de processos judiciais contra as lideranças dos sem-terra etc.)¹³. Ainda segundo Stédile, esse período foi o “batismo de fogo” do MST: “se o governo dele durasse os anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruído”, diz ele¹⁴.

Segundo os dados da Tabela 1, as ocupações de terra sofreram um recuo considerável em 1990, passando de 80, em 1989, para 49, em 1990, o mesmo ocorrendo com o número de famílias envolvidas nas ocupações, que passou de 16.030, em 1989, para 8.234, em 1990. Os dados da Tabela 2, por sua vez, mostram que durante o governo Collor (1990-92) foram assentadas apenas 494 famílias – o discurso de campanha de Collor falava em 500 mil famílias –, o que é, de certa forma, indicativo das dificuldades pelas quais passou o movimento nesse período.

¹³ Um editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de julho de 1991, retrata, em parte, essa situação difícil para o movimento: “A estrutura administrativa para fazer a reforma agrária está falida. O Incra virou uma tapera velha. Não tem força. Não tem recursos e nem funcionários. (...) O Procerá, que finalmente conseguimos passar para o Banco do Brasil e levar as decisões para os estados, agora não tem recursos. (...) A polícia federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra. Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. Romeu Tuma, chefe da polícia federal, foi à Câmara dos Deputados denunciar que o MST enviava camponeses para treinamento de guerrilha em Cuba.”

¹⁴ Essas afirmações sobre o MST e o governo Collor encontram-se em João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, *Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 54, 69, 103-105.

Com o afastamento de Collor da presidência, em setembro de 1992, e o início do governo de Itamar Franco, o MST começou lentamente a recobrar suas forças políticas. Em julho de 1993, o movimento denunciava que “o governo de Collor e o de Itamar Franco, até este momento, não fez (*sic*) nenhuma desapropriação para fins de reforma agrária, usando a desculpa de que não havia instrumentos jurídicos para isso”¹⁵. Mas a situação apresentava sinais de melhora: em fevereiro havia sido aprovada a Lei Agrária (lei 8629, de 25.02.93)¹⁶ e Osvaldo Russo assumia a presidência do Incra¹⁷; em junho de 1993 fora aprovada a Lei do Rito Sumário, que definia o procedimento jurídico para o caso de desapropriações de terras; o Incra apresentara um “Programa Emergencial de Reforma Agrária”, no qual se propunha a assentar 20 mil famílias durante o ano de 1993, com prioridade para as 12 mil famílias que se encontravam em acampamentos ligados ao MST – os recursos para esses assentamentos (US\$ 180 milhões) já estavam previstos pelo orçamento; em setembro de 1993, o Incra havia desapropriado 40 áreas para fins de reforma agrária, quebrando o jejum de vários anos sem desapropriações. Em dezembro de 1993, num “balanço do ano”, o MST fazia a seguinte avaliação:

temos o Incra dirigido por pessoas sensíveis à reforma agrária, embora a máquina administrativa continue inoperante e

¹⁵ Editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de julho de 1993.

¹⁶ Para ilustrar que o tratamento dado pelo governo ao MST havia mudado, relativamente ao governo Collor, em 2 de fevereiro o presidente Itamar Franco recebeu 24 dirigentes da Coordenação Nacional do MST, e a lei aprovada teve vários artigos vetados por Itamar, a pedido do MST. Conforme *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de março de 1993.

¹⁷ Osvaldo Russo era militante do ex-PCB (Partido Comunista Brasileiro), na época PPS (Partido Progressista Social), e fazia parte de seu comitê central. Era funcionário de carreira do Incra, tinha sido coordenador da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e prestava assessoria à CONTAG e ao Instituto de Estudos Sócio-econômicos. Ele foi indicado ao cargo pela CONTAG.

incompetente. Temos a lei agrária e do rito sumário. Liberou-se 60 milhões de dólares para o Procerá [Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária] e FNE [Fundo Constitucional] dos assentamentos e reiniciou-se o processo de desapropriação. Porém, apesar disso, não se cumpriu as promessas de assentar 20 mil famílias e resolver todos os casos de acampamentos em 93.¹⁸

Os dados da Tabela 1 mostram que em 1993-94 houve um aumento no número de ocupações de terra e de famílias envolvidas nessas ações – em 1993 houve 89 ocupações com 19.092 famílias envolvidas; em 1994, 119 ocupações com 20.516 famílias. Se compararmos os dados de 1994 com os de 1992, observaremos um aumento de 47% no número de ocupações e de 32% no número de famílias envolvidas. Já a Tabela 2 mostra que o governo Itamar assentou, em dois anos, 36.481 famílias – isto significa uma média 18.240 famílias assentadas por ano, contra cerca de 23.000 famílias assentadas por ano durante o governo Sarney e 247 famílias assentadas anualmente pelo governo Collor.

Trata-se, como pode ser observado, de uma conjuntura política muito mais favorável ao MST que a do governo Collor, e um momento em que o movimento recobrará suas forças para avançar efetivamente no período seguinte.

4. A ascensão do MST no primeiro mandato de FHC (1995-1998)

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, em 1994, sustentado pelo impacto positivo do Plano Real, de um lado, e pelas forças políticas conservadoras, sobretudo representadas pelo PFL, de outro, o projeto neoliberal não apenas teve continuidade como pôde ser aprofundado no Bra-

¹⁸ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de dezembro de 1993.

sil. Aprofundou-se o processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros, o processo de privatização das empresas estatais, o processo desregulamentação do mercado de trabalho e o processo de supressão dos direitos sociais.

No que respeita ao campo, o programa de governo de FHC previa o assentamento de 280 mil famílias durante os quatro anos de governo: em 1995, 40 mil famílias seriam assentadas; em 1996, 60 mil; em 1997, 80 mil; e em 1998, 100 mil famílias. O programa de reforma agrária do governo FHC foi lançado em 24 de março de 1995, em ato público no município de São João de Jaguaribe, no Ceará, que mereceu o seguinte comentário crítico no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de abril de 1995:

o Inca cumpriu seu papel nessa encenação. Levou 1.500 agricultores assentados de vários municípios do estado, pagando todas as despesas. Colocou em cada um uma camiseta de propaganda do governo e orientou para que batessem palmas para o Presidente. (...) E a TV Globo deu amplo destaque a mais essa medida do governo. No palanque, outros atores contracenaram com o presidente. O banqueiro e ministro da agricultura¹⁹, o presidente do Inca, o *presidente da Contag*. Todos deram um discurso veemente em apoio às medidas do presidente.²⁰

¹⁹ Para o Ministério da Agricultura, ao qual se subordinava o Inca, FHC nomeou José Eduardo Vieira, na época banqueiro e dono do terceiro maior banco privado do país (o Bamerindus). Sua primeira declaração pública sobre a reforma agrária foi a de que o governo não tinha recursos para assentar as 40 mil famílias previstas no plano de governo.

²⁰ Editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de abril de 1995 (os grifos são nossos). É interessante observar a crítica que o MST faz ao “governismo” da Contag. Um mês depois, comentando o Congresso da Contag, transcorrido no final de abril de 1995, e sua filiação à CUT, o MST pergunta-se: “A Contag vai mesmo mudar?”. E arremata: “Depois de muitos conchavos, não deu outra! Urbano continua presidente e a Contag se filiou à CUT. Mas a base saiu revoltada. E muitos não engoliram. Como a CUT, com uma linha clara de combate ao governo neoliberal do FHC, aceitou ter a Contag-cutista, dirigida por um amigo de FHC?”. Conforme *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, maio de 1995, p.8-9.

No seu III Congresso Nacional, realizado em julho de 1995, o MST definiu duas prioridades: “continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo”²¹. Ou, nas palavras de Stédile:

nossa reflexão nos levou à conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha que mudar o plano neoliberal. Ou seja: a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico. Para ela avançar, é necessário que toda a sociedade a abrace como uma luta legítima dos sem-terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade. Foi ali, então, que sistematizamos a palavra de ordem ‘a reforma agrária é uma luta de todos’.²²

Essa postura antineoliberal do MST está assentada na idéia de que a política neoliberal privilegia os interesses do capital financeiro, por um lado, e marginaliza a agricultura, especialmente a pequena produção familiar e os assentamentos, por outro. Se mesmo a fração agrária da burguesia, ligada à produção agropecuária para exportação, viu, nos anos 90, por uma série de razões, seus interesses econômicos serem atingidos²³, o que dizer da pequena produ-

²¹ Editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, agosto de 1995.

²² João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, *op. cit.*, p.55. A palavra de ordem de 1989 até 1994 tinha sido “ocupar, resistir, produzir”.

²³ Em primeiro lugar por ter perdido os generosos incentivos fiscais e os créditos subsidiados tão comuns nas décadas de 70 e em parte dos anos 80 (o crédito agrícola passou de uma média anual de US\$ 19 bilhões entre 1975-79 para US\$ 4 bilhões em 2000), muito embora a força política da bancada ruralista no Congresso tenha conseguido contínuas negociações vantajosas para as dívidas dos grandes proprietários; em segundo lugar porque o Plano Real e a sobrevalorização cambial que o acompanhou até janeiro de 1999 fizeram com que as exportações perdessem valor; em terceiro lugar, pela própria queda dos preços de grande parte dos produtos agrícolas no exterior; em quarto lugar, pela desvalorização do preço da terra – um estudo do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que, no período de 1990 a 99, as terras de lavoura registraram queda real (já descontada a inflação) de 50,3% no Brasil e as terras de pastagens 60,8%. A desvalorização pós-Real chega a ser maior ainda: 56,8% no primeiro caso e 69% no segundo. Conforme reportagem “Preço da terra desaba nos anos 90”, *Folha de S. Paulo*, 2.5.2000.

ção agrícola, extremamente dependente de recursos públicos, os quais foram e têm sido duramente restringidos por conta do ajuste fiscal do governo? A respeito desta última questão basta dizer que estimativas apontam que cerca de 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras no primeiro mandato de FHC.

No início de 1995, o MST já denunciava as dificuldades da pequena produção familiar no contexto das políticas neoliberais de FHC:

os agricultores estão assistindo a um verdadeiro desastre atingindo a pequena produção familiar. Os preços pagos aos agricultores despencaram. Nunca foram tão baixos. (...) Os juros dos bancos continuarão pela TR plena. Não há mercado para milho, feijão e algodão. Ninguém compra. Se instalou (*sic*) um clima de tensão e desespero entre os pequenos agricultores, muitos deles colocando sua propriedade à venda.²⁴

Em setembro de 1995, o MST denunciava que o Ministro do Planejamento da época, José Serra, havia liberado apenas 3,2% do total do orçamento anual previsto para a reforma agrária e que, em pleno início de plantio, os recursos do Proterra ainda não haviam chegado aos assentados.

Os dados da Tabela 1 mostram que as ocupações de terra avançaram no primeiro ano do governo FHC: passaram de 119, em 1994, para 146, em 1995 (aumento de 22%). Já as famílias envolvidas nessas ações passaram de 20.516 para 30.476 (aumento de 48%).

²⁴ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, abril de 1995.

Quanto ao número total de famílias assentadas durante o primeiro ano do governo FHC (Tabela 2), a julgar pelos números oficiais, o governo teria cumprido, com sobras, a sua meta de assentar 40 mil famílias, já que teria assentado 42.912 famílias. Ocorre que tais números são controversos: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), baseada nos Relatórios Anuais de Atividades do próprio Incra, denuncia que desse total de 42.912 famílias, 23,8% foram famílias assentadas anteriormente e que tiveram seus projetos regularizados em 1995 – portanto, o número de famílias assentadas seria de 32.699. Já o MST afirma que fez, em 1995, um levantamento, estado por estado, e que “apenas 12 mil famílias tiveram realmente acesso à terra, em função de desapropriação ou medidas do Governo FHC”.²⁵ Terminado o ano de 1995, o MST contabilizava 124 acampamentos em todo o País, reunindo 22 mil famílias.

Em 1996, a meta do governo FHC era assentar 60 mil famílias. Em julho de 1996, o MST denunciava que, de um total de 30 mil famílias que deveriam ser assentadas no primeiro semestre do ano, tinham sido assentadas 18 mil (60% da meta do primeiro semestre). E mais:

das 18 mil famílias assentadas esse ano, 80% foi na região norte e no estado do Maranhão. Estados como Bahia, Paraná, Rondônia, Piauí e Pernambuco, com milhares de famílias acampadas, não tiveram uma única família assentada.²⁶

Segundo os dados divulgados pelo governo, no ano de 1996 teriam sido assentadas 62.044 famílias (Tabela 2), número superior às 60 mil famílias que constavam nas metas do governo. Ocorre que, segundo o relatório da ABRA, 68% resumiram-se a ações em projetos antigos, ou seja, o número de novas famílias assentadas em novos projetos não teria passado de 19.800.

²⁵ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, janeiro-fevereiro de 1996.

²⁶ *Idem*, julho de 1996.

Já o número de ocupações de terra teve, em 1996, um salto expressivo: de 146 ocupações, envolvendo 30.476 famílias, em 1995, passou para 398 ocupações (aumento de 172%), envolvendo 63.080 famílias (aumento de 106%), em 1996 (Tabela 1). Nunca, antes, o número de ocupações de terra e de famílias envolvidas nessas ações tinham experimentado um salto tão expressivo de um ano para outro. Isto significa, a nosso ver, que, nesse momento, a luta pela terra, através das ocupações, ganhava uma relevância política capaz de efetivamente incomodar o governo. Das 398 ocupações de terras realizadas durante 1996, 176, ou seja, 44%, estavam ligadas ao MST. Este último dado revela, também, um outro aspecto importante da questão: a partir de meados dos anos 90, mais especificamente do governo de FHC, numa conjuntura política menos repressiva, as ocupações, como instrumento de luta pela terra, deixaram de ser monopólio do MST e passaram a ser utilizadas por outras forças atuantes no campo, algumas dissidentes do próprio MST. Não obstante a inegável importância do MST nessa forma de luta – pois ele foi responsável, sozinho, por quase a metade das ocupações em 1996 –, vale ressaltar que o salto quantitativo das ocupações deveu-se, também, ao engajamento de outras forças nesse tipo de luta. O melhor exemplo neste caso, talvez sejam as ocupações realizadas pela CUT-CONTAG e pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura, em vários estados do país²⁷.

²⁷ No relatório referente ao ano 2000, pela primeira vez a CPT mapeou as ocupações, relacionando-as com a força política que havia organizado cada uma delas. Das 393 ocupações realizadas nesse ano, 190 estavam ligadas ao MST, 54 à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), 25 à CUT de Mato Grosso do Sul, 16 à CPT, só para citar os exemplos mais importantes. Além do MST, da CUT-CONTAG, das Federações dos Trabalhadores na Agricultura, de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da CPT, há em torno de duas dezenas de movimentos de luta pela terra espalhados pelo Brasil, a maioria deles com uma abrangência local. Conforme cadernos *Conflitos no Campo-Brasil*, CPT, 2000.

No início de 1997, o MST iniciou uma marcha histórica rumo a Brasília, que percorreu cerca de mil quilômetros em sessenta dias de caminhada a pé. A marcha teve início em 17 de fevereiro de 1997, partindo de três pontos diferentes do país: da cidade de São Paulo partiram 600 sem-terra, provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo; do município de Governador Valadares, em Minas Gerais, partiram 400 sem-terra, provenientes dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais; da cidade de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, partiram 300 sem-terra provenientes de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Distrito Federal. Os principais objetivos da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que chegou a Brasília em 17 de abril de 1997 – exatamente um ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás²⁸ – eram, segundo as palavras do próprio movi-

²⁸ O massacre de Eldorado dos Carajás, no leste do Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996, resultou da truculência da Polícia Militar contra os sem-terra, tendo gerado a morte de 19 sem-terra, além de ter deixado outros 41 sem-terra, incluindo mulheres e crianças, e quatro policiais militares, feridos. O confronto ocorreu quando 200 policiais militares tentaram liberar a rodovia PA-150, bloqueada por 1.200 trabalhadores rurais. Tratou-se do maior massacre de sem-terra ocorrido nos últimos tempos. Foi o segundo massacre no governo de FHC, pois em agosto de 1995, ocorrera o massacre no município de Corumbiara, em Rondônia, quando 300 policiais militares invadiram, de madrugada, a Fazenda Santa Elina, ocupada por 514 famílias sem-terra, expulsando-as do local. O resultado desta operação foi dois policiais e dez sem-terra mortos. Esses massacres – e principalmente o de Eldorado dos Carajás –, noticiados pela mídia, chamaram ainda mais a atenção da opinião pública nacional e internacional para a grave situação da luta pela terra no Brasil. Levados a julgamento, os comandantes da operação em Eldorado dos Carajás, coronel Mário Pantoja, que comandou a tropa de Marabá (PA), e o major José Maria Oliveira, oficial de Parauapebas (local do confronto), foram condenados, em 2002, a 228 e a 158 anos de prisão, respectivamente. Conforme reportagens “Massacre de sem-terra é o maior”, *Folha de S. Paulo*, 19.04.1996; “Vamos paralisar o Brasil contra os massacres”, *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de maio de 1996; “O massacre de sem-terra na Rondônia”, *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de setembro de 1995; “Termina julgamento do massacre de Carajás”, *Folha de S. Paulo*, 21.07.2002.

mento, “abrir canais de comunicação com a sociedade” e fazer frente à ofensiva do governo FHC, que tentava, naquele momento, isolar e acuar o MST. A marcha converteu-se na maior manifestação realizada contra o governo FHC e sua política neoliberal e levou, segundo o MST, cerca de 100 mil manifestantes a Brasília; segundo outras fontes, 30 mil manifestantes deslocaram-se à capital do País²⁹. Desses manifestantes, a esmagadora maioria não era sem-terra, mas estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, trabalhadores urbanos etc., que engrossaram a manifestação para prestar solidariedade aos sem-terra e protestar contra o governo FHC. No dia 18 de abril, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu lideranças do MST no Palácio do Planalto e, depois de mais de uma hora de conversa, os dois lados não chegaram a lugar algum e mantiveram as críticas mútuas. Tratou-se da manifestação de massa mais importante do período e significou um tipo de manifestação política muito diferente das ocupações de terra, à medida que visava diretamente pressionar o governo a tomar medidas a favor dos sem-terra, e estabelecia alianças com outras forças e setores sociais. “Mostramos à sociedade, que a política neoliberal imposta por FHC está acabando com a agricultura familiar, com o emprego rural e com a produção de alimentos”, diz o editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de abril/maio de 1997.

Em junho de 1997, o MST, em tom de denúncia, fez a seguinte afirmação:

ao fazer recentemente uma palestra no Fórum Nacional de Debates no Rio de Janeiro, o secretário executivo do

²⁹ Ver, por exemplo, reportagem “MST lidera maior protesto contra FHC”, *Folha de S. Paulo*, 18.04.1997. Segundo esse jornal, a marcha reuniu 30 mil manifestantes, dos quais dois mil eram sem-terra.

Ministério da Agricultura, Guilherme Dias, abordou questões reveladoras da política de FHC referentes à agricultura brasileira. Segundo o secretário, é fato consumado que haverá uma seletividade em relação aos produtores, aos produtos e às regiões agrícolas, ou seja, algumas terão condições de sobreviver, outras cairão no total atraso. (...) O secretário confirmou que somente no governo de FHC cerca de 400 mil pequenas propriedades agrícolas faliram. Sobre a reforma agrária, o secretário evidenciou que ela não faz parte dos planos desse governo.³⁰

Apesar da tentativa do governo de isolar e combater o MST, no ano de 1997, o movimento e a luta pela terra no Brasil mantiveram a curva ascendente. O número de ocupações chegou a 463, com 58.266 famílias envolvidas. Dessas 463 ocupações, 173 estavam ligadas ao MST (38% do total), conforme dados da Tabela 1. Segundo os dados oficiais, novamente o governo teria cumprido, com sobras, a meta de assentar 80 mil famílias, pois teria assentado 81.944 famílias. A ABRA novamente contesta esses números, dizendo que o próprio relatório do Incra informa que, desse total, 21.519 famílias resultaram de ações em projetos criados até 1996, ou seja, o governo teria assentado, na verdade, 60.425 famílias em 1997 (Tabela 2). Já o MST, num levantamento realizado em outubro de 1997, contabilizava, em dez meses, apenas 16.457 famílias assentadas pelo governo federal. Constatava, também, a existência na época de 279 acampamentos com 51.710 famílias acampadas.

Em 1998, último ano do primeiro mandato de FHC, as ocupações de terra chegaram a 599, envolvendo um total de 76.482 famílias, sempre segundo os dados da CPT. Dessas 599 ocupações, 132 (22%) estavam ligadas ao MST. Quanto ao número de famílias assentadas, o governo fala em 101.094 e a ABRA em 76.027, durante 1998.

³⁰ Editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de junho de 1997.

O incremento das ocupações de terra durante o primeiro governo de FHC pode ser melhor observado quando comparamos 1998 com 1994 (último ano do governo de Itamar Franco). O número de ocupações cresceu 400% (de 119 para 599) e o de famílias envolvidas nessas ocupações cresceu 270% (de 20.516 para 76.482). Diante de um governo eleito por quatro anos – que não era, portanto, transitório como o de Itamar Franco –, diante de um governo que era, pelo menos num primeiro momento, menos repressivo e menos autoritário que o governo Collor, diante de um governo que se mostrava, pelo menos aparentemente, mais aberto ao diálogo e às pressões reivindicativas, os movimentos sociais de luta pela terra encontraram espaço político para crescer e, mais que isto, obtiveram certas conquistas – limitadas sim, mas importantes para o avanço da luta – no governo FHC. Basta dizer que o número de famílias assentadas de 1995 a 1998 foi, em grande medida, uma resposta à pressão vinda dos movimentos sociais.

Segundo os dados do governo, nos quatro primeiros anos do governo de FHC teriam sido assentadas 287.994 famílias. O número apurado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) é bem menor: 188.951 famílias. Ocorre que esses números brutos escondem mais um detalhe importante do processo: do total de famílias assentadas, 62% foram assentadas na Amazônia Legal (incluindo os Estados do Maranhão e de Mato Grosso), 23% no Nordeste, 5% no Sudeste, 5% na região Sul e 5% na região Centro-Oeste, isto segundo os Relatórios Anuais de Atividades do Incra. Ora, sabemos que há muita terra disponível na Amazônia e que há muitos posseiros instalados naquela região. E, convenhamos, é tarefa mais fácil para o governo transformar posseiros da Amazônia em assentados, do que desapropriar terras e assentar trabalhadores noutras regiões do País.

Pois bem, ocorre que o MST concentra suas ocupações de terra, a julgar pelos dados de 2000, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Em 2000, por exemplo, primeiro ano em que a CPT relacionou, a cada ocupação de terra ocorrida no País, a força só-

cio-política que a organizara, do total de 190 ocupações de terras realizadas pelo MST (de um total geral de 393 ocupações, conforme Tabela 1), 122 (64%) foram realizadas no Nordeste (e dessas 122 ocupações, 96 foram realizadas em Pernambuco, estado recordista de ocupações de terras no País), 32 (17%) foram realizadas na região Sudeste (com destaque, neste caso, para o Estado de São Paulo), 15 ocupações (8%) na região Sul, 15 (8%) na região Centro-Oeste e apenas 6 ocupações (3%) na região Norte (incluindo Maranhão e Mato Grosso).

Esse dado revela uma situação assaz interessante: os movimentos sociais de luta pela terra, neles incluído o MST, ocupam terras nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto que o governo “realiza assentamentos” na Amazônia Legal (nessa região, só no leste do estado do Pará há ocupações de terra). Ora, muito provavelmente, os assentados na Amazônia Legal não são, em sua maioria, ocupantes de terras em outras regiões do País, pois para os sem-terra, a terra ocupada é a terra reivindicada e, na maioria dos casos, eles não aceitam uma transferência para muito longe de onde estão. Isto nos impõe a seguinte constatação: as ocupações servem, sim, como instrumento de pressão sobre o governo, mas possuem uma *eficácia relativa*, uma vez que o governo tem assentado os trabalhadores, majoritariamente, na região Norte e não em terras ocupadas em outras regiões do País – a hipótese, neste caso, é que o governo, via de regra, só realiza assentamentos na terra ocupada nos casos em que há risco de conflito social grave. A uma pressão efetiva dos movimentos sociais de luta pela terra, ele tem respondido de maneira enviesada, isto para sustentar a propaganda e os números oficiais que alardeiam que o governo FHC tem realizado “a maior reforma agrária de história”.

Essa análise resumida e descritiva que fizemos sobre a trajetória do MST e da luta pela terra no Brasil, durante o primeiro mandato de FHC, teve por objetivo chamar a atenção para o fato de os sem-terra converterem-se, nesse período, no principal foco de contestação política ao governo e de resistência ao projeto neoliberal, além

de terem crescido politicamente numa conjuntura adversa aos outros movimentos sociais, particularmente ao movimento sindical combativo de penetração urbana. Aliás, é interessante ressaltar que a própria CUT, em parceria com a CONTAG, a partir de meados dos anos 90, redireciona, de certa forma, suas atividades políticas para o campo e para as ocupações de terras e em alguns estados consegue ser bem mais expressiva que o MST – no Mato Grosso do Sul, em 2000, por exemplo, de um total de 68 ocupações de terra, 41 foram realizadas pela CUT do Mato Grosso do Sul, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais daquele mesmo Estado, contra apenas 10 ocupações realizadas pelo MST.

4.1. De onde vem a força do MST?

Essa expansão do MST e da luta pela terra no Brasil na década de 1990 poderia causar uma certa surpresa a muitos analistas, principalmente àqueles familiarizados com uma visão de grande parte da esquerda brasileira nos anos 60 e 70, que prognosticava a perda crescente de importância política do movimento camponês de luta pela terra numa sociedade capitalista.

O autor que melhor expressou, no Brasil, essa descrença no futuro do movimento camponês talvez tenha sido Caio Prado Júnior. Defendendo a idéia de que a linha central do desenvolvimento histórico brasileiro estava estruturada em relações predominantemente capitalistas, ele afirmava que não havia, aqui, feudalismo algum e que, portanto, era equivocado admitir a existência de “resquícios feudais” na sociedade brasileira, ou mesmo a predominância, no campo, de um campesinato típico, cuja principal reivindicação seria a terra. Nos principais setores da agropecuária brasileira, diz Prado Júnior, a principal tensão social girava em torno da luta por melhores condições de trabalho e de emprego – ou seja, girava

em torno dos assalariados – e não da luta por terra empreendida pelos camponeses. Diz ele:

a reivindicação pela terra se liga entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento. E tem solução, por isso, em reformas ou transformações também de natureza muito particular e específica. Não se pode portanto legitimamente generalizá-la para o conjunto da economia agrária brasileira, como expressão de contradição essencial e básica. (...) Isso é tanto menos legítimo que *a reivindicação pela terra está longe, muito longe de ter a expressão quantitativa e sobretudo qualitativa de outras pressões e tensões no campo brasileiro* que dizem respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração rural – fazenda, engenho, usina, estância... É aí que se situa o ponto nevrálgico das contradições no campo brasileiro.³¹

Essa visão forte na esquerda marxista brasileira talvez tenha sido um dos fatores explicativos para o fato de os partidos de esquerda no Brasil não terem priorizado, em sua prática política e de forma efetiva, a organização dos camponeses, a luta pela terra e pela reforma agrária. Essa tarefa acabou sendo assumida, no final das contas, pela Comissão Pastoral da Terra, entidade criada em 1975 pela parcela progressista da Igreja Católica com a finalidade de organizar politicamente os trabalhadores do campo, ocupando o vazio político deixado por outras forças de esquerda. Graças ao trabalho de articulação política desenvolvido pela CPT, foi possível reunir movimentos e lideranças dispersos por vários lugares e estados diferentes num único movimento social de luta pela terra, que se transformaria mais tarde no MST.

Ainda que, como dissemos anteriormente, haja atualmente no Brasil mais de duas dezenas de movimentos sociais de luta pela

³¹ Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*. 3ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1968 (1ª ed., 1966), p. 69-70, os grifos são nossos.

terra, sem dúvida alguma, dentre esses, o mais importante e combativo politicamente é o MST (uma média de 37% das ocupações de terra no País são realizadas por ele), razão pela qual é impossível nele não pensar quando se fala em movimentos sociais no campo no Brasil dos anos recentes. Graças à sua ofensiva política, de proporções inéditas, a partir de meados dos anos 90, os sem-terra passaram a ocupar um lugar de destaque no cenário político brasileiro e a luta pela reforma agrária ganhou projeção nacional e mesmo internacional, além de ter conquistado o apoio, pelo menos retórico, de certos setores urbanos da sociedade brasileira³².

Essa constatação levou certos autores a afirmar que esse apoio deveu-se ao fato de ser interessante para tais setores urbanos fixar o homem pobre no campo, como forma de reduzir a pobreza e a violência nas cidades. “Afinal de contas, que setores urbanos não desejam que todos os pobres, marginalizados, ignorantes e famintos das cidades voltem para o campo?”, pergunta, por exemplo, Bernardo Sorj³³.

³² Algumas pesquisas de opinião confirmam isto: no primeiro semestre de 1996, o jornal O Estado de São Paulo fez uma pesquisa, por telefone, na capital paulista e 86% dos entrevistados declararam-se favoráveis à Reforma Agrária e 8,5% contra, 68% disseram que o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, desgastou a imagem do governo FHC e 69% avaliaram que o desempenho do governo na questão da reforma agrária é péssimo. Apud *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de maio de 1996. Uma outra sondagem de opinião, realizada pelo instituto de pesquisa “Vox Populi”, entre 11 e 14 de maio, nas oito principais capitais brasileiras, quando foram ouvidas 5.278 pessoas com idade acima de 16 anos, colocou o MST como a 5ª instituição com maior índice de aprovação do país. A imprensa e a Igreja Católica vieram em 1º lugar, com 72% de aprovação, as Forças Armadas em seguida (66% de aprovação), a Universidade Pública depois (62%), seguida pelo MST (59% de aprovação, contra 14% que declararam desaprovarem o movimento e 17% não emitiram opinião). Apud *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, de julho de 1996.

³³ Bernardo Sorj, “A reforma agrária em tempos de democracia e globalização”, *Novos Estudos Cebrap*, nº 50, março-1998, p. 25. Uma outra analista utiliza-se deste mesmo argumento: “O MST transforma-se no maior movimento popular do Brasil nos anos 90. Entre 1994 e 1997 a atuação do MST se ampliou consideravelmente e ele elaborou projetos para a frente que passou a ser sua maior bandeira de luta: a reforma agrária. O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade

De nossa parte, consideramos essa afirmação, de que a classe média apóia o MST com o objetivo de diminuir a violência nas cidades, no mínimo discutível. Em primeiro lugar há que se observar que tal apoio é muito mais retórico que efetivo, ou seja, o apoio que parte da classe média empresta ao MST não corresponde a um engajamento político desses setores em defesa da distribuição de terras e de renda como forma de diminuir a violência nas cidades. Os movimentos contra a violência urbana organizados pela classe média nas grandes cidades, via de regra, reivindicam mais polícia, mais repressão, mudanças legislativas para aumentar as penas etc. e não tocam no tema da reforma agrária. Em segundo lugar, o comportamento da classe média frente ao MST talvez não esteja diretamente relacionado à questão da violência urbana e varie de acordo com o estrato da classe média que se tome como referência. Para os setores abastados e remediados da classe média, por exemplo, talvez o MST apareça mais como ameaça à propriedade e à riqueza privada do que como escoadouro da população sobrando das cidades. Isto porque o MST está associado à esquerda, à distribuição de renda e à reforma agrária, coisas que os abastados temem tanto ou mais que o crime comum. A camada inferior da classe média, por sua vez, pode mais facilmente simpatizar com o MST e mesmo apoiá-lo, não fundamentalmente por causa da violência urbana, mas porque ela também é vítima dos efeitos perversos da política neoliberal.

brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência". Maria da Glória Gohn, *Teoria dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Ed. Loyola, 1997, p. 305.

Mas, a esta altura, surge inevitavelmente a seguinte questão: o que teria permitido ao MST crescer numa conjuntura econômica, política e ideológica adversa a outros movimentos sociais populares? Ou, por outra: por que a hegemonia neoliberal encontrou dificuldades em penetrar no MST e submetê-lo aos seus ditames?³⁴

Em primeiro lugar, antes mesmo de ensaiarmos uma resposta a essa questão, lembremo-nos de que a luta contra o neoliberalismo do governo FHC foi definida como uma prioridade no III Congresso Nacional do MST, realizado em 1995. O movimento passou a professar, a partir daquele momento e de forma nítida, uma ideologia antineoliberal, o que, se por um lado é uma postura importante,

³⁴ Utilizamos o conceito de *hegemonia* no sentido gramsciano. Sem condições, aqui, de aprofundar o debate sobre as flutuações desse conceito na obra de Antonio Gramsci, diríamos apenas que hegemonia, segundo esse autor, é a capacidade de subordinação ideológica estabelecida pelas classes dominantes sobre o conjunto da sociedade – aí incluídas, portanto, as classes subalternas –, a fim de perpetuar a dominação de classe. Ainda que em determinados momentos de sua obra Gramsci passe a impressão de que a hegemonia de um grupo social é exercida sobre a “sociedade nacional inteira”, ou seja, é um fenômeno amplo e geral, do qual ninguém escapa, noutros momentos, todavia, chega a falar numa certa “luta entre hegemonias”, indicando, segundo nosso ponto de vista, o caráter parcial de toda hegemonia dominante e o processo de luta de classes no interior do qual toda hegemonia se desenvolve. Daí a possibilidade de pensar numa “contra-hegemonia”, ou seja, numa hegemonia das classes subalternas, contraposta, através da luta política e ideológica, à hegemonia dominante. O conceito de hegemonia está ligado, em Gramsci, à idéia de *direção* intelectual e moral, ou seja, na capacidade de convencimento e de persuasão da classe *dirigente* sobre outras forças sociais. Já o *domínio* refere-se à esfera da coerção pura e simples. Quando a ascendência ideológica da classe dominante (direção) não basta para manter a dominação de classe, ela lança mão dos instrumentos de coerção e da repressão do aparelho de Estado. Ver, a esse respeito, por exemplo, Antonio Gramsci, *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira; Antonio Gramsci, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1986; Luciano Gruppi, *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978.

por outro, pouco esclarece sobre sua capacidade de expansão numa conjuntura adversa a outros movimentos sociais.

Várias explicações surgiram para a expansão do MST durante o primeiro mandato de FHC. Bernardo Sorj, por exemplo, atribuiu parte desse “sucesso” do MST à crise das oposições ao governo FHC e ao seu Plano Real. Diz ele:

foi no governo Fernando Henrique Cardoso que o MST passou a ocupar lugar central nos meios de comunicação e no discurso político-partidário. Os méritos do MST, na sua capacidade de auto-organização, de impacto na mídia (...) e de suscitar simpatias em setores amplos da população urbana, não podem deixar de ser reconhecidos. Mas foi a profunda *crise das oposições, tanto de partidos como de sindicatos*, durante o governo Fernando Henrique que levou o MST ao lugar de destaque que vem ocupando no imaginário político brasileiro nos últimos anos.³⁵

Zander Navarro, por sua vez, afirmou que a “emergência recente do MST nos palcos da vida pública e sua crescente visibilidade” estariam ligadas menos aos “esforços dos seus militantes”, ou seja, menos a uma expansão sólida e nacional do movimento, e muito mais à “*descoberta do Pontal do Paranapanema*”. A descoberta dessa região, capaz de assentar 25 mil famílias, trouxe o movimento ao Estado de São Paulo, aproximando-o das “elites políticas” do estado mais rico da Federação e, com isto, chamando a atenção dos meios de comunicação de massa. Disto decorre que, segundo esse autor, uma vez resolvido o conflito nessa região, o movimento poderia voltar a um segundo plano político. Ainda segundo ele:

é urgente a construção de uma outra *estratégia de luta social pela reforma agrária*. A suposta força do MST e sua aceitação pela sociedade é meramente circunstancial e conjuntural –

³⁵ Bernardo Sorj, *op. cit.*, p. 31, os grifos são nossos.

resulta de um simples ‘momento’, em que convergiram fatores conjunturais favoráveis, a localização geográfica de seu principal ‘campo de luta’ e, também, o relativo enfraquecimento das organizações rurais patronais no período recente.³⁶

Concordamos com Sorj de que “a crise das oposições” ao governo FHC possa ter contribuído para o lugar político de destaque assumido pelo MST nos anos 90, ainda que, segundo nosso ponto de vista, este argumento (de caráter negativo) não possa servir de explicação para o crescimento efetivo do movimento – por que o MST não esteve, também, em crise? –, nem explicar a maior dificuldade de a hegemonia neoliberal penetrar no MST. Ou seja, a referência ao declínio dos outros pode apenas realçar a força do MST, não explicá-la, além do que torna a força do movimento um fenômeno ainda mais intrigante, porque único.

Quanto aos argumentos de Navarro, não partilhamos da opinião de que a força do MST seja tão ilusória e momentânea como ele apregoa e deva ser atribuída, fundamentalmente, ao “efeito Pontal”, pois o número total de ocupações de terras, de famílias participantes nas ocupações e de famílias assentadas no primeiro governo de FHC, comprovam um crescimento efetivo da luta e de seus resultados, relativamente aos governos anteriores, ainda que se possa dizer, com razão, que tais números sejam ainda pequenos frente à demanda por terra no Brasil e, portanto, frente ao número total de famílias que deveriam ser beneficiadas por uma reforma agrária efetiva (cerca de 4,5 milhões de famílias). Alguém poderia dizer que não é somente o MST que tem lutado por terra hoje no Brasil, afirmação de resto correta e sobre a qual nós mesmos já fizemos referência aqui neste trabalho. Mas, neste caso, coloca-se a

³⁶ Zander Navarro, “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária”. In: João Pedro Stédile (org.), *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 120-121, os grifos são do autor.

seguinte questão: quais forças sociais, ou melhor, quais movimentos sociais, urbanos ou rurais, mostram-se, na conjuntura dos anos 90, mais importantes e combativos politicamente que o MST? Esta é, a nosso ver, a pergunta que faltou ser respondida por Navarro. Por outro lado, afirmar, contra a tese defendida por Navarro, que a força do MST não é tão ilusória e momentânea não significa dizer que ela não esteja sujeita a refluxos em determinadas conjunturas políticas. Significa, isto sim, admitir que houve, de fato, uma expansão sólida e nacional do movimento, ainda que sujeita a momentos mais e menos propícios ao avanço político.

Nossa hipótese explicativa é que algumas condições objetivas presentes no MST desde sua constituição, no início dos anos 80, e aguçadas nos anos 90, têm dificultado a penetração da ideologia neoliberal neste movimento, permitindo-lhe, inclusive, crescer politicamente numa conjuntura adversa a outros movimento sociais.

Esclareçamos melhor essa questão. Quem são hoje os demandantes de terra no Brasil, ou melhor, quais são as bases sociais dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil?

Primeiramente, os sem-terra são formados por *trabalhadores do campo*, cuja relação com a terra é, poderíamos dizer, precária. Trata-se de meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras não são suficientes para sustentar famílias extensas, ou mesmo pequenos proprietários que perderam, por algum motivo, suas terras. Na sua origem, nos estados do Sul do País, poderíamos acrescentar a essa lista os pequenos agricultores atingidos pela construção das grandes usinas hidrelétricas – o MST no Paraná, por exemplo, começa a surgir em 1981, com o nome de Mastro (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste) e a partir da resistência dos atingidos pela barragem de Itaipu. Em segundo lugar, os sem-terra sempre incorporaram às suas lutas os *trabalhadores desempregados urbanos* que, não encontrando condições de sobrevivência nas

idades, passam a ver na luta pela terra a única saída possível para suas vidas. É interessante observar que essa origem urbana dos sem-terra está na base da constituição do movimento em algumas localidades, como, por exemplo, nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, ainda no início dos anos 80³⁷. Nos anos 90, os desempregados urbanos têm sido uma importante fonte de recrutamento do MST em determinados casos e regiões³⁸. Por fim,

³⁷ O primeiro movimento de ocupação de terras no Rio de Janeiro ocorreu em agosto de 1983, sob o governo Brizola, quando 72 famílias ocuparam, em Xerém (Caxias), um imóvel de uma empresa em estado falimentar, cujo principal credor era o Banco do Brasil; a segunda e maior ocupação ocorreu em Campo Alegre, município de Nova Iguaçu, em janeiro de 1984, envolvendo 600 famílias e uma área de 3500 ha. “Um aspecto central diz respeito ao perfil urbano dos 'sem-terra' mobilizados nesse período. De forma semelhante aos que ocuparam Xerém, no caso de Campo Alegre, houve fusão de movimentos de desempregados, biscateiros, mal-aposentados, que se reuniram em torno do trabalho da Diocese de Nova Iguaçu.” Cf. Victor de Araújo Novicki, “Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)”. In: Leonilde Medeiros et al. (orgs.), *Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1994, p. 73-74. No Espírito Santo, os sem-terra surgiram no governo de Gerson Camata, eleito em 1982, a partir do movimento dos desempregados urbanos moradores de favela. A esse respeito ver Vanda V. Bussinger, “As marcas políticas de um programa de governo: o caso do Espírito Santo”. In: Leonilde Medeiros et al. (orgs), *op. cit.*, p. 87-104.

³⁸ No Estado de São Paulo poderíamos citar o exemplo recente do acampamento de Nova Canudos que ocupou no início de 1999 a fazenda Engenho d'Água, no município de Porto Feliz, perambulou por várias localidades no Estado e atualmente está na região de Bauru, em Iaras. Esse acampamento é formado predominantemente por desempregados urbanos – carpinteiros, pedreiros, metalúrgicos, moradores de rua etc – com pouca ou nenhuma experiência anterior com a terra. Conforme reportagem “Sem-terra urbanos completam um ano”, *Folha de S. Paulo*, 06.02.2000. Ver também reportagem “MST ameaça nova onda de invasões”, *Folha de S. Paulo*, 17.01.2000, que afirma que um grupo de 45 militantes do MST começaria a cadastrar desempregados na periferia de cidades para participar, a partir de março, de “uma invasão por semana” no Pontal do Paranapanema.

além dos camponeses sem-terra e dos desempregados urbanos, também os “bóias-frias” – trabalhadores assalariados rurais temporários – têm engrossado as fileiras dos movimentos de luta pela terra no Brasil³⁹.

A nosso ver essa primeira questão objetiva – inserção das bases sociais do MST na estrutura econômico-social – é um elemento fundamental para explicar a expansão do movimento no período que vai de 1995 a 1998. Isto porque o aumento assustador dos níveis de desemprego durante a década de 1990, a diminuição das oportunidades de trabalho para o “bóia-fria” em razão da mecanização da colheita de vários produtos agrícolas, e a inviabilidade da pequena produção agrícola em virtude da política neoliberal para a agricultura jogaram parcela expressiva dessa população marginalizada, desempregada e sem terra nos braços do MST e de outros movimentos sociais de luta pela terra. A política neoliberal, portanto, ampliou significativamente a base social do MST. Ainda que o modelo neoliberal e a exclusão social dele decorrente tenham começado com o governo Collor, não nos esqueçamos de que foi exatamente no primeiro mandato de FHC que tal modelo foi efetivamente aprofundado e, como já tivemos a oportunidade de afirmar, o movimento de luta pela terra encontrou, a partir de 1994-95, um “solo mais fértil” para sua expansão pelo fato de o novo governo ser, pelo menos em princípio e à primeira vista, menos repressivo e mais democrático se comparado ao governo Collor.

A inserção das bases sociais do MST na estrutura econômico-social explica, também, a dificuldade que o discurso neoliberal encontra para enquadrar esse movimento, à medida que permite

³⁹ Uma pesquisa em quatro assentamentos na Região de Ribeirão Preto, por exemplo, mostrou que os “bóias-frias” representavam 50,8% em um deles (núcleo Bela Vista), 80,9% no núcleo I de Silvânia, 76,9% no núcleo II, 64,2 no núcleo III e 89,2 no núcleo IV. Conforme Vera Lúcia Botta Ferrante, “Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas”. In: Leonilde Medeiros et al. (orgs), *op. cit.*, p. 133.

determinadas posturas políticas e ideológicas de afronta à atual dominação burguesa, posturas estas que são difíceis de serem assumidas atualmente, por exemplo, pelo movimento sindical.

Expliquemos melhor esta última afirmação. Perry Anderson, no seu trabalho sobre o pensamento gramsciano, observa que a análise dualista de Gramsci – hegemonia de um lado, coerção de outro – “não permite um tratamento adequado dos *constrangimentos econômicos* que agem diretamente para reforçar o poder de classe da burguesia”. Ele está fazendo referência, neste caso, ao medo do desemprego, da demissão etc. “que pode, em certas circunstâncias históricas, produzir uma 'maioria silenciosa' de cidadãos obedientes e de eleitores submissos entre os explorados. Tais constrangimentos não envolvem nem a convicção do consentimento nem a violência da coerção”, completa o autor⁴⁰.

Ora, refletindo a partir desses termos, diríamos que tais “constrangimentos econômicos”, sempre presentes em maior ou menor grau, de acordo com a conjuntura e com o setor de atividades que se toma como referência, nas bases sociais do movimento sindical – são os trabalhadores *assalariados* que formam tais bases e que são ameaçados pelo desemprego –, simplesmente não existem, por exemplo, para as bases do MST. Ou seja, o medo das formas típicas de represálias patronais – demissão, desemprego etc. – não pode haver num movimento social cujas bases são formadas por camponeses sem-terra, desempregados urbanos e trabalhadores subempregados constantemente ameaçados pela mecanização das atividades agrícolas (“bóias-frias”). É óbvio que na “maioria silenciosa” à qual se refere Anderson mesclam-se os constrangimentos econômicos à própria subordinação à ideologia dominante, típica das classes subalternas. As duas coisas, aliás, estão sempre muito próximas, são difíceis de serem discriminadas e uma serve como

⁴⁰ Perry Anderson, “As antinomias de Gramsci”. In: *Crítica Marxista – a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Ed. Joruês, 1986, p. 39, os grifos são nossos.

suporte ou complemento da outra. Mas uma coisa é certa: a ausência dos tais “constrangimentos econômicos” cria condições muito mais propícias para a luta política e ideológica de classes. Acrescente-se a isto a expansão das bases sociais do MST, decorrente dos efeitos perversos da política neoliberal, e estarão dados alguns dos fatores fundamentais, responsáveis pelo avanço político do movimento de luta pela terra no Brasil nos anos 90. Com o movimento sindical combativo ocorre o contrário: diminuição de suas bases sociais devido ao desemprego e, portanto, aumento do “constrangimento econômico”, pois a ameaça de ficar desempregado torna-se mais presente.

Dessa forma, a luta pela terra a qualquer preço coloca-se para muitos trabalhadores, muitas vezes, como “última alternativa”, como uma espécie de busca de um “porto seguro” em meio à insegurança do desemprego, do subemprego e da marginalização social, em suma, como um *meio*, às vezes, o único capaz de garantir o sustento próprio do trabalhador e o de sua família. À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem, nesses tempos de vigência do neoliberalismo, em cheio as classes subalternas – urbanas e rurais –, aumentam as bases sociais do MST que repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social. Dessa maneira, poderíamos dizer que a força política do MST deriva, em grande parte, do fato de que os efeitos perversos causados pela adoção de políticas neoliberais no Brasil acabam, no final das contas, contribuindo para a própria expansão das bases sociais desse movimento e que esta base não está sujeita aos “constrangimentos econômicos” que dificultam a luta dos assalariados.

Se por um lado, como dissemos, a ausência dos “constrangimentos econômicos” cria condições mais propícias para a luta política e ideológica das classes subalternas, por outro, há outros fatores que dificultam a subordinação ideológica do MST à ideologia dominante. Referimo-nos, aqui, ao significado que assume – ou, pelo menos, *pode* assumir – a utilização do principal instru-

mento de lutas do MST para as bases desse movimento: as ocupações de terra e os acampamentos. As ocupações são ações práticas baseadas numa carência objetiva – falta de terra, de trabalho, de comida etc.⁴¹ – e na convicção subjetiva de que há legitimidade em tal ato⁴², ainda que ele contrarie o postulado legal do direito burguês de não-violação da propriedade alheia – estatal ou privada, produtiva ou improdutiva, pouco importa. Essa convicção subjetiva, a nosso ver, é um elemento *embrionário* de desafio à ideologia dominante que, enquanto tal, *pode* desenvolver-se dependendo, neste caso, de outros fatores: papel das lideranças do movimento junto às bases, trabalho de formação política junto a esses trabalhadores, confronto com o Estado e com os proprietários da terra etc. Mas, de qualquer forma, o que achamos importante ressaltar é que se trata de um método de ação cujas consequências possuem uma potencialidade “pedagógica” evidente: possibilidade de contrapor o legítimo ao legal, possibilidade de desvendar a natureza do Estado e do próprio direito burguês, possibilidade de visualizar os

⁴¹ Um depoimento colhido pelo Datafolha em pesquisa realizada em junho de 1996, em acampamentos de sem-terra, é ilustrativo do que estamos afirmando: “Sueli Ribeiro dos Reis, 36, era bóia-fria até o ano passado, quando, junto com o marido Aristeu dos Reis, 40, ingressou no MST e foi parar no acampamento de Taquaruçu (SP) [fazenda do Pontal do Paranapanema]. Ela cursou até a 5ª série. 'Abandonei a escola para trabalhar', disse. Sueli tem três filhos. Aristeu só fez parte do curso primário. Ele trabalhou como operário na construção de barragens da Cesp no Pontal do Paranapanema por vários anos. Depois que Aristeu perdeu o emprego, em 1990, o casal começou a trabalhar como bóia-fria. 'A gente estava passando fome. Viemos para o acampamento porque não havia alternativa', disse Sueli. Aristeu acha a vida no acampamento difícil. 'Mas aqui pelo menos não falta comida'. Os dois votaram em FHC em 94”. *Folha de S. Paulo*, 30.06.1996.

⁴² A nosso ver a Igreja Católica progressista jogou um papel fundamental para a afirmação dessa legitimidade, utilizando-se da contraposição entre “terra de trabalho” x “terra de negócios” e da autoridade ideológica que sempre representou para a maioria dos trabalhadores do campo.

inimigos de classe, possibilidade da organização política para a resistência etc.

Uma outra questão que gostaríamos de discutir rapidamente é a dificuldade que o discurso neoliberal encontra para desqualificar o MST e a luta pela terra no Brasil, entendendo tal desqualificação como parte fundamental da luta ideológica e esta, por sua vez, como parte integrante da luta de classes. Um dos alvos fundamentais contra o qual se colocavam os ideólogos do neoliberalismo era exatamente o Estado de bem-estar social vigente na Europa e EUA que, segundo eles, pecava pelo excesso de privilégios conferidos à população em geral. O discurso contra os privilégios de alguns em detrimento de outros – por exemplo, do funcionalismo público em detrimento dos assalariados da iniciativa privada – também foi – e tem sido – usado como arma política e ideológica pelos defensores do neoliberalismo brasileiro. Pois bem, no caso dos sem-terra, novamente, tal discurso é inócuo, à medida que se trata de trabalhadores à margem de qualquer proteção social. Definitivamente não são de forma alguma privilegiados em relação a ninguém e não há como lhes imputar tal imagem, a não ser muito precária e parcialmente. Os meios de comunicação de massa e, às vezes, o próprio governo, tentam passar a idéia de que a maioria dos sem-terra acampados é mera “invasora” da propriedade alheia, sem tradição de trabalho no campo e que, conseguindo conquistar um pedaço de terra, trataria de vendê-lo para tirar proveito da situação. O fato de o discurso neoliberal encontrar certa dificuldade em desqualificar um movimento social como o MST talvez esteja ligado ao fato de que tal ideologia tenha sido formulada em países que já haviam resolvido a questão agrária, ou seja, esse tipo de preocupação não existiu entre os ideólogos do neoliberalismo. A única saída para o governo, neste contexto, tem sido criminalizar os sem-terra, acusando-os de “invasores” da propriedade alheia e incriminando suas lideranças sob a acusação de formação de quadrilha.

5. As dificuldades e o refluxo do MST no segundo mandato de FHC

Em 1999, primeiro ano do segundo mandato do governo de FHC, as ocupações de terra seguiram num ritmo intenso: foram realizadas em todo o País um total de 593 ocupações envolvendo 78.258 famílias, números praticamente idênticos aos de 1998, conforme dados da Tabela 1. Terminado o ano, o governo divulgou que havia assentado 85.226 famílias (68% das quais nas regiões Norte e Centro-Oeste do País, diga-se de passagem). Entretanto, segundo o relatório da ABRA dirigido à FAO, baseado na análise dos dados do próprio Incra, o número de famílias assentadas em 1999 teria sido de apenas 25.831, ou seja, 30% do total divulgado pelo governo (Tabela 2).

No ano 2000, houve um total de 393 ocupações envolvendo 64.497 famílias. Dessas 393 ocupações, 190 (48%) estiveram ligadas ao MST. O número de famílias assentadas durante esse ano, segundo o balanço anual da Reforma Agrária, divulgado pelo governo, teria sido de 108.986, subdivididas da seguinte forma: 45.401 famílias, por desapropriação; 15.120, em terras públicas; 16 mil famílias, através do Banco da Terra; e 32.465, através de “obtenção de terras”. Ocorre que, ao detalhar esses dados por estado, o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário expõe toda a farsa dos números oficiais: as 15.120 famílias não foram assentadas em terras públicas, como dissera o governo, e sim em áreas obtidas em exercícios anteriores, ou seja, tratava-se de famílias assentadas em projetos antigos, que foram contabilizados pelo governo como sendo novos; as 32.465 famílias incluídas no item “obtenção de terras” aparecem nos dados desmembrados por estado no item “vistorias para assentamentos em 2001”, isto é, tratava-se de áreas apenas vistoriadas que poderiam, em 2001, ser ou não desapropriadas para a instalação de assentamentos; as 16 mil famílias que, segundo o governo, obtiveram terras através do Banco da Terra, a nosso ver, não podem ser consideradas

propriamente como assentadas, uma vez que, na realidade, *compraram* terras de particulares em vez de terem recebido terras desapropriadas pelo governo. Em suma, das 108.986 famílias que o governo diz ter assentado no ano de 2000, sobram 45.401, número ainda muito provavelmente inflado, pois o Incra revelava, dois meses antes do final do ano, em sua página na internet, que havia assentado 22.936 famílias até outubro de 2000. Segundo cálculos do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), baseado nos Relatórios Anuais de Atividades do Incra, em 2000 o governo teria assentado 36.061 famílias.

Em 2001, os números pouco confiáveis do governo indicam que foram assentadas 102.449 famílias, mas tudo leva a crer, a julgar pelas contas dos anos anteriores, que o número verdadeiro de assentamentos seja bem menor que esse. Pois o próprio Incra admite que desse total de famílias assentadas em 2001, 18.972 encontravam-se “em fase de decreto ou subseqüentes”, vale dizer, não tinham sido ainda efetivamente assentadas, o que é sintoma de que as manipulações estatísticas do governo mantiveram-se ativas por mais um ano. E o “Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo”, baseado em dados do próprio Incra, contabilizava, até 07.12.2001, apenas 23.573 famílias assentadas⁴³.

Ademais, não custa lembrar que os assentamentos são, em boa medida, uma resposta do governo à pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra. E quando olhamos para os

⁴³ Diante de denúncias realizadas no final de abril de 2002 pela grande imprensa, de que o governo tem inflado os balanços anuais da reforma agrária, para efeitos de publicidade, com assentamentos que nunca saíram do papel, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não teve dúvida: mudou a sua definição de “assentado”. Pela regra anterior, uma família era assentada quando tinha seu lote demarcado, recebia infraestrutura básica (água, luz) e créditos para construir casas, comprar alimentos etc. Pela nova regra (Portaria MDA nº 080, de 24.04.2002), o “assentado” passa a ser definido como “o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi *selecionado para ingresso*” no programa de reforma agrária.

números de 2001, observamos uma diminuição significativa do número total de ocupações de terra, que passaram de 393, em 2000, para 194, em 2001 – desse total, 82 ocupações de terra (42%) estavam ligadas ao MST. O número de famílias envolvidas nas ocupações também caiu sobremaneira: passou de 64.497, em 2000, para 26.120, em 2001, conforme dados da Tabela 1.

Já o número de “manifestações de luta”, realizadas pelos sem-terra e pelos pequenos agricultores, passou de um total de 407, envolvendo 285.517 pessoas – isto para o ano de 2000 –, para 493, envolvendo 478.775 pessoas, em 2001, segundo dados da CPT⁴⁴. Por “manifestações de luta” devemos entender as manifestações em frente aos prédios públicos e às agências bancárias, os acampamentos de protesto em frente aos órgãos do governo (sedes regionais do Incra, por exemplo), as ocupações desses prédios públicos, as marchas, as romarias, as manifestações realizadas em datas comemorativas da luta pela terra, as manifestações de luta das mulheres, dos jovens e dos sem-terrinha, os bloqueios de estradas, as vigílias etc. Ainda que essas “manifestações” sejam instrumentos importantes de protesto e de pressão dos sem-terra e dos camponeses sobre o governo e que, de 2000 para 2001, tenha aumentado bastante o número de pessoas nelas envolvidas, a nosso ver, na maioria esmagadora dos casos, essas ações exigem muito menos agressividade política e disposição de luta do que as ocupações de terra. Por isso reiteramos nossa idéia de que as ocupações de terra são o principal instrumento de luta e de pressão dos sem-terra sobre o governo, quando o objetivo é efetivamente conquistar a terra.

A análise pormenorizada das atividades e prioridades do MST em 2001, por um lado, e da estratégia governista de combate a esse movimento social, consolidada a partir de 1999, por outro, podem ajudar-nos a entender, pelo menos em parte, esse refluxo do

⁴⁴ Conforme os cadernos *Conflitos no Campo-Brasil-2000* e *Conflitos no Campo-Brasil-2001*, da CPT.

número de ocupações de terra e de famílias participantes dessas ações no momento atual, além de permitir-nos levantar algumas hipóteses iniciais sobre as perspectivas futuras do MST.

Em 2001, pela primeira vez desde 1994, a balança comercial brasileira apresentou um resultado positivo de US\$ 2,643 bilhões. Um dos principais responsáveis por esse superávit comercial foi a exportação de produtos agrícolas, que passou de 14 bilhões em 2000 para 18 bilhões em 2001⁴⁵. Tal resultado foi importante à medida que o Brasil tem apresentado dificuldades em obter dólares para honrar seus compromissos externos. E explica também porque a prioridade da política neoliberal para a agricultura é a grande exploração agropecuária que produz para o mercado externo, implicando crescente marginalização da pequena produção agrícola que produz alimentos para o mercado interno.

O MST não cansou de denunciar o descaso do projeto neoliberal para com a pequena produção agrícola. De 1995 a 1998, como já dissemos anteriormente, cerca de 400 mil pequenas propriedades faliram e dois milhões de postos de trabalho na agricultura foram eliminados.

Segundo Horácio Martins de Carvalho⁴⁶, duas causas fundamentais explicariam o abandono da terra pelos pequenos produtores rurais familiares: 1ª) a não-garantia de preços, pelo governo federal, dos produtos oriundos da pequena produção rural familiar, que permita a manutenção sustentável da renda familiar – o governo absteve-se de intervir no mercado, em razão da idéia neoliberal

⁴⁵ Outro fator responsável por esse superávit comercial foi a queda das importações, por conta da crise econômica vivida pelo país. Esse quadro permanece em 2002: nos sete primeiros meses do ano, a balança comercial brasileira apresentou um saldo positivo de US\$ 3,8 bilhões. As exportações caíram 7,7%, mas as importações diminuíram 19%. De agosto de 2001 a julho de 2002, houve superávit de US\$ 6,4 bilhões. Conforme *Folha de S. Paulo*, 13.08.2002, p. A2.

⁴⁶ “Resistência popular no Campo”, *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, novembro-2000.

de que a privatização da comercialização levaria a uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas os mais capazes de enfrentar a concorrência internacional –; 2^a) a inexistência de tarifas de importação capazes de impedir a importação predatória de produtos agropecuários e de proteger o produtor nacional – neste caso, com a premissa de que a abertura para as importações induziria a um choque de competitividade interna na área da produção.

O resultado desse processo é a inviabilidade da pequena produção familiar, o favorecimento da concentração de terras cada vez maior no país e o aumento contínuo da dependência nacional dos produtos alimentares importados. Ou seja, por um lado o governo, pressionado pelos movimentos sociais, realiza uma política de assentamentos pontual e localizada, que nem de longe poderia ser chamada de uma verdadeira reforma agrária, por outro, com sua política neoliberal, inviabiliza a pequena produção agrícola e, portanto, os assentamentos que ele próprio criou, transformando continuamente os pequenos produtores familiares em trabalhadores sem-terra.

É nesse contexto que se insere a luta do MST em 2001. Essa luta foi marcada pela defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais e teve como inimigos não apenas os grandes proprietários rurais e o governo federal, mas também as multinacionais de biotecnologia e as grandes indústrias importadoras de alimentos⁴⁷. Em vista das dificuldades crescentes de viabilidade econômica e mesmo de sobrevivência dos assentamentos rurais já existentes, o MST, em 2001, ainda que não tenha deixado de lutar

⁴⁷ No ano 2000, o Brasil importara 11,7 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho e trigo, um recorde histórico, equivalente a 14% da produção nacional de grãos ou a dois anos de produção de grãos na região Nordeste. Nos anos 80, o Brasil importava um bilhão de dólares em trigo e outros produtos que não conseguia produzir. De 1995 a 99, essa média anual saltou para 6,8 bilhões de dólares, importando produtos que poderiam ser produzidos no Brasil.

por novos assentamentos, lutou prioritariamente por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, além de ter lutado também contra os “transgênicos”. Trata-se, como pode ser observado, de uma mudança na situação e na estratégia do movimento, que tenta preservar, através da luta por financiamento agrícola e pela renegociação das dívidas, as conquistas da luta anterior, realizada pela obtenção de terras.

Sobre os “transgênicos”, em janeiro de 2001, durante a realização do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), o MST participou da destruição de uma plantação de milho transgênico da fazenda da Monsanto em articulação com a Via Campesina – movimento internacional que coordena organizações camponesas de médios e pequenos agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Por trás desse ato simbólico estava uma questão fundamental: as multinacionais de biotecnologia, através dos transgênicos, tentam criar uma relação de dependência entre os agricultores e as fábricas de sementes, o que, no limite, inviabilizaria a pequena produção agrícola. A Monsanto, por exemplo, desenvolveu uma técnica que esteriliza a segunda geração de sementes, obrigando os agricultores a adquirir novas sementes a cada safra. Além disso, celebrou contratos entre 1997 e 2000 com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), através dos quais esta entregaria à multinacional as variedades de soja desenvolvidas nos últimos anos, adaptadas às condições brasileiras, para serem transformadas em sementes transgênicas, resistentes ao herbicida Roundup, também da Monsanto. Em outubro de 2001, cerca de 1200 trabalhadores rurais ligados ao MST e a outros movimentos sociais no campo ocuparam o pátio da sede da Embrapa para protestar contra esses contratos, considerados “um atentado à soberania tecnológica e alimentar do Brasil”.

No que respeita à renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, em novembro de 2001, após uma mobilização de mais de sete mil trabalhadores rurais ligados ao MST e ao

Movimento dos Pequenos Agricultores em frente às agências bancárias de dez estados do país, o governo comunicou oficialmente a recontração das dívidas dos pequenos agricultores e assentados (estimada em R\$ 4 bilhões), o que significou uma certa vitória para o movimento. Essa mobilização talvez seja um bom exemplo de “manifestações de luta”, das quais falamos anteriormente.

Entretanto, há que se dizer que o ano de 2001 não registrou avanço efetivo na luta do MST. Sua postura política foi de defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos, o que revela uma preocupação em preservar as conquistas já realizadas pelo movimento, constantemente ameaçadas pelo modelo neoliberal. É nesse sentido que poderíamos falar de uma postura *defensiva* do MST ao longo de 2001, postura esta relacionada, a nosso ver, ao boicote econômico, à repressão política e à campanha de desmoralização do movimento promovida pelo governo federal e pela grande imprensa.

No segundo mandato de FHC, a partir de 1999, delinea-se nitidamente uma estratégia governista de combate ao MST, que articula várias providências interdependentes.

A primeira providência foi restringir as verbas públicas destinadas aos assentamentos – diminuindo, assim, o número de famílias assentadas –, encarecer e limitar o financiamento dos assentados, além de enfraquecer as agências governamentais ligadas à agricultura familiar (Incra, Embrapa etc). A Tabela 3, abaixo, mostra os gastos do orçamento da União com o Incra, responsável pela desapropriação e pelos assentamentos rurais do governo federal.

Tabela 3. Orçamento da União e valores efetivamente gastos pelo Incra (1995-2001)

Ano	Valor orçado (em bilhões de reais)	Valor efetivamente gasto (em bilhões de reais)
1995	1,5	1,3
1996	1,6	1,4
1997	2,6	2,0
1998	2,2	1,9
1999	1,6	1,4
2000	1,4	
2001	1,3	0,78*

Fontes: Orçamento da União e Incra (apud *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, outubro 2001, p. 08).

* até 14 de dezembro de 2001 (apud *Conflitos no Campo-Brasil-2001*, Goiânia: CPT Nacional, p.139).

obs.: não dispomos do dado referente ao “valor efetivamente gasto” para o ano 2000.

Como podemos observar por esses números, o valor do orçamento do Incra teve um pico em 1997, e de lá pra cá vem caindo ano-após-ano. Ora, não podemos esquecer de que houve inflação no período analisado – de 1997 a 2001 ela foi de cerca de 40% – e que as despesas com pessoal se mantiveram praticamente fixas, o que significa uma diminuição expressiva das despesas com as desapropriações e com os assentamentos. Como o governo federal tem sido capaz de aumentar as desapropriações e assentamentos (conforme dados oficiais constantes da Tabela 1), gastando cada vez menos dinheiro, é um segredo que não conseguimos desvendar. Em 1999, por exemplo, promoveu um corte de 47% no orçamento federal proposto para a “reforma agrária”, por conta do ajuste fiscal necessário para honrar os com-

promissos assumidos com o FMI⁴⁸. Outra medida adotada pelo governo no início de 1999 foi a de transferir os créditos aos assentados do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, além de cobrar juros maiores, diminuiu o limite de crédito concedido a cada família de agricultores assentados⁴⁹.

Ora, essa primeira providência torna menos eficiente a luta pela terra. Diminuir o número de famílias assentadas significa, para as bases sociais dos movimentos de luta pela terra que se engajam nas ocupações e nos acampamentos, que o sonho de se tornar um assentado fica mais distante. Essa expectativa frustrada, sem dúvida, pode significar uma diminuição das bases sociais do movimento, em sua maioria preocupadas com a obtenção de um pedaço de terra onde possam plantar e sobreviver. Além disso, uma vez conseguida a terra, a falta de recursos financeiros adequados e de assistência técnica dificultam a viabilidade econômica dos assentamentos, implicando a ruína de muitos assentados ou mesmo a desistência de grande parte deles. Não nos esqueçamos, também, de que mais de 60% dos assentamentos realizados pelo governo de FHC foram implantados na Amazônia Legal, região onde a possibilidade de desistência do assentado é comprovadamente maior⁵⁰.

Em suma, a forma como o governo tem conduzido a sua política de assentamentos rurais parece comprovar, de um lado, a descrença do governo no futuro da pequena agricultura familiar, por outro, a necessidade que o governo tem de responder aos movimentos sociais

⁴⁸ Conforme reportagem “Invasões crescem; assentamentos caem”, *Folha de S. Paulo*, 4.07.99.

⁴⁹ Conforme reportagem “Governo muda crédito a assentados”, *Folha de S. Paulo*, 28.03.1999.

⁵⁰ Segundo dados da FAO e do Ministério da Agricultura, de 1992, a porcentagem de desistência na região Norte do País era de 32%, na região Centro-Oeste, 20%, na região Sudeste, 15%, no Nordeste, 6% e no Sul, 4%. Conforme João Pedro Stédile, *Questão agrária no Brasil*. São Paulo, Atual, p. 40.

e à própria opinião pública com números (falsos, em grande medida) sobre o que ele chama de “a maior reforma agrária da história”. O tratamento dispensado pelo governo aos assentamentos rurais, poderíamos afirmar, serve mais de argumento para os críticos do MST e da reforma agrária que a qualquer outra finalidade.

Em segundo lugar, a partir de denúncias realizadas pela grande imprensa no início do ano 2000, de que haveria desvio de verbas públicas, destinadas às cooperativas e aos assentados, para o MST, o governo tomou uma série de medidas repressivas contra o movimento: promoveu o descredenciamento de cooperativas e o cancelamento do Projeto Lumiar (de assistência técnica aos assentados), com a demissão de técnicos e a abertura de sindicância no Incra para apurar pretensos desvios de recursos.

Uma terceira providência que vem sendo adotada pelo governo é a criminalização das lideranças do movimento, com vistas a inibir suas ações e demonstrar à opinião pública que o movimento age fora da legalidade vigente. Após as ocupações simultâneas das Delegacias Regionais do Incra e do Ministério da Fazenda, em vários estados, realizadas pelo MST em maio de 2000, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o descaso do governo para com os assentamentos e para com a pequena produção agrícola, o governo tomou uma série de medidas repressivas contra o movimento: criou o Departamento de Conflitos Agrários na Polícia Federal que, segundo o MST, seria, na prática, “uma espécie de Dops rural, usado na época da ditadura”⁵¹; passou a espionar, através da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), os movimentos populares que, segundo relatórios apreendidos pelo Ministério Público Federal no Pará e divulgados pela grande imprensa, são caracterizados como “forças adversas”, que deveriam ser “vigiladas, combatidas e eliminadas”. Essas medidas repressivas

⁵¹ Quando há manifestações em órgãos oficiais como o Incra, a Polícia Federal de Brasília determina às Superintendências Regionais a instauração de inquéritos contra as lideranças do movimento responsável, mesmo quando elas não estejam no local.

constituem o que Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, chama, na apresentação do último relatório da entidade sobre os conflitos no campo, de “judicialização da questão agrária”. “Judicialização da questão agrária”, segundo ele, significa a transformação das lutas pela terra num caso de justiça penal. Ou conforme suas próprias palavras:

a novidade hoje em dia no conflito da terra é a entrada em cena do Judiciário que, salvo honrosas exceções, figura numa escandalosa cumplicidade com o governo, colaborando em dar uma aparência de legitimidade democrática e social a uma série de abusos de poder por parte do Executivo, em favor do latifúndio e com total desprezo pela função social da terra. Um dado significativo: 254 lavradores presos em luta pela terra. Muitos deles sem conseguir *habeas corpus*. Outros com prisão preventiva decretada e tendo que viver na clandestinidade.⁵²

Desnecessário dizer que toda esta repressão, não obstante a disposição de luta e a coragem de muitos, acaba inibindo a ação política das lideranças do movimento, sempre preocupadas com a possibilidade de serem trancafiadas numa prisão e de responderem a processos judiciais pelas mais variadas razões.

Além disso, o governo proibiu, através da Medida Provisória nº 2.109-50, de 27.03.2001, da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24.08.2001, e da Portaria /MDA/ nº 62, de 27.03.2001, a vistoria por dois anos em imóveis ocupados pelos sem-terra (em setembro de 2002 havia 88 imóveis nesta situação, relacionados na página do Inca na internet), suspendeu vários processos de desapropriação de imóveis ocupados (nesta situação havia, na mesma data, 28 imóveis relacionados) e determinou a exclusão do “Programa de Reforma Agrária” dos trabalhadores que praticarem “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais” (25 nomes e respectivos docu-

⁵² Dom Tomás Balduino, *Conflitos no Campo-Brasil 2001*, Goiânia: CPT Nacional, 2002, p. 5.

mentos de identificação estão relacionados no sítio do Incra). Ora, essas medidas, sem dúvida, inibem as ocupações de terra. O número de ocupações levantado pela CPT para o ano de 2001 (194, envolvendo 26.120 famílias, conforme dados da Tabela 1), a nosso ver, reflete, em parte, o resultado dessa iniciativa repressiva governamental. A própria CPT, em seu levantamento anual dos conflitos no campo, em 2001, pela primeira vez desde 1985, levantou o número de acampamentos e de famílias acampadas em todo o país, porque percebeu que uma das alternativas encontrada pelos sem-terra para fugir ao cerco repressivo governamental tem sido acampar numa área próxima à pretendida, “do lado de cá da porteira”. Em 2001 contabilizou um total de 65 acampamentos novos, 30 dos quais ligados ao MST e 28 à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).

Além dessas medidas, há ainda a criação do Banco da Terra, através do qual o governo pretende substituir a *desapropriação* de terras improdutivas pelo mecanismo de compra e venda de terras, com recursos do Banco Mundial. Instituído em fevereiro de 1998, pela Lei Complementar 93/1998, iniciou sua operacionalização a partir de outubro de 1999, com o objetivo de financiar, segundo a retórica oficial, aos “pequenos empreendedores” (*sic*), a compra de imóveis rurais e a implantação de uma infra-estrutura básica na propriedade. Ainda segundo o discurso oficial, uma das grandes vantagens do Banco da Terra é a flexibilidade, pois é o próprio beneficiário quem escolhe e negocia, diretamente com o vendedor, a propriedade que deseja comprar. De outubro de 1999 a dezembro de 2001, segundo o governo, o Banco da Terra teria beneficiado *exatamente* 40 mil famílias. Nas palavras de Adão Preto, deputado federal pelo PT (RS) e ligado ao MST:

trata-se de mais um passo do governo FHC no sentido da privatização e adequação da Reforma Agrária às regras do mercado e do poder do dinheiro. (...) O Banco da Terra representa, de fato, a implementação do projeto neoliberal na Reforma Agrária, pois adequa (*sic*) os instrumentos legais às

regras do mercado do poder do dinheiro, em que o Estado será uma grande imobiliária fundiária, como intermediador de negócios e mesmo como comprador de terras.⁵³

Outra providência adotada pelo governo: no final de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou, com uma propaganda intensa na mídia, a “Reforma Agrária pelo correio”, com o escopo de esvaziar os movimentos sociais no campo. Segundo a propaganda oficial, aqueles que quisessem se cadastrar para receber terras deveriam apenas preencher um formulário disponível nas agências do correio que, em quatro meses, receberiam o título de posse. Não seria mais necessário, dessa forma, ocupar nem se manter acampado para conquistar a terra. O “Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo”, numa nota de 19.12.2001, faz a seguinte avaliação dessa medida governamental, depois de cerca de um ano de sua implementação: “os dados aos quais tivemos acesso indicam o pré-cadastramento de 574.590 famílias, das quais 103.225 foram entrevistadas e destas só 16.390 pré-selecionadas”⁵⁴. É importante registrar que o MST estimulou as suas bases a cadastrar-se nos correios para desmontar a farsa governamental. Uma parte dessas famílias pré-cadastradas, portanto, são pertencentes ao MST. Entretanto, mesmo supondo que todas as cerca de 75 mil famílias que estão espalhadas pelos 585 acampamentos do MST tivessem feito o cadastro, ainda assim sobriariam cerca de 500 mil famílias inscritas, o que é um número muito grande. O impacto desmobilizador dessa iniciativa governamental, pelo menos num primeiro momento, deve ter sido significativo.

Por fim, uma última providência governamental: o governo tem estimulado, sorrateiramente, a criação de novos movimentos sociais no campo, menos agressivos politicamente e mais dóceis ao

⁵³ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, ano XVI, nº 176, fevereiro-1998, p. 15.

⁵⁴ Conforme caderno *Conflitos no Campo-Brasil-2001*. Goiânia, CPT Nacional, p. 139.

governo, com o objetivo de conduzir o MST ao isolamento e de criar canais alternativos de interlocução política. Há denúncias de que a Força Sindical, por exemplo, estaria recebendo dinheiro do governo para formar “lideranças” rurais⁵⁵. Fato curioso é que a própria CUT-Contag, hoje afastada politicamente do MST, pelo menos num momento de sua trajetória desempenhou efetivamente o papel de interlocutor político do governo, contribuindo para o isolamento do MST. Referimo-nos, aqui, à atitude do governo depois da ocupação, pelo MST, de prédios públicos em doze capitais do País, no início de maio de 2000, visando a pressionar o governo por liberação de verbas para os assentamentos. Após esse episódio, recusando-se a receber o MST, o governo atendeu a CUT-Contag, em audiência com Manoel dos Santos, presidente da Contag, e Vicentinho, na época presidente da CUT, e prometeu a liberação de mais R\$ 2,5 bilhões a favor de agricultores familiares. Na ocasião, a Contag foi elogiada por FHC pela “disposição de diálogo”⁵⁶.

6. Considerações finais

Procuramos analisar, neste trabalho, os avanços e recuos do MST na década de 1990: após um período difícil para o movimento durante o governo Collor, o movimento avança no primeiro mandato do governo FHC para, depois, nos anos recentes, passar para a defensiva.

⁵⁵ Essa denúncia foi feita pelo deputado federal Adão Preto, que declarou que a Força Sindical foi beneficiada em 2001 “com um presente de R\$ 1,8 milhão para formar lideranças rurais e passar a disputar o campo com as organizações e movimentos de esquerda”. Conforme Adão Preto, “A conjuntura agrária e a nova estratégia do governo federal”, *Revista Sem Terra*, ano III, n° 12, abr-maio-jun-2001, p. 12.

⁵⁶ A *Folha de S. Paulo*, edição de 11.05.2000, utilizou a seguinte manchete de sua primeira página: “FHC libera verba para isolar MST”.

Partimos do princípio, aqui, de que as ocupações de terra, ainda que não sejam o único, são o principal instrumento de pressão e de luta do MST sobre o governo. E pudemos verificar, pela análise dos dados, um recuo expressivo no número de ocupações no ano de 2001.

É obvio que os dados sobre ocupações, vistos isoladamente, são insuficientes para permitir falarmos em refluxo do MST no momento atual. Por isso tivemos de “cruzar” tais números com uma discussão sobre as principais lutas encaminhadas pelo MST no ano de 2001 – luta por crédito agrícola, pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e contra os “transgênicos”. E dessa forma ficou mais claro que a luta pela terra no Brasil está numa encruzilhada política, porque não há lugar para a pequena produção agrícola e para os assentamentos rurais no contexto da política agrícola de recorte neoliberal. A prioridade dessa política é a grande exploração agropecuária visando ao mercado externo, enquanto que os demais setores agrícolas, tidos como não-dinâmicos, passam a ser tratados no âmbito das chamadas políticas compensatórias – o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), neste caso, é o melhor exemplo.

O governo, para efeitos de propaganda, assenta trabalhadores sem-terra, por um lado, enquanto conduz milhares de pequenas propriedades à falência pura e simples, por outro. Quando juntamos a esses fatores as medidas adotadas pelo governo em seu segundo mandato, cuja finalidade era reprimir, isolar e desmoralizar o MST⁵⁷, estarão dados alguns ingredientes capazes de explicar as dificuldades do movimento de luta pela terra no Brasil na conjuntura recente.

⁵⁷ No primeiro mandato (1995-98) elas não puderam ser adotadas, dentre outros fatores porque, no início, o PSDB estava inaugurando sua aliança com o PFL e abrigava, ainda, setores com ambições progressistas, e também porque, a partir de um certo momento, estavam em jogo a possibilidade de reeleição e a visão da opinião pública sobre o governo.

Por fim, uma última questão que, embora não possa ser desenvolvida adequada e aprofundadamente aqui, merece ser, pelo menos, anunciada: o MST nasceu e consolidou-se numa conjuntura de crise da luta anticapitalista e num momento de ofensiva vitoriosa da burguesia e do imperialismo em escala internacional. Ora, a desvantagem para o campesinato organizado, neste caso, parece óbvia, à medida que ele tem de ater-se à luta econômico-reivindicativa nos quadros da ordem capitalista vigente, pois, nessa conjuntura, transformações mais profundas na sociedade parecem estar fora da ordem do dia. A questão, neste caso, é que a ordem capitalista de recorte neoliberal torna essa luta econômico-reivindicativa, em grande medida, inócua. Além disso, a hegemonia neoliberal dificulta a luta política por transformações mais profundas na sociedade, pois submete, total ou parcialmente, parte das forças de esquerda à “ditadura do mercado” e diminui as possibilidades de aliança política no campo das esquerdas – no Brasil, a crescente moderação do discurso e da prática política do Partido dos Trabalhadores (PT) e mesmo do movimento sindical combativo, neste caso, parecem ser bons exemplos⁵⁸. O resultado desse processo é o crescente isolamento político do MST, o que contribuiria, também, para explicar o recuo político desse movimento no momento atual.

A questão fundamental e para a qual não temos uma resposta definitiva é saber se se trata de um recuo passageiro ou de uma inversão da tendência de ascensão política vivida pelo MST durante a década de 1990. A resposta a essa questão está diretamente relacionada aos desdobramentos da conjuntura política atual. A vitória do candidato petista nas eleições presidenciais, por um lado, poderá gerar, entre os sem-terra, expectativas de atendimento às

⁵⁸ O leitor poderá consultar, sobre essa última questão, os seguintes artigos desta coletânea: Andriei da Cunha Guerreiro Gutierrez, Danilo Enrico Martuscelli e Fernando Ferrone Corrêa, “PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal”; Andréia Galvão, “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”.

suas reivindicações imediatas. Ora, se tais expectativas forem frustradas e se os mecanismos repressivos, atualmente utilizados pelo governo FHC contra o MST, forem suspensos, o número de ocupações de terra poderá crescer bastante no governo de Luiz Inácio Lula da Silva – vimos que o movimento recuou no governo repressivo de Collor, avançou no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso para recuar novamente diante da repressão desencadeada atualmente pelo governo FHC. Por outro lado, a nosso ver, mesmo com a vitória petista nas eleições presidenciais, o cenário indica que há poucas possibilidades efetivas de ocorrer uma ruptura radical com o modelo político neoliberal e menos possibilidades ainda de haver transformações estruturais na sociedade brasileira. Isto significa uma grande chance de persistirem, durante o próximo governo, grande parte dos atuais problemas que impedem a viabilidade econômica dos assentamentos e da pequena agricultura familiar. Além disso, nesse cenário, a possibilidade de concretização de um projeto efetivo de reforma agrária no Brasil parece remota. Portanto, a julgar por essas perspectivas, acreditamos que as dificuldades do MST, longe de serem resolvidas, devem continuar.

* * *

A CUT NA ENCRUZILHADA: IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL COMBATIVO

*Andréia Galvão**

Introdução

Tornou-se lugar comum afirmar que o sindicalismo brasileiro – como, de resto, o sindicalismo internacional – atravessa um período de crise ao longo dos anos 90. Ao contrário da curva ascendente registrada nos anos 80, tanto no que diz respeito ao número de greves quanto à capacidade de mobilização das bases e à intensidade dos conflitos, verifica-se, na década seguinte, um movimento de descenso. A CUT, a maior central sindical brasileira e principal expoente do movimento sindical combativo, também é afetada por esse processo, encontrando-se na defensiva.

A ofensiva neoliberal constitui, sem dúvida, o principal elemento para compreender essas dificuldades. O neoliberalismo afeta a ação sindical em várias dimensões: em primeiro lugar, a abertura

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do Cemarx. Agradeço aos colegas do Cemarx pelas críticas e sugestões que fizeram a este artigo. Agradeço, igualmente, a Caio Galvão de França pelo debate – permeado de inúmeras polêmicas – travado via internet. Desnecessário dizer que a análise que segue é de minha inteira responsabilidade.

comercial e a desregulamentação dos mercados expõem os produtos nacionais à concorrência estrangeira, provocando impactos sobre a balança comercial e a redução de postos de trabalho em decorrência do aumento das importações. Em segundo lugar, a defesa do Estado mínimo e a política de privatização reduzem expressivamente o número de assalariados, mediante o corte de gastos e investimentos públicos e a reestruturação das empresas privatizadas. Em terceiro lugar, as reformas orientadas para o mercado, a exemplo das reformas administrativa, previdenciária e trabalhista, estimulam o combate aos direitos do trabalho, impondo perdas significativas aos trabalhadores do setor privado e, especialmente, ao funcionalismo público. Finalmente, a apologia dos mercados e as críticas à intervenção estatal questionam a amplitude e os “excessos” da lei, bem como o papel dos sindicatos, considerados um entrave à liberdade de contratação e utilização da força de trabalho.

Enquanto o Estado desregulamenta e se reorganiza, transferindo para o setor privado parcelas crescentes da prestação de serviços sociais, tais como saúde e educação, as empresas também se reestruturam internamente, investindo em novas tecnologias e em mudanças organizacionais. Sob a roupagem inovadora da “polivalência”, da “multifuncionalidade”, da gestão “participativa”, intensifica-se a exploração da força de trabalho e dissimula-se o aumento da instabilidade no trabalho. O neoliberalismo, impulsionado pela retórica da globalização, justifica o combate aos “custos” do trabalho em nome do aumento da produtividade e da competitividade, para fazer face à concorrência internacional.

A análise da política neoliberal a partir de uma perspectiva de classe permite-nos compreender como a atuação do Estado beneficia o capital: de um lado, a redução do Estado garante ao setor privado novos nichos de mercado, oferecendo-lhe, assim, novas fontes de acumulação; de outro, a intervenção estatal via legislação – pois, apesar do discurso desregulamentador, é o Estado quem patrocina a criação das novas modalidades de contratação – permite ao capital aumentar a taxa de extração de mais valia. É nesse

sentido que consideramos o neoliberalismo como uma ofensiva das classes dominantes, uma expressão da luta de classes, configurando um momento em que a correlação de forças é favorável ao capital.

O aumento do desemprego, da precarização e da informalidade constituem, por si só, motivos mais do que suficientes para dificultar a ação sindical. Porém, o impacto do neoliberalismo não se dá apenas no plano político e econômico, mas também no plano ideológico. É certo que a crise do pensamento de esquerda, após a derrocada do leste europeu, em muito contribuiu para a perda de um referencial teórico crítico, vale dizer, anticapitalista.

Este artigo se propõe a analisar a trajetória da CUT, buscando mostrar quais os efeitos das reformas neoliberais sobre seu discurso e sua prática. Para isso, procuramos acompanhar os principais acontecimentos políticos da década de 90, assim como a maneira pela qual a CUT reagiu a eles. Longe de defender uma posição taxativa e fatalista, apresentando a crise do sindicalismo como um processo irreversível e definitivo, ou de compreender o movimento sindical como um fenômeno anacrônico e, portanto, inevitavelmente condenado à derrota, pretendemos adotar uma perspectiva dialética, analisando o movimento sindical como um campo aberto de possibilidades.

Assim, se por um lado a ideologia neoliberal afeta negativamente o movimento social em geral e o movimento sindical em particular, afastando os trabalhadores de seus sindicatos, favorecendo as parcerias entre capital e trabalho, distanciando os sindicatos de uma perspectiva de classe, por outro lado, os resultados de anos seguidos de políticas neoliberais abrem espaço para a recuperação dos movimentos sociais, que não se mantêm passivos diante do aumento do desemprego, do desmonte dos serviços públicos, da supressão de direitos sociais.

A consideração das implicações recíprocas entre neoliberalismo e movimentos sociais permite-nos explicar os períodos de recuo, em que a postura defensiva predomina, bem como as fases de avanço, em que a combatividade se fortalece. De acordo com essa

perspectiva, pode-se compreender a eclosão de movimentos antiglobalização a partir de meados dos anos 90, as “euro-greves”, os movimentos de desempregados, a greve francesa contra a reforma da seguridade social em 1995, as manifestações contra a Alca, as greves contra a reforma trabalhista em 2002 (na Espanha, na Itália, no Brasil) etc., como movimentos de reação ao neoliberalismo. São movimentos gestados pela política neoliberal, porque se contrapõem aos seus resultados, ao mesmo tempo em que produzem impactos sobre ela. Logo, os conflitos sociais repercutem sobre a política neoliberal, que passa a ser amenizada por medidas compensatórias e focalizadas, propagadas por um ideário de tipo “terceira via”¹.

A questão a ser tratada por este texto é: em que medida a CUT foi afetada pelo neoliberalismo? Pois partimos do pressuposto de que a central não escapou ilesa à hegemonia neoliberal. Isso, porém, não significa dizer que a CUT aderiu ao neoliberalismo, a exemplo da Força Sindical². Deste modo, a hipótese que nos guia

¹ Boito Jr. e Sallum Jr. identificam as diferentes formas que o neoliberalismo pode assumir no governo. O primeiro aponta a coexistência e a disputa entre uma versão extremada, mais próxima do modelo teórico neoliberal, e uma versão moderada; o segundo, entre uma vertente fundamentalista e outra liberal-desenvolvimentista. Esta última distinção aponta para a coexistência de propostas antagônicas no interior do governo pois, embora ambas as correntes priorizem a estabilização monetária, a fundamentalista defende um Estado regulador enquanto a liberal-desenvolvimentista prevê alguma intervenção do Estado (em matéria de política industrial, por exemplo, para estimular o crescimento econômico), podendo dar a falsa impressão de que essa última corrente se afasta do neoliberalismo, provocando uma cisão no campo neoliberal. Por esse motivo, consideramos mais adequada a divisão proposta por Boito Jr. Assim, o movimento conhecido como “terceira via” nada mais é do que a moderação do neoliberalismo extremado pois, malgrado o nome, não deixa de ser tributário do neoliberalismo. Cf. Armand-Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999; Brasília Sallum Jr., “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, vol 11, n° 2, fevereiro 2000.

² Cf. o artigo de Patrícia Trópia, publicado nesta coletânea, que mostra a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo.

nesse percurso é: a trajetória da CUT evidencia uma oscilação entre, de um lado, a assimilação de *elementos* do discurso neoliberal, que se revelam na elaboração de uma perspectiva *propositiva* e, de outro, a contraposição à política neoliberal, que tem permitido a reativação de uma prática sindical mais combativa³.

A fim de melhor desenvolver a argumentação relacionada a essa hipótese, optamos por periodizar a trajetória da CUT no decorrer dos anos 90, tanto para observar a coexistência de movimentos de acomodação e de combate ao neoliberalismo quanto para ressaltar o predomínio de um desses movimentos em cada contexto. Pretendemos, assim, evidenciar as continuidades e, ao mesmo tempo, enfatizar as diferenças de uma fase em relação a outra.

1. A gestão do sindicalismo propositivo (1990-1992)

A hipótese anunciada anteriormente supõe a identificação de dois modelos (termo utilizado na falta de outro mais adequado) de ação sindical distintos: o sindicalismo combativo, que caracterizou a prática cutista ao longo dos anos 80, e o sindicalismo propositivo, que emerge na virada da década. Tal hipótese, porém, pode dar margem a interpretações equivocadas e precisa ser melhor esclarecida.

Em primeiro lugar, não se trata de considerar esses modelos a partir de uma perspectiva estática, muito menos de considerar o sindicalismo propositivo como um projeto pronto e acabado, sem

³ Essa hipótese é, em certa medida, semelhante à formulada por Roberto Veras. Ao analisar a prática do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Veras também aponta a ambigüidade da nova estratégia do sindicalismo cutista, que se caracteriza pela coexistência de “uma certa capacidade de *resistência* e de um certo nível de *aderência* frente aos apelos/chantagem do discurso empresarial” (Veras, “Perspectivas do sindicalismo CUT: rupturas ou continuidades? O caso do setor metalúrgico na CUT”. *XXIV Encontro Anual da Anpocs, GT Sindicalismo e Política*, 2000, p. 10). No entanto, como veremos, este autor interpreta a prática propositiva de uma maneira distinta da interpretação aqui esboçada.

levar em conta as inflexões, os deslocamentos, que perpassam cada uma dessas formas de ação sindical. Dito de outro modo: não estamos descartando o aspecto dinâmico, ou minimizando a importância dos fatores externos e dos embates internos⁴ para a compreensão das razões dessa mudança. Não se trata de um processo linear, mas sim de um processo marcado por ambigüidades e contradições. Isto porque as opções táticas vão se fazendo no decorrer da luta de classes e do conflito entre diferentes projetos políticos (e sindicais), sendo necessário considerar a conjuntura em que essas opções foram feitas. Entretanto, o objetivo do presente artigo é muito mais apontar os resultados dessas opções do que analisar as razões que levaram a essas opções, embora essa análise seja imprescindível para o entendimento do processo como um todo.

Em segundo lugar, não se trata de compreender essa mudança a partir de uma perspectiva maniqueísta, como se o sindicalismo combativo fosse necessariamente bom porque tende a resistir à negociação e o propositivo necessariamente mau porque se rende à negociação. O sindicalismo combativo também pode negociar e a resistência também pode resultar em derrotas, ao passo que, do mesmo modo, a negociação pode resultar em conquistas efetivas. Num contexto em que o sindicalismo enfrenta dificuldades e assume uma postura defensiva, ele pode resistir, lutando pela manutenção de direitos e conquistas ameaçados pela política neoliberal,

⁴ Advertimos o leitor acerca da necessidade de analisar a central a partir das diferentes tendências que abriga, considerando as disputas políticas daí resultantes. Como alerta Iram Jácome Rodrigues (em *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997), a CUT possui várias práticas e vários discursos. Neste trabalho, tomaremos o discurso e a prática promovida pela direção majoritária da central, confrontando-a com algumas das críticas formuladas pelas correntes adversárias. Contudo, a complexidade e a riqueza da vida interna da CUT só poderiam ser apreendidas através de uma pesquisa de campo detalhada, que contemplasse os discursos e as práticas de sindicatos filiados a distintas correntes e os contrapusesse, de modo sistemático, a seus resultados, tarefa que não será empreendida aqui.

mas também pode recuar, aceitando as medidas implementadas pelo governo e pelo patronato e aderindo à ideologia dominante (o que constitui, a nosso ver, o caso do sindicalismo propositivo).

O problema é que a negociação, quando descolada do trabalho de organização e mobilização das bases, enfraquece a resistência – resistência que se faz no plano político tanto quanto no ideológico, recusando-se os termos do discurso dominante – e favorece a aceitação das “regras do jogo”. Esse recuo dificulta a reativação de uma postura ofensiva pois, ao invés de elaborar uma política alternativa, pressionando pela incorporação de novas demandas e negociando a partir de uma perspectiva *contra-propositiva* (termo utilizado para diferenciar essa estratégia do sindicalismo propositivo), o sindicato passa a priorizar a atuação institucional, aceitando negociar nos limites estabelecidos pelo discurso dominante e tornando-se prisioneiro desse discurso. Assim, as negociações são cada vez mais “enquadradas”, feitas dentro desse limite. Além disso, a prioridade dada ao plano institucional afasta o sindicato da atividade de organização e mobilização das bases, distanciando-o das lutas efetivas – fruto da expressão dos conflitos – e favorecendo a composição, a integração à ordem⁵.

Em terceiro lugar, essa mudança não se deve ao voluntarismo (ou à “traição”) de determinadas lideranças sindicais, nem afetam a CUT de maneira homogênea. Se, por um lado, os metalúrgicos do ABC ilustram esse novo modelo, pois é onde esse sindicalismo propositivo mais se desenvolveu, por outro lado isso não significa que a experiência metalúrgica possa ser generalizada para toda a central. Como procuraremos indicar, as raízes dessa mudança são bem mais complexas e incidem, em grande medida, sobre a composição interna da CUT.

⁵ Nesse sentido, o sindicalismo propositivo caracteriza-se pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital, enquanto o sindicalismo combativo se caracteriza pelo predomínio do trabalho de organização e mobilização das bases, pela negociação contra a ordem (negociação *contra-propositiva*), pela luta em favor da ampliação de direitos (quando na ofensiva) e pela resistência ao desmantelamento de direitos (quando na defensiva).

Feitos esses esclarecimentos, voltemos ao ponto de partida. Dentre os fatores que contribuíram para a alteração verificada na prática sindical cutista na virada dos anos 90, a derrota de Lula para Collor nas eleições de 1989 foi um dos que certamente mais repercutiram no interior da central. Não se tratava apenas da derrota de um candidato oriundo do meio operário, ex-líder sindical e um dos fundadores da maior central sindical brasileira, mas da vitória do projeto neoliberal, sustentado por setores sociais conservadores e com um conteúdo social fortemente regressivo.

Mas nem só fatores externos concorreram para essa mudança: no plano interno, as alterações promovidas no estatuto da central pelo 3º Concut (1989) possibilitaram o fortalecimento da tendência Articulação Sindical⁶, permitindo a ascensão de novas lideranças sindicais. As alterações estatutárias efetuadas pelo 3º Concut acentuaram o peso das direções em detrimento das bases e oposições sindicais, levando à burocratização e à institucionalização da central⁷.

Essas mudanças afetaram a composição dos congressos subseqüentes e tiveram um profundo impacto no interior da central, possibilitando o abandono das práticas de confronto com o governo e com o patronato e aumentando a disposição – combatida pelas oposições sindicais e pelas correntes de esquerda, mas defendida por lideranças ligadas à Articulação Sindical, especialmente no setor metalúrgico – em negociar. Assim, o 4º Concut (1991) ocorreria em meio a profundas divergências entre as tendências sindicais provocadas, de um lado, pelo novo estatuto e, de outro, pela participação da central – à revelia da “esquerda socialista”⁸ e das próprias deliberações do 3º Congresso – no “entendimento nacional” conclamado pelo governo Collor em setembro de 1990.

⁶ Tendência majoritária no interior da CUT.

⁷ Vito Gianotti; Sebastião Lopes Neto, *CUT ontem e hoje*. Petrópolis, Vozes, 1991, pp. 50-4.

⁸ Então composta pelas correntes CUT pela Base, Corrente Sindical Classista e Convergência Socialista.

Embora parte da CUT fosse contrária à aceitação do chamado de Collor, a Executiva Nacional, sob o comando da Articulação Sindical, decidiu que a central deveria participar das reuniões propostas a fim de ocupar novos espaços políticos, legitimando-se como interlocutora confiável tanto para os governos quanto para o patronato. Apesar das disputas internas que opõem a Articulação Sindical às correntes de esquerda, a CUT começa a se afastar paulatinamente do sindicalismo de confronto que até então a caracterizara para assumir, cada vez mais, uma postura *propositiva*. Para que essa mudança se concretizasse foi fundamental a ascensão de novas lideranças sindicais, dispostas a negociar com os governos e com o patronato saídas emergenciais para os problemas econômicos que atingiam determinados setores industriais. Uma das mais importantes lideranças a desempenhar esse papel foi, sem dúvida, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho). Mas Vicentinho não seria o único a empreender essa mudança de rota: Jair Meneguelli, então presidente da CUT, já havia declarado que era “preciso deixar de dizer apenas não e começar a também dizer sim, apresentando propostas alternativas”⁹.

Malgrado o fracasso do “entendimento nacional” de Collor, em razão da recusa da CUT em assinar o acordo proposto, e apesar de uma das resoluções do 4º Concut negar o pacto social, a partir de então a central busca se apresentar como negociadora de uma nova ordem, que alia desenvolvimento capitalista à distribuição de renda.

A nova posição assumida pela corrente majoritária seria reforçada com a criação da Força Sindical, em março de 1991. A Força Sindical se constitui com o objetivo de concorrer com o sindicalismo de contestação até então associado à CUT, apresentando-se como uma alternativa ao “radicalismo” e partidarismo inconseqüente atribuído aos herdeiros do “novo sindicalismo”¹⁰.

⁹ *Informacut* n° 162, apud Gianotti; Lopes Neto, *op. cit.*, p. 95.

¹⁰ Expressão pela qual ficaria conhecido o movimento sindical que emergiu nos anos 70 no ABC paulista, cujas greves contribuíram para acelerar a crise política da ditadura militar. A expressão “novo sindicalismo” foi forjada para ressaltar as diferenças que esse movimento apresentava frente ao velho sindicalismo populista que, diferen-

A disputa de espaços com a Força Sindical estimulou a via da negociação e enfraqueceu a prática da resistência, possibilitando a participação da central em arranjos tripartites. Essa nova estratégia resultou na assinatura do primeiro acordo da câmara setorial da indústria automobilística, em março de 1992¹¹. A adesão dos metalúrgicos à câmara setorial foi fruto de uma decisão unilateral de Vicentinho, tomada à revelia da CUT. Apesar da polêmica inicialmente desencadeada, as câmaras setoriais foram aos poucos sendo assimiladas por muitos de seus oponentes no interior da central, convertendo-se numa espécie de “coringa” que permite tanto à central encontrar um novo papel, participando ao lado de representantes do Estado e do patronato na definição de políticas públicas, quanto ao patronato resolver seus problemas mais urgentes¹².

temente do primeiro, concentrava-se nas empresas públicas, não tinha vínculos orgânicos com as bases, era totalmente dependente do Estado, favorável à política do governo e fortemente integrado à estrutura sindical. O novo sindicalismo, porém, a despeito de seu discurso crítico, não conseguiu romper com a estrutura sindical corporativa.

¹¹ O acordo reduziu, por 90 dias, o preço dos veículos leves em 22%, mediante o corte nas alíquotas do IPI e ICMS e nas margens de lucro das montadoras, dos fornecedores de autopeças e das concessionárias; estabeleceu correção mensal dos salários e estabilidade no emprego pelo mesmo período para toda a base metalúrgica cutista do estado de São Paulo. Essa última medida abrangeu até mesmo setores não relacionados à cadeia automotiva. Para uma análise detalhada dos termos do acordo ver: Glauco Arbix, *Uma aposta no futuro - os três primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporatismo no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

¹² Para Rodrigues, a celebração de acordos setoriais (e também por empresa, prática que se difunde nesse mesmo contexto) foi possível graças ao “elevado nível de organização por local de trabalho nas montadoras e em outras empresas nesta região” (Iram Jácome Rodrigues, “A trajetória do novo sindicalismo”. In: I. J. Rodrigues (org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 86).

A disposição em negociar com governo e patronato se revela também em outro ícone cultuado pela central desde então: a implantação do contrato coletivo de trabalho¹³. O contrato coletivo vinha sendo discutido de modo mais sistemático pela CUT desde 1990, quando se chegou a elaborar uma proposta de projeto de lei para a introdução do referido instrumento. Este se torna, ao lado das câmaras setoriais, expressão máxima do sindicalismo propositivo. No entanto, enquanto aquela chegou a ser realidade em alguns setores da economia, o contrato coletivo parece ser muito mais a representação de um “ideal” do que a orientação de uma prática efetiva¹⁴.

O debate acerca do contrato coletivo vinculava-se à questão da estrutura sindical corporativa. O 4º Concut realizara uma autocrítica em relação à estrutura sindical, admitindo que “a velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical” “ainda não foi substituída integralmente [...] por aquela que queremos”. Constata-se, portanto, que a convivência “com seqüelas de 50 anos de tutela do Estado, da CLT e do peleguismo”¹⁵ teve efeitos nefastos também sobre os sindicalistas “autênticos”. Para superar esses obstáculos, a central volta sua atenção para a implantação do “contrato coletivo nacionalmente articulado, garantindo um patamar mínimo [de direitos] para todos os trabalhadores e preservando as particularidades de cada categoria e região do país”¹⁶.

O contrato coletivo de trabalho é concebido de maneiras distintas pelas correntes que integram a CUT. Ora aparece como o subs-

¹³ A iniciativa em debater o tema coube igualmente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e a elaboração dos primeiros documentos sobre o assunto foi obra de seu assessor, José Francisco Siqueira Neto, já na segunda metade dos anos 80.

¹⁴ A contratação coletiva em nível nacional existe em poucos setores da economia, mais exatamente naqueles formados por monopólios ou oligopólios, em que as mesmas empresas se distribuem nos diferentes estados, como é o caso de bancários e de petroleiros.

¹⁵ CUT. *Resoluções do 4º Concut*. São Paulo, 4 a 8 set, 1991, p. 5.

¹⁶ *Idem*, p. 10.

tituto da estrutura corporativa (Articulação Sindical), ora como um instrumento de negociação a ser adicionado a ela (posição que caracteriza, sobretudo, a Corrente Sindical Classista). Ou seja, a adoção do contrato coletivo de trabalho não necessariamente requer o rompimento com a estrutura sindical corporativa¹⁷. Apesar dessa controvérsia, a proposta de contrato coletivo apresentada pela central ao Ministro do Trabalho Walter Barelly, por ocasião do *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*, em 1993, conclamava à remoção de “todas as restrições e obstáculos ao exercício das liberdades sindicais, inscritos na Constituição Federal e na legislação ordinária (CLT), atacando, especialmente, o poder normativo da Justiça do Trabalho, a unicidade sindical, a contribuição sindical, a configuração do sistema confederativo e a inadequação legislativa sobre a negociação coletiva do setor público”¹⁸, pois o fortalecimento da negociação coletiva demandava o fortalecimento dos sindicatos, o que só poderia ser obtido por meio do reconhecimento da liberdade e da autonomia sindical. Essa proposta não é, porém, consensual. De qualquer modo, a partir de meados dos anos 90 a questão da mudança na organização sindical adquiriu uma grande relevância no debate cutista.

Deixando de lado a questão relativa à capacidade do contrato coletivo, tal como proposto pela CUT, impor ou não uma mudança sobre a forma de organização sindical, analisemos o referido instrumento sob o ângulo dos direitos individuais do trabalho¹⁹. O contrato coletivo foi concebido para aumentar o espaço de atuação das centrais sindicais, estimulando a prática da negociação coletiva e desenvolvendo-a em âmbito nacional. Segundo a central, o estí-

¹⁷ Como a própria vigência da contratação coletiva nos setores bancário e petroleiro sinaliza.

¹⁸ Boletim do Dieese, maio de 1993, p. 45.

¹⁹ O direito do trabalho é tradicionalmente dividido em direitos individuais do trabalho (que aqui denominamos direitos trabalhistas e sobre os quais nos concentraremos) e direitos coletivos do trabalho (ou direito sindical, que abrange a estrutura sindical, questão que não será priorizada neste artigo).

mulo à negociação requer que as partes tenham mais liberdade para definir as regras de contratação e uso da força de trabalho, bem como para resolver seus eventuais conflitos, reduzindo as possibilidades de intervenção do Estado nas relações de trabalho. Essas condições aproximam o modelo de contrato coletivo defendido pela CUT do discurso neoliberal da livre negociação entre patrões e empregados, embora os objetivos dessas duas perspectivas não se confundam. Enquanto o ideário neoliberal combate a legislação trabalhista, propondo sua desregulamentação, a proposta cutista atribui ao Estado a definição de direitos mínimos, que não poderiam ser desrespeitados pela contratação coletiva. Num caso, trata-se de propor a prevalência do contrato sobre a lei; no outro, a idéia é que o contrato complemente a lei²⁰.

Mas, ainda assim, consideramos que a defesa do contrato coletivo embute alguns riscos. Em primeiro lugar, apesar de conferir um caráter nacional ao contrato coletivo, esse contrato mais amplo seria completado por contratos de menor abrangência, conforme as especificidades regionais e setoriais. Nesse sentido, a CUT faz coro ao argumento patronal de que as condições entre os setores industriais e as regiões são distintas, o que pode, no limite, inviabilizar a definição de regras de validade nacional ou rebaixá-las a um nível ínfimo, que represente o menor custo para as empresas. Em segundo lugar, a CUT defende que a legislação preserve direitos mínimos (ou seja, nivele as condições de trabalho pelo patamar inferior), deixando que cada categoria (ou parte da categoria, como no exemplo da câmara setorial) lute de acordo com as condições econômicas do setor em que está inserida e segundo a capacidade organizativa do sindicato ao qual pertence. Essa posição supõe que a desigualdade regio-

²⁰ A lei e o contrato representam duas formas de elaboração de normas que igualmente constroem a relação entre patrão e empregado. Essas formas coexistem mas possuem uma diferença fundamental: a lei tem abrangência universal, ao passo que o contrato só obriga as partes contratantes, sendo negociado conforme os interesses e a correlação de forças que prevalece em cada setor, região, categoria ou empresa.

nal/setorial impede as regiões e setores mais desenvolvidos e organizados de obterem ganhos superiores aos demais, traduzindo um comportamento *corporativo*, já que alguns setores podem – ao negociar separadamente – ganhar mais do que outros²¹. Em terceiro lugar, a proximidade da central com o discurso da livre negociação entre patrões e empregados pode favorecer o movimento de retirada do Estado das relações de trabalho justamente naquilo que não interessa aos trabalhadores: a supressão da proteção ao trabalho. Isso porque a defesa da livre negociação é encampada pela burguesia e pelos governos neoliberais exatamente nesse aspecto: não se trata de assegurar a liberdade e autonomia sindical, antiga bandeira do sindicalismo cutista, mas de eliminar ou flexibilizar direitos²².

A CUT, no entanto, adverte que “a negação da intervenção do Estado na vida trabalhista não pode significar a volta da ‘lei da selva’ do pleno liberalismo econômico”²³. Essa ressalva é de grande importância num contexto de ascensão do neoliberalismo e de combate aos direitos trabalhistas, pois a central reafirma a importância da lei. Mas enquanto a CUT preocupa-se em assegurar uma legislação mínima, o patronato adota uma perspectiva abertamente contratualista, fundada no princípio de que o contrato é mais adequado do que a lei, posto que resulta da “vontade” das partes en-

²¹ O termo corporativo é aqui entendido no sentido gramsciano, ou seja, como a defesa exclusiva de interesses setoriais – sejam estes os interesses de uma categoria profissional, empregados de um grupo de empresas ou de uma empresa em particular – em detrimento dos interesses da classe como um todo, e não enquanto característica da estrutura sindical brasileira, como havia sido empregado até o momento.

²² Com isso, estamos querendo dizer que uma coisa é a não intervenção do Estado na esfera dos direitos coletivos, pois essa intervenção impede o exercício da liberdade e autonomia sindical; outra coisa é a não intervenção do Estado na esfera dos direitos individuais. As leis trabalhistas são fruto da pressão dos trabalhadores organizados em sindicatos e reconhecem a assimetria de poder entre as partes contratantes, desmistificando a idéia burguesa de que o contrato de trabalho constitui um contrato entre “iguais”.

²³ CUT, *op. cit.*, p. 11.

volvidas, devendo, portanto, prevalecer sobre ela. Assim, enquanto para o patronato o contrato deve ter o poder de derrogar a lei, sob a alegação de que o excesso de leis trabalhistas inibe a negociação coletiva, a CUT não assume uma perspectiva contratualista no sentido estrito pois, para a central, o contrato destina-se a introduzir direitos e garantias adicionais, superiores aos assegurados por lei. Apesar dessas distinções, a iniciativa da CUT é fundada em “princípios ideológicos semelhantes” aos que embasam as formulações do patronato, enfraquecendo a lei frente ao contrato²⁴. Desse modo, essa iniciativa pode estimular a contratualização das relações de trabalho e o combate crescente à legislação trabalhista, dificultando a defesa dos direitos assegurados pela Constituição e pela CLT.

A disposição manifestada pela CUT em negociar não é, todavia, ilimitada. A central assumira uma posição contrária à privatização das indústrias siderúrgicas e petroquímicas no início da década de 90. No tocante a esse aspecto, portanto, a CUT não fez concessões: manteve uma posição de confronto. O então presidente da central, Jair Meneguelli, liderou manifestos e movimentos contrários às privatizações, chegando a organizar um abaixo assinado, em abril de 1992²⁵.

²⁴ Em outras palavras, “... a direção da central estava ideologicamente desarmada para se opor a uma medida que partia de princípios ideológicos semelhantes aos que ela própria vinha defendendo” (Boito Jr., *op. cit.*, p. 156).

²⁵ Boito Jr., *op. cit.*, p. 175-6. O engajamento dos dirigentes cutistas é contestado por Edilson Graciolli (*Um laboratório chamado CSN – greves privatização e sindicalismo de parceria: a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda*. Unicamp/IFCH, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 1999, p. 203-6), que analisa o processo de privatização da CSN. Esse autor chama a atenção para a ausência de lideranças nacionais da CUT nas manifestações que a própria central havia organizado. Atribui essa ausência à conversão da Articulação Sindical ao sindicalismo propositivo, que a levava até mesmo a participar de um clube de investimentos, legitimando o processo de privatização. Se, por um lado, o autor entende que as lideranças cutistas não se empenharam de modo conseqüente na resistência às privatizações, por outro lado a participação num clube de investimentos evidencia a idéia – cara ao sindicalismo propositivo – de que, diante do “inevitável”, o sindicato lutaria para que seus representados pudessem se beneficiar minimamente desse processo.

De qualquer modo, a cada leilão de privatização a CUT promovia protestos diante da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Contudo, a adesão a esses protestos era pequena, muito provavelmente em função do impacto ideológico que o neoliberalismo produziu junto aos trabalhadores²⁶. A cruzada de Collor contra os funcionários públicos (a “caça aos marajás”) e a campanha da mídia contra as empresas estatais (antiquadas e “ineficientes”) surtiram efeito, enaltecendo o setor privado e bloqueando a reação popular à política privatizante. Além do impacto do discurso antiestatal junto à população, a possibilidade de compra, “a um preço menor e com financiamento subsidiado”, de lotes de ações das estatais pelos funcionários das próprias empresas a serem privatizadas permitiu cooptar a administração das empresas estatais, essa espécie de burguesia nacional de Estado – fadada ao desaparecimento com a privatização – e neutralizar a “virtual oposição dos trabalhadores”²⁷. A ação da Força Sindical, favorável às privatizações, também deve ser considerada.

²⁶ Ao analisar as eleições realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em 1992, Graciolli aponta as divergências entre as tendências cutistas e argumenta: “O raciocínio da Articulação Sindical assumia a privatização como inevitável e, assim, caberia aos trabalhadores garantir o máximo possível de capacidade de influência no processo. Já a [chapa] que reunia CUT pela Base, Convergência Socialista e PCdoB era contra a privatização e entendia que a participação dos trabalhadores significava a legitimação de uma proposta inaceitável” (Graciolli, *op. cit.*, p. 125). Para o autor, o deslocamento da CUT rumo ao sindicalismo de negociação e a falta de apoio da direção majoritária às correntes de esquerda, que ainda sustentam um projeto classista e de confronto, descaracterizaram a central, permitindo a vitória da Força Sindical nas eleições de 1992. No entanto, cabe considerar que a chapa vitoriosa foi a que defendia claramente a privatização. Nada permite supor que se a CUT tivesse atuado firmemente contra a privatização sua chapa teria ganho as eleições. Isto porque os trabalhadores passaram a acreditar que essa medida lhes seria, de algum modo, benéfica.

²⁷ Boito Jr., *op. cit.*, p. 187.

Essa central conseguiu assegurar que uma quota mínima das empresas a serem privatizadas fosse destinada a seus trabalhadores, organizando-os em “clubes de investimento”. Certamente isso facilitou a adesão de parte dos trabalhadores à política de privatização.

2. O fortalecimento do sindicalismo propositivo (1992-1995)

Enquanto no período de gestação do sindicalismo propositivo os conflitos entre as diferentes tendências da central eram mais visíveis e as resistências à política neoliberal mais significativas, no momento seguinte o sindicalismo propositivo adquire maior amplitude – o que não significa que não continue a haver oposição a esse modelo no interior da própria central – e as concessões ao neoliberalismo se tornam mais frequentes. O sindicalismo propositivo caracteriza-se por priorizar a ação institucional, em detrimento do trabalho de organização e mobilização das bases, e por negociar de maneira “realista”, sem se confrontar com os elementos das propostas apresentadas pelo governo e pelo patronato. As críticas são pontuais e não requerem a mudança da política dominante, nem a reversão das formas de gestão da força de trabalho. Duas iniciativas ilustram o fortalecimento desse processo: as câmaras setoriais e a atuação da CUT frente às reformas neoliberais, especialmente a reforma da previdência.

A CUT, através de seus sindicatos, federações e confederações, teve uma participação ativa na maior parte das 23 câmaras setoriais instaladas entre 1992 e 1995. O entusiasmo com esse mecanismo levou a central a celebrar, em fevereiro de 1993, um segundo acordo no setor automotivo, válido por dois anos. Esse acordo estabelecia redução de impostos e de margens de lucro, aumento da produção, criação de empregos, reajuste mensal de salários e aumento real, entre outras medidas. Mas, desta vez, as medidas referentes aos trabalhadores abrangiam apenas os metalúrgicos da cadeia automotiva²⁸.

²⁸ No caso do ABC, os metalúrgicos se dividiram em 4 câmaras setoriais distintas. Além do setor automotivo, constituíram-se câmaras no setor de bens de capital, de eletrodomésticos e de tratores, máquinas e implementos agrícolas.

A câmara setorial da indústria automobilística veio consolidar o novo modelo de ação sindical priorizado pela CUT nos anos 90. Esse novo modelo se caracteriza pela substituição da prática confrontadora por uma prática mais propositiva, e pelo predomínio de acordos descentralizados sobre os acordos de categoria, em oposição à negociação predominantemente unificada que havia sido a marca do “novo sindicalismo” desde o seu surgimento no final dos anos 70. Se, por um lado, as negociações descentralizadas não definem, por si só, o sindicalismo propositivo, posto que preexistem à sua constituição, por outro lado o sindicalismo propositivo colabora para o aumento da descentralização pois, na ânsia de negociar, os sindicatos promovem negociações setorializadas, como as câmaras setoriais, ou por empresa, como as negociações do banco de horas. Assim, ao contrário dos anos 80, quando procurava unificar diversos setores da classe trabalhadora em torno de propostas amplas, a CUT, nos anos 90, aceita participar da formulação da política de Estado e da gestão das empresas de forma fragmentada, restringindo essa participação a alguns setores e categorias profissionais. Desse modo, a busca de saídas para os problemas econômicos, ao invés de englobar amplos contingentes de trabalhadores, segrega-os conforme os problemas específicos enfrentados pelo setor do qual fazem parte: os funcionários públicos não são atingidos pela concorrência internacional, mas pela reforma administrativa; os trabalhadores do setor privado são afetados de maneiras distintas pela abertura comercial e pela reestruturação produtiva, e assim por diante.

Essa multiplicidade de aspectos da política neoliberal e seu impacto diversificado sobre os diferentes setores das classes trabalhadoras aumentam a tendência a manifestações corporativas, mencionadas anteriormente. As câmaras setoriais, por exemplo, exprimem um aspecto corporativo na medida em que os trabalhadores

envolvidos nesse tipo de arranjo se voltam para seus interesses específicos, deixando de lado ou até mesmo se contrapondo à defesa de interesses mais amplos da categoria, em particular, e da classe, em geral. É nesse sentido que, para nós, a câmara setorial produz poucos resultados econômicos positivos e provoca muitos efeitos negativos para a ação coletiva, ao fragmentar as lutas sindicais e impulsionar a descentralização da negociação coletiva²⁹.

A câmara setorial foi gradativamente esvaziada a partir da posse de Fernando Henrique Cardoso no ministério da Fazenda, quando o governo passou a priorizar a estabilização macroeconômica em detrimento da política industrial, sendo definitivamente enterrada com a vitória de Cardoso nas eleições presidenciais de 1994. Para manter a prática do sindicalismo de participação, restou à CUT intervir em outros espaços institucionais tripartites, que vinham se proliferando desde a Constituição de 1988. A central passou a integrar o Conselho Nacional da Saúde, o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional da Previdência Social, o Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), o Conselho Curador do FGTS e o Conselho de Administração do BNDES³⁰.

Em seu primeiro ano de governo, Fernando Henrique Cardoso intensificou a política de privatizações e revogou o artigo 171 da

²⁹ Andréia Galvão, “Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 10/11, 1998.

³⁰ No entanto, o governo tem mudado as regras de funcionamento dos Conselhos para minimizar a pressão dos setores sociais organizados. A prática governamental de tomar medidas sem consultar e nem ao menos informar os membros do Conselho Nacional do Trabalho levou à saída da CUT desse organismo. O mesmo motivo levou ao afastamento de juristas de outros conselhos tripartites (Heloísa de Souza Martins; Iram Jácome Rodrigues, “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, vol 11, n° 2, fevereiro, 2000, pp. 164-5). Esses dados desmistificam o caráter supostamente democrático dos conselhos e questionam sua capacidade de formular políticas públicas, evidenciando os limites de seu funcionamento.

Constituição, eliminando a diferença entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, que passaram a ser consideradas, indistintamente, empresas brasileiras (para fins de licitação para execução de obras públicas e contratação de bens e serviços públicos, exploração de recursos minerais e hidráulicos etc.). Tal medida estava ligada à quebra dos monopólios estatais (de petróleo, recursos minerais, telecomunicações, geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás) e objetivava possibilitar o acesso dos capitais privados estrangeiros a esses setores.

Por outro lado, o Plano Real valeu-se da abertura comercial e da redução das alíquotas de importação para intensificar a concorrência e, assim, impedir o aumento dos preços dos produtos nacionais, ao mesmo tempo em que buscou conter a demanda, através da restrição do crédito e da elevação da taxa de juros. A abertura comercial, porém, não funcionou apenas como mecanismo auxiliar de combate à inflação. Esta medida respondia à pressão internacional pelo fim do protecionismo, de modo a oferecer novos mercados para as empresas multinacionais.

A retomada do processo de privatização e a intensificação da abertura comercial provocaram protestos entre sindicatos cutistas, mas a adoção de uma postura propositiva e participante havia levado a central a intervir no debate relativo às reformas “estruturais” do Estado, o que dificultou a manutenção de uma postura de resistência.

No que se refere à reforma tributária, a CUT apoiou, ao lado da Fiesp e da Força Sindical, a proposta elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), em 1993. Tal proposta previa, de um lado, a desoneração da produção, do investimento e das exportações e, de outro, a simplificação do sistema tributário, reduzindo o número de impostos existentes e eliminando a cobrança cumulativa de impostos³¹. Embora essa proposta sugerisse a extinção das contribuições sociais incidentes sobre folha de

³¹ A central reivindicava apenas a introdução do imposto sobre a riqueza no projeto original.

pagamento a pretexto de estimular a contratação e a manutenção do nível de emprego, foi encaminhada ao governo com o aval das centrais, da Fiesp e do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais)³². A CUT, inclusive, aliou-se à Fiesp na defesa da inversão da pauta da revisão constitucional, a fim de priorizar a reforma tributária.

Quanto à reforma da previdência, embora a CUT fosse favorável à aposentadoria por tempo de serviço, modificou sua posição a partir da revisão constitucional de 1993, manifestando-se “a favor de reformas na aposentadoria por tempo de serviço, e pelo fim da integralidade da aposentadoria de servidores públicos (assegurados os direitos adquiridos)”³³.

Logo em março de 1995, o Executivo enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional para reformar a previdência (PEC 21). O projeto propunha a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição; o estabelecimento da idade mínima de 60 anos para a obtenção de aposentadoria; a supressão das diferenças entre gêneros para fins de aposentadoria, bem como das diferenças entre trabalhador urbano e rural; a eliminação das aposentadorias especiais, salvo em condições insalubres; a proibição do acúmulo de aposentadorias; a expansão da previdência complementar; a extinção da aposentadoria especial de professores; o impedimento de que as novas vantagens concedidas aos funcionários públicos fossem estendidas aos servidores inativos; limitava a contribuição das empresas estatais a seus fundos de pensão; e desvinculava a renda mensal vitalícia paga a idosos e inválidos do salário mínimo³⁴.

³² Marcus André Melo, *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*. Rio de Janeiro, Revan, 2002, p. 89. A substituição dos impostos existentes por um imposto sobre o consumo foi criticada pelo PT, posto que essa medida onera os assalariados de menor renda (Melo, *op. cit.*, p. 90).

³³ Melo, *op. cit.*, p. 137.

³⁴ Marcus André Melo, “As reformas constitucionais e a previdência social 1993-1996”. In: Diniz e Azevedo (Orgs.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília, Editora da UnB/Enap, 1997, p. 327-8.

O projeto desencadeou uma onda de protestos, levando o governo a rever a sua estratégia, abandonando sua postura intransigente e afirmando que a proposta precisava ser “discutida com a sociedade”³⁵. A CUT e a Força Sindical chegaram inclusive a ameaçar o governo de organizar uma greve igual à da França se o Congresso não aceitasse discutir a reforma da previdência antes de votá-la³⁶. A pressão das centrais impôs um recuo ao governo, que chamou os sindicatos para discutir sua proposta.

A CUT defendia um regime geral para todos, com teto de 20 salários mínimos para o valor do benefício, e a existência de um regime complementar público e privado mas visava a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço³⁷. No entanto, a central aderiu ao acordo delineado pelo governo, aceitando a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição e a modificação dos critérios para que os funcionários públicos tivessem direito à aposentadoria integral, o que levou os servidores a acusarem-na de traição. Muitas de suas correntes internas criticaram a conduta assumida pela corrente majoritária, considerando a negociação da previdência um “episódio lamentável”, que “foi levado a cabo pela direção, sem ouvir uma assembléia de base sequer, apesar dos apelos de todo um setor da direção para que isso fosse feito”³⁸. Ademais, a aceitação da substituição do tempo de serviço por tem-

³⁵ *Idem*, p. 329.

³⁶ O movimento grevista francês paralisou os transportes públicos por cerca de um mês, em reação à proposta do governo Juppé de reformar a seguridade social mediante o aumento do tempo de contribuição dos funcionários públicos, entre outros elementos. Para uma análise da discussão política sobre a greve de dezembro de 1995, ver: Andréia Galvão, “O debate sobre a grande greve francesa de 1995”. *Crítica Marxista* n° 13, outubro, 2001. Para uma análise da repercussão da greve francesa no Brasil, consultar: Andréia Galvão, “Ecos da França: repercussões da greve de 1995 no Brasil”. *Lutas Sociais* n° 8, 1° semestre, 2002.

³⁷ Pedro Luiz Barros Silva *et al.*, *Reforma da seguridade social no Brasil*. Campinas, Nepp/Unicamp, 2000.

³⁸ CUT. *6° Concut - Textos em debate*. São Paulo, 1997.

po de contribuição retirava direitos dos trabalhadores, atingindo principalmente “os trabalhadores de baixa renda, que estão mais expostos ao mercado de trabalho informal”³⁹ e, portanto, têm dificuldades em continuar contribuindo.

A entrada da CUT na negociação proposta pelo governo teve efeitos nefastos para a maior central do país, tornando pública a crise existente em seu interior. As diversas correntes abrigadas na CUT já vinham se desentendendo em virtude da opção preferencial da Articulação Sindical por medidas propositivas e de conciliação com o governo e o patronato. Para fazer frente às críticas recebidas, Vicentinho convocou a direção nacional da central para discutir o acordo firmado com o governo, enfrentando a oposição da Corrente Sindical Classista, da Alternativa Sindical Socialista, do Movimento por uma Tendência Socialista e de O Trabalho. “Vendo-se politicamente isolado e abandonado pelo seu próprio partido, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, renegou o acordo menos de 24 horas antes da sessão de votação do projeto de reforma pela Câmara dos Deputados”⁴⁰.

Apesar da derrota do projeto na Câmara, os líderes do governo realizaram as manobras regimentais necessárias para salvá-lo⁴¹. Diante disso, a CUT e a Força Sindical decidiram convocar uma greve geral para o mês de julho. Porém, diferentemente do exemplo francês no qual se inspirara, a greve brasileira contou com uma pequena adesão da base. Para as correntes de esquerda da central, “o envolvimento da CUT com as negociações teria influenciado negativamente na mobilização dos trabalhadores no primeiro semestre, prejudicando a preparação da Greve Geral”⁴².

³⁹ Boito Jr., *op. cit.*, p. 147.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Argelina Figueiredo; Fernando Limongi, “Reforma da previdência e instituições políticas”. In: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 208-9.

⁴² CUT, *Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1996.

A reforma da previdência finalmente aprovada em 1998 não correspondia ao projeto inicial de nenhuma das forças envolvidas na luta. A emenda constitucional n° 20/1998 instituiu a mudança do tempo de serviço por tempo de contribuição para fins de aposentadoria; promoveu a substituição do número de salários mínimos por um teto nominal que, na prática, reduz o valor dos benefícios, abrindo espaço para a previdência privada; determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores de 1° e 2° graus e trabalhadores expostos a condições de insalubridade; introduziu critérios mais rígidos para a obtenção da aposentadoria por servidores públicos, introduzindo uma idade mínima para a concessão do benefício. No entanto, o governo não conseguiu impor a idade mínima como regra permanente para o regime geral da previdência, tendo introduzido uma combinação entre idade mínima e tempo de contribuição para a concessão do benefício⁴³.

Enquanto os trabalhadores do setor privado foram afetados com a introdução do tempo de contribuição e com o fim da aposentadoria proporcional – que funcionava como uma espécie de complementação salarial aos trabalhadores que continuavam na ativa – o funcionalismo público foi afetado com o fim das aposentadorias especiais e com a introdução da idade mínima. A reforma do regime do setor público atingiu tanto os servidores ativos quanto os inativos (a quem se ameaçou revogar a extensão de benefícios concedidos aos ativos e taxar seus rendimentos). Mas “mesmo com

⁴³ Diante da derrota em relação à taxaço dos servidores públicos inativos, que constava da primeira versão da PEC, e da idade mínima, o governo buscou introduzir essas medidas por via infraconstitucional: a taxaço dos inativos foi estabelecida pela Lei n° 9.783/99 (contestada pelo STF) e o fator previdenciário, que contabiliza o tempo e o valor da contribuição e a expectativa de vida do trabalhador para calcular o valor do benefício, foi implementado pela Lei n° 9.876/99. Desse modo, o governo visa a estimular o trabalhador a permanecer mais tempo em atividade, compensando a derrota da idade mínima.

ampla e majoritária filiação de sindicatos de servidores públicos, a CUT não tem patrocinado ativamente os interesses da categoria, o que produziu clivagens importantes na Central”⁴⁴.

Silva explica a falta de mobilização contra a reforma a partir da heterogeneidade do setor público, que teria levado a uma divisão entre as diferentes categorias que o compõem. Essa divisão é ilustrada pelo fato de que a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), o principal sindicato do setor da educação pública filiado à CUT, defendeu, ao lado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, “os avanços alcançados nas negociações com o governo”. Isso porque “os professores de 1º e 2º graus conseguiram garantir a principal reivindicação da categoria, qual seja, a manutenção da aposentadoria especial [aos 25 anos] na Constituição”⁴⁵, vitória obtida “em detrimento dos professores do 3º grau, organizados na ANDES [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior], sindicato também filiado à CUT, mas sem o mesmo poder de influência que a APEOESP [...] no interior do sindicalismo cutista”⁴⁶. Esse exemplo demonstra, segundo o autor, quão frágil era a unidade no interior do ramo da educação e o peso do corporativismo não apenas entre os contrários mas entre os favoráveis à negociação com o governo.

Mas esse corporativismo não pode ser atribuído apenas à heterogeneidade do setor público, pois o mesmo acontece no interior de algumas categorias (pertencentes ao setor público ou privado), a exemplo dos professores (o autor mostra a divisão entre professores de primeiro e segundo grau X terceiro grau) e dos metalúrgicos (o exemplo da câmara setorial da indústria automobilística evidencia os interesses e as capacidades de pressão distintas entre trabalhadores das montadoras frente aos demais metalúrgicos). Desse

⁴⁴ Melo, *op. cit.* (2002), p. 138.

⁴⁵ Sidney Jard da Silva. “Companheiros servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 16, n° 46, junho, 2001, p. 140.

⁴⁶ *Idem*, pp. 142-3.

modo, sem desconsiderar a análise efetuada por Silva, deve-se igualmente levar em conta, a nosso ver, a corrente à qual a Apeoesp é ligada: não é por acaso que João Felício, então presidente do sindicato e atual presidente da CUT, participou ativamente das negociações da reforma da previdência⁴⁷. Assim, a orientação político-ideológica no interior da central sobrepõe-se à base social de cada sindicato, pois a disposição da Articulação Sindical em negociar setorialmente tem reforçado as manifestações de corporativismo entre as diversas categorias e setores.

A reação negativa frente à reforma da previdência levou o governo a adotar algumas precauções na apresentação da reforma administrativa, promovendo diversas alterações em sua proposta inicial (PEC 173/95) antes de apresentá-la formalmente ao Congresso⁴⁸. Os objetivos primordiais dessa reforma eram dois: retirar a estabilidade dos funcionários públicos e extinguir o regime jurídico único⁴⁹.

Mas, ao contrário da reforma da previdência, a CUT não participou da negociação da reforma administrativa, devido ao fato de a maioria dos sindicatos de funcionários públicos serem dirigidos por críticos da Articulação Sindical⁵⁰. Silva observa que “o fato de

⁴⁷ Sobre o sindicalismo do setor público, consultar artigo de Silvana Soares de Assis, nesta coletânea.

⁴⁸ Melo, *op. cit.*, (2002): 154-5.

⁴⁹ Esses objetivos foram parcialmente alcançados com a aprovação da Emenda Constitucional n° 19, de 1998, que estabeleceu o fim da equiparação salarial, o fim do regime jurídico único e da isonomia entre os três poderes; consagrou a implantação de mecanismos de avaliação de desempenho dos servidores e aumentou o período de experiência, mas não extinguiu completamente a estabilidade do funcionalismo público (assegurada após 3 anos de serviço, mas com possibilidade de perda de cargo, em decorrência de avaliação periódica de desempenho).

⁵⁰ Rodrigues (*op. cit.*, 1999) indica que enquanto a Articulação possui uma forte presença no setor privado, a esquerda da CUT é mais expressiva no setor público. Para Eduardo Alves, assessor da Condsef, a direção majoritária da CUT queria negociar a reforma administrativa e só não o fez por conta da ação da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, filiada à CUT e à Cnesf) e da Cnesf (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais, formada por 10 entidades sindicais, sendo que 02 delas não são filiadas à CUT). Essas entidades se manifestaram contrariamente à negociação da reforma administrativa proposta pe-

a CUT não apresentar propostas para a reforma administrativa e quebra do monopólio estatal é apresentado, normalmente, como um indicador da influência do setor público nas decisões políticas da central, haja vista que predominou entre os sindicatos do setor público a recusa às negociações e apresentação de propostas alternativas para a reforma do Estado”⁵¹. Mas o autor sustenta que a não participação nessa reforma está relacionada mais às dificuldades enfrentadas pela central “para mobilizar categorias econômicas e profissionais que não eram afetadas diretamente por políticas específicas da reforma do Estado”⁵² do que ao peso quantitativo dos trabalhadores do setor público na CUT. Para Silva, verifica-se o predomínio de uma postura defensiva nas áreas que afetavam apenas os trabalhadores do setor público, enquanto que nas áreas que atingiam tanto os trabalhadores do setor público quanto os do setor privado prevaleceu uma postura propositiva. Assim, “no caso da reforma da Previdência, a postura defensiva dos dirigentes sindicais do setor público foi contraposta à disposição de importantes lideranças sindicais do setor privado, notadamente do próprio presidente da CUT, de negociar os rumos da reforma com o governo”⁵³.

lo governo, por considerar que tal fato prejudicaria a luta em curso entre os servidores federais. Este testemunho evidencia o peso das disputas político-ideológicas no interior da central.

⁵¹ Silva, *op. cit.*, p. 137.

⁵² *Ibidem*, p. 137..

⁵³ *Ibidem*, p. 138. Parece haver uma tendência a desprezar as ações defensivas, como se estas revelassem tão somente um componente corporativo, de defesa de direitos adquiridos. Por outro lado, tende-se a enaltecer o sindicalismo propositivo, como se esta fosse uma prática ofensiva. Ora, a recusa em negociar medidas que eliminam direitos é, a um só tempo, uma ação defensiva e uma forma de resistência. A negociação, por sua vez, pode constituir uma estratégia ofensiva desde que não aceite os limites estabelecidos pelo discurso e pela política dominante, apresentando demandas contrapropositivas. Este não é o caso do sindicalismo propositivo, que negocia dentro da ordem, cede, faz concessões, sem partir para a ofensiva.

À exceção da reforma administrativa, a CUT aceitou negociar todos os demais pontos da pauta reformista do governo para se legitimar diante de seus interlocutores, mostrando-se competente e “madura”. Pois a recusa em negociar poderia ser explorada pelo governo, pela Força Sindical e pela mídia, que a interpretariam como um sinal do “radicalismo” incontestado da CUT e de sua postura “antidemocrática”. Ora, a questão não é negociar ou não, mas sim negociar o quê, como e em que contexto. Em todo o processo de negociação da reforma da previdência, a CUT não se preocupou em propor alternativas que revelassem uma posição própria. Pelo contrário, ao investir prioritariamente na via da negociação numa conjuntura adversa, o sindicalismo cutista acabou incorporando elementos do discurso neoliberal. Na defensiva, ao invés de formular contra-propostas capazes de evidenciar o conflito de interesses que opõe o capital e seus representantes aos trabalhadores, a CUT flexibiliza suas demandas, a fim de torná-las compatíveis ao ideário (e ao vocabulário) empresarial.

Esse vem a ser, justamente, o limite da estratégia propositiva: para que sejam aceitas na mesa de negociação, é necessário que as propostas formuladas sejam consideradas “realistas”, adequadas à ideologia dominante, de modo a interessar tanto ao patronato quanto ao governo. Caso contrário, não há negociação possível. Assim, a “competência” do negociador é avaliada conforme a “viabilidade” da proposta apresentada⁵⁴. Nesse processo, o sindicalis-

⁵⁴ Veras avalia a prática participacionista e propositiva de uma maneira distinta da que é aqui apresentada: para esse autor, a participação é uma forma de resistência que se exerce tanto no contexto das negociações diretas com as empresas quanto com a esfera pública. Isto porque os problemas com que o sindicalismo se depara “exigem uma solução pública” (Veras, *op. cit.*, p. 10). A visão do autor tende, a nosso ver, a um otimismo exagerado: para Veras, o risco de se deixar impregnar pelo discurso dominante só existe quando o sindicato restringe a negociação ao interior das empresas. Essa consideração lhe permite considerar a negociação uma prática de resistência porque, se por um lado o sindicato admite alguns elementos do discurso empresarial, por outro lado, ao propor alternativas que vão além do universo da empresa, busca se diferenciar dele. Essa ampliação da negociação permitiria ao sindicalismo estabelecer uma nova relação com o “espaço público” e modificar sua matriz discursiva, escapando às armadilhas patronais.

mo cutista passa a fazer concessões crescentes ao capital, integrando-se à lógica do mercado e assumindo valores capitalistas reativados pelo neoliberalismo, como lucratividade, produtividade, qualidade e eficiência⁵⁵. Tal prática pressupõe a idéia de que é possível conciliar os diferentes interesses de classe. Não se trata mais de organizar, mobilizar e defender os interesses de classe dos trabalhadores, mas de melhorar (ou preservar) as condições de mercado (a “competitividade”!) de um determinado setor econômico. Desse modo, age como um “parceiro” (ainda que seu papel seja o de coadjuvante) na gestão do capital⁵⁶.

O desenvolvimento de uma ação propositiva setorializada distancia os trabalhadores de uma noção de classe, reavivando uma perspectiva corporativista. Os sindicatos justificam tais práticas em nome da “necessidade” de se defender o emprego e os salários da categoria (ou do setor e até mesmo da empresa) que representam. A “parceria” entre trabalhadores e patronato de um mesmo setor contra seus concorrentes no mercado nacional e internacional leva os primeiros a

⁵⁵ Caio Galvão de França também aponta os efeitos do neoliberalismo sobre a prática da CUT, que levam à “... despolitização da luta sindical e a diluição ideológica de seu projeto, que se expressariam no deslocamento da ênfase da transformação social para um projeto de desenvolvimento alternativo; da luta pelo fim da exploração para a promoção da cidadania; da preponderância da negociação e da participação institucional sobre a mobilização e a atuação autônoma do movimento sindical” (Caio Galvão de França, *Sindicalismo e negociação coletiva na contracorrente dos anos 90: a experiência dos metalúrgicos de Minas Gerais*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2001, p. 64).

⁵⁶ Boito Jr., *op. cit.*, p. 169.

defender interesses capitalistas como redução da carga tributária, isenção de impostos e crédito subsidiado. Essas medidas, porém, não garantem o nível de emprego, a não ser por períodos muito curtos. Em contrapartida, elas comprometem a arrecadação do Estado e levam a uma maior deterioração dos serviços públicos, justificando o combate aos servidores e a redução dos direitos sociais. Acabam, portanto, jogando os trabalhadores uns contra os outros.

3. A justaposição entre neoliberalismo e sindicalismo propositivo: queda nas mobilizações, crescimento das negociações por empresa e perda de direitos

Algumas das políticas implementadas nos anos 90, como a participação nos lucros e resultados (PLR), sobrepuseram-se ao contexto econômico adverso do período, reduzindo as mobilizações de massa (envolvendo uma categoria ou conjunto de categorias) e favorecendo as iniciativas de ação coletiva fragmentada (abrangendo setores de uma categoria ou mesmo uma única empresa).

Embora constitua uma demanda histórica do sindicalismo, a PLR produz efeitos nefastos tanto sobre os direitos trabalhistas, que são flexibilizados⁵⁷, quanto sobre a ação sindical, pois dificulta a realização de ações ampliadas, uma vez que a aferição dos lucros e resultados é feita por empresa⁵⁸. A PLR constitui uma forma de

⁵⁷ Pois sobre a PLR não incide qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, como o FGTS e a contribuição ao INSS. Do mesmo modo, seu valor não é contabilizado no cálculo das férias e do 13º salário, conferindo uma grande vantagem para os empregadores. Cf. José Dari Krein; Marco Antonio de Oliveira. “Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998”. *XXIII Encontro Anual da Anpocs, GT Sindicalismo e Política*, 1999, p. 3.

⁵⁸ Muito embora os valores concedidos pelas empresas de um mesmo setor sejam semelhantes. Ver: Andréia Galvão, “Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do ‘novo sindicalismo’ metalúrgico nos anos 90” in I. J. Rodrigues (org.) *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

remuneração variável, sobre a qual os sindicatos têm pouco controle – na medida em que não dispõem de acesso às informações das empresas e que não se encontram, na maioria das vezes, organizados no local de trabalho. Ademais, por ser condicionada a metas de produção, acaba por estimular o aumento da produtividade, tornando-se um elemento de integração do trabalhador à empresa.

Ainda que apresentada como uma conquista, a PLR constitui mais um “bônus” para compensar a ausência de aumento salarial e permitir ao trabalhador que salde suas dívidas do que o exercício de um direito efetivo. Esse bônus torna-se providencial num momento em que o governo estabelece a desindexação salarial, subordinando a negociação coletiva aos objetivos do Plano Real⁵⁹.

Apesar do nome com que se tornou conhecida, a chamada “livre negociação” salarial representa uma interferência concreta do Estado no campo das relações de trabalho, na medida em que, para garantir o sucesso de seu programa de estabilização econômica, a legislação impede que os acordos coletivos determinem a reposição automática da inflação. Desse modo, os reajustes salariais passam a depender da força dos sindicatos e de sua capacidade de negociação, uma vez que as empresas deixam de ser obrigadas a aumentar os salários de seus empregados conforme o índice oficial de inflação. Sem esse patamar mínimo de reajuste, as diferenças entre os setores econômicos e industriais, nas diversas regiões do país, tendem a se multiplicar.

Em decorrência da desindexação salarial, os sindicatos passam a enfrentar dificuldades até mesmo para recuperar as perdas inflacionárias. Os aumentos reais de salário, por sua vez, tornam-se uma conquista cada vez mais rara. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas do Dieese, “em 1995, a totalidade das negociações praticadas alcançou ou superou o INPC-IBGE; em 1996, essa proporção caiu para 60% e, em 1997, para 55%. Já em 1998, muito provavelmente em decorrência da pequena elevação dos

⁵⁹ Krein; Oliveira, *op. cit.*, p. 2.

preços durante o ano (2,49% segundo o INPC-IBGE), 65% das categorias profissionais chegaram a esse resultado”. Em 1999, esse número voltou a cair, perfazendo cerca de 50% das negociações⁶⁰. Entre janeiro e junho de 2000, o índice aumentou para 68%⁶¹.

Com a PLR e a desindexação salarial, o reajuste salarial deixa de ocupar uma posição central das convenções coletivas. Em seu lugar, aumenta o número de cláusulas relativas a metas de produção e remuneração variável; prevenção e acompanhamento de vítimas de acidentes de trabalho; flexibilização da jornada e garantias aos trabalhadores demitidos⁶². A mudança no conteúdo das cláusulas negociadas nas convenções coletivas reflete-se nas motivações das greves: enquanto em 1993 62% das greves eram ocasionadas por questões relativas à remuneração, esse número se reduz para 37% em 1999. Em contrapartida, a porcentagem de greves provocadas pelo não cumprimento de direitos passa de 24% para 51% nesse mesmo período; as greves pela manutenção do nível de emprego passam de 12% para 28%; e a PLR, inexistente em 1993, consta em 9% das pautas de reivindicação das greves realizadas em 1999⁶³.

A mudança no conteúdo e na forma das negociações coletivas, que se tornam mais descentralizadas, também repercute no perfil das greves deflagradas na década de 90. O Banco de Dados Sindicais do Dieese registra 557 greves em 1992, cada uma delas envolvendo 4.600 trabalhadores, em média. Em 1996, o número de greves aumenta para 1.258, ao passo que o número de grevistas cai para 2.222, o que mostra o aumento de greves por empresa. Em 1997, o número de greves e de grevistas se reduz a praticamente à meta-de do verificado no ano anterior: 630 e 1284, respectivamente.

⁶⁰ Dieese, “O pior ano para as negociações salariais”. *Boletim Dieese* n° 217, jan-fev 2000.

⁶¹ Dieese, “Negociações salariais melhoram em 2000”. *Boletim Dieese* n° 220, set-out 2000.

⁶² Dieese. “As negociações coletivas no Brasil”. In: Dieese (org.) *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Dieese, 2001, pp. 202-6.

⁶³ Dieese, *op. cit.* (2001), p. 209.

Essa redução pode estar relacionada ao aumento da taxa de desemprego naquele ano⁶⁴. Em 1999, o número de greves se reduz para 508, mas o número de grevistas se mantém praticamente inalterado (2.598, em média), não recuperando o patamar registrado no início da década⁶⁵.

Além do aumento do desemprego, um outro dado deve ser considerado na análise dos indicadores de greve. O funcionalismo público, geralmente responsável por grandes paralisações (pois uma única categoria envolve um grande contingente de trabalhadores) foi escolhido como variável de ajuste econômico pelo modelo neoliberal, sendo alvo das reformas administrativa e previdenciária. O governo Cardoso manteve os salários do funcionalismo congelados ao longo de 7 anos⁶⁶ e atacou duramente suas mobilizações sindicais, a exemplo da greve dos petroleiros realizada em maio de 1995⁶⁷. A intransigência do governo, associada às reformas políticas e às dificuldades econômicas, levou ao refluxo do movimento grevista no setor público, que só se recuperaria no final da década⁶⁸.

⁶⁴ Conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a região metropolitana de São Paulo, o desemprego se reduz em 1% de 1994, ano da implantação do Real, para 1995, passando de 14,2% para 13,2%, mas volta a aumentar nos anos seguintes. A taxa de desemprego atinge seu patamar mais elevado no final da década, totalizando 18,2% em 1998 e 19,3% em 1999.

⁶⁵ Diesse, *op. cit.*, 2001: 207.

⁶⁶ As perdas salariais acumuladas entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000 perfazem 75,48%.

⁶⁷ Ocasão em que o governo assumiu o objetivo de quebrar a “espinha dorsal” do sindicalismo brasileiro. Para isso, o TST decretou a greve abusiva, a Justiça impôs multas aos sindicatos, bloqueou suas contas e penhorou seus bens, o Exército invadiu as refinarias e os trabalhadores voltaram ao trabalho sem qualquer conquista. Cf. Martins; Rodrigues, *op. cit.* e Cibele Rizek, “A greve dos petroleiros”. *Revista Praga*, nº 6. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

⁶⁸ Referimo-nos especialmente à greve unificada dos servidores da Saúde, da Justiça, da Previdência e professores de universidades e escolas técnicas federais em maio de 2000. Apesar de não resultar em ganhos salariais, essa greve – ocorrida no bojo dos protestos que marcaram as comemorações dos 500 anos do Brasil – rejeitou a concessão de prêmios por desempenho individual, pois estes não eram integrados aos salários e excluíam os aposentados. Em 2001, uma nova greve envolveu professores e funcionários administrativos das universidades e escolas técnicas federais e agentes do Instituto

A política adotada pelo governo para assegurar a estabilização monetária, baseada numa política de juros altos, na sobrevalorização cambial e na abertura econômica, ao lado da reestruturação produtiva promovida nas empresas, levou ao aumento progressivo do desemprego a partir de 1996. Em 1998, a CUT, juntamente com a União Sindical Independente (USI), Central Geral dos Trabalhadores-Brasil (CGTB) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), elaborou uma proposta audaciosa de combate ao desemprego. A proposta, entregue ao ministro do Trabalho e ao Congresso, contemplava a redução da jornada de 44 para 36 horas, sem redução salarial; “a reforma agrária, a suspensão temporária no pagamento da dívida externa e renegociação da dívida interna, além da centralização e do controle do câmbio e da redução imediata dos juros para 12% ao ano”⁶⁹.

No setor privado, por sua vez, a disposição dos grandes sindicatos em negociar levou os trabalhadores a concessões que implicaram significativas perdas de direitos. O setor metalúrgico, grande protagonista do sindicalismo propositivo, encontrava-se numa situação delicada, em decorrência da queda na produção e nas vendas de automóveis⁷⁰. Para reduzir os estoques elevados nas

Nacional de Seguridade Social (INSS). Desta feita, o movimento grevista obteve um reajuste geral de 3,5% para todos os servidores públicos federais, um reajuste de 12 a 13% para os professores universitários, a incorporação ao salário e a ampliação de parte da “gratificações”, e a preservação do contrato em regime jurídico único para o setor público.

⁶⁹ Paula Beiguelman, “Os companheiros de São Paulo – flashes contemporâneos”. In: *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje*. São Paulo, Cortez, 2002, p. 156.

⁷⁰ Apesar da produção ter praticamente dobrado de 1992, ano em que o primeiro acordo da câmara setorial foi assinado, a 1997, passando de 1.073.861 a 2.069.703 veículos, ela refluí no final da década, atingindo a cifra de 1.691.240 veículos. Cf. *Anuário Estatístico da Anfavea*, 2002.

indústrias e concessionárias de automóveis, as montadoras recorriam frequentemente a férias coletivas e ameaçavam seus empregados de demissão. A pretexto de reduzir o custo do trabalho sem promover demissões, as montadoras propuseram o repasse para os salários dos custos com alimentação, plano de saúde e transporte; a diminuição do pagamento de horas extras e do adicional noturno, além de corte no 13º salário, no abono de férias e na PLR. Em dezembro de 1998, os trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo do Campo aceitaram a semana de 4 dias de trabalho, com redução da remuneração de 15%⁷¹.

O problema desse tipo de negociação é que os trabalhadores abrem mão de direitos sem conseguir assegurar a estabilidade no emprego, pois as demissões são postergadas para um futuro bem próximo e os trabalhadores, enfraquecidos, têm possibilidades cada vez menores de resistir às investidas patronais⁷². Os “excedentes” na indústria automobilística tornaram-se um argumento recorrente utilizado pelas empresas para chantagear seus empregados, ameaçando-os de demissão, e, assim, promover a flexibilização de direitos com a mediação do sindicato, alçado à condição de “parcei-

⁷¹ Esse acordo – vigente até julho de 2000 – foi criticado por dirigentes da própria central, filiados a tendências de oposição à Articulação. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, “aquilo foi uma rendição, não um acordo, e desmontou toda estratégia da Central de resistência à política do governo de retirar direitos dos trabalhadores” (Beiguelman, *op. cit.*, p. 162). Em outro texto, essa autora aponta para a contestação dos próprios trabalhadores ao acordo, que se sentiam alvos de uma exploração suplementar: “Os operários trabalham quatro dias por semana, mas sentem que estão produzindo por cinco” (Paula Beiguelman, “A nova investida da Volks”. *Debate Sindical* n° 41, dez/jan/fev, 2002, p. 12).

⁷² Em 1990, havia 117.396 empregados nas montadoras, número que se reduz para 89.134 em 2000. Nesse mesmo período, a produtividade das empresas passa de 7,8 para 19 veículos por trabalhador Cf. *Anuário Estatístico da Anfavea*, 2002.

ro” da empresa. Em 2001, esse argumento seria novamente brandido pela Volkswagen, que propunha a redução da jornada e dos salários em 20%. Os trabalhadores da empresa aceitaram um acordo que estabeleceu a redução da jornada e dos salários em 15% e um programa de demissões voluntárias. A cada novo “enxugamento” promovido pelas empresas, os empregados que restam vêm-se frente a condições de trabalho cada vez piores. Trocam as demissões programadas pela empresa por uma jornada e salários menores mas, ainda assim, as dispensas são efetivadas por meio de “incentivos” monetários aos demitidos “voluntariamente” e por meio da aposentadoria dos empregados mais antigos.

Os trabalhadores da Ford também foram pressionados a colaborar com o aumento da produtividade e da competitividade da empresa. Demitidos por carta em dezembro de 1998, tiveram como opção à demissão compulsória ingressar num programa de demissão “voluntária” ou ter seu contrato de trabalho temporariamente suspenso.

A suspensão temporária do contrato de trabalho constitui uma das novas formas de contratação precárias instituídas pelo governo em 1998 (MP 1.726/98). O presidente Cardoso aproveitara-se do fato de se encontrar em ano eleitoral para introduzir algumas modalidades de contratação flexível. Além de responder à pressão patronal pela flexibilização de direitos, essas medidas – apresentadas como um meio de formalizar o mercado de trabalho e de reduzir o desemprego – atendem às exigências feitas pelo FMI no decorrer da negociação do acordo de ajuda financeira ao governo brasileiro⁷³.

As medidas implementadas pelo governo ao longo de 1998 possibilitam também a ampliação das possibilidades de contratação em

⁷³ Na carta de intenções enviada ao fundo em novembro de 1998, o governo brasileiro assumira o compromisso de se lançar às reformas sociais de segunda geração, conforme a terminologia utilizada pelo Banco Mundial. Essas reformas se referem sobretudo a direitos trabalhistas e previdenciários.

tempo parcial (Medida Provisória 1.709-4/98) e a extensão do contrato de trabalho por prazo determinado para qualquer setor ou ramo de atividade (Lei 9.601/98). O governo instituiu ainda o banco de horas, incorporando à lei essa modalidade de flexibilização da jornada que vinha sendo negociada, desde 1995, entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as montadoras da região. O banco de horas foi concebido para adequar a produção às flutuações do mercado: em momentos de aquecimento nas vendas, os empregados trabalham além da jornada legal, mas sem receber hora extra; em momentos de retração do mercado, trabalham menos do que a jornada legal, sem desconto em seus salários. O tempo trabalhado a mais ou a menos é creditado/debitado numa conta individual e compensado ao longo de um ano.

4. Do sindicalismo propositivo ao sindicalismo cidadão (1995-99)

Como se pode observar, a eleição de Fernando Henrique Cardoso trouxe problemas significativos ao sindicalismo cutista. Além de fechar os espaços institucionais de negociação então existentes, como as câmaras setoriais, investir nas reformas constitucionais e atacar um dos baluartes do sindicalismo cutista (os petroleiros), o governo intensificou o processo de privatização, colocando à venda as companhias de eletricidade e telefônicas. Diante disso, e ao contrário do que vinha fazendo até então, a CUT abandona a luta antiprivatização. Boito Jr. credita essa mudança às derrotas sofridas na luta contra as privatizações promovidas por Collor e Itamar Franco, à ascensão de Vicentinho, principal expoente do sindicalismo propositivo, que se torna presidente da CUT em 1994, e às dificuldades de envolver as classes trabalhadoras na luta contra a privatização, como já mencionado⁷⁴.

⁷⁴ Boito Jr., *op. cit.*. Segundo esse autor, a central retomaria a luta contra as privatizações em 1997, durante o processo de venda da Vale do Rio Doce.

Depois de recuar na luta contra um dos pilares da política neoliberal, a CUT passa a atuar nas brechas do Estado, não apenas propondo políticas, mas também assumindo a execução de serviços relegados pelo Estado. Esses serviços adquirem maior peso e visibilidade num contexto marcado pelo aumento do desemprego, aumento esse que é atribuído pela ideologia dominante à falta de qualificação profissional do trabalhador. A CUT referenda, em parte, o discurso da “empregabilidade” – que responsabiliza o desempregado por sua própria condição – ao investir em programas de requalificação profissional e de geração de emprego e renda, na tentativa de minimizar o impacto do desemprego junto aos trabalhadores. Ao fazê-lo, a central afrouxa o combate aos processos de reestruturação produtiva – considerados, a partir de então, um fenômeno inevitável – substituindo movimentos de resistência pela negociação quantitativa dos postos de trabalho a serem eliminados. A negociação, entabulada com o objetivo de preservar empregos é, contudo, insuficiente para impedir que as demissões se sucedam umas às outras pois, mesmo que os sindicatos consigam momentaneamente manter um número de empregos superior ao pretendido pela empresa, a demissão é apenas temporariamente evitada. A alternativa dos sindicatos aos trabalhadores demitidos é encaminhá-los aos programas anteriormente mencionados.

A difusão de serviços de educação e de formação profissional patrocinados pelos sindicatos tornou-se possível em função da existência de um fundo destinado ao atendimento do trabalhador em situação de desemprego: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os vultosos recursos do fundo, inicialmente destinados para a concessão de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra, passaram progressivamente a ser aplicados em programas de requalificação profissional e geração de emprego e renda⁷⁵.

⁷⁵ Em decorrência do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), em 1994, e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), em 1995. A partir de então, os recursos do FAT passaram a ser utilizados nesses programas, conforme decisão do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). As resoluções do Codefat também permitiram que outros agentes (como sindicatos e associações patronais), executassem esses serviços, inclusive o de intermediação de mão-de-obra (até então oferecido principalmente pelo Sine: Sistema Nacional de Emprego). Ver: Beatriz Azeredo. “Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades”. In: M. A. de Oli-

Diante da disponibilidade de recursos, os sindicatos cutistas – que inicialmente resistiram ao uso do fundo – passaram a atuar na intermediação de mão-de-obra, através da criação de agências de emprego que, entre outros “serviços” oferecidos ao trabalhador, providenciam o recebimento do seguro-desemprego (é o caso da Central de Trabalho e Renda, que atende os trabalhadores do grande ABC). Também atuam na geração de emprego e renda, incentivando o auto-emprego e a formação de cooperativas, muitas delas organizadas com o apoio de ONGs. Para coordenar essas atividades e disseminar o modelo de economia solidária a CUT cria, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), destinada a organizar e assessorar cooperativas, oferecendo-lhes capacitação e crédito⁷⁶.

Essas medidas fazem parte daquilo que a própria central denomina sindicalismo “cidadão”. A Articulação Sindical justifica o uso dos recursos do FAT e a prestação de serviços públicos – práticas criticadas pelas correntes de esquerda – como uma forma de o sindicato atender ao trabalhador como um ser “integral”. Para isso, considera necessário defender as diversas dimensões da vida do trabalhador, preocupando-se com sua subjetividade e não apenas com a melhora de sua condição econômica objetiva. A Articulação Sindical entende que a CUT deve intervir para dar aos recursos do FAT um destino adequado, não podendo deixar que sejam utilizados pelo governo, pelos empresários e por centrais não comprometidas com a defesa dos interesses do trabalhador, cujos recursos, ademais, alimentam o fundo. Argumenta que, com essas medidas, a

veira, *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

⁷⁶ Sobre esse aspecto, remeto ao artigo de Sandra Zarpelon, nesta coletânea.

CUT não quer substituir o Estado, mas sim construir um projeto alternativo, propositivo, de políticas públicas (expressão utilizada pelos dirigentes sindicais ligados a essa corrente no sentido de público não estatal). Deste modo, o sindicalismo cidadão constitui um desdobramento do sindicalismo propositivo, embora apresente um diferencial importante em relação a este: não se trata apenas de negociar com o governo e o patronato, propondo soluções realistas para a crise, mas de oferecer serviços a todos os trabalhadores, independentemente de sua condição de filiado.

Essas novas frentes de atuação se opõem ao discurso cutista de crítica à política neoliberal e ao desmantelamento dos serviços públicos. Pois, ao mesmo tempo em que questiona o governo, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo aumento do desemprego e pela deterioração dos serviços sociais, a CUT, por meio dessa prática, acaba por legitimar essa mesma política que critica, acomodando-se ao neoliberalismo.

Outro aspecto decorrente dessa nova estratégia é que a ênfase na concepção de cidadania conduz ao abandono da noção de classe social. Ao agir em nome de todos os cidadãos, a central se afasta ainda mais de uma prática classista, pois o conceito de cidadão obscurece as diferenças de classe, unificando a todos numa entidade abstrata.

Todavia, essa mudança não se faz sem conflitos. A disputa interna na CUT é acirrada: o discurso classista sobrevive e ainda convive com o discurso “cidadão”, apesar deste último ser cada vez mais difundido. As correntes de esquerda se opõem a essa inflexão do discurso e criticam a prática conciliadora e de parceria – expressão do sindicalismo propositivo e cidadão. Condenam a participação da central em “negociações enganosas” (a exemplo da reforma da previdência), a prioridade dada à via institucional e uso de recursos do FAT, que cria uma dependência em relação ao governo⁷⁷. Parte dessas correntes também considera que os fóruns

⁷⁷ O repasse à CUT passa de cerca de R\$ 3 milhões, em 1998, para R\$ 35 milhões em 2000. As verbas do FAT tem sido um substituto às contribuições sindicais obrigatórias, que se reduzem com o aumento do desemprego.

tripartites colocam em risco a autonomia da CUT, criando uma nova forma de tutela do Estado sobre os sindicatos.

Outra questão que opõe as tendências cutistas diz respeito ao modelo de organização sindical. Desde 1992, a CUT vinha discutindo alternativas para se preparar para um eventual cenário de pluralismo sindical, propondo a fusão dos sindicatos de uma mesma categoria e a criação de sindicatos orgânicos: as organizações de base deixariam de ser filiadas à central para fazer parte de sua estrutura interna. Este modo de organização permitiria a criação de sindicatos-CUT destinados a concorrer com sindicatos filiados às demais centrais e, num contexto ainda dominado pela unicidade sindical, possibilitaria a constituição de associações profissionais nas bases controladas por organizações rivais. Este modelo também tem a finalidade de estreitar os vínculos entre as organizações de base e a direção da central, pois a CUT é uma central frouxamente articulada: os sindicatos possuem uma grande autonomia frente à direção, o que faz com que muitas entidades filiadas à central discordem da corrente majoritária e não sigam sua plataforma de lutas.

A proposta de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos foi aprovada pela 7ª e pela 8ª Plenárias (realizadas, respectivamente, em 1995 e 1996), sendo defendida pela Articulação Sindical, mas criticada pela Articulação de Esquerda, Alternativa Sindical Socialista, Movimento por uma Tendência Socialista e Corrente Sindical Classista. As correntes de esquerda consideram que essa forma de organização constitui uma maneira da direção cutista centralizar e concentrar poderes na cúpula da organização sindical em detrimento das bases, posto que as decisões destas seriam subordinadas às deliberações da direção da central. Nesse sentido, a proposta de sindicato orgânico é vista como uma ameaça à democracia sindical, pois provocaria a perda de autonomia dos sindicatos de base e a retirada do poder soberano de suas assembléias. Para as correntes minoritárias, a unificação dos sindicatos deveria ser decidida pelas respectivas bases e não ser imposta de

cima para baixo, por decreto. Além disso, consideram o sindicato orgânico divisionista, pois abre a possibilidade de que os trabalhadores na base dividam-se entre diferentes sindicatos, cada qual organizado a partir de posições político-ideológicas e preferências partidárias distintas. Na tentativa de preservar sua independência frente à corrente majoritária – independência essa que, vale ressaltar, é de ordem político-ideológica, a despeito das críticas endereçadas por essas correntes ao sindicalismo “ideologizado” –, as correntes de esquerda acabam defendendo a unicidade sindical e contribuindo para a preservação da estrutura corporativa.

Devido à polêmica criada em torno do sindicato orgânico, a Articulação fez uma flexão tática, alterando essa denominação para sindicatos nacionais e fazendo algumas concessões às correntes minoritárias⁷⁸. Os sindicatos nacionais, com poder de negociar em nome de toda a base, deveriam trazer em seus estatutos a garantia de “filiação e a representação de todos os trabalhadores do ramo, inclusive os de empresas terceirizadas, os sem carteira assinada e de bases não cutistas”⁷⁹, de modo a concretizar a unificação das campanhas salariais e a possibilitar a celebração de um contrato de trabalho nacionalmente articulado. Para vencer as resistências das correntes contrárias à unificação forçada dos sindicatos, obtendo sua adesão à proposta de sindicato nacional, o novo modelo contempla a existência de “mecanismos de consulta às bases para definição de pauta de reivindicações, processos de mobilização (greves) e aprovação de acordos”⁸⁰.

⁷⁸ Concessões essas que as correntes minoritárias afirmam não existir. Por esse motivo, continuam se opondo ao modelo.

⁷⁹ CUT, *Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, agosto 1999, p. 29.

⁸⁰ *Ibidem*. Esse esforço, porém, tem sido em vão. As correntes de esquerda recusaram-se a referendar a transformação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT em Sindicato Nacional (ocorrida em junho de 2000), decidindo-se pela criação da Federação Nacional dos Metalúrgicos Democrática e Combativa (Fenam-Metal/CUT), em outubro de 2001.

A discussão sobre o modelo de organização sindical se intensificou em 1998, em virtude da Proposta de Emenda Constitucional n° 623, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. A PEC 623, como ficou conhecida, foi recebida como uma medida que promovia a extinção da estrutura sindical. Porém, a proposta “desconstitucionaliza as normas básicas da estrutura sindical mas, ao fazê-lo, não suprime tais normas, que subsistem na legislação ordinária, e sim retira a garantia constitucional da estrutura sindical, tornando mais fácil a aprovação de medidas legais que visem reformar ou suprimir tal estrutura”⁸¹. Assim, a proposta do governo elimina do texto constitucional, entre outras medidas, o monopólio de representação e a contribuição confederativa, abrindo a possibilidade de que essas modificações sejam introduzidas também na legislação ordinária.

Em contraposição à PEC 623/98, a CUT propõe a ratificação da Convenção 87 da OIT; a negociação das regras de contratação coletiva em um fórum quadripartite (reunindo centrais sindicais, governo, comissão do trabalho da Câmara dos Deputados e empresários); e a adoção do projeto de Reforma da Constituição e Transição da Estrutura Sindical de sua autoria (“Sistema Democrático de Relações de Trabalho”). Esse novo sistema seria construído a partir do contrato coletivo de trabalho, garantiria liberdade e autonomia sindical, o fim do imposto sindical, o fim da unicidade e do poder normativo da Justiça do Trabalho, fixando um período de transição do atual sistema para o novo, para que os trabalhadores e suas organizações representativas possam se adaptar a ele.

A iniciativa governamental provocou um recuo no interior da CUT, que recebeu a proposta como uma medida anti-sindical. Al-

⁸¹ Armando Boito Jr., “Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil” In: Angela Araújo (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 76.

guns dos setores críticos do corporativismo passaram a defender a estrutura sindical, considerada a partir de então uma garantia, uma forma de não dificultar ainda mais a ação dos sindicatos. Avaliam que, na atual conjuntura, seria melhor deixar tudo como está. No caso das correntes de esquerda favoráveis ao fim da unicidade sindical⁸², esse recuo corresponde também a uma manobra tática: a manutenção da estrutura constituiria uma forma de barrar o projeto da Articulação de construir o sindicato nacional, permitindo que as correntes minoritárias preservem, assim, sua autonomia política.

Durante o governo Cardoso, o poder Executivo assumiu o comando do processo de reforma trabalhista, sendo responsável pelas principais iniciativas para alterar a legislação. Após introduzir contratos flexíveis, o governo concebeu projetos destinados a desregulamentar os artigos 7º e 8º da Constituição Federal; reduzir o papel da Justiça do Trabalho, promovendo mecanismos extra-judiciais de composição de conflitos⁸³; estimular a negociação coletiva e restringir o direito de greve, especialmente do serviço público⁸⁴.

Apesar da PEC 623, a reforma trabalhista empreendida pelo governo Cardoso tem, até o momento, limitado-se ao combate a

⁸² A única corrente a se opor abertamente ao fim da unicidade sindical é a Corrente Sindical Classista.

⁸³ Consubstanciado na Lei 9.958/2000, que instaurou as comissões de conciliação prévia.

⁸⁴ Como o Decreto 4010, 12/11/01, que centraliza o processamento da folha de pagamento nas mãos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabelecendo a autorização do Presidente como condição para que o pagamento seja efetuado; a MP 10/01, que permite a contratação por tempo determinando para substituir servidores em greve por mais de 10 dias; e projetos de leis para regulamentar o direito de greve nos serviços públicos, determinando a ilegalidade da greve após 30 dias de paralisação e permitindo a punição aos grevistas (através de desconto nos salários, processo administrativo, etc.). Essas medidas foram elaboradas no decorrer da greve do funcionalismo de 2001.

direitos trabalhistas, mantendo inalterada a estrutura sindical corporativa. Caberia perguntar por que isso ocorre. Não é possível, nos limites deste trabalho, demonstrar nenhuma hipótese a esse respeito, mas podemos esboçar uma resposta plausível: a estrutura sindical brasileira não tem sido um obstáculo à reforma trabalhista. Pelo contrário: o sistema corporativo pode até ter favorecido as tendências de descentralização da negociação coletiva e de flexibilização das relações de trabalho, na medida em que é fragmentado em uma miríade de organizações sindicais por categorias e de base municipal, o que dificulta a ação coletiva.

5. Dilemas da CUT: resistir ou recuar? (1999-2001)

Apesar das controvérsias ligadas ao sindicato nacional e das disputas políticas relacionadas à participação da central em organismos tripartites, ao uso dos recursos do FAT, ao engajamento em projetos de economia solidária, a desvalorização do real em janeiro de 1999 desencadeou um importante movimento de oposição ao governo Cardoso, no qual a CUT tem atuado de forma expressiva. Os momentos mais importantes da retomada da mobilização social foram a Marcha dos 100 mil (em agosto de 1999), o Grito dos Excluídos (organizado pela CNBB, ocorre anualmente desde 1995) e o Grito da Terra. Os dois primeiros movimentos congregam representantes da igreja católica, do movimento sindical e popular e de partidos de esquerda em defesa dos direitos sociais, da reforma agrária e contra o neoliberalismo. Já o terceiro constitui uma iniciativa da Contag, filiada à CUT desde 1995.

Através do Grito da Terra, a CUT busca organizar o trabalhador rural, reivindicando a realização da reforma agrária, a ampliação de crédito para o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), a renegociação da dívida dos agricultores familiares e a oferta de infra-estrutura para a agricultura familiar. A investida da CUT no campo deve ser entendida no contexto do refluxo do sindicalismo

urbano entre 1995 e 1999. Desde o início do governo Cardoso, a cena política vinha sendo ocupada majoritariamente pelo MST, que passara a ser o movimento social brasileiro de maior relevância. A atuação da CUT, via Contag⁸⁵, constitui, a nosso ver, uma tentativa de disputar a hegemonia na organização dos sem-terra com o MST⁸⁶.

A atuação da Contag revela parte das contradições que atingem a CUT. Ao reivindicar mais recursos para o Pronaf, a confederação e a central concedem legitimidade a uma medida compensatória e focalizada, típica representante das políticas sociais contempladas pelo modelo neoliberal. A pretexto de estimular a solidariedade entre trabalhadores urbanos e rurais, a central promove ações assistencialistas, agindo em defesa dos “excluídos”, como as vítimas da seca no Nordeste, mediante a arrecadação de alimentos. Em 2001, a Contag participa de reuniões em Washington com produtores rurais norte-americanos, representantes de ONGs e do Banco Mundial para viabilizar parcerias para a implantação de seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Dessa forma, a CUT reforça as mesmas políticas que denuncia, na medida em que as organizações a ela filiadas promovem “parcerias” com instituições como o Banco Mundial, sabidamente divulgadoras do neoliberalismo.

Ao mesmo tempo, o desgaste do neoliberalismo a partir de 1999 parece ter aberto novas possibilidades de enfrentamento para os movimentos sociais, em geral, e para o sindicalismo cutista, em particular. Em meio a esse novo cenário, a CUT passa a adotar uma prática sindical mais ofensiva, recuperando muito de sua combatividade, sobretudo em virtude da pressão das correntes de esquerda. Um fator relevante também é a mudança de direção pois, apesar do

⁸⁵ A recomendação para ampliar e diversificar a base da CUT no meio rural, mediante a filiação de sindicatos e federações a partir da Contag, remonta à 9ª Plenária da central, ocorrida em 1999.

⁸⁶ Sobre o MST, consultar artigo de Claudinei Coletti, nesta coletânea.

novo presidente da Central, João Felício, também integrar a Articulação Sindical, ele provém do setor público, rompendo com a tradição da central ser dirigida pelos metalúrgicos do ABC.

Nesse último período, apesar da manutenção da concepção majoritária, favorável ao sindicalismo propositivo⁸⁷ e cidadão, as tentativas frustradas empreendidas pela CUT para formalizar acordos com os governos neoliberais e os efeitos antipopulares do neoliberalismo têm levado à reativação de posições mais críticas no interior da central. A CUT teve uma atuação destacada na luta contra o acordo referente ao pagamento da dívida do governo para com o FGTS, contra o racionamento de energia elétrica e contra a tentativa de alterar o artigo 618 da CLT, estabelecendo a prevalência do negociado sobre a lei (PL 5.483/01).

A luta contra o racionamento de energia culminou na Marcha Contra o Apagão e a Corrupção, em junho de 2001. A crise de energia foi atribuída pela CUT ao contínuo corte de investimentos e à falta de políticas de longo prazo nas diferentes áreas de atuação do governo federal. Para evitar a desaceleração da economia e o aumento do desemprego, a central elaborou um projeto de emenda popular à Constituição que garantia a estabilidade no emprego enquanto durasse o racionamento. O projeto contempla uma série de medidas que revelam uma contraposição a determinados aspectos da política neoliberal, como *a suspensão e a revisão das privatizações* no setor elétrico, a proibição de horas extras e do funcionamento do comércio aos domingos. Essas medidas podem ser o início de um processo de reversão do sindicalismo propositivo que tomou conta da central nos anos 90, já que

⁸⁷ Ainda hoje, dirigentes da CUT apontam a volta das câmaras setoriais como uma alternativa de política industrial para o país, capaz de superar as dificuldades que afetam diferentes setores da economia. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, busca reiteradamente recriar a câmara setorial automotiva, a fim de aumentar a produção, as vendas e o nível de emprego no setor (Claudia Rolli, “Sindicato tem plano para ajudar empresas”. *Folha de S. Paulo*, 10 abr. 2002).

seu conteúdo revela um forte componente combativo, representando claramente uma *contra-proposta* à política do governo e não algo em conformidade ao pensamento dominante. No entanto, essa hipótese deve ser analisada com cuidado, uma vez que a atuação recente da central evidencia uma *oscilação entre a elaboração de alternativas ao neoliberalismo e a incorporação de elementos do discurso neoliberal*.

O mais recente projeto governamental de reforma trabalhista evidencia que apesar do processo de desgaste por que passa o neoliberalismo, seu núcleo duro permanece hegemônico⁸⁸. Para a central, a reforma trabalhista promovida pelo governo tem por finalidade a redução dos direitos existentes, uma vez que a legislação atual não impede que eles sejam ampliados através da negociação. As manifestações realizadas por dirigentes sindicais da CUT conseguiram retardar o processo de votação, mas não impediram que o projeto fosse aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto, que tramitava em regime de “urgência urgentíssima”, teve sua apreciação interrompida pelo Senado no início de 2002, devido às dificuldades encontradas pelo governo para aprovar a CPMF e devido à conjuntura eleitoral. Mesmo assim, a CUT organizou um dia de greve nacional em oposição ao projeto, em 21 de março de 2002⁸⁹. As correntes de esquerda, porém, ressaltam a falta de empenho da direção cutista na preparação da greve que, a exemplo do ocorrido no Dia Nacional de Paralisação e Greves em dezembro de 1999, não aproveitou a disposição dos trabalhadores em aderir à mobilização, tendo, inclusive, substituído a expressão “greve geral” por “greve nacional”.

⁸⁸ Suas idéias fundamentais foram assimiladas pelos defensores da “terceira via” e se mantêm no princípio da “continuidade sem continuísmo” (presente no discurso de José Serra, candidato do PSDB à presidência da República), produzindo também impactos em setores da oposição, que defendem a tese da “alternativa confiável”.

⁸⁹ “CUT reúne 1 milhão contra mudança na CLT”. *Folha de S. Paulo*, 22 mar. 2002.

Comentários finais

Como pretendemos ter indicado, a trajetória da CUT ao longo da década de 90 não é linear, nem homogênea. As alterações conjunturais e as disputas no interior da central permitem distinguir diferentes fases de atuação. Se, de modo geral, pode-se afirmar que a CUT é bastante afetada pelo discurso neoliberal, a periodização aqui esboçada permite melhor qualificar esse processo, revelando movimentos de acomodação e movimentos de combate ao neoliberalismo.

A atuação da CUT não é, portanto, livre de ambigüidades e de contradições. De um lado, ela promove manifestações contrárias às privatizações, aos acordos lesivos aos trabalhadores e à supressão de direitos. De outro lado, ela incorpora elementos do discurso neoliberal, procurando negociar com o governo e com os patrões a reforma da previdência, as condições de reestruturação produtiva, e assumindo tarefas típicas do Estado.

Assim, se é possível afirmar que a atuação da CUT intensifica o desgaste do governo, favorecendo o declínio de um neoliberalismo de tipo extremado, também se pode afirmar que é compatível com um neoliberalismo moderado ou de “terceira-via”, que introduz programas sociais (ainda que compensatórios e focalizados, como o bolsa-escola e programas de renda mínima) dirigidos a diferentes públicos-alvo.

A ambigüidade da CUT expressa o contraste entre posições distintas, que a levam a adotar um discurso geralmente mais ofensivo que sua prática. Apesar das alterações que afetam o discurso cutista, esse discurso se mantém, em linhas gerais, combativo. A ascensão de um vocabulário que faz apologia à participação da “sociedade civil” e à cidadania ainda não eliminou o referencial classista dos documentos da central. A coexistência entre referenciais distintos parece ser uma forma de acomodar as divergências internas, a fim de unificar as diferentes correntes que a compõem.

O caráter ofensivo do discurso cutista se revela especialmente em análises críticas ao neoliberalismo e na adoção de palavras de ordem anti-neoliberal. Mas, ainda que sustente uma posição contrária ao neoliberalismo no plano do discurso, a prática da CUT é contraditória, pois a prevalência da participação institucional e o predomínio da postura propositiva a desarmam ideologicamente para resistir ao neoliberalismo. Assim, ao invés de uma luta coerente e sistemática, verificam-se oscilações na ação sindical cutista no período de hegemonia neoliberal.

A contradição entre discurso e prática, as hesitações e concessões à ideologia dominante promovem uma adaptação da central ao neoliberalismo, despolitizando e desmobilizando as bases. Por outro lado, o agravamento das condições materiais de existência dos trabalhadores e a permanência de uma postura crítica, sustentada pelas correntes de esquerda, abrem a possibilidade de reativar as bases, impulsionando as lideranças a assumir uma postura mais combativa. Nesse contexto, a CUT pode se converter em instrumento de luta efetiva contra o neoliberalismo e a correlação de forças pode vir a ser mais favorável ao sindicalismo.

A ADESÃO DA FORÇA SINDICAL AO NEOLIBERALISMO

*Patrícia Vieira Trópia**

Introdução

A análise histórica nos permite afirmar que a ofensiva neoliberal sobre o movimento sindical foi intensa e que, a despeito do seu caráter perverso, as reações suscitadas no sindicalismo foram muito heterogêneas, variando da política de resistência à política de adesão ao neoliberalismo. Em geral, os governos neoliberais dos anos 70 e 80 assumiram o poder combatendo, no plano ideológico e com políticas concretas, os sindicatos e as centrais sindicais que lhes faziam oposição. Procuraram enfrentar a resistência dos trabalhadores quase sempre com a mesma estratégia, dura e sistemática: desqualificação dos sindicatos, implementação de uma legislação anti-sindical e utilização da força policial para reprimir greves e protestos sociais¹.

Na Inglaterra, Margareth Thatcher enfrentou a longa greve dos mineiros de 1984-85 com “mão de ferro”, o que resultou na perda de direitos, no desmantelamento da Federação dos Mineiros e no

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do Cemarx.

¹ Tachava-se a negociação coletiva de ultrapassada e inadequada à indústria contemporânea e incentivava-se os contratos de emprego individuais e o pagamento de acordo com a produtividade.

recuo do movimento sindical inglês. Segundo McIlroy, além de uma virulenta campanha de desqualificação social dos sindicatos, o governo Thatcher implementou uma política que, de um lado, reduziu ou eliminou a participação das lideranças sindicais nas decisões políticas e, de outro, interferiu diretamente na organização sindical². Nos Estados Unidos durante o governo Reagan, as ações empresariais consideradas “desleais” adotadas contra os sindicatos, embora proibidas pela Lei Nacional de Relações Industriais, aumentaram. Entre tais ações patronais, e com a anuência daquele governo, houve dispensa de ativistas e tentativas de prejudicar as atividades de convencimento dos empregados por parte dos sindicatos³. Segundo Rodrigues, o número de sindicalistas despedidos subiu de 4.477, em 1965, para 34.532, em 1984, para em seguida cair e estabilizar-se entre 16 e 19 mil, no decênio seguinte. Na Alemanha, a política econômica neoliberal, incrementada após a reunificação do país, colocou a Confederação Sindical Alemã (DGB) na defensiva⁴. Este quadro de descenso do movimento sindical, grosso modo, manteve-se nos anos seguintes. Foi apenas em meados da década de 90 que o cerco político-ideológico a alguns movimentos sociais começou a ser rompido. Na França, a greve geral de novembro/dezembro de 1995 simbolizou a retomada do movimento sindical contrário à re-

² Foram proibidas greves e piquetes de solidariedade; os sindicatos passaram a ser indiretamente responsabilizados por infrações à lei por parte de seus associados; a autonomia sindical foi abalada com a exigência de requerimentos complexos para as eleições sindicais obrigatórias. Passou-se a intervir legalmente nas atividades sindicais relacionadas a finanças, organização e adesão de novos membros. O governo conservador criou também duas novas comissões para financiar indivíduos que acionassem seus sindicatos em defesa de seus direitos. Ver John McIlroy, “O inverso do sindicalismo”. In: Ricardo Antunes (org.) *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos - reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1997, p.39-70.

³ Ver Leôncio Martins Rodrigues, *O destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp; Fapesp, 1999, p. 39.

⁴ Ver a entrevista com René Mouriaux feita por Andréia Galvão, “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa”. *Crítica Marxista*, Boitempo, 2000, p. 150-170.

forma da seguridade social e ao contrato de plano entre Estado e SNCF (*Société Nationale de Chemins de Fer*). Na Alemanha, em 1996, durante algumas semanas, os trabalhadores protestaram contra a demora no pagamento da licença saúde. Um ano depois, na primavera de 1997, uma segunda onda de protestos de mineiros, metalúrgicos e operários da construção, contra a política governamental que rompia com o 'pacto pelo emprego', reacendeu as lutas sociais⁵. A partir de 1992, alguns sindicatos argentinos, sobretudo do setor público, formaram a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) que, unida ao Movimento de Trabalhadores da Argentina (MTA), tem lutado contra o desmonte dos direitos sociais, a privatização, bem como o crescente quadro de desemprego⁶. No Brasil, alguns autores vêem nas greves de setembro de 1999 e nas paralisações ocorridas em novembro de 2000 uma tentativa do movimento sindical de sair do isolamento em que foi colocado durante os anos 90⁷. Estes movimentos representam parte do espectro de reações de sindicatos e de centrais sindicais à investida neoliberal no plano internacional.

Embora o movimento sindical tenha conseguido responder às investidas da ideologia e da política neoliberais com novas lutas, a partir dos anos 90 há também reações conciliatórias e, mesmo, de adesão do sindicalismo ao neoliberalismo. Citemos alguns exemplos antes de chegarmos ao Brasil. A Confederação Européia dos Sindicatos (CES) corroborou as teses da Comissão Européia, orga-

⁵ Helmut Schauer, "Contestation et confusion". In: Pierre Bourdieu (org.) *Les Perspectives de la protestation - la résistance sociale outre-Rhin, foyer d'une autre Europe*. Paris, Syllèpse, 1998.

⁶ Entre os sindicatos de funcionários públicos que criaram o CTA encontram-se a Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) e a Confederação dos Trabalhadores em Educação da República Argentina (CTERA). Ver M. Victoria Murillo "La adaptación del sindicalismo argentino a las reformas de mercado en la primera presidencia de Menem", *Desarrollo Económico - Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, vol. 37, n. 147, octubre-diciembre de 1997, p. 419-446.

⁷ Ver Iram Jácome Rodrigues, "Um laboratório das relações de trabalho: o ABC Paulista nos anos 90", XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 16 a 20 de outubro de 2001, mimeo.

nismo que defendeu a “flexibilização” do mercado de trabalho, a política de privatização e a redução dos gastos públicos⁸. A Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) disseminou as supostas vantagens da função reguladora do mercado e defendeu a desregulamentação e a adaptação da sociedade à “mundialização liberal”⁹. Esta central tem apoiado politicamente, e procurado legitimar, as tentativas de implementação de políticas de natureza neoliberal na França, entre elas a reforma da seguridade social e a desregulamentação das relações de trabalho¹⁰. Nicole Notat, secretária-geral da CFDT, boicotou a greve geral de 1995 e apresentou-se como interlocutora do governo Alain Juppé¹¹. Na Argentina, no período 1985-89, o governo de Raul Alfonsín deparou-se com nada menos do que 13 greves gerais de oposição à política econômica. Entretanto, durante as duas gestões do governo de Carlos Menem, o movimento sindical dividiu-se entre a resistência e a conciliação. Segundo uma estudiosa do sindicalismo argentino, o presidente Menem iniciou um processo de estabilização econômica e de reformas cujo pressuposto contrapunha-se à tradição peronista dos sindicatos¹². Ainda assim, sindicatos filiados à Confederação Geral do Trabalho (CGT) colaboraram com as iniciativas neoliberais. Um episódio exemplar, para os nossos argumentos, ocorreu em julho de 1994, quando o governo Menem, a CGT e organizações empresariais firmaram um acordo, um pacto, cujo teor compreen-

⁸ Andréia Galvão, op.cit., p. 152-153.

⁹ Ver a entrevista com Noël Daucé e Claude Debons, “Base sociale et orientation confédérale: quelques réflexions sur la CFDT”, *Critique communiste*, n. 162, Printemps-été 2001, p.84. (Tradução nossa)

¹⁰ Ver Nicole Notat, *Je voudrais vous dire*. Paris, Seuil/Calmann-Levy, 1997. Secretária geral da CFDT, no período de 1992 a 2002, Nicole Notat defendia a “flexibilização” das relações de trabalho. Muitas mulheres, exemplifica Notat, teriam mais interesse em trabalhos temporários e horários variáveis do que na jornada de trabalho regular. Muitos trabalhadores aspirariam, segundo ela, à liberdade de trabalho que as políticas atuais propõem.

¹¹ Ver Armando Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

¹² Ver M. Victoria Murillo, op. cit.

dia mudanças nas relações de trabalho (extinção de convenção coletiva para empresas em processo falimentar, descentralização da negociação coletiva, etc.)¹³.

Vejam agora o caso do Brasil, que é o tema de nosso texto. Aqui, a política neoliberal não encontrou contra si um amplo e unificado movimento sindical. Diferentemente da Inglaterra de Margareth Thatcher, onde o neoliberalismo tinha no sindicalismo seu inimigo principal, no Brasil, desde que Collor chegou ao poder em 1989, um setor significativo do movimento sindical aderiu ao neoliberalismo. Desde meados dos anos 80, o chamado sindicalismo de resultados vinha defendendo propostas de natureza neoliberal junto aos trabalhadores de sua base, bem como junto à Assembléia Constituinte. Criada em março de 1991, sob os auspícios do governo Collor, a Força Sindical aderiu a aspectos da plataforma neoliberal ao apoiar, de forma militante, as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho. A atuação da central foi decisiva na privatização da Usiminas, da Mafersa e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo. Implantou, extra-oficialmente, contratos “flexíveis” na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), para depois propô-los ao governo federal. Defendeu a desregulamentação das relações de trabalho na Reforma da previdência e na Reforma administrativa e, última cartada, militou pela aprovação do Projeto de Lei 5.483/01 que altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT). Caso seja também aprovado no Senado, este projeto possibilitará a prevalência do negociado sobre o legislado¹⁴. Apesar dessas evidências, estudiosos do sindicalismo e militantes sindicais têm menosprezado o impacto popular do neoliberalismo no Brasil, bem como o ativo papel da Força Sindical no processo de constituição da hegemonia neoliberal.

¹³ Ver “A reforma trabalhista na Argentina e os Impasses da Lógica Neoliberal”. Resenha *DESEP*, nº 13, 26 de agosto de 1998.

¹⁴ Esse projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de dezembro de 2001, permite a flexibilização de todos os direitos trabalhistas através de convenções (entre sindicatos patronais e de trabalhadores) ou acordos coletivos (entre sindicato e empresa).

1. A Força Sindical frente ao modelo neoliberal

Quando a Força Sindical surgiu no cenário brasileiro, em março de 1991, distinguindo-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e opondo-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), seu futuro era incerto. Sociólogos políticos ponderaram na ocasião: que futuro teria uma central, composta fundamentalmente por sindicatos do setor privado, num momento de avanço do sindicalismo do setor público e de trabalhadores rurais? Esta dúvida procedia já que, em seu Congresso de Fundação, a Força Sindical reuniu basicamente delegados de sindicatos de trabalhadores urbanos manuais – com predomínio dos metalúrgicos (25,6%) – em contraste com os 2,9% de funcionários públicos e os 3,5% de trabalhadores rurais¹⁵. Mesmo considerando a vitória de Collor e do projeto neoliberal em 1989, bem como o destaque alcançado na mídia pelo sindicalismo de resultados no final dos anos 80, era de fato difícil prever que, passados dez anos, a central cresceria, em número de sindicatos filiados, cerca de 1000%¹⁶.

O projeto da central era, originalmente, ambicioso: pretendia tornar-se a principal central sindical do País, derrotar as iniciativas progressistas e populares e bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal¹⁷. Para alcançar tais objetivos, a central defendia a modernização da economia e das relações de trabalho, a

¹⁵ Os delegados dos Sindicatos de Metalúrgicos e de Trabalhadores na Indústria da Alimentação perfaziam 37% do total, enquanto 28% vinham do comércio. A proporção dos metalúrgicos na direção nacional da central era também significativa: 26,2%. Ver Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso, *Força Sindical – uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

¹⁶ Segundo informações da central, em 1992 havia 192 sindicatos filiados, enquanto em 2001 este número chegava a 1.541.

¹⁷ Em suas primeiras entrevistas na condição de presidente da Força Sindical, Medeiros afirmava que pretendia desbancar a CUT e engolir a CGT. Sobre o ataque à CGT ver: “Força Sindical aposta no fim da CGT”. *Diário Popular*, 22/10/1991. Sobre a disputa com a CUT ver: “Força Sindical faz congresso e tenta roubar espaço da CUT”. *Jornal do Commercio* (RJ), 27/10/1991.

parceria entre capital e trabalho e o combate ao “sindicalismo de confronto”. Uma análise retrospectiva mostra-nos que nem todos estes objetivos se realizaram. A CUT continua sendo a maior e a mais importante central brasileira e a CGT sobreviveu. Porém, a Força Sindical fortaleceu seu projeto conservador, conquistou importantes sindicatos na base cutista e construiu uma “máquina” sindical cujo poder pode ser dimensionado pelo seu crescimento, político e financeiro, e pela candidatura de Paulo Pereira da Silva (PTB), o Paulinho, à vice-presidência da República na chapa de Ciro Gomes (PPS).

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira¹⁸. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial¹⁹. Nem tampouco rechaçou o apoio de uma massa de sindicatos pelegos e de carimbo²⁰. Mas a Força Sindical acrescentou ao governismo

¹⁸ A Força Sindical procurou distinguir-se das demais centrais existentes chamando para si a pecha de moderna. Fazia oposição ao sindicalismo cutista, que organizara, nos anos 80, a luta pela distribuição de renda e pelas reformas sociais. Ao mesmo tempo em que se apoiou no sindicalismo de Estado, a Força Sindical diferenciou-se do campo pelego – da União Sindical Independente (USI) e das CGTs CGT/ Magri e CGT/Joaquinzão – em dois aspectos: primeiro porque pregava a ação sindical estritamente de mercado e, em segundo lugar, porque preconizava o recurso à greve, ainda que fosse um recurso localizado às empresas. Medeiros sintetizou sua concepção sobre a greve: “no sindicalismo, queremos ser aquele que não faz greve contra, mas faz greve a favor de alguma coisa”. Ver “Pacto social é a única saída”. *Jornal O Globo*, 05/08/1991.

¹⁹ De 1990-1992, a burocracia de Estado permitiu a criação de 132 sindicatos ligados ao sindicalismo de resultados e à Força Sindical, enquanto no mesmo período foram concedidas apenas treze cartas sindicais para a CUT. Ver Vito Giannotti, *Medeiros visto de perto*. São Paulo, Scritta Editorial, 1994, p. 84.

²⁰ Em seu Congresso de Fundação, ocorrido nos dias 8, 9 e 10 de março de 1991, a primeira direção da central foi eleita e ficou composta por lideranças dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e dos Trabalhadores no Comércio de São Paulo, bem como da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos de São Paulo. Além desse núcleo de apoio, político e financeiro, a central aglutinou inúmeros pequenos sindicatos, oriundos de cidades do interior do País e, tradicionalmente, refratários à

dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial.

A intensa mobilização grevista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até hoje a principal base da central, demonstra o que estamos afirmando²¹. Durante o período de 1991-99 foram organizadas, em média, 65,8 paralisações ao ano²². A estratégia dominante nestas greves foi a paralisação por empresa, o que não significou que, em algumas conjunturas, os metalúrgicos tenham deixado de realizar greves de categoria. Neste particular, é importante apontar que foram organizadas sete greves de categoria em um período de nove anos. Além disso, a Força Sindical participou da greve geral em 1996. O aumento do desemprego, fenômeno que já vinha impulsionando a maioria das greves isoladas em São Paulo, foi, mais uma vez, o motivo principal daquela greve – a única que contou com a participação da Força Sindical. Na ocasião, as lideranças da central extrapolaram os limites do chamado sindicalismo “pragmático” ao criticar a política econômica do governo FHC. Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, que na época era presidente do SMSP, e Medeiros, então presidente da central, tornaram públicas suas insatisfações com a política de juros altos e com os efeitos da abertura econômica, cujo impacto sobre as empresas metalúrgicas

luta reivindicativa. Os dados sobre o Congresso da central foram sistematizados por Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Cardoso, op. cit.

²¹ O baluarte da Força Sindical é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP). Os dois presidentes da central saíram daquele sindicato. A sede da central funciona no *Palácio do Trabalhador*, um prédio do SMSP. A Força Sindical expressa-se na imprensa nacional, invariavelmente, através das ações do SMSP.

²² O levantamento das greves do SMSP foi feito nos *Boletins do Dieese*, de 1991 a 1999.

da capital foi drástico. A Força Sindical chegou a pedir a nacionalização de 70% das peças e o aumento da alíquota de importação de produtos para a indústria automobilística. Desta feita, a central reagiu a uma realidade ineludível: o fechamento de empresas e o crescimento no número de demissões – avaliadas por Paulinho em 33 mil metalúrgicos na cidade de São Paulo, desde o início do Plano Real. Com o intuito de mobilizar os metalúrgicos, a central implementou desde 1991 a estratégia de realizar campanhas unificadas com outras categorias profissionais e deflagrou um, até então inédito, “festival de greves” com a CUT em 1999. É importante ressaltar que a central também mostrou moderada capacidade de organização ao mobilizar os metalúrgicos para passeatas e atos de protesto, especialmente para as marchas à Brasília em defesa de alguns direitos dos aposentados e pelo pagamento do expurgo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acordado em 2001²³.

No fundamental, as greves e as manifestações deflagradas pelos metalúrgicos de São Paulo foram motivadas por reivindicações salariais, com destaque para a implantação e o pagamento da Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR). Com exceção da greve de 1996, a reivindicação salarial foi o limite dentro do qual os operários metalúrgicos de São Paulo empreenderam sua luta. Mesmo as campanhas realizadas com as outras centrais ficaram circunscritas à luta contra o desemprego e pela adoção de políticas compen-

²³ A estratégia de organização do SMSP começou a mudar em 1986, quando Medeiros assumiu a presidência em substituição a Joaquinção – licenciado para presidir a CGT. Além da aceitação da greve como instrumento de luta, Medeiros instituiu no Sindicato a formação de delegados sindicais, afinados com a direção e dispostos a enfrentar a oposição metalúrgica vinculada à CUT. Em 1991, o Sindicato contava com 5.000 delegados. Ver “Vitória amplia força política de Medeiros”. *Jornal do Brasil*, 03/11/1991. Em 2002, em entrevista a um dirigente do SMSP, obtivemos a informação que este número chegou a 20.000 delegados. Sobre a estratégia de Medeiros à frente do SMSP ver: Adalberto Cardoso, *A trama da modernidade - pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro IUPERJ/Ucam; Revan, 1999.

satórias: referimo-nos aos acordos do setor automotivo, aos programas de qualificação profissional, às campanhas pela redução da jornada de trabalho para 40 horas e por políticas emergenciais de emprego. Em síntese, ao menos no plano econômico, a principal base da Força Sindical mostrou-se ativa.

Este ativismo moderado no plano reivindicativo não minimiza, contudo, o fato de a central ter uma atuação político-ideológica conservadora, ao defender a implantação de uma política neoliberal no País. Baseando-se no mito da “modernização econômica”, o neoliberalismo tem restringido e suprimido direitos dos trabalhadores, agravando o tão precário sistema de proteção social conquistado por eles a partir da década de 1930²⁴. A política estatal neoliberal também contribuiu para concentrar a renda e desnacionalizar a economia, aumentando assim a subordinação dos Estados da periferia às economias centrais do imperialismo. Acentuou a formação de monopólios e a centralização em benefício do grande capital²⁵. A função da ideologia neoliberal é ocultar a natureza antisocial, monopolista, imperialista, e portanto conservadora, da política estatal. É, pois, no mínimo, intrigante que uma central reivindicativa apóie medidas conservadoras; porém, é isso que pretendemos demonstrar a seguir²⁶.

²⁴ Ver Armando Boito Jr., op. cit., especialmente o capítulo I. Ver Ivo Lesbaupin e Adhemar Mineiro, *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis, Vozes, 2002.

²⁵ Ver François Chesnais, *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996; Samir Amim, “Capitalismo, imperialismo e mundialização”. In: José Seone e Emílio Taddei (orgs.) *Resistências Mundiais - de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, Vozes, 2001.

²⁶ Este perfil da Força Sindical aproxima-a do sindicalismo de negócios praticado pela American Federation of Labor (AFL) na virada do século XIX para o XX. Sobre o ativismo grevista da AFL no período 1900-1930 ver: Victoria C. Hattam, *Labour visions and state power - the origins of business unionism in the United States*. New Jersey, Princeton University Press, 1993. Sobre o perfil conservador da AFL ver: Svétlana Askoldova, *Le trade-unionisme américain - formation d'une idéologie (fin du XIX^{ème} siècle)*. Moscou, Editions du Progres, 1981.

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao MST²⁷. Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se, ofensivamente, no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, com a disseminação ideológica do neoliberalismo.

Vejamos a primeira frente levada à cabo pela Força Sindical no combate político e ideológico à CUT e ao MST. Selecionamos três elucidativos episódios. O primeiro grande confronto entre as duas centrais ocorreu em maio 1991, quando a CUT e a CGT convocaram uma greve geral de protesto contra a política econômica recessiva do governo Collor. A Força Sindical, então recém criada, pregava um sindicalismo de resultados imediatos, apartidário, 'desideologizado' e circunscrito a negociações no varejo. Taxava o protesto dos trabalhadores contra a política econômica de "ultrapassado e retrógrado". Pois bem, a Força Sindical não participou e ainda fez coro com o governo na crítica à greve geral. O preço do boicote à greve foi a aprovação, entre outros, de um empréstimo de 504 milhões de cruzeiros da Caixa Econômica Federal para o término da construção da sede-escola dos metalúrgicos de São Paulo²⁸. É certo que a greve geral de 1991 não teve a mesma capacidade de mobilização das paralisações dos anos 80, contudo a CUT teve que en-

²⁷ Em relação à CUT, apesar das efêmeras alianças construídas no terreno reivindicativo, predomina o confronto no campo político-ideológico.

²⁸ A Caixa Econômica Federal emprestou ao SMSP Cr\$504 milhões para o término das obras da sede-escola, onde hoje situa-se o Palácio do Trabalhador. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) também tinha repassado à central cerca de Cr\$475 milhões para a construção de quatro laboratórios médicos para associados do Sindicato. Um acordo do Sindicato com o MEC também previa o repasse de Cr\$500 milhões de cruzeiros destinados a programas de alfabetização.

frentar, além de inflexões internas, a oposição militante da Força Sindical.²⁹

O segundo episódio de confronto entre as centrais ocorreu no início do governo FHC, quando explodiu uma onda de greves de oposição, entre elas a histórica greve dos petroleiros. Alguns segmentos de funcionários públicos organizaram-se no mês de maio de 1995 e paralisaram suas atividades com o intuito de validar acordos assinados anteriormente pelo governo Sarney. Diante do recrudescimento e da repressão por parte do governo FHC, os demais segmentos suspenderam suas paralisações, restando, contudo, a greve na Petrobrás. O presidente Fernando Henrique Cardoso, como assinalou uma importante revista de circulação nacional, utilizou vários recursos para colocar, com o apoio da imprensa, a “opinião pública” contra a greve e tentar derrotá-la³⁰. Contracheques dos petroleiros, famílias sem gás para cozinhar, filas nas distribuidoras de gás e em postos de gasolina foram algumas das imagens exibidas diariamente pela TV, com o intuito de desqualificar o movimento grevista e suas reivindicações. Buscou-se desqualificar e criminalizar a greve, estigmatizando os petroleiros de 'corporativistas' e 'inimigos da nação' – leia-se inimigos do Plano Real, pois as reivindicações, advertia o governo, poderiam significar o retorno da inflação. Não foi somente através da anti-propaganda que se buscou enfraquecer a greve. Duramente reprimido com a intervenção do exército em quatro das onze refinarias de petróleo, o movimento enfrentou um governo disposto a não ceder a nenhuma das reivindicações³¹. A CUT, os petroleiros e a esquerda, que já

²⁹ Ver “Greve geral 22 e 23 de maio de 1991”. Dossiê CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergeiro, s/d, mimeo).

³⁰ Ver “FHC peita a CUT”. Revista *Veja* n. 22, 31/05/1995. Na reportagem de capa, FHC aparece fardado à frente de uma refinaria de petróleo.

³¹ Para Cibele Rizek, o impasse em torno do gás de cozinha e a manipulação de seus estoques foram peças-chave na constituição de um consenso contra o movimento. A greve ficaria estigmatizada por supostamente defender os “privilégios” dos petroleiros em detrimento dos interesses da maioria da nação. Ver Cibele Saliba Rizek, “A greve dos petroleiros”. *Praga - estudos marxistas*. São Paulo, Editora Hucitec, n. 6, 1998.

tinham sofrido algumas derrotas históricas (eleição de Fernando Collor e do próprio Fernando Henrique), sofreriam mais um baque. A CUT chegou a organizar no dia 24 de maio, na região do ABC paulista, uma manifestação de apoio à greve. Naquela altura, contudo, a luta já era muito desigual. Além da grande imprensa, do exército, do Supremo Tribunal do Trabalho – que julgara a greve ilegal e abusiva – e do próprio governo, o movimento de oposição à política do governo de FHC defrontou-se com a resistência organizada da Força Sindical. O jornal *Folha de S. Paulo*, naquele mesmo dia, divulgou os resultados de uma pesquisa com a população que apontava que 60% dos paulistanos estavam contrários à greve. Mais longe ainda foi a Força Sindical. Além dos discursos de oposição à greve e à direção da CUT que, segundo suas lideranças, defendia “os privilegiados do funcionalismo público e a manutenção dos monopólios”, uma pesquisa feita pelo SMSP anunciava que 77,13% dos metalúrgicos de sua base seriam a favor da volta imediata dos petroleiros ao trabalho.³² A central, que vinha desde o início do ano negociando com FHC e organizando passeatas de apoio às reformas (da previdência e administrativa), apoiaria oficialmente, a partir de então, a privatização da Petrobrás e das empresas de telecomunicações. Os discursos difundidos pela central continham um apelo popular: aludiam à hipótese segundo a qual, com as privatizações, a gasolina e o telefone ficariam muito mais baratos. A greve dos petroleiros, além da punição exemplar para o conjunto do movimento sindical, popularizaria em escala nacional o discurso contra os “privilégios” do funcionalismo público.

O terceiro episódio que retrata o confronto entre a central e as forças de oposição à política neoliberal teve como eixo a luta pela reforma agrária, mais precisamente, a oposição ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A Força Sindical esboçou

³² Ver “Metalúrgicos de São Paulo apóiam privatização”. Jornal *Folha de S. Paulo*, 19/03/1995.

ao longo da década algumas aproximações com o sindicalismo no campo, mas teve pouco sucesso neste empreitada.³³ A investida mais efetiva ocorreu a partir de 1999, quando a central tornou-se um dos tentáculos do governo FHC na formação de novas lideranças rurais e no fomento de dissidências na luta no campo. A criação do programa Força da Terra, em 2001, institucionalizou a investida da central contra a luta popular pela reforma agrária. Em parceria com o Ministério da Reforma Agrária, a central, através da Força da Terra, vem colaborando com o governo na implantação do Banco da Terra – programa que defende uma reforma agrária sem desapropriação de fazendas improdutivas e com aquisição de terras pelos agricultores, mediante empréstimos bancários com recursos do Banco Mundial³⁴. Defendida pela Força Sindical, a proposta visa transformar a agricultura familiar em 'fábricas verdes' e adequar a reforma agrária às regras do mercado e ao neoliberalismo. Com tal programa, o Estado passa a assumir a função de intermediador de negócios e de comprador de terras – o mesmo ocorrendo com a Força Sindical³⁵. Além disso, a central promove cursos cujos objetivos, não declarados, são: a formação de lideranças menos agressivas politicamente e, sobretudo, o isolamento do MST³⁶.

Além do combate às forças de oposição, a Força Sindical assumiu uma segunda frente: constituiu-se como “braço” da política

³³ Em 1992, 3,5% dos sindicatos filiados eram de trabalhadores rurais; em 1995, este percentual caiu para 0,03% e, em 2000, subiu para 0,1%.

³⁴ O Banco da Terra foi criado em fevereiro de 1998, pela Lei Complementar 93/1998, para beneficiar “pequenos empreendedores”. Em operação desde 1999, os financiamentos concedidos são de até R\$ 40 mil, com juros médios de 4% ao ano e o agricultor tem até 20 anos para quitar sua dívida. No período 1999-2001, o Banco da Terra teria beneficiado 40 mil famílias, segundo dados do Governo Federal.

³⁵ A intermediação da Força da Terra na venda da fazenda Piraju (SP), localizada na região do Pontal do Paranapanema, rendeu à central um processo sob acusação de superfaturamento. Ver “Força Sindical suspende parceria com ministério”. *Jornal Folha de S. Paulo*, 29/10/2001.

³⁶ Ver o artigo de Claudinei Colletti nesta coletânea.

neoliberal no sindicalismo. Mais precisamente, a central sustentou ativamente dois eixos da política estatal neoliberal no Brasil. Mesmo não sendo, como veremos, um apoio incondicional e doutrinário, a central teve um papel decisivo nas privatizações e na desregulamentação das relações de trabalho no País.

No Brasil, os três governos eleitos nos anos 90 assumiram a plataforma neoliberal³⁷. O governo Collor iniciou a implementação das reformas neoliberais com uma agressiva pauta de privatizações e com medidas voltadas para a desregulamentação das relações de trabalho e para a abertura da economia. Collor justificava a política de seu governo apoiando-se, em poucas palavras, na defesa do Estado mínimo, na necessidade de modernização econômica e de “caça aos marajás” para que o País ingressasse na ordem internacional. O governo de Itamar Franco sucumbiu aos ecos da crise econômica e política que o *impeachment* do presidente Collor havia legado e arquivou parte dos projetos neoliberais, mais precisamente a Revisão Constitucional. Este governo manteve, entretanto, o calendário das privatizações (CSN, Cosipa e Acesita). Foi o governo FHC que implementou, em ritmo e intensidade, o conjunto do tripé neoliberal, a saber: privatização, desregulamentação e abertura econômica. Eleito em 1994, Fernando Henrique retomou com vigor o cronograma de privatização dos governos anteriores bem como o discurso da modernização econômica, condicionando-a, então, ao desmonte da era Vargas. No início de seu governo, consegue a quebra dos monopólios estatais, abrindo assim caminho para a desestatização dos serviços públicos e dos bancos nacionais³⁸. Foi também sob a batuta de Fernando Henrique, não na presidência, mas na condição de Ministro da Fazenda de Itamar

³⁷ Compreendemos que há diferenças entre os três governos, sendo o de Itamar Franco aquele que maior resistência colocou à continuidade do programa neoliberal defendido por Collor de Mello. Contudo, e apesar de ter engavetado a proposta de convocação de uma Assembléia revisora, Itamar manteve o cronograma de privatização.

³⁸ A Lei n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 regulamentou a concessão de serviços públicos como transportes, energia elétrica e telecomunicações.

Franco, que se empreendeu a radicalização da abertura econômica, iniciada, como afirmamos, pelo governo Collor³⁹. Na véspera do lançamento do Plano Real, o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, o que levou nos meses seguintes ao controle inflacionário. Menos de um ano depois, contudo, a política de juros altos somada aos efeitos da abertura elevaram as taxas de desemprego e de desindustrialização a novos patamares⁴⁰. Por fim, o governo FHC avançou mais do que seus antecessores na política de desregulamentação. A política de desindexação dos salários, praticada por Collor, mas engavetada por Itamar, voltou a vigorar a partir do governo FHC com a Medida Provisória 1.053/95.⁴¹ Foram, sobretudo, as reformas da previdência e administrativa, os contratos “flexíveis” de trabalho e a proposta de alteração da CLT, as principais medidas de desregulamentação daquele governo. O presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiria, assim, cumprir as cláusulas 33 e 34 do Acordo assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, bem como a promessa de colocar um fim à era Vargas⁴². Acompanhem, então, a atuação da central face aos três eixos política estatal.

³⁹ Entre as medidas tomadas por Collor estão: eliminação de alguns regimes especiais de importação, eliminação geral de subsídios fiscais para a exportação, redução de recursos destinados ao financiamento das exportações, fim da isenção de impostos na comercialização interna de produtos da Zona Franca de Manaus, fim do “Anexo C” da Carteira de Comércio Exterior (Cacex – que proibia a importação de cerca de 1.300 produtos), alterações tarifárias em setores específicos (como o têxtil) e promoção do acesso a bens de capitais não produzidos no País. Ver Carlos da Costa Filho, “Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais”. In: Eli Diniz (org.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília, editora UNB, 1977, p. 175-212.

⁴⁰ Paul Singer, “Um imenso equívoco”. *Praga – estudos marxistas*. São Paulo, Hucitec, n. 6, setembro de 1998, p. 57-62.

⁴¹ O próprio Collor acabou introduzindo mudanças na lei que, na prática, negavam a livre negociação. Esse é o caso da MP 193/90, que instituiu um fator de recomposição salarial.

⁴² O texto do acordo entre o Brasil e o FMI pode ser encontrado no “Memorando da Política Econômica”, 13/11/1998, <http://www.fazenda.gov.br>.

1.1 A Força Sindical e as privatizações

Parte da plataforma neoliberal, relativa às privatizações, foi cumprida à risca por Collor em seu curto tempo de governo. A lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, abriu caminho para o leilão das empresas estatais. A Força Sindical participou ativamente nos primeiros processos de privatização, em especial, da Usiminas e da CSN, os quais, sem o apoio militante da central, teriam menor, ou sequer teriam, êxito.

A Usiminas foi a primeira empresa estatal privatizada. Era, na época, a 7ª maior empresa do País e a mais lucrativa do setor⁴³. Seu perfil não se encaixava no rol das empresas “improdutivas e deficitárias”. Contudo, no início de 1990, o presidente Fernando Collor oficializava a proposta de venda da estatal. Naquele momento, o Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa), cujo presidente era filiado à CGT, veiculava o slogan “*A Usiminas é nossa*” em seus documentos internos. Em maio de 1991, parte dos diretores do Sindipa filia-se à Força Sindical, levando a uma inflexão em suas orientações. Com ativa participação do Sindicato, alguns meses depois ocorreu o leilão de privatização da Usiminas. O engajamento do Sindicato no processo de privatização ficou evidente com as revelações do presidente da Usiminas, Rinaldo Campos Soares, após a realização do leilão em 26 de outubro. Segundo Soares, o papel de Luiz Carlos de Faria, presidente

⁴³ Em 1991, a Usiminas tinha índices de desempenho comparáveis aos dos países desenvolvidos. Era a sétima maior empresa do país, segundo a classificação da revista *Exame*. Produzia 7,46 toneladas de aço líquido por homem ao ano, quase o dobro da média nacional. Segundo a *World Steel Dynamics*, a Usiminas ocupava o segundo lugar em eficiência entre as 153 principais siderúrgicas do mundo. Equilibrada financeiramente, mantinha programa de investimentos com recursos próprios em modernização tecnológica de US\$718 milhões, dos quais US\$263 tinham sido investidos até meados de 1991. US\$180 milhões estavam contratados e o restante seria aplicado até 1993. Ver “Em números, o filé-mignon da siderurgia”. *Jornal do Vale*, 24/09/1991.

do sindicato, fora fundamental ao divulgar para os investidores que o relacionamento entre a empresa e o sindicato era de parceria – o que teria contribuído para a boa imagem da empresa⁴⁴. Medeiros e Luiz Carlos de Faria também fizeram intensa campanha pela privatização entre os funcionários, defendendo a participação deles na compra de lotes de ações⁴⁵. Para isso, contaram com o apoio do governo Collor e da direção da empresa⁴⁶. Para fazer frente ao movimento popular organizado contra a venda da estatal, bem como à guerra jurídica impetrada por juristas e pela oposição, a direção da estatal procurou quebrar a resistência inicial dos trabalhadores ao conceder um aumento de 5% aos metalúrgicos, com o que foi possível fomentar o Clube de Investimento e a compra das ações. Como de praxe, criticavam a linha de resistência adotada pela CUT naquele momento. Da leitura de documentos divulgados pela Usiminas, bem como das matérias publicadas no *Jornal do Vale*, pode-se inferir que os funcionários mais qualificados e do setor administrativo da empresa – chefias principalmente – fizeram um corpo-a-corpo junto aos trabalhadores da produção, incentivando-os, quando não coagindo-os com a ameaça de demissão após a privatização, a integrar o Clube de Investimento. O resultado foi a adesão de 98% dos funcionários.

⁴⁴ Ao discursar para os metalúrgicos, Luiz Carlos dizia que a privatização era fato consumado, restando-lhes apenas tirar algum proveito do processo.

⁴⁵ As lideranças reivindicavam o direito de participação dos trabalhadores na compra de até 20% das ações ordinárias, ou seja, aquelas com direito a voto.

⁴⁶ O Governo Federal realizou também uma campanha publicitária favorável ao leilão, na qual a estatal era identificada a um elefante. Foram usados na campanha na TV Cr\$25 milhões. Informações dadas por Rinaldo Campos Soares, então presidente da Usiminas, contradiziam, contudo, a imagem que a peça publicitária procurava transmitir, ao anunciar um lucro líquido de 62 milhões de dólares, durante os primeiros sete meses do ano de 1991. Esse dado contradiz a justificativa lançada pelo governo Collor de privatização das empresas deficitárias. Ver “Campanha pró-privatização dividida em quatro etapas”. *Jornal do Vale*, 20/08/1991.

Cerca de um ano depois da privatização da Usiminas, em outubro de 1992, a venda da Acesita reacendeu a polêmica sobre as privatizações e o embate entre as centrais. A União Nacional dos Estudantes (UNE) chamou a CUT e a CGT para um protesto em frente a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro alguns dias antes do leilão. Lindberg Farias, então presidente da UNE, tinha a expectativa de que se a mobilização nacional pós-*impeachment* fosse mantida, poder-se-ia suspender a agenda das privatizações⁴⁷. A Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda entraram em cena e, para garantir a realização do leilão, distribuíram nota de protesto contra a posição defendida pela UNE. Enquanto isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo (MG), vinculado à CUT, sofria intensa pressão da Força Sindical, sobretudo do vizinho Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Medeiros foi, inclusive, até a Bolsa de Valores no dia do leilão para apoiar, *in loco*, a venda da empresa e contestar “quem defendia o atraso”⁴⁸.

A mesma estratégia utilizada em Ipatinga foi importada para Volta Redonda, em fevereiro de 1993. Desta vez, em função da resistência dos metalúrgicos da CSN, o embate foi muito mais duro. Graciolli analisou detalhadamente o processo de privatização desta siderúrgica e mostrou que a resistência operária e a da CUT precisou ser vencida primeiramente para que, depois, fluísse o processo de venda da estatal⁴⁹. O engajamento da Força Sindical na privatização da CSN foi militante. A oposição metalúrgica à CUT, aglutinada por um grupo vinculado à Força Sindical, batizado de “Formigueiro”, iniciou um trabalho paralelo ao sindicato oficial. Esse grupo passou a

⁴⁷ Ver “Batalha da privatização recomeça quinta-feira”. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 19/10/1992.

⁴⁸ Ver “Medeiros vai à bolsa para dar seu apoio ao programa”. *Gazeta Mercantil*, 22/10/1992.

⁴⁹ Ver Edilson Graciolli, “Privatização e formação sindical: de um projeto classista à parceria (A trajetória do Sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda – 1989-1993)”. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, mimeo, 1999.

negociar com a direção da empresa e a incentivar a realização de cursos e viagens de metalúrgicos à Ipatinga, com a expectativa de convencê-los sobre os supostos benefícios da privatização. Além das pressões, ameaças e demissões, que de fato ocorreram em Volta Redonda, salta aos olhos a estratégia de envolvimento dos trabalhadores na compra das ações, desta feita levada à cabo pelo Sindicato, já sob direção da Força Sindical, desde julho de 1992⁵⁰. A atuação da direção da central e do sindicato, sob a presidência de Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, foi tão consistente que um diretor da empresa afirmaria: “os empregados da estatal estão sob o comando da Força Sindical e, por isso, não é motivo de grandes preocupações quanto a manifestações contrárias à privatização (sic)”⁵¹. A imagem de Medeiros batendo o martelo no leilão da CSN mostrou que aquele diretor avaliara bem seu aliado⁵².

Com a mesma determinação, as lideranças da Força Sindical engajaram-se nos processos de privatização de outras siderúrgicas. Na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), não havia consenso por parte dos trabalhadores sobre a privatização. A posição defendida pela Força Sindical, segundo a qual a venda da Cosipa era irreversível, foi importante na decisão do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos de discutir e participar do processo. As chefias e a direção da empresa conclamaram os operários a opinar, aludindo à possibilidade de tornarem-se sócios da empresa.⁵³ Em agosto de 1993 a Cosipa foi privatizada. No caso da Açominas, em setembro de 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, vinculado

⁵⁰ O papel das chefias constringendo os trabalhadores e o temor das demissões teriam sido determinantes na adesão ao Clube de Investimento. Ver Luís Nassif, “Sindicalismo de Negócios”. *Jornal Folha de S. Paulo*, 18/03/1993.

⁵¹ Apud Edilson Gracioli, op. cit., p.276.

⁵² Medeiros participou do leilão. A imprensa documentou a cena em que ele segurava o martelo do pregão.

⁵³ Ver “Funcionários apóiam privatização da Cosipa e planejam sua participação”. *Gazeta Mercantil*, 19/05/1992.

à Força Sindical, empenhou-se na promoção de uma proposta de privatização entre os trabalhadores. Seguindo a tendência das demais empresas estatais, quase 100% dos metalúrgicos teriam aprovado a privatização da siderúrgica⁵⁴.

Dentre todas as empresas privatizadas, uma, em especial, chamou nossa atenção. O leilão da Mafersa, realizado em 1995, mobilizou grande parte dos trabalhadores para uma greve de protesto chamada pela Força Sindical contra o adiamento do leilão da empresa. Esta paralisação é o único indício de envolvimento ativo de trabalhadores a favor da privatização da própria empresa e é importante para mostrar que a incorporação deles não ocorria apenas por coerção ou oportunismo⁵⁵. Diferentemente da maioria dos casos de privatização, em que os trabalhadores foram constrangidos, econômica e ideologicamente, pelas chefias a ingressar nos clubes de investimento – seja com ameaça de demissão, seja pela eficácia do “mito do trabalhador investidor” que muito ganharia ao participar da administração acionária das empresas –, no caso da Mafersa foram os próprios trabalhadores que tomaram a dianteira do pro-

⁵⁴ “Metalúrgicos discutem a privatização da Açominas”. *Jornal Diário do Comércio*, 21/02/1992.

⁵⁵ Ver “Um raro apoio à privatização”. *Jornal do Brasil*, 23/05/1995. Em 1991, o controle acionário da Mafersa foi adquirido pela Refer (Fundo de pensão dos funcionários da Rede Ferroviária Federal), mas o processo não foi concluído e a empresa teria acumulado uma dívida de US\$70 milhões. Os funcionários, temerosos de um processo falimentar, supunham que o leilão solucionaria os problemas da empresa. A incorporação dos trabalhadores na formação de Clubes de Investimentos foi uma estratégia recorrente nos processos de privatização no Brasil. Ela ocorreu nas seguintes empresas privatizadas: Usiminas (9,6% das ações foram adquiridas pelos empregados), Celma (3%), Mafersa (9,5%), Piratini (9,5%), Petroflex (10%), Copesul (10%), CS Tubarão (8,8%), Fosfertil (10%), Goiafertil (10%), Acesita (12,4%), CSN (11,9), Ultrafertil (10%), Cosipa – Siderúrgica Paulista (20%), Açominas (20%), PQU – Petroquímica (9,8%), Caraíba (20%), Embraer (10%), Escelsa (7,7%), Light (10%), Vale do Rio Doce (5%). Dados publicados por Aluizio Biondi, *Brasil Privatizado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

cesso: em 1991, quando buscaram o controle acionário da empresa, e em 1995, quando deflagraram uma greve pela efetiva realização do leilão.

No período 1995-97, a política de privatização apresentou outros contornos e encontrou, dada a inflexão da CUT na gestão de Vicentinho, menor resistência⁵⁶. A questão mais polêmica foi a quebra dos monopólios, aprovada pelo governo FHC em agosto de 1995.

Em 1991, no Congresso de Fundação da Força Sindical, a discussão sobre o monopólio do petróleo e das telecomunicações já causara insatisfação a alguns sindicatos filiados, incomodados com a posição favorável da direção nacional. A estratégia inicial da direção fora a conciliação em torno da proposta de “flexibilização” dos monopólios. Entretanto, em 1995, a conjuntura político-ideológica recrudescer o debate interno. A central, que se opusera à greve dos petroleiros e apoiara as reformas da previdência e administrativa, passaria a defender, oficialmente, o fim dos monopólios estatais – o que ocasionou a desfiliação de alguns sindicatos, entre eles os sindicatos dos Telefônicos de São Paulo e dos Servidores Públicos de Osasco⁵⁷. A partir de 1996, ao envolvimento direto da central nos leilões, acrescentou-se uma nova estratégia neoliberal, desta feita muito mais ambiciosa. A Força Sindical propôs ao governo FHC a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações das empresas privatizáveis, procurando assim popularizar a concepção do trabalhador investidor entre os brasileiros⁵⁸. Que conclusões tiramos da atuação da Força Sindical nestes processos citados?

⁵⁶ Para uma análise da prática da CUT na gestão de Vicentinho, ver: Armando Boito Jr., op. cit.

⁵⁷ O sindicato de Osasco desfilou-se em 1997 após um período de insatisfação com a orientação da Força Sindical. Segundo entrevista com um de seus diretores, houve um rompimento com a central “porque éramos chamados de sanguessugas”. Entrevista realizada em março de 1999.

⁵⁸ “Força debate uso de FGTS em privatização”, *Jornal Folha de S. Paulo*, 18/10/1996.

O apoio da Força Sindical às privatizações foi consistente. De um lado, a Força Sindical enfrentou a CUT, tanto na disputa pela direção dos sindicatos quanto na luta ideológica ao fazer propaganda contra a linha defendida por ela. Uma frase dita por Medeiros, após a vitória sobre a CUT nas eleições para o sindicato de Volta Redonda, exemplifica o que estamos afirmando: “*de nada adianta manter uma posição raivosa e burra contra a privatização, como a CUT vem fazendo (...) o importante é impedir o sucateamento (...) evitar demissões e garantir a presença dos trabalhadores na privatização*”⁵⁹. As lideranças vinculadas à central apresentavam a privatização como um fato consumado, desestimulando, assim, a resistência dos trabalhadores. De outro lado, a Força Sindical negociou junto às empresas e ao governo o montante de ações reservadas para os funcionários, incentivando-os a participar nos Clubes de Investimento⁶⁰. Para obter sucesso nesta dupla empreitada, a central soube explorar dois aspectos da ideologia neoliberal: o privatismo entre os trabalhadores das empresas públicas privatizáveis – fomentando a ideologia do “trabalhador investidor” – e o antiestatismo entre os trabalhadores do setor privado – disseminando a concepção segundo a qual as estatais serviam de “cabide de emprego” para funcionários “privilegiados” e “sanguessugas”.

1.2 A Força Sindical e a desregulamentação das relações trabalhistas

O segundo eixo da plataforma neoliberal defendido pela Força Sindical foi a desregulamentação dos direitos trabalhistas. As pro-

⁵⁹ Ver: “Força Sindical derrota a CUT na CSN”. *O Globo*, 25/07/1992. (Grifos nossos).

⁶⁰ Neste sentido, a Força Sindical realizou campanhas junto ao governo pela ampliação da cota de ações destinadas aos empregados e pressionou as empresas pela concessão de aumentos salariais para que os trabalhadores pudessem aderir aos Clubes de Investimento.

postas da central foram sistematizadas no seu livro programa, em que foram definidas as seguintes diretrizes:

- 1) *Deve prevalecer a livre organização sindical, nos moldes da Convenção 87 da OIT, sendo vedadas a intervenção e interveniência do poder público na sua organização e forma de representação.*
- 2) *Novos mecanismos de atuação devem ser colocados à disposição dos envolvidos, tais como: contrato coletivo de trabalho, participação dos trabalhadores na produtividade e nos lucros das empresas, contrato de gestão no setor público e revisão das responsabilidades no caso das greves. Também deverão ser definidas formas que assegurem a presença definitiva dos trabalhadores na gestão das instituições e programas públicos, particularmente no que diz respeito à formação, qualificação e reciclagem profissional, política de capacitação tecnológica e política social.*
- 3) *Deve ser revisada a obsoleta figura da carteira de trabalho e a atual CLT substituída definitivamente por um moderno código do trabalho.*
- 4) *A Justiça classista deve ser reformulada, com o fim de seu caráter normativo.*⁶¹

Coerente com a proposta de livre negociação entre capital e trabalho, a Força Sindical priorizou a luta pela Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR). Em 1994, a Medida Provisória 794 regulamentou a PLR. Entretanto, desde 1991, sindicatos da base Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e de São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituíam na prática a PLR em algumas empresas. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa. Apesar de ter se constituído

⁶¹ Força Sindical, *Um projeto para o Brasil - a proposta da Força Sindical*. São Paulo, Geração Editorial, 1993, p.108. (Grifos nossos)

como uma das reivindicações principais nas campanhas salariais e nas greves do SMSP, supomos que a eficácia da PLR tenha sido reduzida face ao grau de dispersão das empresas metalúrgicas de São Paulo. A PLR, tanto quanto os contratos coletivos assinados pelo sindicato, certamente beneficiava os setores mais organizados, o que significa, na prática, as maiores empresas.

No que diz respeito à desregulamentação das relações de trabalho, a direção nacional da central defendia a substituição da CLT em seu livro programa. Sabendo, de antemão, que a defesa doutrinária das mudanças na CLT provocaria dissidências, a central optou, inicialmente, pela desregulamentação no varejo. Nas conjunturas em que ficou mais pressionada pelo aumento do desemprego, a central implantou a desregulamentação na prática, ao “flexibilizar” a jornada de trabalho e o contrato de trabalho em empresas metalúrgicas de São Paulo. No início de 1992, em meio a uma onda de demissões em massa, o SMSP propôs a ‘jornada flexível’ em troca da estabilidade no emprego. Pela proposta, durante seis meses as empresas poderiam aumentar em até 20% a jornada, compensando-a em outro momento com redução de 20%. Em 1996 a central voltou à carga com nova proposta, desta vez, acordada entre Fiesp e SMSP, com o intuito de “legalizar” os contratos temporários. O “Contrato especial” de trabalho foi contestado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o que fomentou a ira da central, que chegou a mobilizar alguma força em uma campanha pela extinção do Tribunal. “*Não nos interessa que os juizes do Trabalho sejam contra o acordo. Não queremos discutir se o acordo é legal ou não... queremos sim que ele crie empregos*”, afirmou Paulinho na época⁶². A despeito da ilegalidade da medida, os metalúrgicos fecharam o acordo que incluía: redução de encargos patronais com o FGTS (isenção da multa de 40%, aumento do depósito de 8 para 10% – passível de saque, caso o empregado fosse demitido); garantia de férias, 13^º e abono de férias; “flexibilização” da jornada (entre 24 e

⁶² Ver Jornal *O metalúrgico*, n^o 415, fevereiro de 1996.

44 horas); e limite de contratação através deste “Contrato Especial” segundo o padrão das empresas⁶³. Encaminhada pela central ao governo, a proposta acabou tornando-se o embrião da Lei nº 9.601/98 que instituiu o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado⁶⁴. Este contrato foi festejado pela Força Sindical e pelo governo como uma medida que geraria novos postos de trabalho. A central também tirou proveito político da legalização do contrato: levou um metalúrgico para assinar, simbolicamente, em Brasília, junto ao presidente Fernando Henrique, o primeiro contrato – episódio que foi bastante noticiado pela imprensa e explorado pelo governo, que assistia à queda dos índices de sua popularidade⁶⁵. Em 1997, o SMSP assinou uma carta de intenções com a Fiesp, que previa diminuição da jornada de trabalho de 44 para 30 horas e reduzia impostos. O inédito acordo coletivo de trabalho dependia contudo de regulamentação pelo governo. Como a proposta da central implicava uma renúncia fiscal da ordem de 37% no valor dos tributos, não houve aceitação pelo governo.

⁶³ O primeiro acordo foi fechado entre o SMSP e a Metalúrgica Aliança em fevereiro de 1996. Ver “Metalúrgica é 1ª a aderir contrato que reduz encargos”. *Folha de S. Paulo*, 13/02/1996. Apesar de aplaudido pelo presidente Fernando Henrique, o “contrato especial” foi invalidado pela Justiça do Trabalho. Segundo Boito Jr., foi o fracasso da via ilegal que levou o governo a elaborar o projeto de lei que instituiria, dois anos depois, o contrato de trabalho por tempo determinado. Ver Armando Boito Jr., op. cit., p. 94

⁶⁴ A lei 9.601/98 ampliava a abrangência do Contrato por prazo determinado para atividades permanentes, reduzindo a parcela do FGTS (25%), extinguindo o aviso prévio e a multa por rescisão contratual. Diminuiu em 50% as contribuições patronais relativas a encargos e facilitava a aplicação do banco de horas. O art. 443 da CLT limitava esse tipo de contrato às atividades transitórias. Antes, o governo vinha garantindo por meio de Medidas Provisórias a desregulamentação das relações trabalhistas – a MP 1.709/98 instituiu jornada parcial de trabalho com duração de 1 a 5 horas, com correspondente redução de salários. Esta última MP exigia apenas o acordo individual, sem a participação do sindicato.

⁶⁵ Ver “Sindicato quer intermediar contratação”. *Folha de S. Paulo*, 22/01/1998.

No final de 1998, o governo FHC instituiu, através da MP 1.726/98, a demissão temporária ou *lay-off*⁶⁶. Este instrumento criava uma nova regulamentação para o momento da demissão, ao suspender o aviso prévio e adiar o pagamento dos encargos trabalhistas. A Força Sindical validou a demissão temporária, alegando que tal medida poderia melhorar a situação das empresas e minimizar a situação do trabalhador demitido temporariamente – já que ele poderia fazer cursos de qualificação e receber cesta básica durante o período⁶⁷. O governo, por sua vez, respondia à pressão dos empresários pela redução dos encargos trabalhistas. A posição de um economista explicita os interesses da burguesia brasileira na demissão temporária:

O expediente da demissão temporária, obviamente, não dissolve a montanha de custos trabalhistas. Nesse sentido, não vai ao âmago da gestão do emprego. Mas, ao flexibilizar o momento do acerto de contas, permitindo ao empresário em dificuldades postergar o desembolso desses gravames, o mecanismo proposto lhe dá fôlego talvez suficiente para manter-se

⁶⁶ A MP 1.726/98 estabeleceu a suspensão do Contrato de trabalho por prazo indeterminado segundo a vontade da empresa, adiando o momento da dispensa efetiva. O trabalhador, durante o período de suspensão, receberia o seguro desemprego e uma bolsa para participar de cursos de qualificação profissional. Além disso, este período de suspensão não contaria para efeitos de aposentadoria, FGTS, 13^o e férias.

⁶⁷ A análise das greves realizadas durante o ano de 1998 na base do SMSP evidencia uma luta de retaguarda, dada a pressão do desemprego e o fechamento de inúmeras indústrias na capital paulista. As reivindicações incluíam: estabilidade no emprego e extensão de alguns benefícios para os trabalhadores demitidos. Na greve da *Braço-Mapri*, em abril de 1998, os trabalhadores reivindicavam a extensão da assistência médica e da cesta básica por mais seis meses aos demitidos e garantia de emprego de 120 dias para o pessoal com salário até R\$2.500,00. A greve ocorrida na *BS Continental* em julho de 1998 foi motivada pela demissão de 130 metalúrgicos. Os trabalhadores demitidos negociaram um pacote de benefícios que incluiu quatro meses de assistência médica e quatro cestas básicas.

*flutuando até poder contornar a emergência que teria dado origem ao afastamento do empregado. Portanto, não há que discutir muito se a medida proposta reduz ou não a taxa média de desemprego: a resposta é positiva.*⁶⁸

Em nosso entendimento, a promessa de gerar empregos através da desregulamentação mostrou-se uma panacéia⁶⁹. Como política compensatória ao desemprego, o contrato de trabalho por tempo determinado e a *lay-off* foram, pode-se dizer, um fracasso. A expectativa da central de geração de 20% de empregos na cidade de São Paulo não se concretizou⁷⁰, como mostram os índices recordes de desemprego na cidade de São Paulo⁷¹. Estes contratos serviam, na realidade, aos interesses da burguesia, promovendo a redução dos encargos e a legalização dos contratos irregulares. "*O contrato por tempo determinado é um avanço. Talvez não gere emprego, mas também não favorece a informalidade*", afirmou Horácio Lafer Piva, da Fiesp⁷².

A recente e mais polêmica ofensiva da Força Sindical no que diz respeito à desregulamentação dos direitos trabalhistas ocorreu em 2001, durante a aprovação do Projeto de Lei 5.843/01, de autoria do Executivo, que altera a CLT. Este projeto foi aprovado pela Câmara Federal, em 4 dezembro de 2001, mesmo sob protesto de representantes da CUT, da CGT e do MST. Ele instituiu a prevalência do negociado sobre o legislado. Possibilita, também, a elimina-

⁶⁸ Ver "Entre purgatório e inferno". *Folha de S. Paulo*, 08/08/1998. A matéria é assinada pelo economista Paulo Rabello de Castro, vice-presidente do Instituto Atlântico, que vinha assessorando a Força Sindical.

⁶⁹ Segundo dados da RAIS, no período de 1998-2000, em São Paulo, 200 acordos coletivos foram assinados implementado o "Contrato Especial", quando a previsão era de 9.895. Ver www.mtb.gov

⁷⁰ Ver "Contrato de tempo fixo divide opiniões". *Jornal Folha de S. Paulo*, 08/02/1998.

⁷¹ O índice de desemprego na cidade de São Paulo bateu a casa dos 19% em maio de 1998 e dos 20% em abril de 1999.

⁷² Ver "Contrato de tempo fixo divide opiniões", op. cit.

ção de vários direitos, uma vez que a Constituição estabelece o direito de férias mas não define sua duração; estabelece que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno, mas não define sua proporção; consagra o FGTS, porém não define o valor da contribuição, entre outras medidas. A negociação destes direitos dependerá de convenções coletivas (entre sindicatos patronal e de trabalhadores) ou acordos coletivos (entre sindicato e empresa), feitos caso a caso. Se aprovado, poderão ser negociadas férias, horas-extras, descanso semanal, redução de salários, adicional noturno, entre outros direitos do trabalho que são protegidos por lei. Trata-se, na prática, do mais duro golpe desferido contra os direitos dos trabalhadores desde a implementação das políticas neoliberais no País.

Sob pretexto de fortalecer os sindicatos nas negociações, o projeto em tramitação visa, de fato, quebrar a CLT e liquidar a Justiça do Trabalho (JT), cuja função tem sido a de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas celetistas e constitucionais. Vulgarizada como uma proposta que “flexibiliza direitos” – termo que na luta ideológica não é inconsequente⁷³, visa criar novas regulamentações, isto é, implementar um quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, ao mesmo tempo em que diminui as atividades de regulação do Estado, via JT. O que o governo pretende, de fato, é reduzir os direitos. Enquanto a Constituição define o que pode ser negociável, este projeto pretende tornar negociável qualquer direito dos trabalhadores. Com sua aprovação, o governo visa responder às metas estabelecidas no Acordo assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998, e às pressões da burguesia. Também é importante assinalar que, ao contrário do discurso reiterado pelo próprio governo e pela direção da Força Sindical, o poder dos sindicatos torna-se mais vulnerável às pressões patronais,

⁷³ O termo 'flexibilizar' significa tornar maleável e, portanto, pode aludir a um procedimento de negociação equitativa, quando, objetivamente, o que se pretende é instituir a negociação desigual.

em função da manutenção da estrutural sindical oficial e da histórica truculência do patronato brasileiro nas negociações.

A atuação da Força Sindical foi, mais uma vez, elucidativa. Quando o projeto foi votado em dezembro de 2001 pela Câmara Federal, as disputas entre a CUT e a Força Sindical tinham recrudescido. Durante os dias que antecederam a votação da matéria, houve vários protestos de lideranças da CUT e da CGT que, impedidas de entrar nas dependências da Câmara, precisaram de um *habeas-corpus* para ter acesso às galerias e tentar o adiamento na votação da matéria⁷⁴. A direção nacional da Força Sindical teve uma atuação decisiva ao apoiar esta ofensiva da política de desregulamentação neoliberal. Com acesso privilegiado às dependências do Congresso, Paulo Pereira da Silva permaneceu em Brasília para pressionar os deputados pela sua aprovação. Enquanto o governo solicitava o regime de *urgência urgentíssima* na votação – recurso regimental para que se dê prioridade à matéria dentro do cronograma das votações – o governo, através do Ministério do Trabalho, publicou anúncios em 54 jornais e fez inserções na TV e no rádio, contando para tanto com o apoio pessoal do presidente da Força Sindical e o da Social Democracia Sindical (SDS), Enilson Simões⁷⁵. Em março de 2002, dias antes da votação do projeto no Senado que acabou sendo suspensa, a central e o SMSP organizaram uma assembléia geral da categoria para aprovar os artigos da CLT que seriam “flexibilizados”. Os metalúrgicos aprovaram, na ocasião, alteração no pagamento do 13º salário, na licença paternidade, férias, e horário de almoço⁷⁶. Desta feita, a principal base da

⁷⁴ Mesmo depois de três tentativas frustradas de votação, algumas prorrogações e até uma pane no painel eletrônico, na noite do dia 4 de dezembro o projeto foi aprovado com 264 votos favoráveis, 213 contra, 33 ausentes e 2 abstenções.

⁷⁵ Ver Altamiro Borges, “A Guerra da CLT”. Revista *Debate Sindical*, ano 15, n. 41, dezembro a fevereiro de 2002, p. 4-6. O autor afirma que a Força Sindical teria patrocinado reuniões com líderes partidários do PMDB e do PPS.

⁷⁶ O SMSP assinou, dias depois, a Convenção Coletiva que instituiu tais mudanças. Este acordo foi suspenso pelo Tribunal Regional do Trabalho (2ª região). Ver: “Justiça anula acordo que permitia flexibilização da CLT”. *Folha de S. Paulo*, 19/04/2002.

Força Sindical começava a cumprir um dos objetivos de seu livro-programa: substituir a CLT.

O governo FHC também contou com o apoio da Força Sindical nas discussões sobre a reforma da previdência e a reforma administrativa⁷⁷. A central defendia uma reforma pautada na redução da diferença entre trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado⁷⁸. Os documentos de origem, o livro-programa e as posições da central durante a revisão Constitucional e início do governo FHC, com mais evidência, mostram que a central manifestou-se favorável às propostas de mudança nas regras de aposentadoria do setor público. Quando foram iniciados os debates em torno da previdência, a central deu seu aval ao governo, na expectativa de acabar com as aposentadorias especiais do legislativo e judiciário. Já o núcleo duro da central (lideranças do SMSP) generalizava esta proposta para todos os servidores públicos. No início de 1996, quando a proposta do governo não foi aprovada pelo Congresso, a central criticou a CUT por “*defender sua casta de privilegiados, como a aposentadoria especial do professor universitário e demais servidores do setor público*”⁷⁹. Quando, então, avançou a votação no Congresso, desmontando também a aposentadoria do setor privado (aumento do tempo de contribuição, fim da aposentadoria por idade, por tempo de serviço e das aposentadorias especiais do setor privado), a central reagiu. Em fevereiro de 1998, a central chegou a mobilizar os trabalhadores em manifestações contra o estabelecimento de idade mínima para se aposentar. Mas apoiou a proposta final do governo de extinção de algumas aposentadorias especiais e da aposen-

⁷⁷ O exame da reforma administrativa interessa-nos na medida em que toca diretamente nos direitos dos trabalhadores do setor público, mais precisamente, na estabilidade e no regime jurídico único do funcionalismo público.

⁷⁸ A central não propunha a ampliação dos direitos à estabilidade e à aposentadoria integral para todos os trabalhadores. Via os direitos conquistados pelos servidores públicos como “privilégios”, os quais deveriam ser extintos.

⁷⁹ Ver Jornal *O metalúrgico*, n. 416, março de 1996.

tadoria proporcional, bem como aceitou o novo critério que combinava tempo de contribuição e idade⁸⁰.

Durante a reforma administrativa, que durou de agosto de 1995 a julho de 1998, a central também bateu firme na defesa do desmonte dos direitos dos funcionários públicos (particularmente da estabilidade no emprego). Não foi diferente a pressão da central quando o que esteve em jogo foi a aprovação, na segunda fase da reforma da previdência, da emenda que criou a contribuição previdenciária de 11% sobre os rendimentos dos servidores aposentados, em novembro de 1999.

Do conjunto das ambiciosas propostas defendidas pela central em seu livro programa, apenas algumas delas foram colocadas em prática, o que nos leva à seguinte questão: é factível que a central apóie a desregulamentação total das relações de trabalho? Vislumbramos duas situações. Quanto à reforma trabalhista implantada até agora, é possível que a vitória dos setores progressistas com a suspensão da votação da CLT no Senado e que as dissidências que a Força Sindical sofreu durante a votação na Câmara constituam o limite além do qual a Força Sindical não terá fôlego para avançar. No que diz respeito à reforma sindical também supomos que, apesar da defesa do fim do imposto sindical e da Justiça do Trabalho, a extinção, de fato, da unicidade significará a *'débâcle'* da central, amplamente ancorada nos sindicatos pelegos e de carimbo. Outro cenário é o de recrudescimento da política de desregulamentação neoliberal, cujas consequências para a classe trabalhadora brasileira seriam ainda mais perversas. Este cenário não está descartado⁸¹.

⁸⁰ A EC n° 20/1998 alterou as regras da aposentadoria: transformou o tempo de serviço em tempo de contribuição, determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores de Ensino Fundamental e Médio e trabalhadores expostos a condições de insalubridade, entre outras.

⁸¹ A implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e as metas, ainda desconhecidas, do Acordo com o FMI, em 2002, podem levar a um cenário muito mais perverso.

E, se considerarmos a truculenta atuação da direção nacional da central na votação da CLT, bem como a ambição política de Paulo Pereira da Silva, ele é possível.

1.3. A Força Sindical e a política de abertura econômica

Vimos até esta parte do texto que, para implantar o 'neoliberalismo possível', os governos Collor e FHC contaram com a adesão da Força Sindical. Esta adesão não é, porém, doutrinária. A Força Sindical não pode aderir integralmente à ideologia neoliberal porque a existência de um sindicalismo neoliberal é, teoricamente, uma contradição⁸². Tal como concebido por Hayek e Friedman, o sindicalismo nega a liberdade individual e impede o livre funcionamento dos mecanismos de mercado⁸³. No sentido rigoroso, no mercado de trabalho deve haver apenas indivíduos livres, dispostos a negociar as condições e o preço de sua força de trabalho, sem restrições, regulamentos, proteções e monopólios; sem sindicatos, por conseguinte. A ideologia neoliberal também sustenta que a remuneração depende das condições do mercado e não da ação sindical ou da intervenção estatal. Os sindicatos, por sua vez, têm como pressuposto a luta coletiva por conquistas salariais e a melhoria nas condições de trabalho. Se um grupo de trabalhadores organiza-se em sindicatos, ele está opondo-se ao princípio doutrinário do neoliberalismo. Portanto, a ideologia neoliberal não apenas contradiz o sindicalismo, como o rejeita, com veemência.

No plano prático, contudo, o neoliberalismo pode conciliar com o sindicalismo. Um tipo de sindicalismo como o praticado

⁸² Patrícia Vieira Trópia, “Sindicalismo neoliberal: uma contradição em termos, uma possibilidade prática”. Revista *Humanitas*, vol. I, n.1, agosto de 1997, p. 197-209.

⁸³ Ver F. A. Hayek, *Os fundamentos da liberdade*, Brasília, Editora UNB; São Paulo, Visão, 1983, especialmente o capítulo XVIII; Milton e Rose Friedman, *Liberdade de escolher*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

pela Força Sindical pode ser tolerado e, até, estimulado pela política neoliberal. Na medida em que a central concebe o sindicato como fator de mercado, como intermediário na venda da mercadoria força de trabalho e não como organizador de um coletivo de classes, ela se aproxima do que poderíamos chamar de função tolerável do sindicalismo pelo neoliberalismo, ao passo que a prática sindical aberta pela central com a intensificação do sindicalismo de serviços – agência de empregos, empresa esportiva, banco, cooperativa de crédito e de mão-de-obra, agência de qualificação profissional, ONG – passa a ser desejável. Neste caso, o próprio sindicato torna-se uma espécie de empresa, investidor e incentivador do consumo de bens e serviços privados. Um consultor norte-americano definiu da seguinte forma o “novo” papel dos sindicatos: em uma sociedade onde os indivíduos são patrões de si mesmos, em que são “negociantes independentes”, não há lugar para o assalariamento clássico, para empregos permanentes, para acordos e regulamentos protetores, nem para aumentos salariais baseados nas convenções coletivas⁸⁴. O que farão então os sindicatos? “Os sindicatos de amanhã serão grupos de defensoria pública (...) serão instituições educacionais (...) serão fontes de assistência consultiva (...) e cooperativas em que os trabalhadores poderão procurar orientação mais barata sobre seguros e investimentos”⁸⁵. Serão toleráveis apenas os sindicatos “de negócios completos”, conclui.

A conciliação da central com o neoliberalismo não é, contudo, incondicional. Não obstante a defesa das privatizações e da desregulamentação das relações de trabalho, a central mostrou-se reticente com a implantação das políticas de abertura e de juros altos. Mas quando as conseqüências perversas do Plano Real recaíram sobre os trabalhadores de sua base, a Força Sindical levantou-se contra ela. Vejamos esta inflexão.

⁸⁴ William Bridges, *Mudanças nas relações de trabalho*. Rio de Janeiro, MAKRON, 1995.

⁸⁵ Idem, p. 209-210.

Quando o governo Collor iniciou a abertura econômica, ele contou com concordância da central. No livro-programa da Força Sindical tal política era entendida como garantia da modernização econômica, em geral, e da modernização das relações de trabalho, em particular, – condições fundamentais, supunham, para a inserção do País na economia mundial⁸⁶. Esta posição, diga-se logo formal, tornar-se-ia inviável nos anos seguintes. Em 1994, na véspera do Plano Real, “o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando a abertura gradativa do mercado interno, começada por Collor, a um novo patamar”⁸⁷. A radicalização da abertura inundou o País de produtos importados, em particular os asiáticos, liberados de tarifas e barateados pelo valor rebaixado do dólar em reais. Quando o governo FHC elevou os juros e cortou o crédito, procurando estancar uma fuga de capitais em meados de 1995, empresas fecharam e trabalhadores perderam seus empregos. As políticas de abertura e de juros altos refletiram negativamente sobre a principal base da central⁸⁸. Medeiros e Paulinho passaram a questionar “a maneira arrasadora” com que se implantou tal política. Os metalúrgicos paulistanos, que já tinham assistido desde a década de 80 ao fechamento de inúmeros estabelecimentos – houve um decréscimo de 26% –, foram um dos setores mais atingidos pelo desemprego nos anos 90. Sendo as pequenas e médias empresas as mais afetadas pela concorrência com os produtos importados, o SMSP sairia em defesa de um modelo de abertura gradual e restritiva⁸⁹.

⁸⁶ Ver Força Sindical, *Um projeto para o Brasil - a proposta da Força Sindical*, op. cit.

⁸⁷ Paul Singer, “A raiz do desastre social: a política econômica de FHC”. In: Ivo Lesbaupin (org.) *O desmonte da nação - balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 31.

⁸⁸ Importantes empresas da base metalúrgica de São Paulo como Sofunge, Eries, Mafersa e Vicunha ameaçavam fechar suas portas como consequência da abertura econômica.

⁸⁹ Ver “Importação é assunto sério”. *Folha de S. Paulo*, 11/04/94.

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo foi, portanto, seletivo. Enquanto os feixes da política neoliberal incidiram sobre o setor público e apenas, indiretamente, sobre o setor privado, a central aceitou-a. Todavia, quando o impacto recaiu sobre suas bases, a central reagiu ora com moderação – apresentando propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) –, ora com protestos. Foi exatamente para protestar contra os efeitos da política de abertura e de juros altos – que de resto também suscitou a reticência da Fiesp – que a Força Sindical participou, de forma inédita, da greve geral de 1996.

Procuramos tratar até aqui do perfil neoliberal da Força Sindical. A central compôs uma frente política conservadora ao combater as oposições e sustentar a implantação da plataforma neoliberal nos anos 90. Em alguns momentos, a central constituiu-se como um “braço” da política neoliberal no sindicalismo; em outros, como “laboratório” dos experimentos neoliberais no País. Emerge, neste momento de nossa argumentação, uma questão: como explicar a expansão de uma central sindical que apóia políticas conservadoras e perversas socialmente⁹⁰?

⁹⁰ A CUT é a maior central sindical brasileira. Ela representa hoje 21 milhões de trabalhadores de 3.187 sindicatos, quase o dobro da Força Sindical. Contudo a Força Sindical cresceu cerca de 1000% no período 1992-2002. Representa 14 milhões de trabalhadores. Ver “Crescemos em todo o país”. *Força SP* – revista da Força Sindical, n. 3, outubro de 2001. Os números da central não param aí. O estabelecimento de sedes regionais em vários estados do País sugere que o crescimento da central é uma estratégia prioritária. No estado da Bahia, para onde se deslocou uma das principais lideranças, Nair Goulart, a central conta hoje com 85 entidades filiadas. Em Santa Catarina são 88; no Rio Grande do Sul a central teria crescido 3.600%, além de ter estendido seu domínio também aos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Pernambuco. Conquistou o importante Sindicato dos Condutores de São Paulo e dos Metalúrgicos de Ipatinga, em 2001. Ver Cláudio Gonzalez, “A cooptação faz a Força”. *Debate Sindical*, n. 39, set/nov. de 2001. Em 2000, a central criou o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, organizado em 12 seções estaduais e com cerca de 200 mil filiados. Ver “A todo o pique”. *Força SP* – revista da Força Sindical São Paulo., n. 1, dezembro de 2000.

2. A adesão dos metalúrgicos de São Paulo ao neoliberalismo

Nossa resposta rejeita, desde já, teorias conspiratórias. O crescimento da Força Sindical tem sido explicado por parte da bibliografia e dos militantes como o resultado de um processo de cooptação de lideranças, de manipulação dos trabalhadores e do ilusionismo produzido nos *shows* e sorteios organizados pela central⁹¹. A despeito do apoio da burguesia e dos governos à central, apesar do *gangsterismo* denunciado pelas oposições e do impacto das novas estratégias de atração de novos sindicatos e filiados, este modelo sindical tem bases sociais⁹². A política neoliberal defendida pela central é aceita por seus filiados, não se restringindo apenas às lideranças. No caso do SMSP foram três as fontes de atração dos metalúrgicos: a luta reivindicativa, a defesa do neoliberalismo e a intensificação do sindicalismo de serviços. Vejamos.

Acreditamos que a ação reivindicativa e corporativa do SMSP responde a alguns interesses econômicos imediatos dos trabalhadores. A partir da gestão de Medeiros à frente do SMSP, em 1986, novas estratégias foram implementadas com o objetivo de conquistar melhores salários e o pagamento da PLR⁹³. O incremento das greves e a formação de delegados sindicais foram eficazes na conquista de benefícios para seus filiados, sobretudo os metalúrgicos das grandes empresas. Foi o que demonstrou uma estudiosa do sindicalismo ao analisar as negociações coletivas e as conquistas

⁹¹ Ver Cláudio Gonzalez, op. cit.

⁹² Do conjunto da bibliografia sobre a Força Sindical, apenas o trabalho, já citado, de Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Cardoso analisaram as bases sociais da central.

⁹³ Para enfrentar as investidas da CUT sobre o SMSP, Medeiros procurou construir uma nova estratégia sindical (formação de delegados e ativismo grevista), desta feita não apenas fundada no apoio dos aposentados e dos beneficiários do assistencialismo.

salariais do SMSP no período 1978-1988. No período 1986-88, em que Meireiros estava na presidência, as negociações salariais mantiveram as conquistas anteriores, houve aumento no pagamento da produtividade e reposição quase integral da inflação⁹⁴. Um estudo sobre o resultado das negociações dos metalúrgicos de São Paulo, durante as greves ocorridas no período 1986-1989, também destaca a eficácia na conquista das reivindicações⁹⁵. Em 1986, apenas 9,3% das reivindicações não tinham sido atendidas, em 1987 somente 2,1%; em 1988, 3,5%. Em 1989, as 456 greves deflagradas pelo SMSP, que visavam à obtenção de reposição salarial por perdas inflacionárias decorrentes do Plano Verão, foram bem sucedidas⁹⁶.

O acompanhamento que fizemos das negociações do SMSP durante a década mostra que, de 1991 até 1994, o sindicato lutava para recompor as perdas ocasionadas pela inflação e que, fosse com acordo ou dissídio, a reposição das perdas salariais era quase integralmente conquistada. A partir de 1995, o aumento salarial deixou de ser a principal reivindicação nas greves deflagradas, perdendo importância para a estabilidade no emprego e para o pagamento de salários atrasados. Neste novo contexto de baixa inflação, o SMSP procurou alentar os metalúrgicos – constrangidos pelo aumento do desemprego – com a implementação de “contratos flexíveis” e com os programas de qualificação profissional⁹⁷. Ainda

⁹⁴ Ver Cecília Ornellas Renner, *Dois estratégias sindicais*. São Paulo, Letras à Margem, 2002. Em 1986 e 1988, o SMSP conquistou 100% do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e, em 1987, 96% do IPC.

⁹⁵ Ver Adalberto Moreira Cardoso, *A trama da modernidade - pragmatismo sindical e democratização no Brasil*, op. cit.

⁹⁶ Idem, p. 161. Ver tabela 22.

⁹⁷ Os cursos de qualificação e requalificação profissional tornaram-se também prioridade para a central, sobretudo a partir de 1996 quando, em função do crescimento do desemprego, a ideologia da empregabilidade é popularizada. Em 1998, com a criação do Centro de Solidariedade do Trabalhador (uma agência de prestação de serviço como seguro desemprego, intermediação de mão-de-obra, apoio ao Proger e oferecimento de cursos de qualificação profissional), a central incrementa a oferta de cursos profissionalizantes. No período de 1998-2000, o Centro de Solidariedade do Trabalhador teria ministrado cursos para 400 mil trabalhadores e intermediado 108 mil empregos. Ver “De corpo e alma com a comunidade”. Revista *Folha SP*, dezembro de 2000.

que, nestes casos, não houvesse ganhos salariais ou conquistas de novos direitos, as greves deflagradas, os protestos do sindicato contra o desemprego e a busca por soluções “pragmáticas” para enfrentá-lo – o contrato por tempo determinado, a jornada flexível e a suspensão temporária – foram estratégias legitimadas pelos metalúrgicos. Afinal, com tais estratégias, o “sindicalismo pragmático” defendido pela Força Sindical procurava colocar “sempre dinheiro no bolso do trabalhador”.

Além dos interesses econômicos, o discurso antiestatista propagandeado pela central também atraiu seus filiados, predominantemente trabalhadores do setor privado – sem direito à aposentadoria integral e à estabilidade no emprego, bem como usuários dos precários serviços públicos de saúde e de educação. A proposta neoliberal de “modernização econômica e das relações de trabalho”, defendida pela central, tinha como pressuposto a seguinte equação: menos Estado e mais mercado. Na superfície desta fórmula ideológica encontramos o discurso antiestatista, o qual responsabiliza o Estado brasileiro – identificado como “elefante”, mal empresário, péssimo investidor – e os funcionários públicos – “marajás”, “privilegiados”, que “mamavam nas tetas do Estado” – pelo atraso e por todas as agruras do país. Aquele discurso, é bom assinalar, não foi introduzido no País por Collor de Mello. Foram as lideranças do sindicalismo de resultados que começaram a pregar no meio

O incremento na qualificação profissional resultou da implantação, em 1995, do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor). O Planfor estabelece parcerias mediante convênios entre o Ministério do Trabalho (MTb), a Secretaria de formação (Sefor) e a rede de educação profissional, dentro da qual estão sindicatos e centrais sindicais. Para termos uma noção do impacto da criação do Planfor basta comparar os dados do MTb, segundo os quais, em 1994, 83 mil trabalhadores teriam sido treinados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), enquanto em 1996, este número chegou a 1,2 milhão de trabalhadores.

sindical operário de São Paulo este antiestatismo. Collor popularizou-o com um repertório de slogans bastante conhecido: “caça aos marajás”, “estatais como elefantes brancos” e “carroças”, em alusão aos carros fabricados no Brasil⁹⁸. A panacéia da privatização baseava-se na crítica ao funcionalismo público, às empresas estatais “que mamavam nas tetas do Estado” e à precariedade dos serviços públicos. Este discurso antiestatista atraiu um segmento de trabalhadores, que viu na política neoliberal “o caminho para a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorve através do sistema tributário os precários recursos financeiros do povo e os coloca à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais”⁹⁹. Este discurso teria se popularizado entre os metalúrgicos de São Paulo?

Temos alguns indícios da assimilação destas novas concepções entre os metalúrgicos de São Paulo. Sabemos que Medeiros foi reeleito para a presidência do Sindicato em 1990 com 80% dos votos no primeiro escrutínio – num pleito histórico e arrasador. Medeiros repetira a mesma campanha de 1987, chamando para si o atributo de apertadário e apolítico e explorando o fato do cabeça da chapa de oposição ser um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT). O depoimento de um membro da oposição sobre o que ocorria nos atos é um importante indício da popularização do anties-

⁹⁸ Seleccionamos, pois, duas falas daquelas lideranças que antecipavam o senso comum neoliberal: “*O Estado é eternamente deficitário e improdutivo, por isso mete a mão no bolso das empresas produtivas e suga o suor do trabalhador*”, pregava Medeiros diariamente na imprensa nacional e sindical. “(...) a privatização é necessária principalmente para desmontar o Estado Cartorial, colonial brasileiro, fonte de todos os autoritarismos. Também é necessária para libertar o empresário brasileiro, para que ele tome a iniciativa”, resumia Magri. Ver: Vito Giannotti, *Força Sindical: a central neoliberal - de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 74.

⁹⁹ Ver Décio Saes, “A política neoliberal e o campo político conservador”. *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001.

tatismo: “nos atos públicos que a oposição fazia, a gente só ouvia ‘marajá’ para lá, ‘marajá’ para cá”¹⁰⁰. O que os metalúrgicos expressavam com a identificação do político ao “marajá” era, certamente, mais do que a rejeição à presença de uma liderança partidária na direção do sindicato. Era uma forma de protesto, uma manifestação revoltada, e espontânea, contra o Estado cartorial e empreguista brasileiro, que a ideologia neoliberal soube muito bem explorar¹⁰¹.

Nossa pesquisa também detectou, nas entrevistas que realizamos, indícios do discurso antiestatista entre os metalúrgicos de São Paulo¹⁰². O antiestatismo havia se popularizado na base metalúrgica de São Paulo: 60% dos metalúrgicos eram favoráveis às privatizações, 52% eram favoráveis ao fim da estabilidade e 41% à extinção da aposentadoria integral do funcionalismo público. A posição amplamente favorável às privatizações coincide com uma pesquisa feita pelo SMSP em março de 1995, quando o governo FHC apresentava a proposta de quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações: 62,5% dos entrevistados defendiam a privatização da Petrobrás, 68,2% do Banespa e 63,8% da Telesp¹⁰³. Esta popularidade da política de privatizações será afetada somente a partir de 1999, quando a precariedade dos serviços das empresas já

¹⁰⁰ Apud Adalberto Cardoso, *A trama da modernidade*. op. cit., p. 151.

¹⁰¹ Para uma análise das razões da popularidade do neoliberalismo ver: Armando Boito Jr., op. cit. especialmente o capítulo V, item 2.

¹⁰² O grosso de nossa pesquisa de campo foi realizado entre 1998-2000. Entrevistamos lideranças nacionais da Força Sindical, delegados sindicais, membros da Comissão de Fábrica e cerca de 88 metalúrgicos que estiveram presentes nos eventos organizados pela Central naquele biênio. Nossa pesquisa não tem pretensão estatística. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, combinada a outras pesquisas realizadas por Institutos de pesquisa, compõe os dados quantitativos e qualitativos de nosso trabalho.

¹⁰³ Ver “Metalúrgicos de São Paulo apóiam privatização”. *Folha de S. Paulo*, 19/03/1995. Nesta mesma pesquisa, 65% dos metalúrgicos entrevistados eram favoráveis ao fim da estabilidade no emprego do funcionalismo público. Esta pesquisa foi realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa de Mercado, com 20.576 metalúrgicos.

privatizados torna-se mais visível. Segundo uma pesquisa publicada na grande imprensa, em 1991, 49% da população era favorável e apenas 20% contra a privatização das empresas estatais¹⁰⁴. Em 1995, no início do governo FHC, 42% eram favoráveis e 39% contrários. Em 1999, o apoio às privatizações e concessões havia regredido e apenas 25% da população ainda apoiava esta política, enquanto 47% afirmavam-se contrários.

A política de desregulamentação prática também atraiu parte dos metalúrgicos que viram, nos contratos especiais implementados pelo SMSP, uma possibilidade de remediar o grave quadro de desemprego, sobretudo na cidade de São Paulo¹⁰⁵. Índícios desta atração puderam ser constatados durante uma assembléia da Força Sindical realizada em março de 2002. Na ocasião, a central aprovou mudanças na forma de pagamento do 13º salário, na licença maternidade, no horário de almoço, entre outros direitos, “flexibilizando” na prática a CLT. Além do sorteio de carros e de outros prêmios, os metalúrgicos pareceram atraídos pelo discurso da principal liderança da Força Sindical naquele momento. Disse Paulinho: “*qual é o problema da mulher cumprir 2 meses de licença gestante e vender os outros 2 meses? Nós preferimos ficar com o dinheiro no bolso*”. Com referência ao parcelamento das férias, ponderou para uma assembléia de cerca de 10.000 metalúrgicos: “*muitas vezes o cara está numa situação difícil. Tem que pagar uma prestação, tem que pagar uma conta, comprar uma geladeira. Ele então fala assim: dá aqui 15 dias de férias e vou pegar, além do 1/3, mais 15 dias em dinheiro. Assim o trabalhador tem mais opções*”. A defesa de uma política de ganhos no varejo, em uma conjuntura de coerção econômica, pode

¹⁰⁴ Ver “Mudança de Humor”. Revista *Época*, 4/10/1999.

¹⁰⁵ Segundo dados do Centro Brasileiro de Pesquisa e Análise, 70% dos metalúrgicos de São Paulo apoiavam o “Contrato Especial” pleiteado pelo Sindicato em 1996 e 60% aceitava discutir a “flexibilização” da CLT “para que novos postos de trabalho fossem criados no país”. Ver “Trabalhador não se alimenta de utopia”. *Folha de S. Paulo*, 23/03/1996.

explicar porque uma ideologia burguesa, tipicamente capitalista, e antisocial torna-se popular.

Nas entrevistas realizadas há um repertório de proposições neoliberais. À auto imagem de “trabalhadores do setor privado que trabalham e pagam impostos”, os metalúrgicos entrevistados contrapunham o trabalhador público, o “privilegiado” que “não trabalha” e “vive dos impostos”. Vejamos dois depoimentos:

“No governo, os caras aproveitam. No privado tem menos corrupção e mais trabalhadores trabalhando. Sou favorável à privatização das escolas e hospitais, pois a assistência particular é mais fácil. Por causa dos convênios, pelo atendimento mais rápido”.

“Estatal é cabide de emprego e com isto não lucra. (...) Com as privatizações ganho pois menos impostos irei pagar”¹⁰⁶.

Havia a expectativa de que as políticas de privatização, de desregulamentação e de abertura combateriam os inimigos das classes populares: privilégios e protecionismos. Também havia, com as privatizações e com a reforma da previdência, a expectativa de que alguma correção seria feita na histórica desigualdade entre os benefícios dos trabalhadores do setor privado, “que pagam impostos”, e do setor público, “que vive dos impostos pagos pelo setor privado”.

Esta revolta popular contra os direitos do servidor público e contra o Estado não é uma mera mistificação, um revanchismo criado pela mídia e pelo governo, que hipnotiza a todos. É certo que ambos vêm fazendo do servidor público o bode expiatório da crise e do atraso do País. Entretanto, se voltarmos à história das políticas sociais no Brasil, veremos como os direitos trabalhistas e sociais são hierarquizados e estratificados¹⁰⁷. Tomemos como exemplo a aposentadoria dos setores público e privado no Brasil. O

¹⁰⁶ Entrevistas realizadas em 26/09/1998, no estádio do Canindé em São Paulo, durante uma assembléia da campanha salarial do SMSP.

¹⁰⁷ Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

valor médio pago pelo INSS em 1997, era de 1,77 salários mínimos (SM)¹⁰⁸. Dezoito milhões de pessoas recebem seu sustento sob a forma de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). No setor público, há aproximadamente três milhões de aposentados e pensionistas que, considerando os três poderes, recebem em média 14 SM. O contraste é significativo. Se tomarmos separadamente as aposentadorias dos três poderes, veremos que aquela média mascara outras discrepâncias. No Executivo federal há cerca de 900.000 inativos com benefícios médios em torno de 4,5 SM; esta média sobe para 34,7 SM no Judiciário e para 36,8 SM no Legislativo. Este quadro de desigualdade de condições de aposentadoria, que vem sendo explorado pelos governos neoliberais, é histórico e objetivo. Ele cria uma base material para a revolta popular contra os funcionários públicos, supostamente “privilegiados” e responsáveis pelas agruras do setor privado e de seus trabalhadores¹⁰⁹.

Vejam agora a terceira estratégia lançada pela Força Sindical para atrair os seus, e também novos, filiados. Trata-se do sindicalismo de serviços. Esta prática sindical vem se constituindo como fonte de recursos públicos, de novos filiados do setor formal e informal da economia e, conseqüentemente, de sobrevida da central. Como sabemos, o peleguismo era sustentado pelo imposto sindical e pelos serviços assistenciais que uma restrita base de associados usufruíam. A CUT surgiu em 1983 opondo-se à estrutura sindical oficial, ao assistencialismo e ao peleguismo. Hoje as centrais estão integradas a esta estrutura, via verbas públicas, particu-

¹⁰⁸ Ver Maria Lúcia Werneck Vianna, “As armas secretas que abateram a seguridade social”. In: Ivo Lesbaupin (org.) *op. cit.*, p. 91-114.

¹⁰⁹ A rigor, a dualidade em relação aos benefícios do setor público e privado e as diferenças próprias do setor privado também foram fomentadas pelo próprio movimento sindical brasileiro. O corporativismo é um traço histórico e um efeito da estrutura sindical oficial. Uma pesquisadora francesa mostra que a “concorrência de crise” entre os trabalhadores é fomentada pelo neoliberalismo. Ver: Suzanne de Brunhoff, *A hora do mercado - crítica do neoliberalismo*. São Paulo, Editora Unesp, 1991, especialmente o capítulo II.

larmente do FAT. A Força Sindical recebe a maior soma de recursos do FAT, com os quais sustenta uma agência de empregos (Centro de Solidariedade do Trabalhador), cursos profissionalizantes e inúmeros serviços assistenciais os quais, numa conjuntura de desemprego e de desmonte dos direitos sociais, podem ter algum efeito imediato sobre as condições de vida dos trabalhadores, particularmente dos informais e aposentados¹¹⁰. Parece ser esta a meta da central ao investir, com o apoio da burguesia, em *shows* e sorteios de prêmios não apenas para seus associados. Esta política de atração de novos sindicatos e de trabalhadores informais, através da propaganda de expansão dos benefícios, é uma estratégia providencial ao sindicalismo de direita e aos governos neoliberais; afinal, o sindicato pode crescer onde o Estado deixa, cada vez mais, de atuar.

3. Conclusão

Procuramos demonstrar que a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo. Ainda que o tenha feito de forma seletiva e não ortodoxa, a central propagandou as supostas virtudes do mercado, desfilou um repertório de orientações ideológicas antiestatais, implementou, em sua base, práticas voltadas à desregulamentação e apoiou as privatizações. Do sindicalismo de resultados até a votação das mudanças na CLT, a central, ao lado da mídia burguesa e dos três governos da década de 90, procurou exportar para as classes populares o senso comum neoliberal – o que lhe confere posição de destaque no processo de constituição da hegemonia neoliberal no Brasil.

¹¹⁰ Em 1992, a Força Sindical recebeu NC221.024.758,00; em 1997 R\$6.000.208,00; em 1998 R\$12.747.000,00; em 1999 R\$19.548.700,00; em 2000 R\$29.510.000,00 e em 2001 R\$48.731.044,00. Agradecemos a Gil Castello Branco, assessor do Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), o fornecimento dos dados levantados no Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI).

O impacto popular do neoliberalismo é um fenômeno sociológico complexo. Tanto mais complexo na medida em que se trata de uma política conservadora e perversa socialmente. Por conta de seu caráter regressivo, a ideologia neoliberal não consegue mobilizar de forma ativa os trabalhadores. Não foram organizadas mobilizações de massa para apoiar as mudanças que a política neoliberal no Brasil pretendeu empreender. Contudo, ao suporem que “*a liquidação do parasitismo estatal passa pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social*”, os trabalhadores foram atraídos por esta ideologia¹¹¹. Nossa conclusão é que significativa parte dos metalúrgicos de São Paulo acreditava que as políticas neoliberais combateriam adversários dos trabalhadores (marajás, servidores públicos), bem como propiciariam algumas melhorias no padrão de consumo (comprar telefone, por exemplo) ou ainda alguma forma de liberalização do trabalho (contratos e jornada flexíveis).

Procuramos também mostrar que a Força Sindical sobreviveu e cresceu apoiando-se nestas estratégias: combatividade na base, sindicalismo de serviços e defesa do antiestatismo. O apoio da central às políticas neoliberais não é, entretanto, incondicional nem homogêneo. A adesão dos metalúrgicos a esse “neoliberalismo de oposição” não se faz integralmente, já que eles também se opõem aos eixos da política neoliberal que buscam liquidar seus direitos sociais e trabalhistas. Esta refração na base da Força Sindical também reverbera nas lideranças – levando em alguns momentos a importantes crises políticas internas. Foram poucas as dissidências no interior da central frente ao modelo neoliberal, mas elas não devem ser menosprezadas na luta política.

As conseqüências perversas da política de abertura econômica levaram a central a criticá-la, bem como a organizar demandas por políticas compensatórias ao desemprego. Quanto às privatizações, destacamos a proposta da central para o enfrentamento da crise energética em 2001, que inclui a suspensão temporária dos leilões

¹¹¹ Ver Décio Saes, op. cit., p.86.

das empresas de energia. Divergências em torno da política de privatizações já existiam desde 1991, quando a central foi fundada. Havia uma polêmica em torno da quebra dos monopólios, defendida doutrinariamente pela direção nacional, mas criticada particularmente pelos sindicatos de funcionários públicos filiados. Em 1995, o que era uma polêmica transformou-se em crise interna. Em função do apoio da direção nacional à quebra dos monopólios, vários sindicatos filiados romperam com a central, entre eles os sindicatos dos Telefônicos de São Paulo e dos Servidores Públicos de Osasco. Não era para menos, afinal, como afirmou um diretor do Sindicato de Osasco, “éramos chamados de sanguessugas”. Por fim, a defesa doutrinária da “substituição da CLT” também gerou uma divergência interna. Durante a votação do PL 5.843/01, em oposição à cúpula nacional, dirigentes da Força Sindical de São Paulo mobilizaram-se e protestaram, em Brasília, contra o projeto de “flexibilização” das relações de trabalho, ao lado da CUT¹¹². Por conta da militante atuação do seu presidente, alguns sindicatos desfiliam-se da central, agravando aquelas divergências¹¹³. As divisões na base são indícios das contradições e limites do neoliberalismo da Força Sindical. O campo cutista deve tirar todas as conseqüências práticas e políticas dessas dissidências e divisões. Para concluir, colocamos ao pensamento crítico e às forças de oposição, a seguinte questão: Como enfrentar a Força Sindical?

¹¹² Ver “Ao Deus dará”, Revista *Força SP*, n. 3, outubro de 2001. Entre os dirigentes contrários ao PL 5.843/01 estão Cláudio Magrão, da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Ramiro de Jesus, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, Ricardo Patah, vice-presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo e Chiquinho Pereira, presidente da Força São Paulo.

¹¹³ A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo, que representa 18 sindicatos e 90 mil trabalhadores, desfiliou-se e a Federação dos Trabalhadores em Papel e Papelão de São Paulo, com 28 sindicatos e 80 mil trabalhadores, questionou a ativa participação de Paulinho na campanha publicitária veiculada pelo governo.

Fazer frente à Força Sindical é tarefa do movimento sindical combativo. É verdade que violência, manipulação e cooptação são históricos recursos da direita. Entretanto, é imperativo acrescentar ao debate sobre a direita sindical as categorias legadas pelo materialismo histórico, em que ideologia e política são objetivas e têm bases sociais e materiais. Por sua vez, as táticas de enfrentamento à central não podem se restringir ao campo da estrutura sindical oficial – via conquista eleitoral, por exemplo. A estratégia de combate deve ser mais ampla. Nos anos 80, a CUT acumulou vitórias sobre o peleguismo, denunciando a estrutura sindical e lutando contra o modelo econômico conservador. Além de retomar estas bandeiras, o movimento operário pode, à medida que lutas antiliberais vão surgindo, avançar na construção do programa socialista. Com um programa socialista em pauta, o movimento operário tem outras armas para confrontar correntes e organizações sindicais de direita. Tem armas, inclusive, para explorar, do ponto de vista revolucionário, as ideologias espontâneas presentes no movimento operário.

ONGs, MOVIMENTO SINDICAL E O NOVO SOCIALISMO UTÓPICO

*Sandra Regina Zarpelon**

Introdução

Estamos assistindo a grandes mudanças nos padrões de atuação dos movimentos sociais e do sindicalismo cutista desde o início da década de 1990. Por um lado, o crescimento das chamadas Organizações Não-Governamentais passa a tomar espaços ocupados anteriormente pelos movimentos sociais e/ou muda seu padrão de atuação – de um padrão combativo e de enfrentamento nas décadas de 1970/80, para um modelo de assistência e competição por recursos públicos e de agências financiadoras internacionais nos últimos anos. Por outro, o sindicalismo da maior **central** do Brasil passa também de combativo para o que se convencionou chamar “sindicalismo propositivo”. A partir de meados da década de 1990, entretanto, a CUT começa a desenvolver uma tendência que poderíamos dizer, *a priori*, de aprofundamento desse sindicalismo propositivo, com o fomento às cooperativas, à economia solidária e à requalificação profissional.

* Mestranda em Ciência Política pela Unicamp e pesquisadora do Cemarx.

Nesse artigo, tentaremos mostrar que esses dois movimentos guardam algumas semelhanças entre si. A semelhança básica é que ambas as mudanças de padrão de atuação apontam para o incremento da assistência social em detrimento da luta por direitos, que caracterizava o período anterior. A desmobilização de seus respectivos agentes como consequência dessas mudanças é outra característica comum. Além disso, podemos apontar um certo pragmatismo político e uma hesitação diante das reformas e políticas promovidas pelos governos de inspiração neoliberal, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso.

Os dois movimentos – a expansão das ONGs e o engajamento cutista no cooperativismo – estão assentados teoricamente no desenvolvimento, por um lado, de uma esquerda não socialista, identificada com as noções de cidadania e sociedade civil e, por outro, de uma esquerda socialista bastante particular que recupera elementos do socialismo utópico do século XIX e os reelabora, formando uma plataforma voltada para a construção de um “socialismo direto”, mas que, apesar de todo esforço feito por seus divulgadores, aproxima-se, no modo de atuação e nos resultados político-práticos, da esquerda não socialista.

1. ONGs: novo movimento social ou nova filantropia?

Há, no campo das organizações não-governamentais, uma heterogeneidade reconhecida pelos analistas. Poderíamos classificá-las segundo sua origem. É o que faz Ana Cláudia Teixeira em sua dissertação de mestrado¹. Segundo sua classificação, encontramos quatro grupos distintos de entidades. Poderíamos chamar um primeiro grupo de derivado dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Nesse grupo estão as organizações que, no período

¹ Ana C. Teixeira. “Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização”, Tese de Mestrado, Unicamp, 2000.

anterior, faziam o trabalho de assessoria e educação política junto aos movimentos a que pertenciam. Um segundo grupo contém ONGs mais recentes e que mantêm relações mais diretas com entidades filantrópicas – ou eram entidades assistenciais que se autodenominam ONGs ou são ONGs que nascem especificamente no campo da filantropia. Num terceiro grupo estariam as organizações que se confundem com o movimento social que integram; são entidades ligadas ao movimento ambientalista, de apoio e defesa de populações indígenas ou de portadores do vírus HIV, por exemplo. Um último grupo está relacionado diretamente com o que se convencionou chamar terceiro setor. Ou seja, são entidades e fundações criadas por empresas ou empresários.

Se fizéssemos uma reclassificação segundo o critério de atuação – predominantemente assistencial e baseada em projetos ou não – chegaríamos a outro resultado. Teríamos um vasto campo que englobaria, apesar das diferenças de origem e de autodenominação, os dois primeiros grupos e ainda algumas entidades citadas no terceiro grupo, como as de apoio aos portadores do vírus HIV. Como ONGs que poderiam ser chamadas de movimentos sociais ficariam apenas as ambientalistas, nos moldes do Greenpeace e, talvez, as de defesa de povos indígenas. Além desses elementos, teríamos todo o terceiro setor, ligado às fundações empresariais. Isso quer dizer que, se tomado o padrão de atuação, as ONGs, em sua esmagadora maioria, estão inseridas no campo da filantropia ou assistência social, ainda que com ressalvas no interior do campo. O que estamos dizendo é que uma separação estanque entre as ONGs que fizeram assessoria aos movimentos sociais nas décadas anteriores e as novas organizações, formadas já no boom dos anos 90 e ligadas à filantropia ou à assistência social, não dá conta do modo de inserção política dessas entidades e das conseqüências e resultados políticos e práticos dessa inserção.

Não há como fazer uma classificação categórica das organizações segundo suas origens e intenções porque uma grande parte delas atua da mesma forma, usando os mesmos métodos, os mes-

mos recursos e, principalmente, chegando aos mesmos resultados políticos e práticos, ainda que suas intenções sejam diferentes. Desta forma, entendemos que a heterogeneidade existente no campo das Organizações Não-Governamentais não impede a existência de congruências nos resultados políticos e práticos obtidos por sua intervenção na área de políticas sociais.

Nesse artigo, referimo-nos basicamente às organizações dos primeiro e segundo grupos. É claro que as fundações empresariais contribuem – e muito – para a difusão do ideário neoliberal sobre políticas sociais, mas a nossa intenção é entender como esse ideário penetra nas classes dominadas a partir de seus próprios movimentos.

As congruências entre as diferentes ONGs estão fundamentalmente no modo de atuação e no financiamento. Quanto à forma de atuação, ela se dá através de projetos, cujo público-alvo são os segmentos mais vulneráveis das populações periféricas das grandes cidades. Já em relação ao financiamento, essas organizações dependem basicamente da captação de recursos junto aos três níveis de governo – municipal, estadual e federal – e/ou diretamente junto às agências internacionais – Banco Mundial e BID, principalmente. Mais adiante, voltaremos a discutir esses dois pontos de aproximação entre as ONGs e suas conseqüências políticas e práticas. Antes disso, seria interessante levantar a discussão que se trava entre os defensores – dentro do chamado campo progressista – e os críticos da expansão das ONGs e de sua atuação política.

A defesa das ONGs, feita a partir do chamado campo progressista, pode ser detectada através de dois focos – uma defesa militante e uma defesa teórica. A defesa militante traz consigo o pragmatismo, do tipo “se o Estado não faz, alguém tem de fazer”. O pragmatismo está presente também na captação de recursos, evidenciado na fala de Waldemar Boff, militante de ONG e vereador de Petrópolis: “...Tanto faz a origem do dinheiro, se ele viabiliza as questões públicas dos excluídos. Este é o nosso ponto”². A defesa

² Waldemar Boff, “ONGs e Movimento Popular”, in Hebe S. Gonçalves (org.), *Organizações Não Governamentais Solução ou Problema?* São Paulo, Ed. Estação Liberdade, 1996, p.89.

pragmática vem acompanhada da ênfase que deve ser dada pelas organizações do campo progressista à dimensão educativa da ação assistencial prestada. Assim, as organizações que se colocam como progressistas entendem ser possível aliar pragmatismo com conscientização, sempre com a intenção de se diferenciarem das organizações que, segundo sua visão, colaboram com as políticas neoliberais.

A defesa teórica é mais complexa e justifica não somente a ação das ONGs, mas outras transformações pelas quais os movimentos sociais vêm passando nos últimos doze ou treze anos no Brasil. Também essa defesa teórica está contaminada pela defesa militante, já que muitos dos intelectuais que a difundem estão envolvidos com ONGs ou fundações do terceiro setor. Podemos entender tal defesa através da ênfase dada a noções como sociedade civil, esfera pública, espaço público, redes de movimentos sociais, campo ético-político, etc.. Essa vertente teórica está fundamentada nas teorias de esfera pública e ação comunicativa de Habermas, ainda que muitos textos contenham críticas ao modelo de esfera pública desenvolvido por esse autor. Podemos considerá-las matrizes porque as críticas feitas a elas aparecem mais como um desenvolvimento teórico do que como uma crítica de fundo.

O embasamento para uma defesa teórica das ONGs é buscado na expansão dos movimentos sociais na década de 1970. Isso porque teria sido esse o período de formação da chamada “sociedade civil” brasileira. O termo sociedade civil, segundo esses estudiosos, passa a ser utilizado no Brasil a partir, então, da década de 1970, com o “surgimento e generalização de um conjunto de organizações e associações civis”³. O surgimento desse associativismo pode ser explicado, segundo os autores, pelo fechamento de canais institucionais de reivindicação e participação no período de ditadura

³ Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, “Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática”, *Revista Idéias*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, ano 5/6, 1998/1999.

militar. Essas entidades e movimentos surgidos na década de 1970 teriam, assim, um objetivo comum – a luta pela democratização –, apesar das diferenças entre eles. Seguindo essa lógica de explicação, com a democratização e o aparecimento de canais formais de participação, a “sociedade civil” passa a enfrentar novos desafios. O novo cenário conta principalmente com uma maior possibilidade de negociação com o Estado e de participação nos “novos canais” abertos pela democratização. Dentro desse novo cenário temos, então, o desenvolvimento de “parcerias” entre Estado e organizações da chamada sociedade civil e a tendência à profissionalização e institucionalização dos movimentos sociais e das ONGs que antes prestavam assessoria aos movimentos populares. Além disso, já não há aquele objetivo comum unindo essas entidades e movimentos, que apresentam agora uma grande pluralidade de “projetos”.

São nas mudanças ocorridas nesse segundo momento nos movimentos sociais e nas interpretações feitas por parte dos estudiosos desse campo que encontramos as justificativas da defesa teórica da atuação das ONGs e do terceiro setor. Se parte dos analistas entendem a década de 1990 como período, senão de crise, pelo menos de refluxo dos movimentos sociais – análise ancorada na baixa mobilização e na expansão tanto numérica quanto em relação à ocupação de espaço político pelas ONGs –, a parcela dos analistas que se baseia nas teorias habermasianas vê a década de 1990 como redefinição e desenvolvimento político dos movimentos sociais. A conjuntura democrática, ao abrir outros canais de participação, que não a simples manifestação/mobilização, teria desencadeado uma queda na visibilidade desses movimentos. A década de 1990 formaria, segundo essa visão, um quadro mais complexo, mas não haveria crise ou refluxo nos movimentos sociais; eles estariam passando por uma reformulação – de uma fase mais reativa para uma fase propositiva/institucional.

Para dar conta desse novo momento, analistas dessa corrente criaram e utilizam os conceitos de teias e redes de movimentos sociais: “...Os conceitos de redes (network organizations) ou teias

(webs) nos parecem frutíferos para pensarmos estas articulações, na medida em que se reportam a uma multiplicidade de atores, grupos, temas e discursos que interagem, seja se organizando formal ou informalmente, ou instituindo novos espaços e campos discursivos”⁴. No cenário das articulações entre as organizações da dita sociedade civil e destas com as diversas instâncias do governo, segundo esse tipo de análise, haveria uma disputa em torno do próprio termo sociedade civil. Assim, o termo teria um significado divulgado pelos governos e teóricos que difundem o ideário neoliberal, que se contrapõe ao significado que agentes de entidades e organizações da sociedade dão a ele, inclusive ONGs consideradas progressistas. Esse segundo significado teria como mote o “fortalecimento da participação política dos cidadãos no sentido do ‘pertencimento’ coletivo, de tornar visíveis os problemas e injustiças sociais e de co-gestão das políticas públicas”⁵. As próprias ONGs estão sujeitas a essa disputa de significado. Assim, existiriam organizações comprometidas tanto com o primeiro quanto com o segundo significado, evidenciando uma divisão entre ONGs progressistas e aquelas comprometidas com o ideário neoliberal e que operam com um significado de sociedade civil de teor conservador.

Com a mudança de cenário apresentada anteriormente e caracterizada pela abertura democrática, a ênfase dada aos movimentos sociais e às organizações da denominada sociedade civil deve estar, segundo a corrente em questão, no propositivo, no profissional, no institucional e no negociado. Apesar de as ONGs constituírem atores sociais que respondem às expectativas do desenvolvimento da atuação da chamada sociedade civil, os analistas comprometidos com esse ideário não deixam de admitir o “perigo” de reafirmar políticas sociais de cunho neoliberal a que essas organizações estão submetidas. Mas, apesar desse reconhecimento, a solução seria, simplesmente, as organizações se manterem do “lado progressista”.

⁴ Idem, p. 27.

⁵ Ibidem, p.30.

Isso porque sua atuação aprofundaria a democracia e contribuiria para a construção de novos espaços públicos no Brasil.

Houve, em junho de 2000, na Unicamp, um encontro/debate intitulado “Os Movimentos Sociais, a Sociedade Civil e o Terceiro Setor na América Latina: Reflexões Teóricas e Novas Perspectivas” que pode nos dar um panorama dessa divisão entre “boas” e “más” ONGs. Esse encontro contou com vários intelectuais ligados à área e foi apoiado pela Fundação Rockefeller, através do Programa de Bolsas para Humanidades da referida fundação. Os debates realizados em dois dias de encontro foram gravados e transcritos e acabaram publicados em um caderno Primeira Versão da Unicamp – uma publicação interna do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade –, sob organização de Evelina Dagnino e Sonia Alvarez.

A análise das opiniões contidas nessa transcrição permite vislumbrar as bases em que a defesa das ONGs e sua atuação se dão. Vários dos intelectuais presentes, senão todos, têm algum tipo de envolvimento pessoal/profissional com alguma ONG ou fundação empresarial do terceiro setor. Uma fala de Sílvio Caccia Bava (Instituto Pólis, ex-presidente da ABONG – Associação Brasileira de ONGs) ilustra bem o pragmatismo e a divisão que intelectuais/militantes fazem entre ONGs progressistas e “as outras”: “...Eu quero me declarar reformista, quero dizer que tomo dinheiro do BID, do Banco Mundial, nos pequenos trabalhos que a gente faz, mas que pretendo estar na turma do bem”⁶. Outra fala interessante, que mostra o pragmatismo desses teóricos militantes, é a de Kathryn Hochstetler (Colorado State University, EUA). Em resposta às críticas sofridas pelas ONGs em relação ao uso que o Estado faz delas para se desobrigar de responsabilidades nas áreas sociais e ao caráter fragmentário e pontual de suas intervenções, a autora afirma: “...Mas

⁶ Sílvio Caccia Bava, *in*: Evelina Dagnino e Sonia Alvarez (orgs.), “Os movimentos sociais, a sociedade civil e o “terceiro setor” na América Latina: reflexões e novas perspectivas”, *Primeira Versão*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, nº 98, 2001, p.33

quando eu penso se determinada pessoa deve comer ou deve esperar, e eu sei que isso é um jeito ruim de fazer a coisa, mas eu sempre acho que a pessoa deve comer hoje, acho que não tem jeito de nenhuma pessoa esperar mais um dia para comer.”⁷. Com esses dois exemplos, mostramos a defesa do pragmatismo feita por ONGs consideradas “de esquerda”. Esse pragmatismo será contestado por nós mais adiante, quando tratarmos das críticas a essas organizações.

Não podemos deixar de registrar que há preocupações por parte desses teóricos militantes em relação ao uso que governos neoliberais podem fazer dessas organizações progressistas. Essa preocupação fica clara quando o debate se dá em torno do termo “parceria”. Há uma espécie de horror à palavra por parte dos debatedores presentes ao encontro, chegando ao ponto de Bava sugerir o desaparecimento do termo. Parece-nos que, novamente, teríamos parcerias “do bem” e parcerias “do mal”. Dessa forma, por exemplo o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos, de São Paulo) e o Orçamento Participativo (implementado por prefeituras do PT) são consideradas parcerias que aprofundam a democracia e ampliam os espaços públicos, promovendo a verdadeira participação da “sociedade civil”. Já parcerias feitas entre o Banco Mundial e ONGs da Amazônia não são bem vistas, pois todas as diretrizes de atuação são determinadas pelo banco. Nesse ponto, os analistas demonstram a preocupação que têm com a manutenção de uma autonomia em relação ao seu financiador.

Ainda nessa linha de parcerias boas e ruins, Dagnino levanta a existência de uma “confluência perversa” entre dois “projetos”; o projeto político da parte progressista das ONGs e do terceiro setor e dos movimentos sociais de maneira geral, e o projeto político de governos que adotam programas de cunho neoliberal para as áreas sociais. Essa “confluência perversa” se daria principalmente pela importância atribuída a uma sociedade civil organizada, ativa e propositiva, presente nos dois projetos. “A perversidade da con-

⁷ Kathryn Hochstetler, *in*: Evelina Dagnino e Sonia Alvarez (orgs.), *op. cit.*, pp. 30/31.

fluência... está no fato de que ambos esses projetos requerem a mesma coisa: uma sociedade civil ativa, participativa, e eu diria, com ressalvas, propositiva”⁸.

Esboçamos, dessa maneira, um panorama mínimo da defesa da atuação das Organizações Não-Governamentais feita por intelectuais engajados nesse campo. Passaremos, a partir de agora, a traçar as críticas feitas por nós e por outros estudiosos e analistas.

As críticas feitas à atuação das organizações não-governamentais são muito diversificadas, demonstrando o quão polêmico é esse campo. Temos desde as críticas feitas pelas ONGs que se consideram progressistas àquelas organizações de caráter meramente filantrópico e afinadas ideologicamente com o neoliberalismo, ou simplesmente oportunistas, que não prestam contas dos recursos utilizados, até críticas mais profundas, que tomam a atuação dessas organizações como um todo, analisando sua estrutura de funcionamento.

Boa parte das críticas feitas a essas organizações diz respeito ao fato de que elas sempre utilizam, de alguma forma, recursos públicos para a sua manutenção, ainda que seja na forma de isenção fiscal⁹. Dessa maneira, essas organizações usam dinheiro público, mas não estão submetidas às prestações de contas que esse uso requer. Ainda no âmbito das relações público/privado, ocorre uma certa “promiscuidade” entre membros de prefeituras – principalmente ligados às áreas sociais – e ativistas de ONGs. São Secretários de governo, responsáveis pela liberação de verbas, que atuam em organizações que se candidatam àquela mesma verba.

Podemos considerar as ONGs como fonte de emprego para a classe média pois, com a diminuição dos quadros da burocracia – clássica fonte de emprego para técnicos da classe média –, as Organizações Não-Governamentais oferecem um atrativo a mais. Muitos poderiam dizer que esse fato não constitui crítica, mas temos de res-

⁸ Evelina Dagnino, *in*: Evelina Dagnino e Sonia Alvarez (orgs.), *op. cit.*, p. 26.

⁹ Fúlvia Rosemberg, “Sociedade civil como parceira do estado na prestação de serviços, *in*: Hebe S. Gonçalves, *op. cit.*

saltar que esses técnicos estão prestando serviço de caráter público e recebendo salários/honorários que, de maneira crescente, advém de recursos públicos, mas sua atuação não está submetida ao controle que essa prestação de serviço deveria sofrer. As ONGs, apesar de apregoarem que ampliam a democracia, não criam canais para o controle da ação do Estado, muito menos das suas próprias ações.

O crescente aumento de financiamento público direto das ONGs revela bem o interesse de governos em incentivar um tipo de atuação que lhes tira o peso da responsabilidade por serviços precários. Segundo dados preliminares, na década de 1970, o financiamento público dessas entidades correspondia a somente 10% do financiamento total, em 1985, esse financiamento já era de 30% e, em 1993, 50%¹⁰. O crescimento do financiamento público a essas organizações coincide com a chamada crise do Estado ou, mais especificamente, com a investida neoliberal. É nesse contexto que as ONGs ganham visibilidade, recursos e ampliam sua participação na prestação de serviços antes considerados de domínio público, através das chamadas parcerias com o Estado¹¹.

Todas essas críticas são interessantes e ressaltam ainda que parcerias entre Estado e sociedade civil não são novidade no Brasil e que a filantropia tradicional sempre se valeu dessas parcerias. Muitos críticos não consideram as ONGs como algo verdadeiramente novo, mas como algo velho com roupagem nova. Assim, as ONGs estão muito mais próximas da filantropia do que gostariam, com a diferença que o voluntariado é substituído pelo profissional de classe média, que faz carreira nesse tipo de ação assistencial. E isso vale para aquelas que se consideram progressistas também, já que sua atuação não difere muito das organizações criadas dentro da lógica assistencialista. Essa ação assistencialista, característica das ONGs, pode ser associada sim à desmobilização e à diminuição

¹⁰ Hebe S. Gonçalves, “O Estado diante das Organizações Não-Governamentais”, *op. cit.*, p. 55

¹¹ Idem, p. 55.

da capacidade de reivindicação de movimentos populares. Se antes as classes dominadas e populações vulneráveis voltavam suas reivindicações para o Estado, numa clara intenção de ampliar direitos universais, agora suas reivindicações se voltam para as próprias ONGs, e os serviços prestados aparecem como dívidas de pessoas ou entidades “comprometidas” com a “erradicação da miséria”, e não como um direito que, na verdade, está-lhe sendo negado pelo Estado e mal executado pelo setor privado “sem fins lucrativos”. A precariedade é vista não como uma falha no sistema estatal, que deveria sofrer o controle popular de suas políticas, mas como uma situação limite em que “pelo menos alguém está fazendo algo pelos ‘pobres’”. A desmobilização é inevitável.

As mais importantes críticas da atuação dessas organizações são aquelas que relacionam sua atuação ao atual estágio de penetração da ideologia e das políticas neoliberais no interior das classes dominadas. James Petras talvez seja o crítico mais contundente da ação dessas organizações, e não por acaso é também tomado como exemplo de “visão atrasada”, de uma esquerda ultrapassada pelos teóricos da “sociedade civil”. Prestemos atenção nas palavras de Sonia Alvarez, conhecida ativista do terceiro setor: “Uma última coisa, vocês devem conhecer um artigo clássico do James Petras, que tem uma posição extrema, e uma das coisas que ele fala, porque ainda está nos dias da ‘teoria da conspiração’ das ciências sociais latino-americanas, é que as ONGs estão sendo propositalmente promovidas pelos poderes nefastos do imperialismo para justamente apaziguar, controlar os movimentos sociais, que é uma estratégia de substituição deliberada, nada é inocente”¹². A tentativa de ridicularizar qualquer análise que leve em conta o imperialismo é clara. Mas é bastante difícil explicar o incentivo mais que intenso que essas organizações têm tido por parte de agências claramente engajadas com a difusão de políticas neoliberais, como o Banco Mundial, e de governos igualmente comprometidos com as

¹² Sonia Alvarez, in: Evelina Dagnino e Sonia Alvarez (orgs.), *op. cit.*, p.9

reformas voltadas para o mercado senão recorrendo às estratégias das classes dominantes. Não levar isso em conta é não reconhecer que as classes dominantes têm políticas e estratégias para alcançar seus objetivos. Se o objetivo é “diminuir o tamanho do Estado” nas áreas sociais, e sabendo que essa redução da presença do Estado pode gerar mobilização social e grandes manifestações, nada mais corriqueiro que incentivar qualquer iniciativa para acalmar esses “agentes”; ou será que os militantes dessas organizações entendem que o Banco Mundial ou o governo brasileiro despejam recursos para o seu financiamento por uma questão de “solidariedade”?

Aliás, o financiamento das Organizações Não-Governamentais é um dos pontos fundamentais que caracterizam sua ação. Podemos dizer, assim como James Petras, que as ONGs “dão ênfase a projetos, não a movimentos”¹³. Esses projetos são desenvolvidos especialmente para captar recursos junto aos organismos internacionais ou governos locais ou nacionais. As contas são prestadas a esses financiadores, não às populações atingidas pelos projetos. O próprio financiamento dessas entidades, por mais que algumas se autodenominem progressistas, determina o seu modo de atuação. Não há ONG contestatória do *status quo* exatamente porque sua sobrevivência depende da doação de organismos comprometidos com esse *status quo*. Não é por acaso que, nas poucas oportunidades de manifestação e mobilização contra as políticas neoliberais, não houve a presença de ONGs. Elas não constituíram, em momento algum, parte da resistência às privatizações, por exemplo. Enquanto pequena parte do sindicalismo estava tentando resistir ao desmonte do parque industrial brasileiro e à venda de empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, as ONGs estavam preocupadas em montar projetos de “desenvolvimento alternativo”, focando suas forças num sistema de auto-ajuda que não leva as camadas mais vulneráveis da população a lugar

¹³ James Petras, *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*, Petrópolis, 2000.

algum. “[as ONGs] se mostraram ativas na criação de projetos privados, promovendo o discurso da iniciativa privada (auto-ajuda) ao dedicar-se ao fomento de micro-empresas nas comunidades pobres. Enquanto os ricos criavam vastos impérios financeiros a partir das privatizações, profissionais de classe média, que trabalhavam nas ONGs, recebiam pequenos fundos para financiar suas oficinas, seus gastos com transporte e suas atividades para promover atividades econômicas em pequena escala”¹⁴.

Por fim, não é possível propalar a suposta autonomia e independência das ONGs em relação ao Estado – muito menos aos financiadores internacionais – quando a simples sobrevivência dessas organizações depende do dinheiro do governo e das agências internacionais. Se uma organização qualquer tiver a pretensão de usar esses recursos para mobilizar setores do movimento social contra as políticas neoliberais, fatalmente a fonte de recursos secará, e sempre haverá a justificativa da “falta de eficácia” de tal e tal projeto desenvolvido pela entidade. Dessa forma, a atuação dessas organizações está inevitavelmente amarrada ao seu financiador, apesar da insistência geral das ONGs autodenominadas progressistas em se diferenciarem das por elas chamadas ONGs assistencialistas. Por mais que algumas – e nem tão poucas assim – organizações se coloquem como flanco de resistência ao neoliberalismo, sua atuação por projetos, em detrimento de uma atuação pela ampliação de direitos universais, que caracteriza a ação em movimentos, e sua sobrevivência econômica atada aos governos comprometidos com a ideologia neoliberal e ao Banco Mundial, BID, etc. colocam-nas como difusoras de um antiestatismo conservador que é característica integrante da ideologia neoliberal, reforçando ou promovendo a difusão desse ideário entre as classes dominadas. Além disso, não podemos esquecer que a atuação por projetos é responsável pelo aprofundamento da fragmentação dos movimentos sociais, já que eles passam a concorrer entre si por recursos.

¹⁴ James Petras, apud: Antônia Rangel, “Uma visão crítica sobre as ONGs”, *Revista Debate Sindical*, São Paulo, CES, ano 15, n° 38, jun/jul/ago 2001.

Consideramos o crescimento, em número e em importância política, das ONGs como parte fundamental das políticas sociais que acompanharam as reformas voltadas para o mercado, que vêm sendo desenvolvidas desde a eleição de Fernando Collor de Mello, mas que ganharam força mesmo sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. As Organizações Não-Governamentais servem muito bem aos propósitos de políticas sociais liberais. Se tomarmos as características mais gerais das políticas sociais defendidas pelo Banco Mundial em seus textos de difusão, notaremos como as ONGs podem exercer, e exercem, papel fundamental. As principais características são a focalização dessas políticas sob os “mais pobres dentre os pobres”, o caráter privatizado e de assistência-beneficência das políticas e a descentralização, com apelo à participação popular¹⁵. A focalização das políticas sobre os extremamente pobres leva governos comprometidos com as reformas neoliberais à necessidade de identificação dessa população-alvo. É nesse aspecto que as ONGs são úteis. Sua proximidade e relação com os movimentos sociais e com as periferias das grandes cidades deixam-nas em condição privilegiada junto a esses governos, que podem promover seus projetos. A focalização, assim, abre caminho à privatização. Se os governos e agências internacionais se valem das ONGs na identificação da sua população-alvo, nada mais eficaz que promover seus projetos, obtendo a privatização tão propalada como modo de assegurar a eficiência no uso dos recursos. A terceira característica – a descentralização com apelo à participação popular – confunde-se com o próprio discurso dos defensores das Organizações Não-Governamentais, principalmente no que diz respeito à participação popular. É claro que essa participação, tal como é pensada pelos “ongueiros” só pode se dar no nível local, já que não se trata de controlar políticas sociais universais, mas de executar projetos de assistência e auto-ajuda, de auto-desenvolvimento, etc.. O

¹⁵ Pierre Salama e Jacques Valier, *Pauvretés et Inégalité dans le Tiers Monde*, Paris, 1994.

espaço local é o espaço da caridade/filantropia por excelência, enquanto que o espaço nacional é aquele voltado para os direitos universais¹⁶. É nesse aspecto que a ação das ONGs, independentemente de suas intenções ou de seu *pedigree*, promove a desmobilização e limita a luta por direitos universais.

Salama e Valier, em texto já citado, anexam mais dois elementos a essas três características básicas: Uma política de repressão às reivindicações de trabalhadores urbanos organizados – que nós estendemos, no caso brasileiro, à repressão de movimentos contestatórios rurais, basicamente às mobilizações do MST – e a complementação dessas políticas com o apoio ao desenvolvimento do setor informal, sempre sob a lógica da liberalização de mercados dos entraves estatais e da denúncia da incapacidade de integração dos “excluídos” pelo Estado, num claro antiestatismo de tipo conservador.

Mesmo que tomemos os resultados dos projetos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais, seu tipo de ação não se justifica. Os resultados práticos de políticas focalizadas são bastante restritos, já que têm aplicação limitada tanto no tempo quanto no espaço, ou seja, não conseguem distribuir serviços nem ao menos aos que eles chamam de populações mais vulneráveis. Além disso, a natureza dos serviços prestados é, geralmente, precária, já que os projetos são fragmentados e não mobilizam grandes orçamentos; mesmo porque a economia é um dos pontos fundamentais do investimento governamental na “sociedade civil”. São esses os resultados práticos: uma precarização dos serviços e uma regressão social, evidenciadas pelo aumento das desigualdades sociais e da pobreza absoluta e pela degradação do sistema de proteção social que, se antes não beneficiava a todos, hoje tem perspectiva ainda mais pessimista quanto a uma cobertura total.

Os resultados políticos da atuação das ONGs podem ser medidos de acordo com a contenção social e a legitimação de governos de inclinação neoliberal. Segundo Salama e Valier, as políticas

¹⁶ Idem.

econômicas neoliberais são vistas, em boa medida, como benéficas, já que o processo hiperinflacionário foi neutralizado. Além disso, os teóricos e governos neoliberais passaram a fazer a crítica da intervenção do Estado, principalmente do setor de proteção social. Essa crítica estava e está baseada em dois fatos reais: que o Estado providência nos países periféricos não conseguia atingir as populações mais pobres e o desvio, ao longo da burocracia – de recursos destinados aos projetos sociais¹⁷. É nessa medida, tomados esses dois elementos do sistema de proteção social falho que vigorava no Brasil, que as políticas sociais focalizadas praticadas pelo voluntariado e pelas Organizações Não-Governamentais aparecem como benéficas, ou são, pelo menos, justificadas.

Essas características do sistema brasileiro de proteção social impulsionam, em grande medida, o antiestatismo presente nos movimentos sociais e em parte das ONGs que se colocam no campo progressista. Esse antiestatismo alimentou as análises dos teóricos dos movimentos sociais que reforçam ou utilizam o conceito ambíguo – para dizer o mínimo – de sociedade civil. É para reforçar a ação da dita sociedade civil que se mobiliza esse antiestatismo que poderíamos chamar de progressista. Ocorre que, quando as ONGs aceitaram desempenhar o papel de executoras de pequenos projetos assistenciais, passaram a colaborar com o outro antiestatismo, o conservador, que não prevê o controle das políticas públicas pela população, mas a simples transferência de responsabilidades do Estado para entidades laicas ou religiosas, profissionais ou voluntárias, numa clara privatização das políticas sociais.

Ao tomarem como base de suas argumentações o conceito de sociedade civil e as teorias habermasianas da ação comunicativa e da esfera pública, os defensores do modelo de atuação das ONGs e do terceiro setor apostam na possibilidade da construção de consensos, da redução de conflitos e interesses de classes a um denominador comum. Retomando o referencial teórico habermasiano,

¹⁷ Ibidem, p.142.

num plano geral, ocorre a substituição da luta de classes pela construção de uma teoria da racionalidade ocidental, como elemento central das análises¹⁸.

Em seu modelo teórico, Habermas reconhece duas formas de racionalidade: uma instrumental, estratégica ou funcional, representada pela economia de mercado e pelo Estado e mediada pelo dinheiro e pelo poder; e uma racionalidade comunicacional, comunicativa ou simbólica, baseada no consenso adquirido através de meios lingüísticos e representada pela família, associações voluntárias e esfera pública. A racionalidade instrumental, dessa forma, é considerada uma forma normal de racionalidade e permanece assim desde que não contamine os espaços em que impera a racionalidade comunicativa, ou seja, desde que os subsistemas Estado e mercado – com seus representantes poder e dinheiro – não “colonizem” o que Habermas chama de “o mundo da vida”, representado pelas relações e ações da esfera pública e da esfera íntima. Ao seguirmos a lógica das preocupações do autor, podemos dizer que ele entende ser possível que a racionalidade funcional ou instrumental fique confinada aos subsistemas estatal e econômico, ainda que como perspectiva. Isso porque, o mal maior do mundo moderno, para Habermas, é exatamente a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental. São exemplos que contradizem essa realidade que fazem com que o autor veja como perspectiva a separação das duas formas de racionalidade. Dessa forma, são iniciativas da esfera pública e de associações voluntárias que dão cor à utopia habermasiana.

A racionalidade comunicativa de Habermas tem a característica de uma racionalidade prática, como bem colocou Löwy: “Portanto, existiria a possibilidade de uma resolução racional dos conflitos de valores, graças a um modelo pragmático, que coloca em primeiro plano a discussão pública e racional dos interesses presentes na

¹⁸ Michael Löwy, “Habermas e Weber”, *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, nº 09, 1999.

sociedade, discussão cujo horizonte permanece a produção consciente de normas ético-jurídicas universais”¹⁹.

Algumas críticas podem ser feitas ao modelo habermasiano de racionalidade ocidental, e o foram efetivamente. Para os propósitos desse artigo, ficaremos apenas na crítica ao caráter demasiadamente otimista do modelo de ação/racionalidade comunicativa, à possibilidade vista por Habermas de construção de consensos e redução de conflitos e valores a um mesmo denominador. Falta ao autor uma boa dose de pessimismo quanto à eficácia da argumentação racional; pessimismo presente aliás tanto em Weber, quanto em Marx e nos frankfurtianos – autores reivindicados por Habermas para a sua construção teórica. “A utopia neo-racionalista desse [Habermas] é sedutora, mas fundada sobre ilusões tipicamente liberais acerca das virtudes miraculosas da ‘discussão pública e racional dos interesses’, a produção consensual de ‘normas ético-jurídicas’, etc. como se os conflitos de interesses e de valores entre classes sociais, ou a ‘guerra dos deuses’ na sociedade atual entre posições morais, religiosas ou políticas antagônicas pudessem ser resolvidas por um simples paradigma de comunicação intersubjetiva, de livre discussão racional”²⁰. Habermas não leva em conta nem a irredutibilidade de valores morais, religiosos, etc. e conflitos de classe, nem o poder alienante da racionalidade instrumental; entende que a solução dos conflitos da sociedade moderna está numa espécie de reconciliação dos valores e conflitos através da sua discussão pública e livre, deslocando o foco da luta de classes – que leva em conta a relação de forças entre as classes envolvidas no conflito e a irredutibilidade dos interesses – para uma racionalidade prática, baseada na discussão racional, e que subentende uma igualdade de condições e de força entre classes ou grupos sociais desiguais, porque haveria o reconhecimento do outro e de seus

¹⁹ Idem, p.85.

²⁰ Ibidem.

argumentos²¹. Não há dominação, mas consenso baseado na “autoridade do argumento”, na participação de todos sem coação e sem constrangimento.

Devemos ressaltar que há críticas ao modelo habermasiano que são absorvidas pelos teóricos da sociedade civil que dão sustentação à defesa da atuação das ONGs e, de alguma forma, do sindicalismo participativo. Hanna Arendt é colocada como crítica das posições de Habermas acerca da construção de consensos. O consenso, segundo essa autora, nunca é estável. Assim, ele apareceria mais como uma eterna renovação de acordos provisórios. O importante não seria, então, o próprio consenso, mas o processo de reconhecimento das diferenças, ou seja, a ênfase em Arendt está na fase pré-consenso de Habermas. Um passo à frente na crítica ao modelo habermasiano dá Nancy Fraser, que coloca as dificuldades de comunicação entre agentes/atores desiguais *nos espaços públicos convencionais*. A esfera pública aparece, assim, como espaço privilegiado das classes/raça/sexo dominantes. A partir dessa constatação, a autora não se encaminha para o passo seguinte que seria a da irredutibilidade de interesses, mas propõe a construção de *contrapúblicos* ou *públicos alternativos*. Nesses contrapúblicos, “grupos sociais marginalizados” – termo usado pela autora – poderiam formular seus interesses e afirmar sua identidade longe do olhar dos grupos dominantes. As formulações produzidas nos diversos contrapúblicos serviriam para dinamizar a esfera pública oficial e pressioná-la para a inserção de novos interesses e demandas²².

O modelo de Fraser de esfera pública é o usado basicamente pelos defensores da atuação das ONGs e, como já delineamos anteriormente, não constitui um rompimento com o modelo habermasiano.

²¹ Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

²² As considerações sobre esfera pública e construção de consensos em Arendt e Fraser estão em Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, “Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática”, *Revista Idéias*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, ano 5/6, 1998/1999.

Talvez o modelo de Fraser se constitua num desdobramento do modelo de Habermas, já que não descarta a possibilidade de construção de consensos baseados na discussão, apenas desloca ligeiramente essa questão para as dificuldades de uma argumentação igualitária entre desiguais, sem fazer uma crítica radical a essa concepção de resolução de problemas. Dessa forma, ainda que alguns intelectuais tenham restrições às concepções de Habermas, são essas que os orientam.

Podemos dizer que a noção da possibilidade de construção de consensos, de redução dos interesses de trabalhadores, empresários e governo a um mesmo denominador perpassa, principalmente no início, o chamado sindicalismo propositivo da CUT. Não temos certeza da influência teórica de Habermas sobre os defensores desse tipo de ação sindical no interior da referida central, mas podemos notar algumas semelhanças entre as concepções. Não é por acaso que os teóricos “movimentalistas” que defendem a ação das ONGs defendem também as câmaras setoriais automotivas, constituídas no governo Itamar e que são consideradas até hoje o auge desse sindicalismo propositivo, ou, ao menos, seu vô mais ousado.

2. Sindicalismo cutista nos anos 90: de propositivo a executor?

Vários fatores devem ser considerados quando pensamos as mudanças por que passa o sindicalismo da CUT a partir do início da década de 1990. Andréia Galvão nos dá um panorama dos elementos que contribuíram para a mudança no padrão de ação sindical da central – de uma ação baseada na greve e no confronto, presente desde o nascimento do chamado “novo sindicalismo” e que se estendeu por toda a década de 1980, para um sindicalismo mais participativo, que pretende elaborar propostas “viáveis” de alcance nacional, em todas as áreas. Não reproduziremos aqui todos esses elementos que compõem o quadro da mudança, apenas queremos ressaltar alguns. A perspectiva de ascensão do Partido dos Traba-

lhadores ao governo, com a possibilidade real de vitória de Lula nas eleições presidenciais de 1989 criou um campo propício para esse tipo de estratégia sindical, afinal havia a perspectiva de um governo democrático-popular e bastante ligado à própria central. A derrota de Lula trouxe, assim, grande abatimento não só à CUT, mas a grande parte dos movimentos populares do campo progressista. A “crise da esquerda”, com a queda do Leste Europeu, contribuiu para afastar ainda mais qualquer possibilidade de transformação global; e a ascensão do neoliberalismo, com a eleição de Collor de Mello, impulsionando a reestruturação produtiva e a abertura do mercado, e a ofensiva sobre as organizações dos trabalhadores completam um quadro que levou o sindicalismo progressista da CUT a entrar num período de refluxo²³. A conjuntura não mais era favorável ao sindicalismo combativo que vigorou na década de 1980. Apesar dessa conjuntura desfavorável, o tipo de estratégia a ser utilizada não estava dada, foi escolhida e incentivada pela corrente majoritária da CUT – a Articulação Sindical –, e expõe o impacto ideológico do neoliberalismo sobre a central, como bem mostra Boito Jr.: “Mas, se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do ‘sindicalismo propositivo’, que a Articulação Sindical acabou por implantar. Essa estratégia levou a central a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder”²⁴.

A nova postura participativa e propositiva da CUT deixa para trás a greve e a mobilização de massa como instrumentos de resistência e prega a participação e a busca do consenso como modo de sair da crise – sindical, atravessada pela central, e econômica, pelo

²³ Andréia Galvão, “Participação e fragmentação: A prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90”, Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.

²⁴ Armando Boito Jr., *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, 1999, p.142.

país. Tanto é assim que a base do programa de ação propositiva é a elaboração de propostas que possam ser aceitas e que tragam ganhos tanto para governo (neoliberal, no caso), quanto para empresários e trabalhadores. Dessa forma, está presente nesse tipo de ação sindical o pressuposto de que pode haver um denominador comum entre os interesses do governo neoliberal e dos trabalhadores e entre interesses desses e do empresariado.

As câmaras setoriais tripartites, desenvolvidas no governo Itamar Franco, são o exemplo mais emblemático dessa estratégia sindical. Essas negociações tripartites foram vistas pela central, no início da década de 1990, como um grande avanço democrático nas relações capital/trabalho e como maneira de barrar o desemprego que atingia e atinge o setor industrial brasileiro. Logo esse entusiasmo se frustrou, com a revelação do caráter desigual dos participantes e irreconciliável dos interesses em jogo. As câmaras setoriais não são foco principal de nossa análise; elas nos interessam na medida em que constituíram expressão mais acabada e significativa do sindicalismo propositivo. Afinal, por mais inexpressivo que tenha sido o número de câmaras que conseguiram firmar acordos – apenas três –, a experiência deixou marcas na central, fazendo com que se tornasse palavra de ordem no ramo metalúrgico pelo menos até 1995, quando do Terceiro Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Em seu caderno de resoluções, o congresso considera vitoriosa a experiência e coloca a reativação das câmaras setoriais que tinham sido firmadas em 1992, e a estruturação de novas câmaras para os setores metalúrgicos não contemplados com a primeira experiência como uma das prioridades da ação sindical da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). As câmaras desaparecem das resoluções do Quarto Congresso, mas sua forma de atuação ainda estava lá; vejamos uma das resoluções da CNM para a questão da reestruturação produtiva: “...Fazer gestão junto ao governo federal visando amplas negociações entre trabalhadores, governo e empresários, com o objetivo de implementar uma política industrial, na qual sejam assegurados o direito de requalificação

profissional com acompanhamento dos sindicatos e em que hajam exigências visando assegurar o desempenho integral do papel do Estado em relação à Educação”²⁵.

Das três câmaras que conseguiram estabelecer acordos, a do setor automotivo foi sem dúvida a mais analisada; e foi palco de intensas discussões e divergências de opinião. Não vamos desenvolver análise detalhada sobre essa experiência, apenas vamos nos posicionar diante da polêmica. Desde já deixamos claro que o mesmo diagnóstico feito para o sindicalismo propositivo vale para as câmaras setoriais. Dessa forma, esse tipo de estratégia de ação sindical, que valoriza o “negociado”, a participação e a elaboração de propostas “viáveis” em detrimento da mobilização e do confronto faz da resistência ao neoliberalismo algo frouxo e hesitante. Especificamente sobre as câmaras setoriais, tomando a do setor automotivo como referência, endossamos a tese de analistas que consideram que essa experiência fragmenta, divide, despolitiza e desmobiliza as classes trabalhadoras. Divide e fragmenta os trabalhadores não só num plano mais geral, entre as categorias, mas também no interior de cada categoria, constituindo claramente um corporativismo de novo tipo²⁶.

Intelectuais que defenderam as câmaras setoriais e, em especial, a câmara do setor automotivo, argumentam que essa estratégia do movimento sindical estaria democratizando as relações capital/trabalho no Brasil. Na mesma linha da defesa da atuação das ONGs, apontam para um “fortalecimento da sociedade civil” e dos canais de participação e controle das políticas governamentais²⁷. Esses defensores não parecem levar em consideração os moldes em que se deu tal acordo, nem as características do capitalismo brasi-

²⁵ Trecho retirado do *Caderno de Resoluções do IV Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT*, São Paulo, 1998.

²⁶ Armando Boito Jr., *op.cit.*, p. 167-169.

²⁷ Esse tipo de defesa é feito principalmente por Francisco de Oliveira, “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 36, 1993.

leiro e a força das montadoras²⁸. O caso da câmara do setor automotivo ilustra bem a impossibilidade de um consenso, de uma conciliação de interesses. Ora, os analistas que entendem que há avanço nas câmaras setoriais não se dão conta da assimetria de poder entre os grupos envolvidos, com franca desvantagem para os sindicatos. Tanto é assim que, quando governo e empresários abandonaram a câmara, não serviu de nada a “grita” dos sindicatos, clamando pela volta das negociações.

O sindicalismo propositivo da CUT não logrou, durante toda a década de 1990, tornar-se único dentro da Central. Há resistências por parte das chamadas correntes de esquerda. Ao mesmo tempo, a partir do final dessa década, poderíamos dizer que esse sindicalismo propositivo tem tido desdobramentos, sempre capitaneados pela Articulação Sindical. Poderíamos falar de um sindicalismo “executor”. Ora, se no início da década a corrente majoritária da central começou a pregar a necessidade de propor políticas, por que não executar essas ou outras políticas? Talvez seja esse o pensamento de seus dirigentes.

A partir da conclusão de que a reestruturação produtiva é algo inexorável, a CUT, principalmente através do seu ramo mais expressivo – o dos metalúrgicos – passa a disputar os recursos do FAT – Fundo de Auxílio ao Trabalhador – e a oferecer cursos de requalificação profissional, contribuindo assim para disseminar a idéia de que a culpa pelo desemprego é do próprio trabalhador, que não tem qualificação suficiente para enfrentar as “novas tecnologias”. As investidas da Central na arena da requalificação profissional trouxe para o sindicalismo combativo mais um elemento de desmobilização e desmonte de uma luta histórica – a luta pelo ensino profissional público, gratuito e de qualidade, que se identificava com a luta da CUT contra o chamado Sistema S (Senac, Senai, Sesc, Sesi e Senar). Com o uso de recursos do FAT pela CUT nesse terreno,

²⁸ Armando Boito Jr., “Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, n. 3, 1996, p. 96/97.

essa luta se perde sem que o ensino profissionalizante saia das mãos da iniciativa privada; isso porque o montante dos recursos arrecadados pelo Sistema S é muito maior que o repassado do FAT para a CUT. Em 2000, foram arrecadados 6 bilhões pelo Sistema S, enquanto que, para a CUT, o repasse de recursos da União foi de aproximadamente 39 milhões²⁹. A central não consegue, assim, fazer frente à formação profissional desenvolvida pelo empresariado e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento de políticas de caráter compensatório, que tira a responsabilidade do Estado pela formação profissional e enfraquece a luta pelo ensino público de qualidade.

O final da década de 1990 marca, dessa forma, um novo período para a CUT. Novamente, isso não ocorre sem conflitos e disputas, mas podemos dizer que, por enquanto, essas mudanças estão caminhando para um aprofundamento do sindicalismo propositivo dos anos 90. Essa tendência de um sindicalismo “cidadão”, presente nos últimos anos na Central, acaba por aproximar a atuação sindical da central combativa com a atuação das ONGs; não somente porque a entrada da CUT na economia solidária se dá, muitas vezes, com a participação de Organizações Não-Governamentais, mas porque os tipos de atuação se apresentam de forma semelhante: ambos se dão nos domínios da assistência social. Não sabemos ainda se essa tendência vai se generalizar, já que a resistência a ela é grande. Além disso, no mesmo período – a partir do final da década de 90 –, cresce também a tendência de arrefecimento do sindicalismo propositivo, através de um posicionamento mais firme da central em relação às políticas neoliberais. Assim, o desenvolvimento ou o declínio do sindicalismo propositivo estão colocados na atual conjuntura do sindicalismo cutista, com ligeira vantagem para o aprofundamento desse tipo de estratégia, no nosso entendimento.

²⁹ Os dados acerca dos repasses do FAT à CUT foram fornecidos pelo gabinete do Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB), em 26 de março de 2002.

Várias são as iniciativas do sindicalismo cutista na área da chamada economia solidária. Antes de qualquer incursão nesse assunto talvez caiba uma pequena definição do seja essa economia solidária. Podemos inseri-la nas experiências do associativismo de base, compreendendo aí o cooperativismo. Mas não são somente as cooperativas que estão dentro desse campo. Os projetos de desenvolvimento local, que tem como objetivo a criação de renda para grupos que estão à margem da sociedade, são amplamente defendidos na perspectiva da economia solidária. Assim, os projetos desenvolvidos por ONGs para criar meios de subsistência a pequenos grupos específicos fazem parte do campo da economia solidária. Dentro das iniciativas da CUT nesse campo estão a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), da Unisol Cooperativas (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), ligada ao Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e do LDSS (Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário), ligado ao Projeto Integrar da CNM – projeto que promove a inserção dos metalúrgicos na área da qualificação profissional. Essas experiências marcam a atuação da Central no final da década de 1990³⁰.

O ano de 1999 pode ser considerado um marco na busca de um novo patamar para sindicalismo propositivo da CUT. Foi nesse ano que a Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lançou o seu programa próprio para o incentivo à criação de cooperativas a partir, basicamente, de em-

³⁰ Antes de entrarmos diretamente nas relações entre CUT e cooperativismo, temos que ressaltar que ela defende cooperativas de produção e de crédito, não as de trabalho, que são chamadas pelos sindicalistas de “cooperगतos”. Essas cooperativas de trabalho estão a serviço da terceirização e da precarização do emprego. Na verdade, empresas incentivam funcionários a pedirem demissão e montarem uma cooperativa para então utilizarem seus serviços. Com isso, diminuem seus quadros, mantendo as funções necessárias à produção. Nesse processo, os trabalhadores, agora cooperados, têm sua situação trabalhista piorada, sem as garantias legais que a carteira assinada lhes dava. Esse tipo de empreendimento é não só criticado como combatido pela Central.

presas pré-falimentares. As cooperativas que mais nos interessam, mesmo porque são as que a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC têm conseguido formar, são as de produção. Quanto às cooperativas de crédito, o que se tem, no campo da economia solidária, são os chamados Bancos do Povo, mas esses estão ligados às prefeituras progressistas, normalmente do PT, e não diretamente aos sindicatos.

A Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) é a tentativa da CUT, através do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de fazer crescer as experiências de cooperativas de produção a partir, principalmente, das empresas que fecham ou abrem processo de falência. A função da Unisol é dar apoio técnico e jurídico, assessorar e promover a integração entre as cooperativas associadas, além, é claro, de tentar estender essas experiências para além do ABC – fato aliás que não se concretizou de forma decisiva. A qualificação de trabalhadores cooperados pretende ser desenvolvida pelo laboratório, vinculado à Confederação Nacional dos Metalúrgicos, dentro do projeto de requalificação profissional da entidade. Dados divulgados recentemente mostram que a Unisol conta com 12 cooperativas, todas no ABC, com aproximadamente 1300 trabalhadores³¹. O carro-chefe da associação são as cooperativas formadas pela extinta Conforja – Coopertatt, Cooperlafe, Coopercon e Cooperfor.

A partir da análise dos documentos de formação das instâncias voltadas à constituição de cooperativas da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, notamos que o desenvolvimento dessa política está ligada à preocupação da central com a questão da reestruturação produtiva e o desemprego que esta acarreta. Esse desenvolvimento está também dentro da perspectiva de integração de desempregados e trabalhadores precarizados ou informais aos seus quadros.

³¹ Dados fornecidos por Luz Marinho à *Revista Caros Amigos*, ano 5, n. 57, dezembro/2001.

O texto produzido a partir dos seminários nacionais realizados pela central quando do lançamento da ADS nos dá um panorama dos marcos sob os quais foram criadas as instâncias cutistas para a economia solidária. O projeto da CUT voltado para o desenvolvimento da economia solidária é justificado por dois fatores: a “crise do trabalho” e a crise do sindicalismo³². Sobre a crise do trabalho, ela estaria assentada na reestruturação produtiva, na flexibilização e na informalização das relações de trabalho. Já a crise do sindicalismo traz consigo as marcas do modelo corporativo. Sobre isso, os autores citados dizem: “No que diz respeito ao sindicalismo, uma das faces da crise está expressa nas heranças do modelo corporativo. ...as origens da CUT estão justamente na crítica e no enfrentamento às amarras do sindicalismo corporativo desenhado no período getulista. Mas todo o vigor das lutas iniciadas em fins dos anos 80 até hoje, em boa parte responsável pela redemocratização brasileira, não foram suficientes para romper com alguns limitantes: a fraca organização no local de trabalho, a pulverização da organização, a baixa capacidade de resistência, entre outros”. A partir da constatação dessas duas dimensões da crise, a CUT entende que é necessária uma nova estratégia de enfrentamento e de organização sindical. Com as transformações por que passam as classes trabalhadoras, novos desafios são colocados ao sindicalismo cutista, e um deles é exatamente como integrar os desempregados. Assim, as

³² Reginaldo Magalhães e Remígio Todeschini, “Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT”, in Paul Singer e André de Souza (orgs), *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como Resposta ao Desemprego*, São Paulo, 2000. Esse texto constitui documento elaborado a partir dos seminários regionais que a CUT promoveu quando do lançamento das bases da ADS, em 1999. Os seminários aconteceram entre julho e agosto desse ano em Goiânia, Belém, Florianópolis, São Paulo e Recife. Esse documento está também disponível no site da Central. Com isso, pode-se dizer que o texto parte de algum consenso entre os participantes desses seminários, já que foi usado, logo depois, como referência para o debate nacional sobre a Agência de Desenvolvimento Solidário.

cooperativas aparecem como uma alternativa ao desemprego e à precarização/informalização.

As políticas desenvolvidas pela CUT para geração de trabalho e renda nos moldes da economia solidária, que contam com o fomento de cooperativas através da ADS, são colocadas como parte de uma política maior de luta pelo emprego, assim como o envolvimento da central nas câmaras setoriais, no início da década. Se, no caso das câmaras, a participação se apresentava como propostas que a CUT entendia palatáveis aos empresários e ao governo, com as cooperativas, a central entra de vez na execução de projetos, ainda que, em boa parte das vezes, sua tarefa seja de assessoria, nos moldes da atuação das ONGs na década de 1980. E há, como no caso das ONGs, uma mistificação da tarefa e do alcance de seus feitos. Assim como ONGs, especialmente aquelas tidas como progressistas, entendem que estão colaborando para a “transformação” da sociedade, que estão colaborando para a melhoria no padrão de vida das “populações excluídas”, a CUT, através de suas agências e entidades de fomento ao cooperativismo, colocam essa como uma nova fase do sindicalismo e da “luta pelo socialismo”. É nesse ponto que talvez seja interessante fazermos um pequeno estudo das influências que a CUT sofre no desenvolvimento de sua inserção no campo da economia solidária.

A influência mais direta e mais visível – inclusive porque fornece textos para discussão e divulgação do cooperativismo, além de fazer parte do projeto da USP de incubadoras de cooperativas, que trabalha em conjunto com a Unisol – é a de Paul Singer. Mais adiante faremos algumas considerações acerca das teorias de Singer sobre socialismo, economia socialista e cooperativismo. Mas não vemos somente a influência de Singer nos textos elaborados pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, aos quais temos acesso. Todo o discurso dessas entidades sindicais está impregnado com o das teorias da esfera pública e espaços públicos e da ação comunicativa, ou seja, com o discurso das ONGs. Esses documentos oscilam entre uma concepção de socialismo aos mol-

des de Singer e as concepções “movimentalistas” ligadas às teorias habermasianas. Na detecção da influência das teorias da esfera pública e espaço público encontramos menções à formação de espaços públicos para a discussão de experiências de geração de emprego e renda nos moldes da economia solidária. O discurso contido nos documentos de lançamento do laboratório da CNM é sempre ambíguo: “Enfim, nesse processo estará sendo realizado um esforço de construção da esfera pública, na medida em que atores distintos sejam fortalecidos. Este processo de construção dessa alternativa anti-capitalista, na disputa do fundo público, deverá ocorrer através de método democrático e conteúdo socialista”.³³ Esses atores distintos não estão muito claros; quem poderiam ser? Quais “atores” devem sair fortalecidos? E como atender a uma expectativa socialista nos moldes da esfera pública, que leva em conta a deliberação em torno de interesses até que se possa chegar a um consenso e não a disputa de interesses e a luta de classes?

O tipo de socialismo ou de luta pelo socialismo que está presente nas concepções de economia solidária da CUT promove a mistificação do Estado, disseminando a ilusão de que as classes dominadas fazem parte do bloco no poder; senão vejamos: “Com essa preocupação [o desenvolvimento de uma economia não capitalista] não vemos o Estado como algo externo à sociedade e à economia, por isso podemos e devemos nele interferir, disputando recursos do fundo público, propondo e interferindo nas políticas públicas naquilo que elas viabilizem as iniciativas de geração de emprego, trabalho e renda no campo da Economia Solidária”³⁴. Notemos que a intenção da CUT e da CNM é propor e interferir em políticas públicas, dando a elas a direção que eles querem – a direção da economia solidária. Há, em nosso entendimento, uma clara mistificação do Estado, já que a central não leva em conta a

³³ Trecho retirado do documento “LDSS – Conceito e Diretrizes”, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, dezembro de 1999.

³⁴ Idem.

natureza de classe do Estado; mistificação da participação das classes dominadas no bloco do poder, vislumbrando a possibilidade de mudar os rumos do sistema capitalista e da composição das classes do bloco no poder, no interior do próprio sistema. É claro que as classes dominadas podem interferir e, de fato, interferem nas políticas públicas, essencialmente através de suas lutas e movimentos, mas essa interferência não muda o caráter de classe do Estado, apenas possibilita a sua democratização, o que, dada a conjuntura, não é pouco.

3. O socialismo construído nos interstícios da sociedade capitalista

As noções de parceria, consenso e esfera pública podem levar à proposta de construir o socialismo nos interstícios da sociedade capitalista, configurando aquilo que poderíamos denominar um novo socialismo utópico. Esse novo socialismo utópico está ganhando prestígio, não só no Brasil mas também em grande parte da esquerda mundial. Trata-se de uma espécie de socialismo direto, realizado, pelos próprios ativistas, aqui e agora. Essas tendências congregam diferentes concepções, mas todas guardam essa característica em comum: a possibilidade de transformação sem revolução política e sem transição. Paul Singer talvez seja, mesmo em nível internacional, o expoente mais brilhante dessa nova corrente, por isso daremos maior atenção às suas considerações. Outro autor que integra essa tendência é Alain Bihl, com sua teoria da substituição da revolução pela recuperação do sindicalismo revolucionário sem greve geral revolucionária, ou melhor, sem revolução. Aliás, outro traço comum entre esses dois autores é a importância dada ao sindicalismo nessa transformação continuada e sem rupturas.

A preocupação principal de ambos é com a substituição da revolução política por algum outro processo para chegar ao socialismo ou ao comunismo. É importante afirmarmos isso desde já, para ressaltarmos que ambos estão no campo socialista, ou seja, a pergunta deles é sobre o caminho para se chegar ao socialismo e o seu

esforço é para encontrar alternativas para o movimento operário ou estritamente para o movimento sindical, dentro de uma perspectiva de superação da sociedade capitalista. Essa observação é fundamental para diferenciar, pelo menos no plano ideológico ou doutrinário, as propostas desses dois autores daquelas oferecidas pelos teóricos e dirigentes de ONGs. Na atividade prática, nossos dois autores e esses teóricos podem se unir e se misturar. Porém, as concepções doutrinárias de uns e de outros não se fundem facilmente.

A idéia mais geral de Bihr é que o movimento operário estava ligado politicamente à socialdemocracia e, na produção, ao modelo fordista/taylorista, por isso entrou em crise junto com os seus dois pilares. Para que o movimento operário volte a ser uma força social autônoma, Bihr entende que esse deva se colocar objetivos que tenham duas dimensões, ou duas naturezas: uma natureza realista e outra de perspectiva de longo prazo, que leve ao comunismo. Os objetivos a serem perseguidos pelo movimento operário devem, assim, levar em conta a crise no sindicalismo gerada pela crise do modelo fordista/taylorista de produção e pela fragmentação do proletariado, traduzindo esses desafios em “reivindicações dignas de credibilidade”³⁵; dignas de credibilidade junto aos trabalhadores, capazes de mobilizá-los, de devolver-lhes a esperança e reativar a luta de classes. Ao mesmo tempo, as reivindicações devem apontar para uma perspectiva transformadora. “...através das lutas parciais e pontuais destinadas a concretizá-los [os objetivos realistas] imediatamente, impulsionar um processo de ruptura com o capitalismo”³⁶.

Bihr coloca alguns objetivos que o movimento operário deve perseguir e cujo potencial é transformador. O núcleo desses objetivos está na diminuição drástica, rápida e abrangente do tempo de trabalho e na instituição de uma renda social garantida. A partir desses dois amplos objetivos, o movimento operário poderia chegar a outros, compondo um programa para uma sociedade comunista.

³⁵ Alain Bihr, *Da Grande Noite à Alternativa*, São Paulo, 1998, p. 186.

³⁶ Idem, p.186.

O movimento operário deve, segundo a estratégia desenvolvida por Bihr, aproveitar-se das tendências à diminuição do tempo socialmente necessário e ao aumento de produtividade fornecidas pelas novas tecnologias baseadas na eletrônica e trazê-las para o seu lado, forçando uma redução drástica da jornada de trabalho. Essa redução drástica e geral da jornada de trabalho permitiria a reintegração de todos os trabalhadores e a superação da divisão social do trabalho, conseguida com o processo de formação permanente que o tempo livre é capaz de fornecer.

A jornada de trabalho não seria necessariamente contada por horas/dia trabalhadas, mas por períodos, deixando os trabalhadores livres para escolherem períodos sabáticos de acordo com suas necessidades. O trabalho se tornaria, assim, uma atividade intermitente. Para esses anos ou períodos sabáticos, o movimento operário deve lutar por uma renda social garantida, que se diferiria em muito das políticas desenvolvidas pelos governos atuais para compensar o desemprego provocado pela reestruturação produtiva e pelas reformas neoliberais. Essa renda social garantida seria igual ao salário pleno do trabalhador, tirando o sentido forte do termo salário e apresentando-se como a parte da riqueza social a que cada indivíduo tem direito. Com esses dois objetivos, o movimento operário estaria rompendo com o produtivismo, com a divisão social do trabalho, com o culto do trabalho e com o caráter mercantil da força de trabalho, presentes no sistema capitalista.

As semelhanças entre essas duas proposições de Bihr – redução do tempo de trabalho e instituição de renda social garantida – e as propostas lançadas por André Gorz e outros intelectuais da neo-socialdemocracia são claras. O autor admite que suas propostas têm ambigüidades, e que essas levam a uma “falsa” aproximação com o projeto neo-socialdemocrata. As diferenças colocadas pelo autor entre o seu projeto e o neo-socialdemocrata têm como base o binômio tática/estratégia: “Em resumo, no quadro de uma estratégia de contrapoder, os eventuais compromissos a serem estabelecidos entre práticas alternativas e instituições capitalistas dependem

de necessidades puramente *táticas*. Ao contrário, no quadro do projeto NSD [neo-socialdemocrata], esses compromissos fazem parte integrante da *estratégia* das práticas ‘alternativas’ que se trata de desenvolver”³⁷. Ou seja, enquanto seu projeto para a esquerda tem como objetivo último o fim do capitalismo, a neo-socialdemocracia tem como objetivo uma renovação do compromisso entre capital e trabalho.

Apesar de seu esforço em diferenciar o seu do projeto neo-socialdemocrata, não podemos deixar de ressaltar as origens de suas formulações: foi a socialdemocracia, na tentativa de renovar o Estado de bem-estar, que lançou a idéia de uma redução drástica e uma flexibilização da jornada de trabalho sem prejuízo dos salários como forma de, por um lado, combater o desemprego e, por outro, desonerar o Estado de bem-estar. Uma passagem de artigo de A. Gorz ilustra bem essa idéia: “Uma maior disponibilidade de tempo representa a chave para transformar o nosso modo de viver e para reorganizar a instituição do Welfare State. É possível descentralizar uma parte das tarefas assumidas pelo Estado social, restituindo-as ao mundo da comunidade, da vizinhança”³⁸.

Outro grande objetivo a ser perseguido pelo movimento operário é a reorientação da produção social, que levaria em conta o que produzir e como produzir. Essa reorientação deve considerar quatro critérios; o critério ecológico, o da economia de trabalho necessário, o critério da utilidade social e o da cooperação internacional. O objetivo estratégico dessa reorientação produtiva é impor limites ao desenvolvimento das forças produtivas, empurrando-as para um sistema democrático integrado no plano mundial.

Essa reorientação produtiva deve vir acompanhada de uma descentralização e de uma desconcentração do aparelho produtivo para

³⁷ Alain Bihr, *op.cit.*, p. 256/257.

³⁸ André Gorz, “Per um Rinnovamento del Welfare State”, *Critica Marxista*, Roma, Itália, Editori Riuniti Riviste, n° 05, anno 24, set/out 1986. (tradução nossa).

que possa acontecer. Essas descentralização e desconcentração priorizam o desenvolvimento local e a autogestão, e lutam contra o gigantismo industrial e urbano. Para atingir tais objetivos, o movimento operário deve, segundo a lógica de Bihr, aproveitar-se dos planos de reestruturação para impor contraplanos ou planos alternativos, buscando também a redução do tempo de trabalho.

Como pudemos notar, para Bihr, o comunismo pode ser construído, digamos assim, inserindo-se na dinâmica do próprio sistema capitalista. A revolução política pode ser substituída por uma revolução tecnológica, baseada na microeletrônica, que permitiria tanto a redução drástica da jornada de trabalho, quanto uma “revolução” no aparelho produtivo, com a constituição de empresas autogeridas, desconcentradas, descentralizadas, que produziriam de acordo com as necessidades determinadas pela sociedade em que está inserida e que levaria em conta critérios ecológicos

Alain Bihr coloca a perseguição desses objetivos como capazes de reativar a luta de classes. Concordamos que o programa de reivindicações por ele proposto é não somente bastante progressista como eleva o nível das reivindicações se comparado às reivindicações e ao modo de luta desenvolvidos pela CUT na última década, por exemplo. A redução geral e drástica da jornada de trabalho é uma bandeira importantíssima para o movimento operário hoje; libera tempo livre para o operário, melhorando sua condição de vida, e pode, eventualmente, contribuir para a diminuição do desemprego. Ademais, a história da luta operária mostra que um objetivo como esse é alcançável dentro da economia capitalista. Porém, quando saímos da discussão de uma plataforma reivindicativa e passamos a pensar em um processo de transição ao socialismo, é preciso ter claro que mudam a pergunta e o terreno da reflexão; mudam o objeto e o terreno da luta de classes.

Não consideramos possível que transformações que alteram a lógica da produção capitalista ocorram sob um Estado burguês e sem ruptura com a propriedade e o mercado capitalista. Produzir com vistas à utilidade do produto, em harmonia com o ambiente e

num sistema de cooperação internacional contraria frontalmente a lógica do capitalismo. A produção capitalista é a produção de valor, a utilidade da mercadoria é mero suporte do valor – o capital é o valor que se valoriza. Esse é o motivo e o objetivo da produção. Não é possível impor ao capitalista que produza com vistas à utilidade. Além disso, desde o início do século XX, o capitalismo é inseparável do imperialismo. Pretender que haja cooperação, e não exploração e concorrência internacional, equivale a pleitear o capitalismo humano. As mudanças apontadas pelo autor só são exequíveis se o poder de classe da burguesia, consagrado no seu Estado, for eliminado. Mas, é justamente essa eliminação que Bihl quer contornar. Daí ele apresentar como um mito a idéia do “grande dia” que seria a revolução política e propor a “alternativa”, que seria o processo gradativo conquistado na base. O autor não leva em conta nem mesmo os interesses mais gerais da classe dominante – a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado. Não podemos esquecer que a luta de classes não conta com um só lado – o dos trabalhadores. A resistência capitalista a um programa de transição como o desenvolvido pelo autor seria imensa e invencível, se mantido o Estado burguês.

Paul Singer tem desenvolvido teses que também contam com a construção de uma sociedade socialista sem revolução política. O autor tem apresentado textos tanto teóricos sobre construção do socialismo, quanto de ordem prática, analisando as experiências sindicais e no campo da economia solidária, argumentando a existência de uma relação entre o crescimento dessa economia e a perspectiva de construção do socialismo.

Voltando rapidamente a Bihl, o título do seu livro indica claramente a sua tese. Ele propõe a substituição da “*Du ‘Grand soir’*”, expressão francesa que significa, a rigor, a revolução social, pela “*alternative*”, que, no caso, é uma espécie de sindicalismo revolucionário de novo tipo, sem greve geral revolucionária e sem revolução. Numa linha semelhante, Paul Singer trabalha com uma contraposição entre revolução política e revolução social. Esse autor

parte da coexistência de vários modos de produção numa mesma formação social, para dizer que já está sendo gestada uma revolução social socialista. Segundo sua concepção, a revolução social capitalista na Inglaterra teria começado com a implantação do capitalismo como modo de produção até a sua consolidação como modo de produção hegemônico. A revolução social socialista, por sua vez, teria começado com a implantação de instituições não capitalistas através da luta operária. Dentre essas instituições não capitalistas estão a legislação trabalhista, os sindicatos, as cooperativas, o sufrágio universal, etc..

A revolução social socialista é desencadeada como reação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. O sindicalismo é uma das formas de reação ao capitalismo; o cooperativismo é outra. E é exatamente nas relações entre essas duas formas de reação que os esforços de Singer estão concentrados. Sua incursão no campo da economia solidária e seu envolvimento com os planos da CUT nesse sentido estão ancorados na idéia de que o cooperativismo de Owen, o socialista utópico inglês do início do século XIX, foi o começo da construção de um modo de produção socialista e que, por isso, deve ser retomado pelo movimento operário.

Assim como Alain Bihr, Singer também propõe um “programa” para a esquerda atual, levando em conta o aprendizado com as experiências fracassadas do passado. Ressaltemos que, para o autor, as experiências fracassadas do cooperativismo têm conotação positiva, e as baseadas em Marx e no marxismo – principalmente a URSS – são consideradas negativas para a esquerda atual, com exceção da política de Tito na Iugoslávia, com seu socialismo de mercado. Por isso, Singer tende para um socialismo utópico, pré-marxista, pré-científico. Para ele, a esquerda atual deve formular um projeto alternativo ao capitalismo. Na verdade, ao longo da história do capitalismo esse projeto foi desenvolvido sempre sob o título de socialista ou comunista, com diversas faces, de acordo com a época. E olhando o passado, Singer entende que as considerações de Owen tiveram mais valor que as de Marx. Segundo essa

análise, Marx incorporou as teses cooperativistas de Owen, mas errou quando as estendeu para um nível mais geral, pelo menos para o nível nacional. Com essa extensão, segundo Singer, o planejamento centralizado se apresentou como necessário e, ainda segundo o autor, isso implica necessariamente em traços totalitários. No nível local, o planejamento, segundo essa lógica, pode ser resultado de algum tipo de democracia direta, o que não é possível num planejamento econômico centralizado.

Os objetivos a serem alcançados pelo movimento operário são bem mais modestos para Singer que para Bihr, senão vejamos: “O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível da empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão ‘normal’ de vida. O projeto terá de revitalizar, à luz da experiência histórica, propostas de comunidades coletivistas, cooperativas de produção e consumo...”³⁹. Além do objetivo de elaborar um programa com tais características, o aprofundamento da participação política deve ser sempre perseguido, sem a necessidade de luta pelo poder político, exceto a luta eleitoral, vista como fundamental para a implantação das políticas que levarão ao socialismo. O movimento operário atual deve, segundo Singer, lutar para retomar os direitos que lhes foram retirados com o avanço do neoliberalismo e a crise do Estado de bem-estar social.

O principal de suas formulações está na concepção de “implante socialista”. Para Singer, os sindicatos, as cooperativas e a democracia política funcionam como implantes socialistas dentro do capitalismo, por isso devem ser preservados e incentivados num programa de construção socialista. As conquistas da classe operária ao longo da história são colocadas como sementes socialistas

³⁹ Paul Singer, *Uma Utopia Militante*, Rio de Janeiro, 1999, p. 110.

plantadas nos poros do capitalismo, que podem ou não germinar e chegar a um modo de produção hegemônico.

Se o projeto defendido por Bihr é bastante ousado, e se parece mais com um programa para depois da conquista do poder pelos trabalhadores, as proposições de Singer nos parecem acanhadas. Uma estratégia socialista voltada para o aprofundamento da democracia política, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o pleno emprego e a disseminação de cooperativas de produção, crédito e consumo e de outras formas de empresas autogeridas parece-nos bastante frágil, para não dizer reformista. O ponto forte do programa de Singer é, sem dúvida, a disseminação de cooperativas de produção, ainda que ele mesmo admita que a manutenção de cooperativas de produção enfrenta dificuldades por causa da competição com empresas capitalistas. Para tal problema, o autor aponta a necessidade da formação de redes de cooperativas, nos moldes da ANTEAG (Associação dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas) e da Unisol.

As formulações de Paul Singer estão na esteira da retomada do socialismo utópico como resposta ao fracasso do Leste Europeu e da experiência soviética. Tanto Bihr quanto Singer entendem possível construir o socialismo nos interstícios do capitalismo, sem nenhum tipo de ruptura, sem revolução. Ambos não levam em consideração as reações das classes dominantes se e quando tiverem sua posição hegemônica ameaçada. Tanto é assim que, enquanto Owen – o grande exemplo tomado por Singer – se mostrou como empresário filantropo, amealhou riqueza e admiração. A partir do momento em que passou a disseminar idéias “comunistas”, atacando o que ele chamou de pilares da sociedade irracional – o casamento, a religião e a propriedade privada –, perdeu toda a sua fortuna e foi banido da sociedade, como bem lembra Engels em seu *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*⁴⁰.

⁴⁰ Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1971.

4. Considerações Finais

Apenas como conclusão, queríamos ressaltar que as experiências da CUT no campo do cooperativismo podem ser consideradas um aprofundamento do sindicalismo propositivo dos anos 90, apontando para um sindicalismo executor, mas que, de alguma forma, está mais próximo do socialismo, ainda que de um socialismo utópico, que não compreende muito bem os antagonismos de classe e não dá a devida dimensão à reação das classes dominantes a qualquer experiência que coloque em risco seus interesses mais gerais. Isso não quer dizer que o sindicalismo cutista deva abandonar qualquer iniciativa nesse campo, afinal são experiências válidas, ainda que de um âmbito estritamente paliativo. O que a Central não deve, entendemos, é sobrevalorizar essas experiências, como uma espécie de panacéia para todos os males – o desemprego, a crise do sindicalismo, a crise econômica, etc e, muito menos, apresentá-las como o primeiro passo para a construção do socialismo. O patamar das reivindicações do sindicalismo cutista deve sim elevar seu nível, contemplando um programa mais agressivo, que vise a redução da jornada de trabalho, o fim das horas extras, o incentivo às cooperativas, a reforma agrária. Pode incorporar, no nível da plataforma reivindicativa e da luta imediata, parte dos programas desenvolvidos por Singer e Bihr. Mas, não cabem ilusões. Essas plataformas são exatamente isso – plataformas reivindicativas, que estão sujeitas à resistência e levam, dentro do sistema capitalista a, no máximo, uma espécie de humanização desse sistema, não ao socialismo. E a CUT deve tomar cuidado redobrado para não entrar de vez no campo da assistência social, imitando a atuação das ONGs e executando serviços que sempre considerou e lutou para que fossem públicos, se quiser manter sua característica de Central combativa.

Algo que também gostaríamos de retomar nessa pequena conclusão é a existência de uma certa funcionalidade entre o que poderíamos chamar de novo basismo, representado pela atuação das ONGs e por esse novo socialismo utópico, e a política social neoli-

beral, caracterizada pela focalização, privatização e descentralização com apelo à participação popular. Ainda que a intenção dos agentes não seja, na maioria das vezes, a de colaborar para o desenvolvimento dessas políticas, as características desse novo basismo o tornam funcional aos governos de inclinação neoliberal. Afinal, quando enfatiza a participação popular – no caso das ONGs – não para pressionar o Estado pela manutenção e extensão de direitos e pelo controle de suas ações, mas para substituí-lo em certas tarefas sociais, contribui não somente para desobrigar os Estado dessas tarefas, mas para disseminar pontos caros à ideologia neoliberal no seio dos movimentos populares, como a do Estado mínimo. Da mesma forma, as propostas de incentivo às experiências da economia solidária e ao cooperativismo recorrem à descentralização e ao desenvolvimento local, prevendo a participação popular em projetos de autodesenvolvimento, caracterizando o que se convencionou chamar “geração de trabalho e renda”. Com isso, os adeptos do novo socialismo utópico, que têm como grande bandeira a expansão da economia solidária, correm o risco de contribuir para a proliferação de políticas de orientação neoliberal, incentivando uma participação popular que não visa o controle das ações estatais, mas se responsabiliza por políticas – precárias e paliativas – de combate ao desemprego, desviando a atenção dos trabalhadores da responsabilidade dos governos neoliberais pelo desemprego e desmobilizando-os em seu combate mais amplo e efetivo.

De modo geral, esse novo basismo tende a manter relações ambíguas com as políticas sociais de governos neoliberais. Ao mesmo tempo em que se mostra como resistência, oferece terreno para a expansão dessas políticas; e o faz principalmente porque provoca uma desmobilização dos agentes dos movimentos populares, contribuindo para a legitimação desses governos.

PT, PCdoB E PSTU DIANTE DO CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL

*Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez
Danilo Enrico Martuscelli
Fernando Ferrone Corrêa**

Pode-se afirmar que, em termos gerais, os partidos de esquerda têm permanecido – resguardadas as diferenças existentes entre eles – na oposição à política neoliberal. Se quisermos qualificar melhor a atuação desses partidos, contudo, devemos apontar a existência de duas tendências contraditórias. Ao longo dos anos 90 e até o presente, o mais organizado e influente desses partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT), tem apresentado uma posição conciliadora diante das “reformas orientadas para o mercado”, enquanto outros menores, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), mantêm-se numa postura de oposição mais rígida, não só ao modelo neoliberal como também ao próprio capitalismo.

Os partidos e as correntes políticas que progressivamente passaram a conciliar com o neoliberalismo tiveram um expressivo crescimento eleitoral, tanto nos executivos municipais e estaduais quanto no poder legislativo municipal, estadual e federal. Ao con-

□ Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez e Danilo Enrico Martuscelli são estudantes do Programa de Mestrado em Ciência Política da Unicamp. Fernando Ferrone Corrêa é estudante do Curso de Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Os três são pesquisadores do Cemarx.

trário, os partidos e as correntes políticas que não conciliaram com o neoliberalismo, preferindo conservar uma postura política e ideológica de crítica mais contundente a esse modelo, caíram num certo isolamento no quadro partidário brasileiro. Muitos fatores interferem nas trajetórias opostas desses partidos. O poder econômico, o poder da mídia, a legislação eleitoral e as transformações na social-democracia em escala internacional¹ são alguns dos fatores que favorecem a conciliação. Mas, o crescimento eleitoral dos partidos que conciliam e a influência reduzida dos partidos mais combativos podem ser vistos, também, como um indicador da difusão da ideologia neoliberal na sociedade brasileira.

Analisaremos neste artigo a atuação dos três principais partidos de esquerda do Brasil diante da ofensiva política e ideológica do neoliberalismo. Referimo-nos ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Sabemos que a noção de esquerda é descritiva e problemática. Nós a utilizaremos de modo apenas indicativo.

O PT, o PCdoB e o PSTU podem ser considerados de esquerda porque pregam e praticam a organização política dos trabalhadores com vistas a reformar o capitalismo ou a iniciar a transição ao socialismo. Ademais, nosso interesse por esses partidos provém, também, do fato de serem herdeiros políticos do movimento operário e socialista do século XX. *Grosso modo*, o Partido dos Trabalhadores é herdeiro da social-democracia e de sua proposta de construção de um Estado de bem-estar social. No Brasil, e principalmente em São Paulo, a social-democracia teve forte influência liberal. O Partido dos Trabalhadores contou também, desde sua criação, com uma forte presença do socialismo cristão, através da Teologia da Libertação. O Partido Comunista do Brasil é herdeiro do movimento comunista internacional, e de sua estratégia elaborada de unir a luta pelo socialismo com a luta de libertação nacio-

¹ Discorreremos mais adiante sobre esse assunto.

nal. No Brasil, o movimento comunista recebeu influência, inicialmente, da ala esquerda do movimento tenentista e, mais tarde, do nacional-desenvolvimentismo. Já o PSTU é um dos herdeiros da tradição trotskista, a mais tradicional dissidência do movimento comunista internacional, defensora da estratégia da revolução permanente, que coloca como principal objetivo do movimento operário a revolução socialista em escala internacional. Cada um desses movimentos consolidou, então, uma ideologia política própria, relativamente coerente, e tradições organizativas peculiares, além de sofrerem – todos eles, como já indicamos – influências variadas dos ambientes nacionais nos quais se inseriram.

A tradição política e ideológica pesa muito na definição das estratégias e táticas desses partidos diante da ofensiva neoliberal.

O Partido dos Trabalhadores (PT)²

O PT foi, ao longo dos anos 90, fazendo sucessivas concessões às reformas neoliberais, e encontra-se hoje defendendo uma política moderada de conciliação com o modelo neoliberal, o que não significa uma integração completa a esse modelo. É possível identificar, nos discursos de algumas lideranças petistas e no programa político do partido, uma mudança gradual das concepções políticas e ideológicas. Devemos destacar que essa acomodação progressiva é um aspecto importante daquilo que consideramos ser a hegemonia neoliberal no Brasil.

A partir da análise das resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do PT, realizados entre 1989 e 2001, visualizaremos melhor como o impacto da ideologia neoliberal aparece nas próprias resoluções políticas e reflexões teóricas do partido³.

² As reflexões sobre o Partido dos Trabalhadores são fruto de pesquisa realizada por Danilo Enrico Martuscelli com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

³ Em relação aos Encontros e aos Congressos realizados entre 1989 e 1998

1.1 Da estratégia “socialista” à luta pela cidadania

Do ponto de vista das doutrinas, nota-se que até 1993 a questão da estratégia socialista era destacada pelo partido nas resoluções dos Encontros. No entanto, ressaltamos que as reflexões teóricas petistas eram revestidas de uma problemática reformista que era contraditória com a opção socialista do partido⁴.

Podemos dizer que os programas de governo do PT, na década de 1990, são marcados por uma orientação reformista economicista que busca, através de reformas econômicas, humanizar o capitalismo – conquista de melhores salários, redução da jornada de trabalho, ampliação da oferta de empregos e estatização de setores estratégicos da economia do País⁵. Tem-se, então, como horizonte dessas propostas políticas do partido, a retomada da política de bem-estar social incentivada pela social-democracia europeia entre 1930 e 1970.

Se tomarmos como exemplo as propostas do líder do Partido Trabalhista inglês na década de 1930, Clement Attlee, poderemos justificar essa nossa aproximação do PT com a social-democracia europeia. Attlee, apesar de defender o socialismo no plano das

ver: *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1978-1998)*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. Já as resoluções do II Congresso Nacional, realizado em 1999, podem ser encontradas em: “Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores”. In: <www.josedirceu.org.br>, acessado em: 25 dez. 1999. No tocante ao XII Encontro Nacional do PT, as resoluções estão em: “Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”. In: <www.informes.org.br/notas/diretrizes.doc>, acessado em: 18 dez. 2001.

⁴ A noção de problemática empregada aqui tem como referência os textos de Louis Althusser, ou seja, a problemática entendida como a “unidade profunda de um texto, a essência interior de um pensamento ideológico”. Ver: Louis Althusser, “Sobre o jovem Marx” In: *A Favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, s/d.

⁵ Para uma crítica do economicismo, ver: Vladimir I. Lenin, *Que Fazer?*. São Paulo, Hucitec, 1988.

doutrinas, apresentava um programa de governo com o objetivo de estatizar o Banco da Inglaterra, a propriedade das terras, garantindo a devida compensação aos seus donos, e o serviço de transportes. Ou seja, da mesma forma que o PT, o líder do Partido Trabalhista inglês defendia um programa mínimo que visava aperfeiçoar o capitalismo, e não a sua superação, ou melhor, conduzia o programa em direção a formação de um capitalismo de Estado articulado a um Estado de bem-estar⁶.

Esse viés reformista economicista ganhou acrescida expressividade no conteúdo programático do PT e, combinado com outros fatores intervenientes, reduziu as possibilidades de o partido encarar o socialismo como objetivo real, ainda que de longo prazo. Concorreram para afastar o PT de uma estratégia socialista a crise do movimento socialista internacional no final da década de 1980, o crescimento da participação do PT nos cargos Executivos e Legislativos⁷ do Estado brasileiro e a força política e ideológica do neoliberalismo no Brasil na década de 1990. Nesse contexto, a defesa incondicional da Constituição Brasileira de 1988 apareceu como uma das políticas-alvo do Partido dos Trabalhadores, o que tornou a luta política do partido restrita às peque-

⁶ Ver Clemente Attlee, *Bases e fundamentos do trabalhismo*. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1998.

⁷ Tomando, como referência, a década de 1990 e idos de 2000, podem-se apresentar os seguintes dados: o número de cadeiras de deputado federal saltou de 35, em 1990, para 91, em 2002; houve crescimento também do número de senadores, de 1, em 1990, para 10, em 2002; o partido que não elegeu nenhum governador em 1990, elegeu 3, em 2002; o número de deputados estaduais também aumentou na década, passou de 81, em 1990, para 148, em 2002; no caso das administrações municipais, o PT que possuía 54 prefeituras, em 1992, passou a deter 187, no ano de 2000; e por último, o número de vereadores eleitos pelo partido também cresceu, ou seja, saltou de 1100, em 1992, para 2485. Esses dados expressam de maneira significativa o crescimento do partido na ocupação dos cargos legislativos e executivos. Ver: “PT se profissionaliza, cresce e se afasta dos movimentos sociais”. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Brasil, 17 mar. 2002 e www.informes.org.br

nas conquistas da Constituição e aos formalismos da democracia burguesa-liberal⁸.

O discurso que ressaltava a importância de um governo dos trabalhadores foi também progressivamente abandonado pelo PT, que passou a defender um governo denominado “democrático-popular”. Isso opera uma mudança radical no programa do partido, que deixa de se colocar como defensor dos interesses das classes trabalhadoras, ao substituir a idéia de luta de classes pela de conquista de cidadania. As reflexões teóricas do partido recaem, portanto, sobre uma problemática que compreende a sociedade como um agregado de indivíduos cujo interesse coletivo seria representado pelo Estado-nação, isto é, o partido passa a desconsiderar as dissensões e conflitos entre classes sociais existentes na sociedade e o papel desempenhado pelo Estado como organizador dos interesses da classe dominante. Tal mudança leva o PT a ressaltar e reafirmar o individualismo típico das doutrinas liberais. Com isso, a política voltada para as classes trabalhadoras é desmotivada, pois o que passa a ser de interesse do partido é a formação de uma cultura cidadã na qual todos os segmentos da sociedade seriam beneficiados e contemplados, sejam eles donos dos meios de produção ou produtores diretos.

Observa-se, então, que o PT passa a defender um programa político que tem encontro marcado com os pilares do direito burguês, cujas normas simulam haver igualdade entre aqueles que são economicamente desiguais: proprietários e trabalhadores. Deve-se dizer que nesse debate, no qual o partido se insere, ganha corpo a defesa incondicional da ampliação da cidadania, vislumbrada em idéias e propostas como o Orçamento Participativo (OP), os programas de Renda Mínima e de Bolsa Escola, a idéia de Economia Solidária, o apego ao discurso da ética na política, que formam o que o próprio partido chama de “democracia participativa”, no

⁸ Devemos destacar que o partido recusou-se a assinar a Constituição Federal na época de sua homologação.

caso do específico do OP, ou de “cultura cidadã” se pensarmos a aplicação do conjunto dessas políticas, que podemos caracterizar, *grosso modo*, como políticas compensatórias. Mas, a concepção de cidadania do partido, da forma como é empregada, expressa como objetivo de longo prazo a humanização do capitalismo. Isso significa que a sociedade humanamente “justa” e “digna” passa a ser identificada com a própria sociedade burguesa. Logo, o partido, ao enfatizar a questão do individualismo na figura do cidadão, tende a omitir a estratégia socialista, fazendo aflorar ainda mais o caráter reformista de suas propostas na cena política.

Portanto, há um progressivo deslocamento no discurso petista. De um discurso que interpelava os trabalhadores e designava como objetivo da luta política a implantação do socialismo, transita-se para outro discurso que interpela “a sociedade” e designa como objetivo a ampliação e consolidação da cidadania. Mas é preciso nos perguntarmos ainda sobre o que teria sido o “socialismo do PT”.

É instrutivo a esse respeito examinarmos a crítica que o PT fazia ao chamado socialismo real da antiga União Soviética. Essa crítica está circunscrita à discussão entre democracia e ditadura, não sendo levadas em consideração as questões concernentes ao caráter classista do Estado e às relações de produção, o que implicaria na discussão sobre a própria concepção de socialismo. De fato, como maneira de se contrapor aos regimes políticos onde prevaleceu o totalitarismo, o PT defende a proposta do socialismo democrático. Contudo, do ponto de vista etimológico, essa expressão é muito ambígua. Ela pode ser uma redundância ou um equívoco. A referência ao termo socialismo exclui e pressupõe a democracia – exclui a democracia burguesa e pressupõe a democracia socialista. O socialismo pressupõe a democracia, mas uma democracia diferente daquela que encontramos no capitalismo. A democracia socialista funde a socialização do poder, e não a socialização da mera participação política, com a socialização da economia, suprimindo as interferências nefastas do poder econômico na operação do princípio da soberania popular.

O equívoco das resoluções teóricas do partido parece residir no fato de conceber o modelo econômico e político que acabou vigorando na antiga União Soviética como socialista, quando na verdade pode-se argumentar que predominou lá um capitalismo de Estado. Se for correta essa nossa análise, a defesa do socialismo democrático deve ser entendida muito mais como uma crítica democrático-burguesa ao caráter ditatorial do regime político vigente nos países de capitalismo de Estado, do que um questionamento da dominação de classe da burguesia. Bastaria uma mudança no regime político, a instauração do pluralismo partidário, para tornar exemplar o “socialismo” vigente na União Soviética. O processo de trabalho no interior das unidades econômicas, as relações de propriedade, o tipo de planificação global da economia e o tipo de Estado vigentes na antiga URSS poderiam permanecer fundamentalmente intocados.

O PT, ao defender o socialismo democrático, não esclarece muita coisa sobre o que seria esse socialismo. Procura construir uma concepção de *socialismo pela negativa*. Rejeita, como indicamos acima, as experiências dos países de capitalismo de Estado, o chamado socialismo real. Entretanto, afirma também não aceitar as experiências da velha social-democracia da Europa Ocidental, apesar de possuir características muito próximas dessa última. Nós indicamos que o programa original do PT tinha grande semelhança com o programa da social-democracia europeia de meados do século XX. Mas os petistas, mesmo os que integram sua corrente majoritária e moderada, sempre trataram como acanhada e insuficiente a proposta da social-democracia, embora não apresentassem os pontos em que seu programa diferiria do programa do Estado de bem-estar de tipo social-democrata. Fica obscuro, então, o que seria o socialismo petista. No máximo, o que se pode dizer é que ele seria democrático, mas esse caráter democrático estava, segundo nos parece, subordinado aos preceitos do pensamento burguês, que se além ao plano da democracia política, uma democracia deformada pela desigualdade

econômica, existente entre trabalhadores e capitalistas, e pela ação tutelar da burocracia e das forças repressivas do Estado capitalista, ciosa da necessidade de manter a democracia dentro dos limites exigidos pela ordem burguesa. A concepção de socialismo é obscura e contraditória, já que se articula com a manutenção da ordem vigente.

A discussão sobre o socialismo petista toma uma forma tão fluida e inconsistente nas reflexões teóricas do partido que chega a se cogitar, nas vésperas do último Congresso realizado pelo PT, em 1999, o abandono a qualquer referência ao socialismo, mesmo que esta fosse meramente formal. Nas resoluções do último Encontro Nacional, realizado no final de 2001, a ambição de suprimir qualquer referência ao socialismo no programa do partido repercutiu no documento que apresenta as diretrizes do programa de governo do PT. Nessas diretrizes programáticas, não há qualquer menção à palavra socialismo, assim como não há no Programa de Governo do PT de 2002.

1.2 Programa de governo

Partindo do plano mais geral, isto é, das concepções e da estratégia, para o plano mais específico, isto é, o plano das propostas táticas, cabe examinar as mudanças operadas nos sucessivos programas de governo apresentados pelo PT ao longo dos últimos anos. Na análise dos programas de governo do partido, pode-se dizer que a questão central da tática de governo muda muito a partir de 1994. Desde então, desaparece dos programas o eixo constituído pelas lutas antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária.

Devemos salientar que, do ponto de vista do embate de idéias que se inaugura na década de 1990 no Brasil, o abandono desses três pontos centrais da tática de governo pode significar uma acomodação ao discurso neoliberal, na medida em que o partido

deixa de explicitar os setores que pretende combater, que, por sua vez, são os mais favorecidos pela plataforma política neoliberal. Se fizermos uma análise cuidadosa de quais interesses sustentam a política neoliberal, pode-se dizer que esses interesses estão associados, fundamentalmente, ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia brasileira que, no conjunto, visam suprimir ou revisar as reformas que o movimento operário e a luta antiimperialista impuseram tanto ao capitalismo quanto ao imperialismo, ao longo do século XX⁹. Nesse sentido, é possível afirmar que o partido abandona uma postura combativa e passa a

⁹ Utilizamos o conceito de imperialismo em contraposição à chamada teoria da globalização. No quadro de hipóteses do qual partimos, a noção de globalização é parte integrante da ideologia neoliberal. O discurso da globalização parece atender, fundamentalmente, os países da tríade imperialista – Estados Unidos, Japão e Alemanha. Os autores Paul Hirst e Grahame Thompson apontam, na obra *Globalização em questão*, algumas debilidades de fundo desse discurso. Citamos como exemplo: a) a ausência de uma caracterização daquilo que deveríamos entender como noção de “economia global” ou “globalizada”; b) a falsa idéia de um processo inusitado de internacionalização da economia – tais autores mostram que no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, alguns países atingiram taxas de abertura econômica semelhantes às apresentadas no início da década de 1990; c) a insistência indevida na tese segundo a qual as empresas caracterizadas como transnacionais ou globais estariam dominando o mercado mundial, enquanto o que se vê é que a maioria das empresas que controla o mercado mundial, centra-se num espaço econômico nacional, e remete seus lucros para o Estado onde está localizada a sua matriz. Hirst e Thompson argumentam, ainda, que os Estados nacionais não se tornaram anacrônicos nessa nova conjuntura e que os investimentos externos diretos concentram-se no centro da economia mundial, não havendo, por isso, uma homogeneização do espaço econômico mundial – idéias que, uma vez mais, desautorizam os pressupostos e teses dos teóricos da globalização. Por tudo isso, manteremos a noção de imperialismo, a despeito das inegáveis diferenças entre a economia mundial no final do século XIX e a deste final do século XX e início do século XXI. Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalização em questão*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

adotar uma posição meramente defensiva e excessivamente moderada, que se traduz numa política de conciliação com o modelo neoliberal.

Ao submetermos à análise os pontos mais específicos dos sucessivos programas de governo, pode-se verificar que as propostas passam, gradativamente, a receber uma feição mais moderada. Vejamos de perto alguns temas, a título de ilustração, que possuem grande relevância na disputa de projetos políticos que se consolida na década de 1990; são eles: a dívida externa, as privatizações, a política salarial, a reforma agrária e a questão da formação das áreas de livre comércio.

No que se refere à dívida externa, pode-se dizer que há nas resoluções dos sucessivos Encontros petistas uma mudança radical de posicionamento. O partido, que defendia a suspensão do pagamento da dívida até 1994, em 1995, apresenta uma política de renegociação e auditoria da dívida. O PT deixa claro, nas resoluções dos Encontros realizados entre 1995 e 2001, que é preferível uma “renegociação soberana” da dívida externa. Na campanha eleitoral de 2002, o partido não fala mais sequer em renegociação da dívida, discurso que foi substituído pela promessa de “cumprimento dos contratos”. Disto pode-se depreender que a postura adotada pelo partido leva-o ao reconhecimento passivo de sujeição dos interesses dos países periféricos aos interesses dos países imperialistas, ao passo que a posição anterior propunha-se a questionar a origem da dívida e a soberania do país em relação aos países credores.

Em relação às políticas de privatização, é necessário dizer que o PT começa a enunciar tal questão a partir do I Congresso Nacional em 1991, quando diante do processo de privatização do setor siderúrgico nacional inaugurado pelo governo Collor, passa a defender a “desprivatização” das empresas estatais privatizadas¹⁰.

¹⁰ Desprivatização é o termo empregado nas resoluções do partido que possui, apesar da extravagância vocabular e da ambigüidade, o significado geral de reestatização dessas empresas.

Mas, no II Congresso Nacional, realizado em 1999, o PT deixa de defender a “desprivatização”, para apoiar-se na proposta de suspensão imediata do Programa de Privatizações e de apuração rigorosa dos processos de privatização já concluídos. Logo, conclui-se que o desaparecimento da proposta de reestatização acaba por legitimar as ações dos governos anteriores, que eram denominados pelo próprio partido como neoliberais. Isso nos leva a identificar uma certa contradição do discurso com o programa do PT, pois o partido, que sempre se apresentou como oposição às políticas neoliberais, passa a aceitar indiretamente um de seus pilares. Ao se prostrar às regras da formalidade constitucional, termina por não aderir à política de ruptura radical com as políticas implementadas pelos governos brasileiros. Conseqüentemente, embora a defesa da suspensão do programa de privatizações venha a restringir a propagação deste processo, o abandono da proposta de desprivatização pode significar, na prática, uma concessão aos interesses que são contemplados pela adoção de políticas neoliberais. O partido, assim, assume um discurso menos combativo e mais próximo de uma conciliação com a ordem burguesa neoliberal.

Quando trata da política salarial, o partido deixa transparecer uma concepção burguesa da situação do trabalho e do trabalhador no capitalismo. Não critica o trabalho assalariado enquanto sistema que traz conseqüências negativas inevitáveis para o trabalhador – a subordinação irrestrita da pessoa do trabalhador ao processo de produção, a insegurança social permanente e a inferioridade econômica. Restringe-se à crítica de pontos específicos, que são apresentados de modo mais ou menos desconexos. Limita suas propostas a melhorias da condição de vida dentro do capitalismo – aumento de salários, redução da jornada de trabalho, férias e décimo terceiro salário entre outros. A concepção do partido está restrita, portanto, às reivindicações e necessidades imediatas dos trabalhadores. A sua política salarial tem como horizonte o abrandamento da concentração de renda e

não a extinção do capitalismo. Ora, mesmo que entenda que a substituição imediata do sistema de trabalho assalariado não se encontra na ordem do dia, o partido poderia apresentar uma crítica a esse sistema e vincular as reivindicações imediatas à luta contra tal sistema, o que seria, no mínimo, educativo para os trabalhadores. Em vez disso, o partido aceita como dado irremovível a relação capital/trabalho, na qual o dono dos meios de produção extorque mais-valia do produtor direto. Além disso, deve-se ressaltar que a apologia do trabalho (assalariado) é um dos pontos marcantes do programa do partido. É evidente que, numa conjuntura em que o capitalismo desemprega e lança milhões de trabalhadores na insegurança social, o primeiro dever de um partido que se apresenta como defensor dos interesses dos trabalhadores é lutar pelo emprego. No entanto, o Partido dos Trabalhadores desliza da defesa do emprego para a apologia do sistema de trabalho assalariado e da cidadania. O seu discurso apresenta a conquista de um emprego como meio único e suficiente para recuperar a auto-estima do trabalhador e conceder cidadania aos indivíduos que estão à margem do mercado de trabalho. No último Encontro realizado no final de 2001, por exemplo, são colocados como soluções definitivas para os problemas dos trabalhadores no Brasil o crescimento e a transformação da economia graças “à inclusão de 53 milhões de brasileiros”, “à preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados” e “à universalização dos serviços e direitos básicos”¹¹.

Como evoluiu a posição do PT frente à complexa questão da reforma agrária? No caso de um país dominado pela grande propriedade da terra como o Brasil, a reforma agrária representaria um avanço, do ponto de vista popular e democrático. Porém, a reforma agrária reafirma um dos preceitos básicos do pensamento

¹¹ Ver: Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, op.cit., item 27, p. 6.

burguês e do capitalismo, que é a defesa da propriedade privada. Caberia a um partido que se apresentou como socialista uma avaliação e um posicionamento sofisticados e cuidadosos sobre tão complexa questão. Contudo, não encontramos isso nos documentos do PT.

Ademais, a direção do PT afastou-se, na conjuntura recente, do MST – o mais importante movimento de luta pela terra no Brasil. A tentativa de desvincular o partido das práticas de ocupação de terras do MST, no início de 2002, expressa esse afastamento. E a direção petista fez questão de ostentar publicamente esse afastamento, com o objetivo de consolidar a nova imagem de moderação do partido que ela quer ver estampada nos meios de comunicação. Tal fato traz dúvidas sobre qual política agrária é, de fato, defendida pelo partido. Para a nossa análise sobre a evolução das concepções e propostas do PT, é importante salientar que em situações muito parecidas na década de 1980 e início dos anos de 1990, o partido solidarizava-se com a luta do MST, pois, naquela época, não “via com bons olhos” as alianças que procura hoje com setores do empresariado, seja no processo eleitoral ou no exercício das funções governamentais que o partido assumiu em vários Estados e municípios – onde se consolida hoje o “modo petista de governar”.

Seria importante ressaltar também que nas resoluções dos Encontros de 1997 a 2001, o partido manifesta-se contrário, e o faz de modo combativo, à imposição, aos países da América Latina, do projeto ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas), por parte da política imperialista dos EUA. O PT entende que da forma como é concebido, o projeto ALCA é um “projeto de anexação política e econômica da América Latina, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil”¹². Por outro lado, apesar de falar em “inserção soberana no mundo”, sustenta que se devem aperfeiçoar as relações comerciais

¹² Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, op. cit., item 53, p. 12.

bilaterais com os EUA, que seria para o partido “o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial”, e também com a União Européia que é “o melhor exemplo de integração supra-nacional exitosa e calcada em regras democráticas”. Como na análise da dívida externa, há aqui um certo descaso com a correlação de forças entre os países, principalmente, nas relações comerciais. O elogio das relações comerciais com os EUA e a apologia das regras democráticas da União Européia parecem ser muito mais uma posição de reconhecimento da soberania desses dois parceiros comerciais em relação ao Brasil, do que o inverso. Assim, a passividade do partido em relação aos principais parceiros comerciais incorre numa contradição, ou seja, o partido fala em anexação política e econômica pelos EUA, ao mesmo tempo que tece elogios ao articulador desse projeto – os EUA. Além disso, a saída do PT, em agosto de 2002, do plebiscito popular que foi organizado no Brasil para que a população se manifestasse sobre a ALCA, pode ser mais uma das táticas do partido que indicam a progressiva aceitação do imperialismo estadunidense.

O partido também ressalta a importância de uma redefinição e reestruturação do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Mas se deve considerar que essa medida concebida sob a lógica do capital, como o próprio PT faz, não deixa de ser funcional para a manutenção do sistema de dominação de classe capitalista, na medida em que a formação de grandes blocos econômicos é uma medida estratégica que traz vantagens apenas para setores da burguesia de determinados países, não oferecendo reais vantagens às classes trabalhadoras. Com isso, a defesa da “integração soberana” do Brasil nas relações comerciais internacionais, pregada pelo partido, “cai por água abaixo” por ainda reconhecer ou conciliar com os interesses dos países imperialistas; dito de outra forma, o partido aceita de maneira passiva a prática imperialista de países como os EUA ou de blocos econômicos como a União Européia, que para preservarem os monopólios de setores estratégicos de suas economias nacionais,

chegam a romper os acordos estabelecidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), adotando políticas protecionistas.

Por fim, se fizermos um balanço geral dos programas de governo do PT desde 1989, podemos dizer que se consolida, a partir de 1994, uma inversão de prioridades: a questão da disputa pelo poder político, que recebia destaque nas resoluções em detrimento da questão do desenvolvimento econômico, deixa de ser central em função da opção do partido pela estratégia desenvolvimentista¹³. Este tipo de política tornou-se proposta comum entre os partidos de esquerda latino-americanos que procuraram se resguardar do impacto da ideologia neoliberal recorrendo a políticas que resgatam a ideologia do desenvolvimentismo. Foi reativado o discurso em defesa do desenvolvimento econômico em geral, concebido como um bem em si mesmo. Esse discurso ideológico omite a natureza do sistema econômico que se pretende desenvolver: desenvolvimento econômico do sistema capitalista dependente? De um “capitalismo nacional”? Desenvolvimento socialista? Até mesmo a ênfase na política de distribuição de renda acabou desaparecendo em proveito da ênfase no desenvolvimento, pelo menos no discurso de muitos economistas do PT, como no caso do economista e deputado Aloízio Mercadante. Esse desenvolvimentismo redivivo tem permitido que o discurso petista aproxime-se do discurso de alguns economistas conservadores, como Delfim Neto, o grande artífice do desenvolvimento capitalista com dependência e concentração de renda do período da ditadura militar. No Brasil, como se verá mais à frente neste ensaio, outro partido que tem investido de forma contundente no resgate da política e do discurso desenvolvimentista é o PCdoB.

¹³ Essa tese, da qual partilhamos, é defendida por Carlos Henrique Goulart Árabe, *Poder político e desenvolvimento econômico*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1998.

1.3 Política de alianças

Nas resoluções referentes à política de alianças, o PT apresenta propostas direcionadas apenas à disputa eleitoral. Ou seja, diferentemente da política adotada nos anos 80, que tratava dos setores da sociedade com os quais o partido poderia aliar-se na luta pelas mudanças, após a conquista de prefeituras importantes nas eleições de 1988, o partido foi progressivamente definindo uma política de colaboração e alianças com partidos que não são sequer reformistas e que tampouco têm algo a ver com a tradição do movimento operário, camponês ou antiimperialista. O PT adotou uma política dirigida para a conquista de votos “a qualquer custo” e, portanto, situada, de modo oportunista, estritamente no quadro eleitoral. Logo, o partido que incorporava importantes setores progressistas e da esquerda na composição de suas alianças, começou a se distanciar desses grupos, coligando-se, por sua vez, com setores representativos do grande empresariado.

É sintomático o descaso do partido em relação às alianças com setores ligados aos movimentos populares, na década de 1990. Cabe dizer que as alianças com o PSTU, por exemplo, foram praticamente abandonadas nesse período no plano nacional, haja vista o lançamento de candidato próprio deste partido nas eleições presidenciais de 1998 e 2002. Em relação ao PCdoB, o PT sempre procurou realizar alianças, já que sua proposta de “integração nacional soberana” nas relações internacionais aproximava-se mais das propostas de caráter nacionalista do PCdoB. Além disso, o fortalecimento do discurso e da prática que privilegiam a luta eleitoral, em detrimento da mobilização popular é comum nos dois partidos. Essa mobilização é uma preocupação mais presente no PSTU.

Salientamos ainda que o PT adotou, em 1995, um critério de alianças que se baseava na oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. Todavia, a partir de uma análise mais detida das propostas de alianças do partido no plano nacional, observamos que há partidos com os quais o PT procura se aliar que, mesmo abrigoando uma

ou outra corrente ou liderança que divirja das posições da cúpula partidária, são partidos que defendem o programa neoliberal, como o PSDB e o PMDB. Além disso, muitos dos partidos que fazem parte do que o PT chamou de *Frente Brasil Popular* e depois passou a chamar de *Frente Democrática Popular*, mostraram-se incapazes de articular um programa de governo que defendesse essencialmente o interesse dos trabalhadores; estamos falando do PDT, PSB, PPS e PV. Devemos dar destaque para o fato de que alguns setores desses partidos aprovaram, ao longo da década de 1990 e idos de 2000, a aplicação de medidas neoliberais. Pode-se afirmar, então, que o PT procurou fazer alianças que negavam os critérios programáticos proclamados pelo partido – a sua proposta de construir um programa de oposição ao neoliberalismo.

As alianças com o Partido Liberal (PL), para a eleição presidencial de 2002, e com o PFL, PSDB, entre outros, nas eleições municipais de 2000, ajudam-nos a notar a extensão do impacto do neoliberalismo no Partido dos Trabalhadores, na medida em que esses partidos estiveram à frente do processo de implantação do modelo neoliberal no país. No caso específico da aliança com o PL, que foi motivo de graves desentendimentos dentro do partido, pode-se dizer que isso explica a atual postura política do partido diante dos embates político-ideológicos que marcam a presente conjuntura. Há alguns anos atrás, talvez fosse inconcebível para o partido fazer alianças com um partido cujo representante, indicado para ser vice na chapa de Lula, o senador mineiro José Alencar, apresenta-se como “o patrão que o Brasil precisa”¹⁴. Cabe lembrar que a postura inicial do PT, marcada por uma posição reformista porém fortemente obreirista, levava esse partido a se proclamar, de fato, um partido dos trabalhadores. Um de seus primeiros *slogans* eleitorais era “trabalhador vota em trabalhador”. Também seria difícil imaginar uma aliança do PT com a conservadora Igreja Uni-

¹⁴ Esse slogan foi vinculado em propaganda política do PL no mês de março de 2002.

versal do Reino de Deus, já que o partido, desde a sua fundação, foi apoiado por setores progressistas da Igreja Católica. No entanto, as mudanças programáticas ao longo dos anos, a busca de aliança com setores da grande burguesia e a prática estritamente eleitoralista ajudam a compreender essas novidades.

1.4 Terceira via, neoliberalismo e os rumos do PT

Como pudemos verificar acima, na seção acerca do socialismo petista, o programa do PT tem muitos pontos em comum com o da velha social-democracia europeia. Trata-se, agora, de tecer algumas observações sobre o que há de comum entre as novas propostas políticas do PT e o programa do “novo trabalhismo” europeu, ou melhor, visualizar quais são as políticas defendidas pela denominada “nova esquerda”.

Devemos dizer, primeiramente, que durante os anos 90, alguns partidos europeus que traziam em seu programa fortes laços com a “velha social-democracia”, procuraram oferecer ao eleitorado uma “cara nova”, isto é, passaram a defender idéias de pragmatismo e de modernidade. O resultado dessa proclamada “renovação” da social-democracia apresentou-se com o nome de “terceira via”, pois rejeitaria tanto a “velha social-democracia” quanto o neoliberalismo, e tinha como pressuposto básico a harmonia essencial entre o capitalismo (a “economia de mercado, pragmática, criativa e inovadora”) e a “democracia”¹⁵ (os “valores da justiça e da individualidade”), dado que ambos fundam-se na prática da competição e renunciam à busca “covarde” da segurança a qualquer preço.

Alguns dirigentes políticos defensores da “terceira via”, como Tony Blair, primeiro-ministro da Inglaterra, e Gerhard Schroeder, primeiro ministro da Alemanha, defendem a tese de que o Estado deve tornar-se um agente ativo para o emprego; o sistema de bem-estar social não deve limitar as capacidades dos indivíduos; a rede

¹⁵ Há clara referência aqui à democracia liberal (e não à popular).

de segurança de direitos deve ser transformada em “um trampolim para a responsabilidade pessoal”. A justiça social deve ser entendida não só como distribuição das finanças, mas também como alargamento da igualdade de oportunidades – não a igualdade “de resultados”, concordariam os neoliberais – e os serviços públicos devem ser de qualidade, assim como a segurança social. Esses políticos procuram valorizar também, de maneira abstrata e ideológica, a competência, a criatividade e a iniciativa dos indivíduos, fazendo abstração das condições concretas que podem permitir ou impedir o exercício dessas belas virtudes individuais¹⁶.

Notam-se, assim, articulações discursivas muito próximas entre a ideologia da terceira via e a do neoliberalismo. Exemplo disso pode ser vislumbrado também nos ensaios de Anthony Giddens, um dos mentores intelectuais da teoria da terceira via, que propõe que na nova política “não (haja) direitos sem responsabilidades”. Isto é, propõe que as obrigações individuais devem ser ampliadas em detrimento dos direitos sociais. Para que o leitor entenda melhor isso, cabe um exemplo. Na discussão sobre o auxílio-desemprego, Giddens defende que, a partir do momento em que esse benefício fosse concedido, dever-se-ia obrigar o trabalhador a procurar emprego, o que valoriza e destaca a idéia de responsabilidade pessoal em detrimento das responsabilidades sociais do Estado¹⁷.

A fim de sintetizar os elementos que justificam a aproximação da “terceira via” com o neoliberalismo, podemos dizer que os principais são: o enfoque individualista e o conseqüente escamoteamento da desigualdade de classe e das condições econômicas e sociais desfavoráveis enfrentadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista; o enaltecimento da iniciativa individual e a crítica do Estado de bem-estar, que seria paternalista, levando os indivíduos a

¹⁶ Tony Blair e Gerhard Schroeder. “Europa: A terceira via/ O novo centro” In: <www.revistadigital.com.br/tendências>, n.17, acessado em: 17 jun. 1999, p. 9.

¹⁷ Anthony Giddens, *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

um comportamento comodista e conformista; a apologia da concorrência e a valorização do indivíduo empreendedor. Parece-nos possível classificar a ideologia da “terceira via” como uma ideologia predominantemente neoliberal. Não seria um neoliberalismo *tout court* – puro, como aplicado pelos governos Reagan e Thatcher –, mas um neoliberalismo que chamaríamos de mitigado, visto que a “terceira via” ainda reserva obrigações sociais ao Estado e mantém algumas garantias ou benefícios para a classe trabalhadora.

Ao compararmos, agora, as resoluções do PT com as elaborações teóricas da “terceira via”, poderemos identificar alguns elementos comuns entre as duas propostas. Ambos partem de uma mesma problemática: a idéia de que o programa da velha social-democracia ficou ultrapassado pelo que seria o fracasso do socialismo e pela modernização do capitalismo, e defendem, em consequência, a necessidade de uma renovação de seus programas. No plano das doutrinas, essa renovação, tanto para o PT quanto para a “moderna social-democracia”, deve rejeitar, de um lado, a velha social-democracia com o seu programa amplo de Estado de bem-estar social, e, de outro lado, o neoliberalismo, ou pelo menos alguns dos seus aspectos mais duros para os trabalhadores. Outro ponto programático compartilhado por ambos é o da democratização do Estado. A idéia, presente no II Congresso Nacional do PT, de “Estado democratizado” aproxima-se muito da idéia de “novo Estado democrático” do programa da terceira via. Vejamos o que as resoluções do PT afirmam:

“(...) um Estado democratizado – controlado socialmente – será chamado a desempenhar papel decisivo na nova política econômica. Sem desconsiderar a existência do mercado como elemento importante; não se pode aceitar que a ele caiba a regulação absoluta da vida econômica. As agências controladoras de setores produtivos e de serviços devem ser radicalmente modi-

ficadas, garantindo-se a efetiva participação nelas de representantes da sociedade civil”.¹⁸

O partido afirma, ainda, a necessidade de um Estado forte e, por essa razão, democrático e descentralizado, que limite o uso de Medidas Provisórias e redefina o pacto federativo, entre outras mudanças.

De maneira parecida, Giddens concebe o “novo Estado democrático” que se constituiria sob os seguintes aspectos: a) descentralização das atividades do Estado; b) duplo movimento democrático, isto é, delegação de poder de cima para baixo e também para cima, reafirmando a autoridade do Estado; c) renovação da esfera pública, tornando-a mais transparente, aberta e funcional para a luta contra a corrupção; d) elevação da eficiência administrativa, para conservar ou recuperar a legitimidade do Estado; e) criação de mecanismos de democracia direta, para aproximar o governo dos cidadãos; f) regulação da mudança científica e tecnológica, tornando o governo um administrador de riscos.

Nota-se, assim, que há muitos pontos de convergência entre as duas propostas, tais como: Estado descentralizado, renovação da esfera pública a fim de promover a transparência política e uma pretensa democracia direta para aproximar mais a “sociedade civil” (todas as suas classes indistintamente?) do governo. Além do mais, da mesma forma que Giddens defende a proposta de uma “nova economia mista”, que envolveria “um equilíbrio entre regulação e desregulação, num nível transnacional bem como em níveis nacional e local, e um equilíbrio entre o econômico e não-econômico na vida da sociedade”¹⁹, o PT prevê em suas resoluções a necessidade de se articular uma regulação parcial da esfera econômica pelo mercado, delegando-se a outra parte ao Estado.

¹⁸ Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, op. cit., p.11.

¹⁹ Giddens, op. cit., p. 109-110.

Isto posto, podemos dizer que, do ponto de vista programático, o PT não se identifica completamente com a “terceira via”, mas é possível dizer que a partir de 1995, o partido passou a apresentar um programa de governo e um discurso político que se familiarizam bastante com o adotado pelos defensores da “terceira via”, e vêm progressivamente se adequando a ele.

A partir do conjunto de considerações que apresentamos nesta parte do ensaio, podemos concluir que o PT vem se integrando passivamente à ordem burguesa neoliberal. As pressões da ordem burguesa, expressas pela lógica neoliberal, passaram a condicionar o horizonte do partido, motivando-o a abandonar suas potencialidades revolucionárias e as propostas de reforma mais avançadas que ele havia elaborado ao longo da década de 1980. Deve-se dizer, ainda, que se o partido continuar trilhando o caminho em direção ao modelo burguês neoliberal, como fazem os defensores da terceira via, acabará por se integrar ativamente à ordem, o que significa que não terá mais espaço para traçar um projeto de autonomia para as classes trabalhadoras diante do projeto hegemônico das classes dominantes, que se consolidou na sociedade brasileira ao longo dos anos 90.

2. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB)²⁰

Para o PCdoB, há dois tipos de programa de governo e, mesmo que essa divisão não seja explicitada em seus documentos, a tradição do pensamento e movimento político marxista-leninista em que ele se insere nos autoriza tal informação. Esses dois programas são os assim chamados programa *mínimo* e programa *máximo*, cada um fundado em um nível de análise diferente.

²⁰ Esta parte do texto é resultado de pesquisa realizada por Fernando Ferrone Corrêa com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em termos gerais, pode-se dizer que o programa máximo é um estágio *superior e adiantado* da luta política pela tomada do poder. Ele é “superior”, pois ataca as causas últimas dos problemas colocados. Tal programa, na sua elaboração, não se prende à conjuntura específica do momento, senão aos determinantes mais gerais do processo histórico, por isso é “adiantado”. O programa máximo situa-se no terreno da *estratégia*, nos termos em que Stálin – o dirigente soviético que, no nosso entender, influenciou muito a formação das concepções do PCdoB sobre o processo revolucionário – entendia esse conceito. Para Stálin, estratégia era o processo mais geral e abstrato que orientava o proletariado ao seu fim último: a revolução proletária com implantação de sua ditadura (o socialismo, propriamente dito) como transição para o comunismo²¹.

Pois bem, no documento oficial mais recente do PCdoB, as resoluções do X Congresso, as menções à “ditadura do proletariado” como estratégia são inexistentes. O máximo que se fala, e mesmo assim bem rapidamente, é em “ruptura da ordem institucional predominante”, entendendo-a, no entanto, como impossível para o momento²². A primeira avaliação crítica que se pode então fazer do partido é justamente a despreocupação com que essa questão é tratada. O PCdoB, aparentemente, considera como já resolvida a discussão sobre a configuração do socialismo. Apesar da derrocada da antiga URSS, da guinada chinesa para a economia de mercado, do consequente refluxo do movimento operário internacional e das críticas conceituais que o socialismo vem sofrendo, o PCdoB não se propõe a discutir o conteúdo do conceito de socialismo na conjuntura recente, o que denota uma certa passividade do partido em relação à luta de idéias que vem se travando com o avanço da ideologia burguesa neoliberal.

²¹ As teses às quais nos referimos se encontram no livro: Joseph Stálin, *Fundamentos do leninismo*. São Paulo, Global, s/d.

²² “Resoluções do X Congresso” In: *A Classe Operária*, nº. 208, 9 jan. 2002.

O programa mínimo, por seu turno, é o programa que contém os objetivos e tarefas da “ordem do dia”. Trata-se do programa fundado na análise conjuntural mais concreta e imediata e visa a propor táticas com aplicabilidade imediata. Esse caráter mais pragmático é propício para revelar as intenções mais cruas e as contradições existentes no seio da doutrina do partido, haja vista que a imagem que ele faz de si mesmo pouco conta aqui, senão os resultados de tais propostas. E, é justamente por isso, que uma análise mais acurada da conjuntura política se faz necessária. Entretanto, dado o reduzido espaço de que dispomos, tentaremos apresentar somente as linhas mais gerais da caracterização que o PCdoB faz da conjuntura e os traços essenciais do programa mínimo desse partido. Em tese, a análise de conjuntura serve de base para a definição do programa mínimo, que deve ser coerente com tal análise.

2.1 A conjuntura atual segundo o PCdoB e o programa mínimo do partido

Basicamente, o PCdoB entende que a economia mundial capitalista do pós-II Guerra está em “crônica e integral crise”. As economias capitalistas apresentam problemas na acumulação de capital, há diacronismo entre os ciclos econômicos das grandes potências, a economia japonesa, outrora de invejável pujança, está estagnada há anos, isso sem falar dos sinais de crise na economia americana, saída de uma década de crescimento incontido, porém sem fundamentos sólidos.

De maneira nenhuma indiferente a isso, o capital tenta resolver seus problemas jogando sobre os ombros do trabalhador o ônus da crise:

“Os aumentos da composição orgânica do capital e do exército industrial de reserva convergem para a política de desvalorização da força de trabalho. Adotam-se transformações técnicas para

elevar a taxa de extração de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, intensifica-se o ritmo de trabalho (mais-valia absoluta) e promove-se a regressão das formas de trabalho, a diminuição dos salários, a dispensa de trabalhadores, que se tornam supérfluos com as novas tecnologias, a anulação de conquistas trabalhistas e o surgimento de esquemas de subcontratação (terceirização).²³

Vê-se que o discurso do PCdoB está informado por uma concepção e linguagem diferentes daquelas presentes no discurso do PT. A economia é imediatamente caracterizada como economia capitalista, com sua lógica própria e com uma dinâmica sujeita a crises. O trabalho é qualificado historicamente, pensado como trabalho assalariado, e a relação entre empregador e empregado concebida como uma relação de exploração. A sociedade não aparece mais como um agregado de indivíduos, mas sim como uma relação desigual entre grupos sociais, e a condição de cada indivíduo aparece marcada pela sua condição de classe. O capital, por sua vez, é apresentado como uma espécie de contradição em processo que pode gerar problemas para a sua própria expansão:

“No âmbito do capital, o aumento da sua concentração e centralização (fusões, aquisições, criação de mega-empresas) coexiste, em tensão, com o aprofundamento da competição entre grupos oligopolistas. Grandes grupos capitalistas privados, tendo à frente a oligarquia financeira, elevam o grau de monopolização da economia, contando com forte privatização de estatais”.²⁴

Acrescente-se a isso que, a partir dos anos 70, de acordo com o partido, houve uma migração muito grande de capitais da esfera produtiva – aquela onde se dá a produção e apropriação de mais-valia pela burguesia – para a financeira, na qual o capital engendrar-se-ia a si mesmo. Todavia, Marx já demonstrou que esse é um

²³ “Resoluções do X Congresso” *In: A Classe Operária*, op. cit.

²⁴ Idem, *ibidem*.

ledo engano, isto é, que não é possível que capital gere diretamente capital. Corolário disso é o fato de ser necessário, pois, que a esfera econômica, sendo substrato para o parasitismo financeiro, não seja sucateada pela falta de capitais, provocando o risco de todo o sistema entrar em crise. Ignorando essa contradição, ou não podendo controlá-la, a burguesia “se financeiriza” exponencialmente.

Para o PCdoB, o capital que resta na esfera produtiva é diluído em uma linha de produção que dificilmente se encontra, na conjuntura atual, restrita somente a um país. Os capitais produtivos são internacionalizados, cabendo a diversos países capitalistas periféricos realizarem, separadamente, diversas etapas da linha de produção, restando, estrategicamente, às transnacionais dos países capitalistas centrais, o domínio estratégico das posições diretas, financeiras e tecnológicas. Em suma, uma assimetria patente entre as nações ricas e as pobres. Aqui, temos outro elemento diferenciador frente ao discurso petista. Embora exista no PT um sentimento antiimperialista – sentimento que, é verdade, já foi muito mais pronunciado no passado – não existe, nos documentos do Partido dos Trabalhadores, uma articulação rigorosa entre capitalismo e dominação imperialista, como aparece nos documentos do PCdoB.

Conclui, então, o PCdoB:

“Essa diversidade de políticas e processos está contida no projeto neoliberal, que consiste na privatização das empresas e do patrimônio público; na retirada do Estado da gestão e do papel regulador da economia; na desregulamentação; na abertura nas áreas comercial, financeira e tecnológica; na disciplina fiscal; na estabilidade monetária obtida à custa do sacrifício do desenvolvimento econômico e social; e na promoção de reformas regressivas nas áreas social e trabalhista”.²⁵

Entretanto, ao incauto poderia parecer que essas políticas são aplicadas de igual modo, tanto aos países centrais como aos perifé-

²⁵ “Resoluções do X Congresso” *In: A Classe Operária*, op.cit.

ricos. Isso é falso, diz o PCdoB, visto que nos primeiros o Estado ainda respalda as grandes empresas através de “protecionismo, restrições comerciais extra-alfandegárias, subsídio à agricultura, isenção de impostos, medidas cambiais, endividamento público, desenvolvimento científico e tecnológico, etc.”²⁶. Esse raciocínio desautoriza aqueles propagadores da “ideologia da globalização”. Na verdade, o que se dá não é uma destruição das fronteiras dos estados nacionais, mas uma política deliberada de debilitamento e esgarçamento da fronteira e da soberania dos Estados periféricos, ao passo que o poder dos Estados imperialistas é ampliado.

A assimetria da aplicação da política neoliberal encontra seu maior adensamento na política estadunidense. Com o fim da URSS, os EUA tornaram-se econômica, política e militarmente hegemônicos no mundo. Todavia, seu poderio econômico encontra-se em processo de degenerescência e cada vez mais é fundado no poderio militar que assenta seu poder político. Como exemplos disso, o PCdoB cita a recente guerra aos militantes Talebãs no Afeganistão, o plano Colômbia visando ao desmantelamento da guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e também ao domínio da Amazônica brasileira, o apoio ao estado terrorista de Israel, a hostilidade contra a China, entre outros.

Com referência ao plano nacional, a análise do PCdoB não se altera muito. O Brasil continua um país dependente e o governo FHC subordinou-o ainda mais ao capital imperialista ao adotar a política neoliberal. Ademais, no plano político, cada vez mais a tendência democratizante começada com a Constituinte de 88 se altera: no governo FHC, a corrupção, a promiscuidade, o fisiologismo e o autoritarismo tão tradicionais na política brasileira, foram reavivados e aguçados, agora com um propósito bem claro, qual seja, o desmonte do Estado nacional e das conquistas sociais e trabalhistas em favor do aumento do lucro do capital imperialista

²⁶ Idem, *ibidem*.

representados pelo FMI e pelo Tesouro norte-americano. Isso porque, com a crise das dívidas da década de 80, as elites brasileiras (“grande burguesia, seus políticos, parte da intelectualidade, a quase totalidade da mídia”), preferiram associar-se ainda mais, mesmo que de maneira subordinada, ao capital imperialista e abandonar qualquer resquício de projeto nacional. Dá-se uma verdadeira “neocolonização”, segundo o PCdoB.

Ora, o resultado dessas mudanças e contradições é que as forças políticas de resistência, de oposição, são potencializadas. O pleito de outubro de 2002, com eleições para presidente, câmara, senado (2/3 das cadeiras), governadores e assembleias estaduais é uma boa chance para um projeto antineoliberal grassar:

“A mudança deste rumo imposto ao Brasil, conduzido pelo atual pacto político dominante, implica na necessidade incontornável da formação de extenso e massivo movimento cívico – centrado nas forças de esquerda e socialmente entre os trabalhadores, capaz de unir a maioria da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares –, objetivando a virada na correlação de forças políticas em que predominam, hoje, o bloco comprometido com o modelo liberalizante e dependente.”²⁷

Essa mobilização popular tem como primeiro objetivo a ruptura com a situação de subserviência aos ciclos financeiros internacionais e seus aliados locais que levam ao desmonte nacional e a uma sociedade mais desigual. A tarefa é impulsionar o processo democrático e promover o bem-estar social. Para tal, propõe: “a viabilidade e a aplicação desse programa somente serão possíveis com a vitória de um novo governo de reconstrução nacional democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseado nas forças populares”.²⁸ [grifos nossos]

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ “Resoluções do X Congresso” *In: A Classe Operária*, op. cit.

Eis o programa mínimo do PCdoB: chegada ao governo através das eleições e implantação de um governo fundado em amplas alianças antiliberais com vistas ao desenvolvimento econômico nacional. É sobre essa proposição que nos debruçaremos a seguir.

2.2 O projeto nacionalista

A primeira parte dessa proposta é a seguinte: constituir um tipo de poder, nacional e democrático, sem ruptura com a legalidade. Isso é o que melhor demonstra o fato de se tratar de um programa mínimo. Historicamente, os partidos comunistas sustentaram que a revolução socialista se fazia através da ruptura com a ordem burguesa. Assim foi com a Revolução Russa de 1917, a Chinesa de 1949, a Cubana de 1959, entre outras. Tratar-se-ia de uma incoerência com a tradição em que o partido se insere, propugnar uma via que não a de ruptura? Essa é uma questão muito problemática. Nos escritos de Lênin – particularmente em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*– vemos que caso a situação não seja favorável à revolução, os partidos comunistas poderiam “caminhar juntos” com as forças burguesas mais conseqüentes em busca de uma maior democratização. Lênin propõe, então, que os trabalhadores lutem *politicamente* ao lado da burguesia, mas nunca fez nenhuma menção ao *desenvolvimento econômico capitalista* como pré-requisito para a revolução, ou mesmo, para o “mero acúmulo de forças”²⁹.

O PCdoB, em seu programa mínimo, vai além das conquistas democráticas e propõe medidas econômicas. Essas não estão detalhadas nos documentos que estamos estudando, mas o partido dá uma indicação de onde encontrá-las. Trata-se do documento *Manifesto em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*. A brochura que contém esse manifesto traz a seguinte afirmação em sua

²⁹ V. I. Lênin, *Obras completas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1982, 2.e.d

apresentação: “assinado por mais de uma centena de importantes personalidades do cenário político e social brasileiro, incluindo dirigentes do PCdoB. Condena a política neoliberal submissa de Fernando Henrique Cardoso e propugna a necessidade de o Brasil mudar de rumo”³⁰.

O manifesto denuncia o desmonte do Estado-nação pelos governos FHC e propõe a retomada do crescimento econômico através: a) “da denúncia dos acordos com o FMI”, b) da “renegociação soberana das dívidas interna e externa”, c) do “controle nacional sobre a moeda, o crédito e o balanço de pagamentos” e da recusa de dolarização da economia, d) de um “desenvolvimento integrado da América Latina” através do “fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência ao ALCA e à hegemonia norte-americana”, e) de uma “política de emprego e combate ao desemprego” e de “programas emergenciais descentralizados de combate à fome e às calamidades sociais”³¹.

Em suma, é um documento que procura reestabelecer e desenvolver um capitalismo nacional, não propriamente igual ao do período desenvolvimentista (governo Vargas até o Regime Militar), mas com um feitiço mais popular – integração latino-americana, política de emprego, de distribuição de renda e de ampliação dos direitos sociais. Não é por acaso que o PCdoB não é claro em seus documentos oficiais quanto ao programa econômico do partido para o momento atual. A luta prioritária do partido, mesmo que ele não deixe isso explícito nas resoluções do X Congresso, é a eleitoral, mais especificamente a de *alianças eleitorais*³². O caráter naciona-

³⁰ *Em defesa dos trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000. A editora Anita Garibaldi publica regularmente os textos do PCdoB.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 504-506.

³² O PCdoB fora, até a década de 60, a maior força política de esquerda do país – sem entrarmos no mérito sobre a cisão de 1962. Diversos episódios levaram-no a uma crise que reduziu muito sua influência e capacidade de mobilização. Entre esses episódios, citamos o Golpe Militar de 64 e a per-

lista do documento combina perfeitamente com as críticas ao imperialismo – do qual o neoliberalismo seria um desdobramento particular – e, especificamente, ao imperialismo estadunidense e a seus associados nacionais, que são apresentados pelo PCdoB como forças altamente antidemocráticas. A luta contra o imperialismo, segundo o PCdoB – de modo espontâneo e natural ao que parece – é uma luta em direção ao socialismo – que, como mostramos no início desta análise, não está, de forma alguma, definido neste documento.

O problema todo começa com a confusão entre a luta política com vistas a uma maior democratização e a promoção de um crescimento econômico que, nos moldes do sistema capitalista e sem nenhuma ruptura, significa desenvolvimento das forças econômicas capitalistas, só que não tão subordinadas ao imperialismo. Isso significará mais benefícios (econômicos ou políticos) aos trabalhadores do que na configuração capitalista de associação assimétrica ao imperialismo? Isso dependerá da conjuntura de forças e da posição do PCdoB no “governo de reconstrução nacional”.

Agora, o que significa, em última instância, esse “governo de reconstrução nacional”? A primeira coisa que se deve ter em mente, além do fato já demonstrado de se tratar de um desenvolvimento capitalista, é o fato de que tal desenvolvimento dependerá muito das contradições intrínsecas das frações burguesas no *bloco no poder brasileiro*³³. Isso porque, mesmo que quem implante esse modelo seja um governo formado por partidos de esquerda e reformistas, a mudança dependerá da disposição da burguesia industrial nacional de encampá-lo contra outras frações (burguesia latifundi-

seguição aos quadros comunistas, a chamada “Chacina da Lapa”, em 1976, quando foi assassinada e presa parte da direção do partido e, finalmente, a criação do Partido dos Trabalhadores, que se converteu, rapidamente, no novo centro de referência das forças de esquerda no Brasil.

³³ O conceito de bloco no poder que nós utilizamos foi desenvolvido por Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1971, especialmente a seção 4 do capítulo 3 do segundo volume.

ária, capital financeiro internacional, etc.). Vejamos como se daria isso concretamente.

No que tange à burguesia industrial brasileira, houve um longo período no século passado em que efetivamente poder-se-ia falar num projeto nacional burguês, isto é, num processo de industrialização em que o capital nacional participasse, se não exclusivamente, ao menos como força dominante, no parque industrial. As políticas governamentais de Vargas obraram nesse sentido e, mesmo num período posterior, inclusive durante os governos militares, os interesses da burguesia interna foram uma referência muito importante na definição da política de desenvolvimento. Não obstante, diversas modificações no cenário mundial, a partir da década de 70, criaram as condições para que a burguesia brasileira fosse ou se financeirizando em associação com o capital financeiro internacional, ou migrando para o setor de serviços – com a política de desmonte dos serviços estatais de educação e saúde – ou mesmo tornando-se simples rentista. Isso pode ser observado na própria estrutura estatal brasileira, ou seja, o bloco no poder. A hegemonia é claramente do capital financeiro internacional e seus associados, cabendo às outras frações burguesas benefícios menores, porém, ainda benefícios. A posição da burguesia industrial passou de hegemônica para mera subordinada. Mas, significaria isso que há uma potencial revolta que levaria a burguesia industrial a cindir o bloco no poder em favor de uma “aliança” com forças populares?

É pouco provável que a burguesia industrial brasileira desse seu apoio a políticas anti-latifundiárias. O desenvolvimento industrial no século passado em muito pouco modificou a estrutura fundiária do país, ele se deu em articulação com essa estrutura. Isso vale também no contexto da hegemonia do capital financeiro internacional: o governo FHC usou durante muito tempo de alianças com as forças mais retrógradas do país, consubstanciadas no PFL, para fazer aprovar as emendas constitucionais que garantiriam aquela hegemonia. É pouco provável, também, que a burguesia industrial queira romper ou sequer jogar duro com o imperialismo estadunidense. O poder

econômico, tecnológico e militar norte-americano está solidamente implantado na América Latina e é um fator de estabilidade do capitalismo no continente. Romper com ele pode pôr em risco o próprio capitalismo – como, aliás, não deixa de reconhecer o PCdoB. Por último, a grande burguesia brasileira possui múltiplos vínculos – diretos e indiretos, financeiros, tecnológicos, de propriedade, de comércio etc. – com o capital estrangeiro e não parece disposta a prescindir deles. É pouco provável também que a burguesia industrial apoie uma política de distribuição da renda. A posição subordinada do Brasil no sistema econômico internacional pauperiza o capitalismo brasileiro, o que representa um obstáculo adicional para a aceitação, por parte da burguesia, de uma política tributária, salarial, de rendas etc. que tenha um significativo conteúdo distributivo.

Apesar de não faltarem argumentos e dados para indicar o caráter irrealista da expectativa de uma aliança com o capitalismo nacional, essa expectativa é amplamente dominante no partido. Existem, contudo, militantes que discordam dela. É o caso de Reginaldo Meloni³⁴. Esse defendeu, nos debates preparativos do X Congresso, uma posição muito parecida com a nossa, isto é, que leva em conta as contradições, porém principalmente a unidade entre as frações burguesas e destas com o imperialismo no bloco no poder brasileiro. Referindo-se à estratégia antiimperialista e antineoliberal do PCdoB, ele escreve:

“(...) não se pode fugir do fato de que as questões sociais, como por exemplo, as lutas pela terra, pelos direitos trabalhistas, pela maior distribuição de renda etc. colocam em contradição interesses inconciliáveis que a luta antiimperialista não conseguirá equacionar. Não se pode esquecer que, além do grande capital monopolista, em muitas situações, a pequena e a média burguesia nacional também se beneficiaram com a política e a ideologia neoliberal”.³⁵

³⁴ Reginaldo Meloni, “Tribuna de debates”. In: *A Classe Operária*, n. 206.

³⁵ Idem, *ibidem*.

O autor também aponta elementos dúbios no programa, por exemplo: sabendo dos limites do projeto de reconstrução nacional, o partido aponta para políticas compensatórias como a de redistribuição de renda. Contudo, Meloni lembra que a burguesia sempre foi avessa a isso. Como esperar, então, que ela participe de um governo que propugna tais idéias? E, indo mais fundo, o autor questiona a tese de que esse governo antineoliberal, antiimperialista e de reconstrução nacional seja realmente estratégico para os trabalhadores a fim de acumular forças para o socialismo.

A nós, parece que este é o nó górdio: o PCdoB dividiu o seu programa mínimo em dois. Na teoria de Lênin, no livro já citado, havia uma luta primeira – guiada pelo programa mínimo – que apontava, tendo em vista a vigência de um Estado ditatorial (a autocracia czarista), para a luta por direitos democráticos, passíveis de serem realizados dentro dos limites do Estado burguês. Na concepção de Lênin, esses direitos abririam caminho para a organização do partido em busca da revolução. O PCdoB identifica, no Brasil, cada vez mais um processo de retração das conquistas democráticas da Constituição de 1988. Todavia, a luta que, em tese, seria por conquistas políticas, transforma-se também numa luta por um novo modelo econômico capitalista; modelo, de resto, vago e indefinido. Eis a divisão de programas: a primeira etapa, a do desenvolvimento econômico soberano da nação, a segunda etapa, conquistas democráticas e o acúmulo de forças para a revolução socialista, e a terceira etapa, a etapa do programa máximo, ou da implantação do socialismo.

Como vimos quando analisamos o Partido dos Trabalhadores, esse partido recuou na crítica e no combate ao modelo e à ideologia neoliberal. Quanto ao PCdoB, vimos que esse está opondo ao neoliberalismo uma perspectiva desenvolvimentista, de eficácia e atualidade duvidosas e cuja essência é capitalista. Essa concepção é coerente, portanto, com a participação do PCdoB na coligação partidária que sustenta a candidatura de Lula.

3. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)³⁶

3.1 O PSTU surgiu na luta contra o neoliberalismo

A origem do PSTU é muito peculiar em relação à formação dos outros partidos de esquerda no Brasil e está diretamente relacionada com o tema do nosso ensaio, já que o PSTU nasceu, no início da década de 1990, como decorrência de divergências existentes no interior do PT sobre a estratégia a ser adotada frente ao modelo neoliberal, então recém implantado no Brasil.

O surgimento do PSTU se deu a partir da ruptura da corrente Convergência Socialista (CS) com o Partido dos Trabalhadores. Principal força na formação do PSTU, a CS travou algumas lutas importantes com as opiniões majoritárias do PT durante a segunda metade da década de 1980. Pode-se dizer que essas lutas vinham ocorrendo sem conseqüências mais graves e isso porque a CS acreditava que o PT ainda correspondia a um partido de trabalhadores, construído pela classe operária. Porém, com a ascensão do PT a algumas prefeituras, principalmente uma prefeitura com a importância no cenário nacional como a Prefeitura de São Paulo, em 1988, tem início uma nova avaliação dessa corrente sobre o partido. Algumas direções da Convergência passaram a questionar se o PT ainda era um partido verdadeiramente classista.

Na verdade, a atuação da Convergência no PT fazia parte de uma estratégia política que já previa, em algum momento, a realização da ruptura; estamos nos referindo à estratégia trotskista do *entrismo*, que prevê a possibilidade de ruptura com o partido “hospedeiro”. A Convergência, atuando dentro do PT e defendendo “o PT das origens”, pretendia construir um bloco à esquerda dentro

³⁶ As reflexões feitas sobre o PSTU baseiam-se em pesquisa realizada por Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

desse partido contra a sua direção, representada pela corrente Articulação, que é a corrente majoritária do PT. Esse bloco à esquerda organizaria uma vanguarda em processo de rompimento com a direção majoritária e com o próprio PT³⁷.

O conflito entre a Convergência e a direção majoritária do PT tornou-se agudo com a crise do governo Collor. Naquela conjuntura, cristalizaram-se duas posições bem distintas dentro do PT: a crença na atuação pelas vias legais (eleitorais), defendida pela corrente majoritária (Articulação), e a opinião de que dever-se-ia fortalecer as lutas populares contra o poder governamental, proposta que era defendida pela Convergência.

Desde 1987, por ocasião do V Encontro Nacional do PT, já se mostrava evidente o desconforto da direção majoritária do PT com a ação de algumas tendências, em especial a atuação da Convergência Socialista³⁸. E esse ponto seria a base na qual repousaria o argumento principal para a expulsão da Convergência do PT. No Primeiro Congresso do PT, realizado em São Bernardo do Campo em 1991, a Convergência apresentou uma moção que defendia a campanha pelo *impeachment* do presidente Collor, cuja palavra de ordem era “Fora Collor”. A proposta da CS foi rejeitada. Mas mesmo assim a CS passou a atuar em prol da luta pela derrubada do presidente, contrariando a decisão daquele Congresso.

³⁷ Antônio Ozai da Silva, “Origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado”. In: <www.espacoacademico.com.br>, acessado em: agosto de 2001. [revista mensal, ano I, n. 3 – ISSN: 1519.6186]

³⁸ O Item 6 da Resolução sobre Tendências do V Encontro Nacional do PT diz: “É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes com o próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular”. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1978-1998)*, op. cit, p. 357.

No dia 9 de maio de 1992, uma reunião do Diretório Nacional em São Paulo decidiu anular a condição da CS de tendência interna do PT. De acordo com a deliberação, a Convergência teria um prazo de 15 dias para se enquadrar no Regimento Interno do partido, caso contrário seria automaticamente desligada do PT. Entre a unidade do PT e a unidade político-ideológica da própria Convergência Socialista, a corrente preferiu a segunda opção³⁹.

Dentre as explicações que poderiam elucidar os motivos do rompimento da CS com o PT, ou dito de outra forma, os motivos da não aceitação do enquadramento no Regimento Interno, duas predominam. A primeira entende que a Convergência decidiu abandonar a sua atuação política dentro do PT, a prática do *entrismo*, por identificar nas prefeituras petistas uma certa acomodação frente às políticas do governo neoliberal de Fernando Collor de Melo – configurando a traição ao movimento operário. Essa acomodação faria parte de uma estratégia para tornar possível futuras e mais importantes vitórias do PT no processo eleitoral. Uma segunda explicação, que é compatível com a anterior, lembra que a CS congregava uma parcela significativa de militantes e simpatizantes dentro do próprio PT, tinha uma unidade interna e organização própria. Durante a votação da moção pelo “Fora Collor” no Congresso de São Bernardo, por exemplo, a Convergência conseguiu obter cerca de 30% dos votos dos delegados presentes⁴⁰. Além disso, a própria corrente possuía cerca de 10% dos membros do partido⁴¹. Ou seja, pode bem ser que a Convergência tenha avaliado que ela já era suficientemente forte para caminhar sozinha, que o *entrismo* já tinha rendido o que podia render.

³⁹ Silva, op. cit.

⁴⁰ Estamos nos baseando nas informações fornecidas por Valério Arcary em entrevista realizada por Andriei Gutierrez em 29 de junho de 2001 – três fitas cassetes com duração de 180 minutos. Valério Arcary foi membro da Convergência Socialista e um dos principais fundadores do PSTU. Exerce hoje um papel de destaque na condução intelectual do partido.

⁴¹ Idem.

3.2 Revolução socialista e conjuntura

A estratégia socialista do PSTU diferencia esse partido no quadro da esquerda brasileira e incide diretamente sobre a tática que ele aplica diante da ofensiva neoliberal. Vejamos porquê.

Por que o PSTU denomina o PT e o PCdoB de “partidos traidores” que se “cristalizaram no rumo da social democracia européia”? Por que não é aceita em hipótese alguma aliança com partidos como o PDT, o PSB ou o PPS? Se não quisermos fazer uma análise superficial e errônea a respeito do partido, devemos levar em consideração o que fundamenta a postura dele em relação a esses temas.

O PSTU se define como um partido de orientação marxista. Reconhece que a sociedade em que vivemos é uma sociedade dividida em classes antagônicas – produtores diretos e donos dos meios de produção. Face à exploração capitalista, o partido defende a independência de classe: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da classe trabalhadora organizada de modo independente, isto é, num partido político próprio. Neste ponto, o PSTU já se diferencia claramente de partidos como o PDT, o PSB ou o PPS que não primam pela defesa da independência dos trabalhadores frente à classe capitalista. Mas, o que diferencia o PSTU do PCdoB ou do PT (“das origens”)? Se ambos os partidos se reivindicam, ou reivindicaram um dia, classistas e revolucionários, qual o elemento que os distingue? Aqui reside a principal especificidade do PSTU.

O PSTU é, como se sabe, um partido que se baseia nas concepções de Leon Trotsky e é exatamente nisto que reside a diferença. A análise do capitalismo feita por esse autor, e incorporada pelo PSTU, considera o capitalismo um sistema “falido” e “condenado”. Dito de outra forma: as forças produtivas do capitalismo estariam estagnadas, o sistema capitalista estaria em crise prolongada e estrutural desde a década de 1930 e a sua única possibilidade de sobrevivência seria através da super-exploração da força de trabalho. Por isso a revolução socialista estaria na ordem

do dia; tornar-se-ia necessária a mobilização permanente dos trabalhadores para a revolução, para retirar o “cadáver putrefato” da burguesia e instaurar um governo efetivo dos trabalhadores.

Esta última característica, a mobilização permanente dos trabalhadores, é um fator fundamental na definição de todo posicionamento do PSTU. Visando-a, o partido lança mão da estratégia desenvolvida por Trotsky no seu texto teórico-político denominado *Programa de Transição*. Esse programa contém uma plataforma com uma série de reivindicações dos trabalhadores que jamais poderiam ser atendidas, segundo o próprio Trotsky, pela classe capitalista, justamente devido a propalada “estagnação das forças produtivas”, isto é, devido a crise prolongada e estrutural desse sistema. Dado o não atendimento dessas reivindicações, o resultado previsto por Trotsky é que a classe trabalhadora adquiriria *consciência* de sua situação de classe explorada. Ela constataria que não pode viver bem no capitalismo e, por isso, rebelar-se-ia contra ele. Essas reivindicações, chamadas reivindicações transitórias, seriam uma espécie de ponte entre o estágio atual e ainda débil de consciência política dos trabalhadores e a consciência revolucionária, única capaz de levar os trabalhadores à luta efetiva pela tomada do poder. A função do partido seria conduzir, pois, as massas para que essas instaurassem o seu poder, a ditadura do proletariado.

Portanto, quando faz a luta reivindicativa, o PSTU está olhando muito além daquela reivindicação. Essa luta é vista, sempre, como a ponte para a revolução. Daí, também, a importância da mobilização permanente dos trabalhadores. Alianças com partidos ou segmentos que não sejam representativos da classe trabalhadora são rejeitadas. Não pode haver setores progressistas na burguesia, classe que representa um sistema putrefato. Ademais, o princípio da independência de classe – “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” – considera nefasta qualquer tentativa de somar forças com o inimigo.

A avaliação que o PSTU faz de alianças eleitorais realizadas por partidos como o PT e o PCdoB é, portanto, muito negativa. Ele

caracteriza tais alianças como uma atitude traidora dessas direções frente ao movimento operário socialista. O partido rejeita veementemente todo tipo de aliança, qualquer que seja, com segmentos burgueses e até mesmo pequeno-burgueses. Podemos citar como exemplo o caso das eleições presidenciais de 1998, quando as alianças do PT com partidos como PSB e PDT foram duramente criticadas pelas direções do PSTU.

Ainda no plano da doutrina, o PSTU se afasta do PT e também do PCdoB devido à defesa que faz da revolução permanente e devido ao entendimento que tem da democracia operária. O PSTU, como uma corrente trotskista, sustenta a impossibilidade “de se construir o socialismo em um único país” e a atualidade da revolução socialista, independentemente de qualquer consideração de ordem conjuntural. Esses são os dois aspectos da teoria da revolução permanente: ela é permanente porque, em primeiro lugar, passa da luta reivindicativa, democrática ou antiimperialista, para a luta socialista revolucionária no plano nacional, sem solução de continuidade, e, em segundo lugar, porque passa, e também sem solução de continuidade, da luta revolucionária em um determinado país para a luta revolucionária internacional⁴². O socialismo só pode ser construído simultaneamente na maioria dos países e envolvendo, acima de tudo, todos os países mais desenvolvidos. Por isso, o PSTU é parte integrante da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)⁴³. Não existem etapas ou fases intermediárias distintas no processo revolucionário. Não que o PSTU rejeite toda e qualquer luta que não seja a luta operária pelo socialismo. Ele assume a luta

⁴² A teoria da revolução permanente foi desenvolvida por Leon Trotsky no estudo que realizou sobre a situação russa após a Revolução de 1905. Ver Leon Trotsky, *1905: Resultados y perspectivas*. Paris: Ruedo Ibérico, 1971. (Biblioteca de Cultura Socialista).

⁴³ Há alguns dirigentes do partido que acreditam que essa revolução internacional se iniciaria na América Latina e se expandiria até os países imperialistas. Cf. Eduardo Almeida Neto, *Brasil: Reforma ou Revolução?*. S/l: Cadernos marxistas, 2000.

contra o imperialismo e o latifúndio. Porém, essas lutas não são vistas como fases com objetivos específicos que poderiam comportar táticas e alianças particulares. Não. O processo revolucionário seria um processo contínuo, sem rupturas, contando, do início ao fim, com as mesmas forças sociais motrizes e se orientando, sempre, em direção ao socialismo. Esse revolucionarismo pode induzir o partido a um certo desprezo por considerações de ordem tática e conjuntural, e tende a confinar o PSTU, a despeito de suas contribuições, a um certo isolamento no interior do arco de partidos de esquerda.

No que concerne à democracia, o PSTU defende uma democracia dos trabalhadores baseada em “conselhos populares” (*soviets*) formados pelos próprios trabalhadores⁴⁴. Essa democracia teria de começar a ser construída desde já, na luta que se trava na própria sociedade capitalista. A valorização da mobilização das massas visa, também, a constituição de organismos populares de arregimentação e de tomada de decisão. A preocupação com a constituição da democracia baseada nos conselhos populares, se for excessiva e unilateral, pode induzir a um certo abstencionismo, ainda que prático e não explicitado, frente à disputa política no interior das instituições democrático-burguesas. Por exemplo, pode incentivar a postura que consiste em encarar as eleições, sempre e somente, como oportunidade de marcar posição, e nunca como oportunidade de disputar para vencer. É claro que entramos aqui num terreno complexo. A conjuntura, o tipo de eleição, a situação do movimento operário e popular, enfim, uma multiplicidade de fatores deve ser considerada no exame da tática eleitoral. Mas, o destaque unilateral para a superioridade da democracia dos conselhos pode, justamente, desviar do exame da situação concreta.

⁴⁴ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, *Cartilha de apresentação do PSTU*. S/l: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, s/d [ca. 2000], p. 11.

3.3 Capitalismo, neoliberalismo e alternativa socialista

Como foi dito anteriormente, uma das especificidades que caracterizam um partido de tradição trotskista, como o PSTU, é a crença na estagnação das forças produtivas do capitalismo. Assim, o PSTU diagnostica uma possível crise sistêmica do capitalismo.

Dentro dessa linha, a globalização, termo muito em voga nos círculos governamentais de hoje, é caracterizada como uma “falácia”; seria um novo salto na “recolonização dos países dominados”, e um novo passo na exploração dos trabalhadores. Segundo o partido, a utilização do termo “recolonização” seria procedente porque a globalização seria um movimento de alcance estrutural que recolocaria as economias locais no nível da subordinação do século XIX. Mas essa recolonização não seria um processo acabado: estaria em curso e configurar-se-ia numa tendência geral⁴⁵. Para o PSTU o capitalismo viveria transformações “reais, tecnológicas, na organização da produção e nas relações de trabalho”, mas ele cada vez mais seria imperialista e necessitaria explorar cada vez mais “a classe trabalhadora, os povos e segmentos oprimidos”⁴⁶.

A política neoliberal seria caracterizada pela intensificação dos elementos da época imperialista. Compreende-se, dentro desta perspectiva, a predominância do capital especulativo sobre o capital produtivo em nível jamais visto; a abertura dos mercados dos países “semi-coloniais” e dos países “imperialistas menores” a um ponto extremo, através da formação de blocos regionais e da pressão política e econômica; a política mundial de “reforma do Estado”, representando um ataque às conquistas sociais dos trabalhadores e a desobrigação do Estado em relação aos serviços públicos; as privatizações que abririam novas possibilidades de acumu-

⁴⁵ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, *Cartilha de apresentação do PSTU*. op. cit.

⁴⁶ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, *Programa eleitoral de 1998*.

lação e concentração de capital; a reestruturação produtiva como uma resposta à “crise do capitalismo”⁴⁷ e, por último, como ponto máximo da política neoliberal, a restauração capitalista na antiga União Soviética e nos países do Leste Europeu, na China e em Cuba⁴⁸.

O modelo neoliberal viveria o seu auge após a queda dos regimes denominados stalinistas. Contudo, o partido analisa que após a crise mexicana esse modelo viria acumulando crescentes contradições e viria “precipitando a economia capitalista mundial em uma crise internacional”.⁴⁹ Atualmente o modelo neoliberal estaria em crise. Mas em todos os documentos analisados do partido, o argumento principal para afirmar a crise do neoliberalismo centra-se em crises econômicas isoladas de países periféricos. Por exemplo, em seu programa eleitoral de 1998 o partido cita a crise econômica mexicana (1995) como o prenúncio da crise do neoliberalismo seguida da crise econômica asiática (1997). No livro *Brasil: Reforma ou Revolução?* isso fica mais evidente:

“(…) um após outro, os modelos neoliberais caíram. Em 1997, foi o sudeste asiático, que era propagandeado como futuro do capitalismo e de toda humanidade. Em 1998, estourou a economia russa, derrubando assim a propaganda que apresentava a

⁴⁷ Nesse marco da reestruturação produtiva é dito que “utilizando novas tecnologias e novos métodos de organização do trabalho o capitalismo ataca, economicamente, politicamente e ideologicamente a classe trabalhadora”. Economicamente, porque exigiria mais produção com um número cada vez menor de trabalhadores; politicamente, ao dividir a classe operária e ao atacar os sindicatos; e ideologicamente, ao tentar “envolver” os trabalhadores com os objetivos da empresa (como a “família Toyota”, a “família Fiat”, ect.). Almeida Neto, op. cit.

⁴⁸ Idem, *ibidem*. Em relação a este último ponto citado, é afirmado que aí “se configura a grande tentativa do capitalismo de superar sua crise, explorando direta e brutalmente milhões de trabalhadores, o que antes só podia fazer muito parcialmente através principalmente do endividamento e do comércio desigual”.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

restauração do capitalismo como o passo destas economias para o ‘Primeiro Mundo’. No início de 99, a desvalorização do Real colocou o Brasil na rota da crise”.⁵⁰

A discussão dessa análise é importante porque o PSTU vincula toda a sua tática à idéia de uma crise geral. Caberia observar que todas essas crises econômicas ocorreram na periferia do capitalismo, de modo intercalado, não afetando o núcleo duro do sistema; ao longo da década de 1990 o capitalismo norte-americano cresceu a taxas elevadas e apenas no ano de 2002 esse crescimento sofreu uma forte redução. A Argentina, atualmente apresentada pelo PSTU como um país em clara situação de crise revolucionária, não conseguiu durante um bom tempo mobilizar a “consciência” das grandes potências imperialistas, principalmente os EUA, para um socorro financeiro e tampouco gestou uma alternativa de esquerda ao modelo capitalista neoliberal. Ou seja, pequenas ou grandes crises econômicas em países situados à margem do núcleo central do capitalismo não causam o propalado “efeito dominó”. Para se falar em crise global do neoliberalismo, seria preciso antes de tudo uma contraproposta de modelo econômico que ganhasse terreno na luta de idéias e que representasse uma ameaça efetiva ao modelo vigente.

A crise do neoliberalismo e a predisposição das massas para a luta são, na avaliação do partido, dois fatores que funcionam como contrapesos à recolonização imperialista. Surgiria então a questão: qual o posicionamento que um partido deve adotar frente a esses fatores? O PSTU identifica dois posicionamentos: o reformista e o revolucionário. O primeiro, característico do PT. O segundo, do PSTU⁵¹.

O programa do PSTU se baseia em quatro pontos: anticapitalista, antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. O partido se coloca como aquele que não propõe uma adaptação ao neolibe-

⁵⁰ Almeida Neto, op. cit., p. 16.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

ralismo e nem um desenvolvimento capitalista para estimular um setor da burguesia (características que corresponderiam ao PT). Dentre as medidas propostas se destacam: redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salário; garantia de postos de trabalho estáveis e sua ampliação; anulação imediata da reforma da previdência; aumento geral e imediato de salários (partindo de um aumento de 100% do salário mínimo até atingir o salário do Dieese); expropriação dos latifundiários e dos grandes grupos multinacionais sem indenização; financiamento por parte do Estado do ensino básico, médio e superior; estatização da rede particular de ensino; estatização dos hospitais e clínicas particulares, dos planos de saúde, e demais empresas do setor; não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro e dos monopólios; Imposto de Renda progressivo; reestatização sem indenização e imediata de todas as estatais privatizadas, etc.⁵².

Como se pode observar, a plataforma apresentada pelo PSTU não é, propriamente, uma plataforma socialista. Como, então, sustentar que tal plataforma está vinculada à teoria da revolução permanente? É que, para essa teoria e para o partido, essas reivindicações jamais poderiam ser atendidas sob o modo de produção capitalista, haja vista a crise desse sistema. Ou seja, o diagnóstico e a plataforma do PSTU para o Brasil neoliberal inspiram-se, sim, na teoria da revolução permanente. A função dessas reivindicações seria a educação das massas. Como as forças produtivas estão estagnadas, os trabalhadores não poderiam conquistar essas reivindicações. A sua grande conquista nessa luta seria a aquisição da clareza que, sob o capitalismo, os trabalhadores não podem viver uma vida decente. Ou seja, a sua grande conquista seria a conquista de sua própria consciência de classe produtora e explorada.

3.4 Necessidade de um novo partido revolucionário: o “anti-PT”

⁵² *Programa eleitoral de 1998*, op. cit.

O PSTU vem se constituindo, desde sua origem, como crítico do posicionamento do PT no cenário político nacional. Ou seja, em quase todos os seus documentos públicos, o partido faz questão de deixar clara a sua posição de partido em oposição à maneira reformista de atuação do PT.

Nesta concepção, o PT teria aderido ao regime, teria se “cristalizado” no caminho da social-democracia, como partido reformista, e, por isso mesmo, não estaria disposto à revolução. Dito de outra maneira, o PT estaria focalizando todos os seus esforços “na disputa eleitoral, na pressão no Congresso Nacional e nos acordos com a burguesia como solução para os problemas do país”⁵³. Ao abandonar a mobilização das massas, ao defender a ação institucional no parlamento burguês e as negociações com a burguesia, o PT teria deixado de defender uma linha classista, de independência dos trabalhadores, e teria passado a ter como centro a política da defesa da cidadania e do “governo para todos”.

Um dos argumentos apresentados para fundamentar a acusação de traição do PT ao movimento operário e socialista é a política de alianças feita pelo PT. Segundo o PSTU, o PT seria um partido já comprometido com a burguesia e os latifundiários, não podendo realizar um governo dos trabalhadores. No caso das eleições presidenciais de 1998, o PT estaria ligado a setores burgueses representados por Brizola, Garotinho, Requião, Arraes, Ademir Andrade. As alianças do PT com o Partido Liberal (PL), com Orestes Quércia, com o ex-presidente José Sarney e outros políticos burgueses conservadores para a eleição presidencial de 2002 apenas confirmariam, para o PSTU, uma tendência antiga.

Tendo em vista que o PT “desviaria” todo o processo revolucionário para o terreno eleitoral, abandonando a mobilização das massas, percebemos que o PSTU vê o PT como sendo um obstáculo a ser transposto. O partido conclama todos os revolucionários a for-

⁵³ *Cartilha de Apresentação*, op. cit.

marem um novo partido revolucionário. Na ótica de seus dirigentes, sem esse partido, a revolução seria derrotada, mas, em contrapartida, com a formação de um novo partido revolucionário a revolução poderia se realizar, caso o partido “disputasse e ganhasse” a direção do movimento de massas contra a direção do PT, pois ela se oporia à revolução⁵⁴.

Segundo Eduardo Almeida Neto, intelectual do partido, a criação desse novo partido não se resolveria pelo “simples crescimento” do PSTU, seria necessária uma união entre grupos, organizações e ativistas de distintas origens para construir uma “Frente Única Revolucionária”. Essa frente teria a função de aglutinar os integrantes em uma luta comum na luta de classes e na discussão de um programa em comum, para, assim, ganhar a confiança mútua entre os “parceiros”. A atuação numa frente poderia se estender por um longo período, levando até anos para que as organizações da “Frente Única Revolucionária” se fundissem para formar um novo partido. “A nossa proposta é a de que essa frente seja um primeiro passo para a construção de um partido revolucionário no país”⁵⁵.

Quanto às prefeituras do PT, o PSTU considera que suas propostas são as de “administrar com ética o capitalismo”, buscando algumas compensações sociais para a manutenção do neoliberalismo e formando um novo populismo. Como provas da adaptação dessas prefeituras à política capitalista neoliberal, são citados os planos de demissões do funcionalismo público nestas prefeituras e a privatização de empresas estatais municipais⁵⁶.

O Orçamento Participativo do PT é caracterizado, pelo PSTU, por duas limitações: só decidiria sobre 10% do orçamento total da prefeitura e essas decisões seriam levadas como propostas para a Câmara de Vereadores da cidade, que poderia aprová-las ou não. Outra crítica é que os orçamentos participativos tenderiam a atre-

⁵⁴ Almeida Neto, op. cit.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 126.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

lar as entidades do movimento sindical e popular ao aparelho de Estado, além bloquear movimentos que antes se chocavam com o Estado, “reproduzindo o pior do populismo”⁵⁷.

Essa disposição do PSTU em manter rígido o seu programa tem um custo altíssimo para o partido. Ele tem tido uma maior dificuldade em penetrar nos setores populares do que o PT e o PCdoB. Isso acarreta um isolamento dentro da cena política brasileira. Mas isso não se explica somente pela rigidez do seu programa. Também devemos levar em consideração o impacto da ideologia burguesa neoliberal no seio dos partidos de esquerda e dos movimentos populares, dificultando ainda mais qualquer possibilidade de formação de uma frente popular revolucionária.

4. Dilemas atuais

Os movimentos populares e partidos de esquerda procuraram se articular, *grosso modo*, de maneira defensiva diante da ofensiva ideológica e política do neoliberalismo nos anos 90 e nos anos 2000. O impacto do modelo neoliberal sobre os programas e a prática desses partidos acarretou uma retração do movimento anticapitalista em escala nacional e, também, internacional.

A esquerda brasileira não se resume aos três partidos analisados neste ensaio. Há organizações que se definem como socialistas e mesmo como revolucionárias que não chegamos a examinar. Mas os três partidos que analisamos permitem perceber a força e também as dificuldades presentes da esquerda brasileira. No Brasil, a possibilidade de consolidação de uma frente popular e socialista, no atual quadro partidário, encontra muitas dificuldades. Diversos fatores, de ordem subjetiva e objetiva, dificultam ou impedem a formação de um projeto político antineoliberal e anticapitalista, capaz de unir os partidos e as correntes políticas de esquerda.

⁵⁷ Almeida Neto, op. cit.

É possível unificar, num mesmo programa político, a luta pela cidadania (PT), a luta por um governo nacional e democrático (PCdoB) e a luta por uma plataforma de reivindicações transitórias (PSTU)? É possível inserir numa mesma organização, ainda que de caráter frentista, partidos que apresentam avaliações tão díspares da ação legal nas instituições burguesas e do papel da mobilização das massas populares? Enfim, partidos que apresentam posturas estratégicas e concepções tão diferenciadas? Que transformações os programas de cada um desses partidos deveriam sofrer para que tal unidade se concretizasse? Há interesse real desses partidos na formação de uma frente como essa? Não estaríamos vivendo, ao contrário, uma conjuntura de acirramento das divergências entre os partidos de esquerda, o que apontaria para a fragmentação crescente do campo popular? São questões difíceis, para as quais o nosso ensaio não pretende oferecer uma resposta, mas apenas alguns elementos para reflexão.

Cabe ressaltar que o levantamento dos fatores que dificultam ou impossibilitam a consolidação de uma frente popular e socialista são também fatores objetivos. Mas, esse fato não pode justificar uma análise reducionista e, até mesmo, fatalista, que procure apresentar as reformas orientadas para o mercado como inevitáveis, justificando, assim, o progressivo processo de acomodação de alguns partidos ao modelo neoliberal e, portanto, a falência de uma estratégia de ruptura com o modelo neoliberal e com o sistema capitalista.

No plano internacional, a ofensiva das burguesias dos países centrais para além da exploração dos seus trabalhadores, atacando as economias dos países periféricos provocou não só uma maior submissão destes em relação aos primeiros, como o aumento da pobreza das massas desses países. Articulada em torno da plataforma política neoliberal, a burguesia imperialista conseguiu desarticular a economia dos países periféricos através de imposições de entidades ditas “multilaterais” (a exemplo do FMI, do Bird e da OMC). Dentre estas imposições figuraram: as políticas de privati-

zação, de abertura comercial, e de desregulamentação do mercado de trabalho e da movimentação financeira.

A despeito de sua política antipopular, a ideologia burguesa neoliberal conseguiu obter importantes vitórias na luta de idéias, fato que pode ser explicado pelo esgotamento dos antigos modelos desenvolvimentistas malsucedidos dos países periféricos. Quem mais se prejudicou com a implantação do modelo neoliberal foram as classes trabalhadoras da periferia do sistema capitalista mundial, que perderam muitos de seus direitos e garantias sociais, conquistados mediante lutas históricas travadas com as classes dominantes locais. Apesar disso, o neoliberalismo dividiu e confundiu essas massas, explorando as frustrações históricas legadas pelo modelo desenvolvimentista⁵⁸ – os governos neoliberais jogaram os trabalhadores do setor privado contra os trabalhadores do setor público, os trabalhadores sem direitos contra os trabalhadores com direitos. O individualismo secretado pelo mercado e pelo direito, a ideologia meritocrática, particularmente forte na classe média, e a ideologia de ascensão pelo trabalho, presente no meio operário, representam trunfos dos quais dispõe o neoliberalismo para difundir-se junto às classes trabalhadoras.

Esse impacto político e ideológico do neoliberalismo nas classes populares dos países periféricos é um fator – em certa medida

⁵⁸ O desenvolvimentismo e o populismo legaram, no plano do modelo de desenvolvimento, um modelo econômico concentrador de renda, um sistema industrial que marginalizou regiões inteiras do País, um tipo de protecionismo à indústria nacional que a protegeu não só da concorrência estrangeira, mas da concorrência em geral e das demandas populares e um “Estado cartorial”, cujos cargos, promoções e salários eram usados pelos governos como instrumentos de formação de clientelas políticas. No plano da política social, o desenvolvimentismo e o populismo legaram um modelo que distribuiu de modo desigual e segmentado os poucos direitos sociais existentes, criando uma hierarquia que segmentou, dividiu e classificou diferentes setores das classes trabalhadoras, cf. Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

externo às organizações de esquerda – que dificulta a formação de uma frente popular e socialista.

Com a ideologia neoliberal conseguindo assegurar aceitação na sociedade, tornando-se hegemônica, houve uma motivação para que os partidos de esquerda se adequassem à plataforma neoliberal a fim de ascender nos quadros das instituições parlamentares. A força da ideologia neoliberal provém também de condições objetivas. As agências “multilaterais” do imperialismo tutelam a política do Estado brasileiro, tornando as reformas orientadas para o mercado um caminho de menor resistência. Essa pressão e o próprio impacto da ideologia neoliberal aparecem, claramente, na ação de prefeituras de esquerda que privatizam empresas públicas e demitem funcionários. De outro lado, os partidos que não aderiram ao modelo acabaram por se isolar na cena política brasileira. Com isso, queremos afirmar que a ideologia neoliberal foi bem sucedida na empreitada de fragmentar o bloco de esquerda no País.

Além disso, no posicionamento desses partidos pesaram muito as tradições históricas de cada um deles. O reformismo típico de algumas correntes de esquerda facilitou o avanço das propostas neoliberais, na medida em que não se estruturava em torno de um projeto anticapitalista, mas sim em torno de um projeto de aperfeiçoamento do capitalismo. Esse posicionamento predominou em partidos como o PT, e também no PCdoB, que está deslizando da luta antiimperialista de caráter popular para um projeto nacionalista próximo do projeto burguês, apegando-se à ideologia desenvolvimentista. Tal já não ocorreu com o PSTU. Este último aponta para a necessidade de formulação de um programa de transição. A dificuldade aqui é saber se reivindicações econômicas como as que constam do Programa de Transição levam, de fato, a uma prática revolucionária ou se tais reivindicações, ao contrário das intenções de seus proponentes, permanecem apenas como o que de fato são, reivindicações econômicas dentro dos limites do sistema, ainda que apresentadas com um discurso revolucionário.

No plano da política de alianças, encontramos outra causa da dificuldade de consolidação de uma frente popular e socialista. Vale dizer que partidos como o PT e o PCdoB abdicaram de uma estratégia classista, ao preferirem a estratégia eleitoral que, por sua vez, é funcional para a manutenção da dominação de classe da burguesia, já que se recorre comumente à articulação com setores amplos da burguesia em detrimento da mobilização de massas, que é recorrentemente defendida pelo PSTU. Já esse último, na sua crítica ao PT e ao PCdoB, tem, ultimamente, dificultado a articulação programática entre os três partidos, e acaba por descurar da crítica aos partidos da burguesia. O PSTU tem sido muito mais contundente na crítica aos partidos que possuem uma base popular do que na crítica aos partidos que sempre estiveram articulados com a grande burguesia.

Nossas reflexões nos levaram a uma pergunta: será possível que as virtudes e os defeitos de cada partido de esquerda convirjam, através do debate e da luta, para uma “soma virtuosa”, depurando o programa de uma frente popular e socialista no Brasil?

SUMÁRIOS/ABSTRACTS

Neoliberalismo e relações de classe no Brasil

Armando Boito Jr.

Palavras-chave: reformas, neoliberais, bloco no poder, classes e frações de classe, hegemonia neoliberal.

Resumo: O artigo analisa o impacto das reformas neoliberais nas relações de classe da sociedade brasileira. São examinadas as alterações ocorridas no bloco no poder, a nova composição das frações burguesas, as alianças de classe e as posições das classes trabalhadoras nesse novo modelo de capitalismo. O texto sustenta que o neoliberalismo representa uma nova hegemonia burguesa no capitalismo brasileiro: o bloco no poder neoliberal detém o controle da política de Estado e a ideologia neoliberal difundiu-se

em alguns setores das classes populares.

Abstract: The article analyzes the impact of neoliberal reforms on the class relations of Brazilian society. It deals with the changes in the bloc of power, the new composition of the bourgeois fractions, the alliances between classes and the positions of the working classes in this new model of capitalism. The text argues that neoliberalism represents a new bourgeois hegemony in Brazilian capitalism: the neoliberal bloc of power controls the policies adopted by the State and neoliberal ideology has spread among some sectors of the popular classes.

Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal

Claudinei Coletti

Palavras-chave: MST, luta pela terra, reforma agrária, neoliberalismo.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST) na década de 1990, especialmente na “era FHC”. Quando observamos mais atentamente o período pós-1995 notamos um crescimento expressivo das ações do MST durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-98) e um refluxo do movimento nos anos recentes. Nossa intenção, neste sentido, será explicar as razões desse crescimento e os fatores responsáveis por esse refluxo. Nossa hipótese geral é que o avanço do MST no primeiro mandato do governo FHC foi possível, em primeiro lugar, graças aos efeitos perversos causados pelo aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil – o aumento expressivo do desemprego (urbano e rural) nos anos 90 e a inviabilidade da pequena produção agrícola fizeram com que inúmeros desempregados

e ex-pequenos produtores rurais engrossassem as fileiras do MST –, em segundo lugar, pelo caráter, pelo menos à primeira vista, mais democrático do governo FHC no início do seu primeiro mandato, fato que abriu caminho para o avanço da luta pela terra naquele momento. Já o refluxo das ações do MST, a nosso ver, estaria diretamente relacionado a um conjunto de medidas duramente repressivas adotadas pelo governo FHC, em seu segundo mandato, contra o movimento.

Abstract: The goal of this paper is to analyze the trajectory of the Movement of Landless Agricultural Workers - MST during the 90's, especially during the “era of FHC (President Fernando Henrique Cardoso)”. As one observes the period after 1995 more accurately, an expressive growth of the MST actions can be noticed during the first mandate of President Fernando Henrique Cardoso (1995-98) and a reduction of the movement in recent years. Our intention in

this regard is to explain the reasons for that growth and the factors which are responsible for the reduction that follows. Our overall hypothesis is that the advance of the MST during the first FHC mandate was made possible primarily due to the perverse effects caused by deepening the neoliberal policies in Brazil – an expressive growth of unemployment (urban and rural) in the 90's and the unfeasibility of small agricultural production produced a huge amount of unemployed and former rural producers enlarged the masses of the MST and secondly, due to the more democratic quality of FHC's government (at first sight) at the beginning of the first mandate, a fact that opened ways to increase the struggle for land at that moment. The decline in action by the MST, though, in our view, would be directly related to a set of highly repressive determinations against the movement adopted by the FHC government during the second mandate.

A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo

Andréia Galvão

Palavras-chave: sindicalismo, neoliberalismo, CUT, reformas neoliberais, negociação, propoção

Resumo: Este artigo trata dos efeitos da ideologia e da política neoliberal sobre o discurso e a prática sindical cutista. A análise é feita a partir de uma perspectiva dialética: pressupõe-se que o neoliberalismo afeta negativamente o sindicalismo nacional e internacional, dificultando a ação coletiva, ao mesmo tempo em que as conseqüências das medidas implementadas pelos governos identificados a esse programa provocam a reativação dos movimentos sociais, que não se mantêm passivos diante do aumento do desemprego, do desmonte dos serviços públicos, da supressão de direitos sociais. Considera-se a que a trajetória da CUT nes-

sa nova conjuntura não pode ser apreendida de modo linear nem unicausal: trata-se de um processo perpassado por disputas político-ideológicas, ambiguidades e contradições, que levam a central a resistir e combater o neoliberalismo ao mesmo tempo em que assimila alguns de seus elementos; além disso, esse processo só pode ser explicado a partir de uma confluência de variáveis, de ordem interna e externa ao movimento sindical.

Abstract: This article analyses the effects of neoliberal ideology and policies on the CUT discourse and practice. The analysis is based on a dialectic perspective: the author proposes that neoliberalism negatively affects national and international unionism, making collective action more difficult, at the same time the consequences of measures implemented by the governments identified with the neoliberal program provoke the reactivation of social movements, which are not passive to the rise of unemployment, the dis-

mantling of public services and suppression of social rights. The author believes the evolution CUT experienced in this new situation cannot be apprehended in a linear or a unicausal manner: it is a process permeated by political and ideological disputes, ambiguities and contradictions, which lead the entity to resist and combat neoliberalism, at the same time it assimilates some of its elements. Moreover, this process can only be explained by a confluence of variables which are at the same time internal and external to unionism.

A ADESÃO DA FORÇA SINDICAL AO NEO-LIBERALISMO

Patrícia Vieira Trópia

Palavras-chave: *Força Sindical*, neoliberalismo, metalúrgicos, sindicalismo

Resumo: O neoliberalismo tem suscitado reações muito heterogêneas no sindicalismo brasileiro,

variando da política de resistência à política de adesão. Este artigo analisa a adesão da central de trabalhadores *Força Sindical* ao neoliberalismo. Desde a sua criação, em 1991, esta central tem defendido e apoiado a implantação das políticas de privatização e de desregulamentação das relações de trabalho. Apesar do caráter socialmente perverso do neoliberalismo, este apoio não se restringe apenas às direções dos sindicatos filiados. Os metalúrgicos de São Paulo, principal base da *Força Sindical*, também aderiram, ainda que de forma passiva, ao neoliberalismo. As razões do crescimento da central ao longo da década e do apoio do operariado metalúrgico de São Paulo ao anties-tatismo são analisadas neste artigo.

Abstract: Neoliberalism has given rise to very different reactions in Brazilian unionism, varying from policies which resist to those that support it. This article analyses the adhesion of the *Força Sindical* workers' union to neoliberalism. Since its creation in 1991 this union has defended and supported the implantation of privatization policies and the deregulation of work relations. In spite of the perverse social character of neoliberalism, this support is not restricted to the leadership of the affiliated trade unions. The metal workers of São Paulo, the main base of *Força Sindical*, also support neoliberalism, although in a passive manner. The reasons for the growth of *Força Sindical*, all through the decade, and the support given by the metal workers in São Paulo to anti-State ideologies are analyzed in this article.

ONGs, Movimento Sindical e o Novo Socialismo Utópico
Sandra Regina Zarpelon

Palavras-chave: ONGs – Sindicalismo – Socialismo Direto

Resumo: Esse artigo traça um paralelo entre dois fenômenos contemporâneos: a expansão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o desenvolvimento da Economia Solidária, representado nesse trabalho pelo incentivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao cooperativismo. Ainda que, no plano doutrinário, os dois movimentos sejam distintos, no plano prático-político tendem a se aproximar.

No plano doutrinário, é o campo socialista que sustenta teoricamente o cooperativismo sindical da CUT; um socialismo “direto”, que prescinde de revolução política e de transição para se consolidar. Já no caso das ONGs, é o desenvolvimento de uma esquerda não socialista, baseada nos conceitos de sociedade civil, cidadania e esfera pública que lhe sustenta. Porém, ambos os movimentos se aproximam quando analisados os resultados políticos e práticos de suas inter-

venções: efeito prático paliativo e fragmentário em relação às questões sociais que pretendem enfrentar, desmobilização de seus respectivos agentes e conseqüente ambigüidade em relação às políticas sociais neoliberais.

Abstract: This article draws a parallel between two contemporary phenomena: the expansion of Non-Governmental Organizations (NGOs) and the development of a Solidary Economy, represented in this paper by the incentive of the main Brazilian union – *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) – to the co-operative system. Even though the movements are distinctively different in doctrine, they tend to approach in the political and practical fields.

In the doctrinal field, socialism gives theoretical support to the CUT union co-operative system: a “direct” socialism that dispenses with political revolution and transition to be consolidated. Insofar as the NGOs, the development of a non-socialist left, based on the concepts of Civil

Society, Citizenship and the Public Area support them. However, both movements become close as the political and practical results of their interventions are analyzed: palliative and fragmentary effects concerned to the social issues they intend to confront, demobilization of their respective agents and a consequent ambiguity related to the neoliberal social policies.

PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal
Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez, Danilo Enrico Martuscelli e Fernando Ferrone Corrêa

Palavras-chaves: Neoliberalismo, Socialismo, Partidos políticos, Política brasileira.

Este artigo tem por objetivo principal fazer um balanço das concepções políticas e ideológicas dos três principais partidos políticos que compõem, *grosso modo*, o espectro da esquerda brasileira na conjuntura política marcada pelo

avanço político-ideológico do neoliberalismo no País.

Pode-se dizer que a ideologia neoliberal impactou de forma diferenciada e desigual os três partidos, levando-os ora a uma integração passiva ao modelo neoliberal, que levou a uma maior aceitação do eleitorado, ora a uma crítica do modelo e ao próprio capitalismo, o que resultou no isolamento desses partidos no quadro político-partidários.

Abstract: This article has as its main objective, to analyze the political and ideological concepts of the three principal political parties that, in general terms, compose the spectrum of the Brazilian left, inserted within policies marked by the political and ideological advances of neoliberalism in the Country.

It can be said that neoliberal ideology impacted the three parties in different and unequal manners, leading them either into a passive integration in the neoliberal model, which led to a greater acceptance by the electorate, or

then to a critical position of the model and to capitalism itself, which resulted in their isolation in the political arena.

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretor Associado: Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso – Décio Saes – Eduardo Viola – Jacynto Lins Brandão – João José Reis – José Cavalcanti de Souza – José Vicente Tavares dos Santos – Lygia Osório Machado – Marilena Chauí – Marisa Lajolo – Octavio Ianni – Pedro Jacobi – Roberto Cardoso de Oliveira – Ubirajara Rebouças

Editor: Marcelo Ridenti

Comissão de Redação: Hector Benoit – Leandro Karnal – Leila da Costa Ferreira – John Monteiro – Reginaldo C. Moraes

Setor de Publicações: Marilza A. Silva – Magali Mendes

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

Normas para colaboração

1. Os artigos não devem exceder o tamanho de 30 laudas, com a seguinte formatação: corpo do texto em fonte *Times New Roman* 12, com espaço entre linhas de 1,5; notas de pé de página na mesma fonte, com tamanho 10, espaço 1; bibliografia com a mesma formatação do corpo do texto, arrolada ao final. O autor deve enviar cópia impressa em três vias em disquete, em Word para Windows 6.0 (ou

processador compatível), contendo, ainda, resumo, palavras-chave, *abstract* e *keywords*. A filiação institucional do autor também deve vir discriminada.

2. Para as citações bibliográficas deve ser usado o sistema autor-data. Exemplo: “de acordo com Holanda (1984: 35),” ou “(Holanda,1984:35)”.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas em lista única no final do artigo em ordem alfabética.

Tratando-se de um livro, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome. (2) ano da publicação. (3) Título da obra em itálico. (4) Local de publicação, (5) editora.

Tratando-se de artigo, ou capítulo, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome. (2) ano da publicação. (3) Título da obra entre aspas. (4) In: nome do periódico ou livro em itálico, (5) volume e/ou número do exemplar.

Toda e qualquer citação de fonte primária ou secundária deve permitir acesso direto de localização pelo leitor do texto.

3. Resenhas e trabalhos de divulgação científica devem ter no máximo seis laudas, com a mesma formatação descrita acima para o corpo do texto dos artigos. No case de resenhas, serão aceitas as que versarem sobre publicações estrangeiras que datem de, no máximo, três anos desde sua primeira edição ou as que versarem sobre publicações nacionais que datem de, no máximo, dois anos desde sua primeira edição.

Entrevistas só serão aceitas se já tiverem sido editadas adequadamente, e não devem exceder 15 laudas, dentro da citada formatação. Toda tradução enviada só serão aceita mediante permissão do autor autorizando sua publicação em português e no Brasil. Resenhas e trabalhos de divulgação científica não necessitam de notas de rodapé.

4. Remeter qualquer colaboração a *Idéias* significa autorização para publicação. A revista não remunera direitos autorais, nem remete de volta as colaborações recebidas.
5. Originais propostos serão considerados definitivos e, caso tenham sua publicação aprovada, não serão feitas consultas aos seus autores. Em todo caso, ao Conselho Editorial fica reservado o direito de sugerir aos autores alterações com vistas à aceitação do texto. Além disso, todo material selecionado será submetido a revisão.
6. *Idéias* compromete-se a dar respostas por escrito às propostas de publicação dos trabalhos. Em caso de recusa, as razões serão comunicadas.
7. Aguardamos as colaborações no seguinte endereço:

Unicamp - IFCH
A/C: Revista *Idéias*
Secretaria de Publicações
Caixa Postal 6110
Campinas (SP)
13081-970